



**UNIVERSIDADE FEDERAL DA BAHIA**  
FACULDADE DE FILOSOFIA E CIÊNCIAS HUMANAS  
NÚCLEO DE ESTUDOS INTERDISCIPLINARES SOBRE A MULHER

**PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ESTUDOS  
INTERDISCIPLINARES SOBRE MULHERES, GÊNERO E  
FEMINISMO**

**MARIA MARTA PINTO ARGOLO**

**CONSTRUÇÕES E DESLOCAMENTOS NAS RELAÇÕES DE  
GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NEGRAS VITIMADAS  
PELA VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS E  
ADOLESCENTES**

**Salvador  
2018**

**MARIA MARTA PINTO ARGOLO**

**CONSTRUÇÕES E DESLOCAMENTOS NAS RELAÇÕES DE  
GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NEGRAS VITIMADAS  
PELA VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS E  
ADOLESCENTES**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo, da Universidade Federal da Bahia, como um dos requisitos para obtenção do grau de mestra.

Orientadora: Profa. Dra. Janja Araújo

**Salvador  
2018**

---

Argolo, Maria Marta Pinto

CONSTRUÇÕES E DESLOCAMENTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO  
DAS MULHERES/MÃES NEGRAS VITIMADAS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL  
CONTRA JOVENS E ADOLESCENTES./ Maria Marta Pinto Argolo. – 2018.

179 f. :il.

Orientadora: Prof.<sup>a</sup> Dr.<sup>a</sup> Janja Araújo

Dissertação (Mestrado – Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares  
sobre Mulheres, Gênero e Feminismo) – Universidade Federal da Bahia, Faculdade de  
Filosofia e Ciências Humanas, Salvador, 2018.

1. Violência. 2. Gênero. 3. Interseccionalidade. 4. Racismo. 5. Estado penal.

I. Araújo, Janja. II. Universidade Federal da Bahia. Faculdade de Filosofia e  
Ciências Humanas. III. Título.

---

## **MARIA MARTA PINTO ARGOLO**

CONSTRUÇÕES E DESLOCAMENTOS NAS RELAÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NEGRAS VITIMADAS PELA VIOLÊNCIA POLICIAL CONTRA JOVENS E ADOLESCENTES. Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Estudos Interdisciplinares sobre Mulheres, Gênero e Feminismo - PPGNEIM, da Universidade Federal da Bahia – UFBA, como requisito obrigatório para a obtenção do título de Mestre, defendida e aprovada em 01 de fevereiro de 2018.

### **BANCA EXAMINADORA**

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Janja Araújo - PPGNEIM/UFBA  
(Orientadora)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Maria Nazaré Mota de Lima - PósCrítica/UNEB  
(Avaliadora Externa)

---

Prof<sup>a</sup> Dr<sup>a</sup> Josimara Aparecida Delgado - PPGNEIM/UFBA  
(Avaliadora Interna)

Dedico ao meu pai, Florêncio Argolo dos Santos, que me iniciou tão cedo no caminho em busca da justiça e da igualdade social, através da sua corajosa atuação como promotor público, sempre pelas causas dos oprimidos, dos mais pobres, das mulheres, das vítimas do sistema prisional e contra todas as injustiças que porventura ele testemunhasse.

## AGRADECIMENTOS

Agradecimento muito especial a minha mãe, Lavínia Argolo, que me acolheu, suprindo todas as minhas necessidades materiais, sem nada pedir de volta, para que eu tivesse a estrutura suficiente para a produção deste trabalho.

A Gabriel Stern, meu filho, por suportar o peso simbólico da minha escolha temática. Por suportar, com tanta leveza e maturidade, os meus medos e inseguranças.

A Liz Stern, minha filha, que com sua sabedoria, equilíbrio, generosidade, resistência, rega a minha vida todos os dias fazendo com que a existência seja bela. E por regar este trabalho com tanto amor através do olhar cuidadoso da revisão.

Às mulheres/ mães vitimadas pela violência contra seus próprios filhos, por me permitirem aprender sobre resistência, resiliência e amor.

À equipe do CEDECA por se manter, permanentemente, de mãos dadas.

A todas as mulheres/mães integrantes do Grupo pela Vida por me acolherem no seu espaço de confiança e de partilhas de dor.

Às mulheres do Projeto Consolação por me acolherem no seu espaço, nas oficinas de artesanato e nos momentos de confraternização.

Agradeço às mulheres do Instituto Odara por desbravarem caminhos, deixando pistas para que outras mulheres se integrem à luta pelas mães que não dormem enquanto seus filhos não chegam.

Ao meu filho do coração Ícaro Vilaça, por tanto amor dedicado, de tantas e tantas formas: nas leituras, revisões, nas palavras carinhosas e olhar sempre atento.

Aos companheiros com os quais o NEIM me presenteou e que encheram de afeto e sorrisos a caminhada: Viviane Hermida, Bianca Leite, Claudenilson Silva e Dede Fatuma

A Janja Araújo, minha orientadora.

## **Cabô**

Quase vinte e um  
Pai de um, quase dois  
E depois das 20 horas  
Menino, volte pra casa!  
Cabô

Ô neide, cadê menino?  
Cabô, quinze anos de idade  
Incompletos seis  
Eram só 6 horas da tarde  
Cabô, cadê menino?

Quem vai pagar a conta?  
Quem vai contar os corpos?  
Quem vai catar os cacos dos corações?  
Quem vai apagar as recordações?  
Quem vai secar cada gota  
De suor e sangue  
Cada gota de suor e sangue

**Luedji Luna**

## RESUMO

Este trabalho tem como objetivo tecer considerações sobre aspectos das experiências de mulheres/ mães, vitimadas pela violência letal praticada por policiais militares contra jovens e adolescentes. Tomando como perspectiva a racialidade e o pressuposto de que o racismo é fundante das relações e das políticas de vida e morte, busco, a partir do ponto de vista do feminismo negro, as ferramentas adequadas à análise das experiências de mulheres negras durante o luto originado da violência institucional. Trata-se de um estudo que toma o gênero como organizador das relações sociais, considerando que, ao mesmo tempo em que é moldado pelas assimetrias de poder, ele é determinante nos processos de descontinuidades históricas e de deslocamentos nas relações. Assume grande importância neste estudo a interseccionalidade, uma ferramenta essencial às análises que buscam flagrar, na complexa articulação entre raça, gênero e classe social, os variados níveis de opressão e que tem a potência de identificar os mecanismos do sistema de dominação. As reflexões aqui desenvolvidas resultaram de uma pesquisa qualitativa desenvolvida com três grupos de interlocutores: representantes do Estado, representantes de movimentos sociais e mulheres/mães vitimadas pela violência em Salvador, e tomaram como base os dados do Mapa da Violência de 2016. O arranjo metodológico teve como objetivo examinar pontos de vistas de grupos, diferentemente, na organização das relações. O estudo aponta para as tensões entre os discursos do Estado, e os discursos das mulheres/mães, como principal fator que caracteriza as experiências das mulheres, podendo gerar diferentes processos como por exemplo silenciamentos ou enfrentamentos. Parte dessas experiências de enfrentamento se transforma em luta e militância organizada.

**Palavras-chave:** Violência. Gênero. Interseccionalidade. Racismo. Estado penal.



## ABSTRACT

This study aims to consider aspects of the experiences of women, mothers, victims of the lethal violence practiced by military police against young people and adolescents. Taking the perspective of raciality and the assumption that racism is the foundation of life and death relations and policies, I seek, from the point of view of black feminism, the tools to analyze the experiences of black women during the mourning originated from institutional violence. This is a study that takes gender as an organizer of social relations, considering that, at the same time that it is shaped by the asymmetries of power, it is determinant in the processes of historical discontinuities and displacements in relations. Intersectionality assumes great importance in this work, an essential tool to the analyzes that seek to catch up, in the complex articulation between race, gender and social class, the various levels of oppression and a power of identification of the mechanisms of the system of domination. The reflections developed here resulted from a qualitative research developed with three groups of interlocutors: representatives of the State, representatives of movements and women / mothers victimized by violence in Salvador, and based on data from the 'Mapa da Violência' of 2016. The methodological arrangement had to examine groups' views differently in the organization of relations. The study points to the tensions between state discourses, and women's / mothers' discourses, as the main factor that characterizes the experiences of women, and can generate different processes as, for example, silencing or confrontation. Part of the experiences of confrontation turns into organized struggle and militancy.

**Keywords:** Violence. Genre. Intersectionality. Racism. criminal State.

## **SUMÁRIO**

<b>1 INTRODUÇÃO</b>	12
1.1 O CHAMADO	12
1.2 O CAMINHO DA PEDRINHAGEM	14
1.3 O CAMINHO DEIXADO PELAS TEÓRICAS DO PONTO DE VISTA	17
1.4 MULHER/MÃE NEGRA: SUJEITO EM CONSTRUÇÃO	20
1.5 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: INTERLOCUÇÃO POSSÍVEL E ESTRATÉGICA	23
1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS	25
<b>2 REPRESENTAÇÕES, ESSENCIALISMOS E INTERSECCIONALIDADE NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS E ADOLESCENTES</b>	27
2.1 DO QUE FALAM OS SILÊNCIOS?	30
2.2 DADOS ESTATÍSTICOS DA DESIGUALDADE NO DIREITO À VIDA	36
2.3 ARTICULAÇÃO DAS VELHAS CATEGORIAS E A REPRODUÇÃO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA	45
2.4 GÊNERO, RAÇA E MASCULINIDADES	59
2.5 INTERSECCIONALIDADE: FERRAMENTA ESSENCIAL À DISPUTA DE DISCURSOS	65
2.6 O RACISMO FUNDANTE DO PROJETO DE MODERNIDADE	70
2.7 MATERNIDADE COMO DIREITO: ESSENCIALISMO TÁTICO	76
<b>3 DINÂMICAS DE PODER CONSTITUINTES DAS RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES/MÃES E O ESTADO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA</b>	79
3.1 CARTOGRAFIAR O PODER E COMPREENDER SEUS DIFERENTES FLUXOS: CONDIÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE	83
3.2 A CONSTRUÇÃO DO NÃO-SER	87
3.2.1 Tudo penal na cidade do colonizado	95
3.2.2 As necropolíticas de poder	105
3.2.3 A dimensão pedagógica do luto das mães	111
<b>4 DA MARCHA FÚNEBRE DO LUTO À RETUMBANTE MARCHA DA LUTA: UMA TRILHA CONSTRUÍDA DE DOR E DE EMPODERAMENTO</b>	117
4.1 GÊNERO E RAÇA: COMO ESSES MARCADORES SE ORGANIZAM ENQUANTO ORGANIZAM A LUTA DAS MULHERES/MÃES	119

4.2 MARCHAS QUE VÊM DE LONGE	125
4.3 MODELOS DE RE-EXISTÊNCIA POSSÍVEIS	130
4.3.1 Em nome das mães	130
4.3.2 Movimento Mães de Maio: uma contra-narrativa à marcha silenciosa	136
4.3.3 A experiência da AMAFAVV - Associação de Mães e Familiares de Vítimas Violência do Espírito Santo	139
4.3.4 Grupo Pela Vida: A voz das mães de Salvador	141
4.3.5 Redes de enfrentamento à violência	151
4.4 JORNALISMO ALTERNATIVO: UM CONTRA-DISCURSO À CONSTRUÇÃO DO NÃO SER	154
4.5 MUROS OU PONTES? O CENÁRIO DA LUTA DAS MULHERES MÃES DE SALVADOR	156
<b>5 CONSIDERAÇÕES FINAIS</b>	162
5.1 PROCESSOS DE SILENCIAMENTO	165
5.1.1 Processos de deslocamentos	168
5.1.2 Processos de enfrentamento	169
5.1.3 Últimas conversas do caminho	171
REFERÊNCIAS	175

# 1 INTRODUÇÃO

## 1.1 O CHAMADO

*“Minha mãe (todas as mães negras cujos filhos partiram) tu me ensinaste a esperar, como esperastes nas horas difíceis. Mas a vida matou em mim esta mística esperança. Eu já não espero, sou aquele por quem se espera.”*

Agostinho Neto

O que trago no texto que se segue são percepções sobre dinâmicas que, concebidas juntamente com o projeto de colonização do Brasil, que alterou o destino de homens e mulheres de cidadania africana, tentam se naturalizar através de um ciclo de reprodução e retroalimentação. Busco, por meio de reflexões propostas aqui, pinçar do roteiro pretensamente prescrito para a história das relações nos contextos de colonização, uma problemática que se revela estratégica ao processo de genocídio do povo negro. Tomo como sujeitos dessa controvérsia social, as mulheres/mães negras, buscando flagrar, do cenário de tensões que atravessam as relações entre colonizadores e colonizados, aspectos que caracterizam as experiências das mulheres. O cenário que trago é um cenário de dor, de lutos que se alternam entre diferentes mulheres, em diferentes temporalidades. Para formular as minhas percepções sobre tais cenários, empreendi a busca de ferramentas teóricas capazes de desconstruir a lógica da reprodução e da naturalização das cenas, de imagens nas quais mulheres, mães, avós e tias, numa inversão do ciclo da vida, cumprem o ritual de sepultamento de seus jovens, adolescentes e crianças, cujas vidas foram interrompidas por força da lógica imperialista e racista do Estado.

O que apresento neste texto são considerações traçadas na minha transitoriedade na citada problemática. Fui chamada a ser testemunha de fatos ou processos que se constituem na desigualdade de forças. Busquei atender ao chamado, traçando um caminho metodológico que me permitisse flagrar, sob diferentes ângulos, aspectos que caracterizam as experiências de mulheres/mães, negras, vitimadas pela violência policial contra seus filhos. O caminho tem como principal busca ou objetivo, flagrar aspectos das relações que se estabelecem entre as mulheres/mães e o Estado a partir da experiência de perda dos filhos, perda consequente de intervenção de agentes policiais.

Ser testemunha de experiências de mulheres que foram vitimadas pela lógica que molda as políticas de segurança pública no Estado da Bahia significa

transitar por diferentes lugares, desde cenas públicas que articulam dor e política, luto e luta – e que me convocam a acompanhar e atuar através das mesmas linguagens, como também em cenas silenciosas, onde a arte surge como mediação entre dor e realidade. Cenas de lamentos, lembranças, narrativas de sonhos e das saudades, onde abraços parecem ser a única saída, convocando a um enredamento, uma cumplicidade ética, que tem como premissa o cuidar e o denunciar.

Uma pesquisa é também uma denúncia? A minha incursão nas cenas é mediada por valores que porto na bagagem. Uma pesquisa engajada, militante, aporta-se em valores de justiça e igualdade, ciente da dimensão política que molda relações sociais e produção de conhecimento, comprometendo-se em atentar para as estratégias históricas implicadas na produção de poder e saber. Neste sentido, a pesquisa engajada denuncia a forma como as políticas de poder e de produção de saber vêm, historicamente contribuindo para a reprodução dos ciclos de desigualdade racial e desigualdade de gênero. Esta tarefa requer ferramentas de análise capazes de produzirem deslocamentos e descontinuidades e de integrarem-se ao levante contra o epistemicídio.

Nesta incursão busquei ampliar o olhar de testemunha para especificidades que se constituíram também como objetivos: descrever o panorama da violência que atinge as famílias, moradoras de bairros populares, perpetrada pela presença da polícia militar em Salvador; discutir estratégias de enfrentamento que emergem nas experiências das mulheres frente aos mecanismos de implementação do Estado penal e das necropolíticas de poder; analisar, num panorama nacional, o movimento de organização e coletivização das lutas e resistências das mulheres/mães vitimadas, buscando situar, neste cenário nacional, a luta organizada em Salvador.

Em todo o Brasil avança a peregrinação de mulheres/mães negras entre cemitérios, Institutos Médicos Legais, instituições jurídicas, Fóruns, atos públicos, etc. Esta peregrinação representa o outro lado dos mapas da violência, nos quais, os indicadores mais altos, apontam para vitimização dos jovens e adolescentes negros. Leituras dos mapas a partir das lentes do gênero tornam visíveis a problemática que afeta diretamente as mulheres, mães, avós, tias, irmãs, etc, expondo, sobretudo, a maternidade partida. Enquanto, durante um período de dez anos, no estado da Bahia, mulheres negras protagonizavam, sozinhas, em sua grande maioria, as lutas cotidianas que garantiriam a seus

filhos, moradia, educação, alimentação, etc, sendo elas muitas vezes as únicas a torcerem pelos filhos, o Estado deu um salto do décimo primeiro lugar, em 2002, para o quarto, em 2012, no índice de mortalidade de jovens por armas de fogo<sup>1</sup>.

## 1.2 O CAMINHO DA PEDRINHAGEM

Foi já a certa altura, tendo transitado por diferentes cenas e testemunhado algumas histórias, que tomei conhecimento do nome do caminho, a mim “revelado” por uma das interlocutoras que me conduziu na travessia. Após concluir a entrevista de Dandara<sup>2</sup>, mãe de Luciano, morto em 2007<sup>3</sup>, continuamos a conversar sobre questões relacionadas à vida cotidiana, trabalho, emprego, renda, etc. Ela me falava sobre o que mais gostava de fazer e sobre os seus talentos. Contava das suas habilidades com artesanato, com pintura, bordado, aplicação de pedras, técnica à qual ela chama de “pedrinhagem”. Fala-me da sua vontade de dar aula de “pedrinhagem” para outras mulheres vitimadas, que tiveram experiências semelhantes às suas e ajudá-las na travessia pela experiência. Dandara então passou a me narrar que, quando vivo, Luciano, o seu filho caçula, o mais novo entre os quatro filhos, gostava de lhe ajudar. Ele organizava as pedrinhas, ia enfileirando, formando caminhos, enquanto ela fazia os bordados. Foi aos quinze anos que Luciano teve a sua vida ceifada.

O percurso de uma pesquisa sobre temática tão complexa é todo marcado de incertezas e interrogações acerca de que direções tomar e de que desenho, que formato, este caminho deverá construir. A controvérsia social abordada abarca uma complexidade de atores e necessário se faz estar atenta às diferentes percepções que se cruzam. Penso que pedrinhas espalhadas pelo caminho me conduziram, como pegadas solidárias que orientam o peregrino. Fiz o caminho da “pedrinhagem”, onde diferentes direções percorridas, em vez de me fazer me

---

<sup>1</sup> Os dados têm como fonte o Mapa da Violência de 2015, publicado no ano de 2016.

<sup>2</sup> Às interlocutoras da pesquisa, mulheres/mães, moradoras de Salvador, foram atribuídos nomes fictícios. Entretanto, atendendo aos seus pedidos, os nomes reais dos seus filhos foram mantidos. Às interlocutoras integrantes de movimentos sociais, também foram atribuídos nomes fictícios. Aos dois grupos foram atribuídos nomes de mulheres que viveram, no Brasil, à diáspora negra, e se tornaram referências pelas lutas que protagonizaram. Algumas mulheres ativistas integrantes de movimentos sociais, figuras públicas, tiveram os seus nomes preservados. Algumas mulheres/mães, cujos casos se tornaram emblemáticos, tendo alcançado visibilidade no Brasil, tiveram seus nomes reais preservados. Os representantes do Estado são identificados, no texto, pelas iniciais de seus nomes.

<sup>3</sup> A experiência de Dandara é narrada com mais detalhes no capítulo seguinte.

perder, me ofereceram perspectivas para que pudesse pensar partir da complexidade do problema.

Foi tentando flagrar as tensões entre diferentes pontos de vista, numa tentativa de visitar diferentes ângulos de visão, que defini os três grupos de interlocutores da pesquisa: representantes do Estado, representantes de movimentos sociais e mulheres vitimadas pela violência. O termo mulheres vitimadas passou a ser utilizado a partir da convivência com os grupos de mulheres (pois assim elas se auto nomeiam) e traduz a necessidade de um alinhamento com a linguagem por elas adotada. É comum, às mães engajadas nas lutas, adotarem o nome do seu filho como sobrenome. Elas afirmam representarem a voz de seus filhos. Segundo essas mulheres, elas falam em nome dos filhos.

A metodologia adotada reflete as permanentes tensões que moldam as relações que se atravessam no problema da pesquisa. O caminho segue em busca dos sujeitos nos seus diferentes lugares, perpassa as assimetrias das relações, buscando flagrar como se organizam os discursos nas diferenças de gênero, de classe e de raça. Busquei percepções parciais ancorada nos debates sobre os saberes localizados e sobre outra objetividade, nos quais Donna Haraway (1995, p. 24) aparece como uma referência: “mas é precisamente na política e na epistemologia das perspectivas parciais que está a possibilidade de uma avaliação crítica objetiva, firme e racional”.

Optei, nesta pesquisa qualitativa, por ouvir o ponto de vista dos diferentes sujeitos, por meio de entrevistas semiestruturadas. Com as mulheres/mães, busquei que o tempo me trouxesse as respostas, para isso, além da realização de entrevistas semiestruturadas, estive como observadora participante em atividades de grupos, oficinas, reuniões e eventos em geral que compõem as agendas dos grupos, além da realização de um grupo focal.

Constituíram-se como importantes fontes de pesquisa: o livro *Mães em Luta*, publicado em 2016, marco de comemoração de dez anos de luta do movimento *Mães de Maio*<sup>4</sup> que traz depoimentos de mães vitimadas pela violência policial no Brasil, recontados por jornalistas que integram a Ponte

---

<sup>4</sup> O livro *Mães em Luta* é o resultado de um trabalho dos jornalistas da Ponte Jornalismo, publicado em 2016 em comemoração aos dez anos de existência do Movimento *Mães de Maio*, que, sob a coordenação da paulista Débora Silva, representa uma forte expressão da luta de mães contra a violência policial e impunidade. Débora Silva, assim como outras centenas de mães, foi vitimada pela chacina praticada pela polícia contra jovens do sexo masculino, ocorrida em 2006, em São Paulo.

Jornalismo; os Mapas da Violência<sup>5</sup>, bem como notícias sobre violência, publicados em jornais eletrônicos e nas redes sociais, nos quais busquei identificar percepções de leitores por meio dos comentários registrados.

Os Mapas da Violência adquirem cada vez mais importância ante a emergência de se apreender, compreender e problematizar o contexto da violência que afeta majoritariamente jovens, adolescentes e crianças negros, moradores dos bairros populares das grandes cidades. A evolução dos mapas tem contribuído na construção de conhecimento sobre o perfil das vítimas: raça/cor, idade, sexo, bem como sobre as modalidades de crimes. As informações disponíveis são suficientes para embasar o debate sobre a perpetuação da violência contra os corpos negros que continua a escrever a história de mulheres que, continuamente marcadas por brutais intervenções colonizadoras, protagonizam cenas quase diárias de mães que sepultam os seus filhos, invertendo o ciclo natural da vida.

---

<sup>5</sup> O Mapa da Violência consiste num estudo evolutivo que resulta numa série de publicações sobre o quadro da violência no Brasil, sob a coordenação de Julio Jacobo Waiselfisz. A partir de 2005 com a promulgação do Estatuto do Desarmamento, o Mapa da Violência voltou o seu foco para a virulência das armas de fogo no país.



### 1.3 O CAMINHO DEIXADO PELAS TEÓRICAS DO PONTO DE VISTA

O presente trabalho intenta seguir as pistas da revolução que vem sendo protagonizada por intelectuais feministas negras, que, ao problematizarem categorias de análise universalizantes que construíram as ciências e o próprio feminismo, vêm afirmando o ponto de vista das mulheres negras. Situadas historicamente em condições de opressões interseccionais, nas quais diversos fatores sociais se combinam, gerando maior opressão às mulheres negras possuem pontos de vista comuns, formulados a partir da semelhança de experiências (COLLINS, 2012, p. 106). Desta forma, as intelectuais negras desafiam ideias imperializantes que têm a pretensão de explicar a relação entre os opressores e os sujeitos subalternizados(as) tentando negar aos grupos mais oprimidos a dimensão da consciência sobre a sua experiência.

Trazendo para o debate sobre aspectos do pensamento feminista negro, as vozes de diferentes mulheres, de diferentes gerações, classes sociais, formação, tendo em comum a experiência de diáspora negra, Patricia Hill Collins (2012, p.109) afirma que o que constitui o ponto de vista das mulheres negras é o legado de luta.

Ao apontar para as falsas promessas da objetividade conclamada nas ciências modernas, Donna Haraway (1995, P.21) afirma que “apenas a perspectiva parcial promete visão objetiva” e convida a um projeto de objetividade que se ocupe do conhecimento localizado, atento à limitação da localização:

Assim, de modo não muito perverso, a objetividade revela-se como algo que diz respeito à corporificação específica e particular e não, definitivamente, como algo a respeito da falsa visão que promete transcendência de todos os limites e responsabilidades (HARAWAY, 1995, p.21).

Donna Haraway (1995, p. 23) tece considerações sobre o que para ela seria o risco de romantizar a visão dos subjugados. Nesta linha, ela considera que, ainda que habitemos o terreno subterrâneo dos saberes subjugados, isso não é a garantia de uma avaliação crítica ou de uma decodificação da experiência. A autora amplia os seus argumentos trazendo alguns elementos, que segundo ela, caracterizam as situações de repressão: o esquecimento, a desaparecimento e negação. Pretendo, a partir do debate que proponho no próximo capítulo a partir da metáfora da “máscara de ferro” ampliar as reflexões a respeito da consciência e do ponto de vista no contexto de repressão. Para

Haraway a visão de baixo necessita de habilidades com corpos e linguagens e com a mediação da visão.

As provocações propostas por Donna Haraway se direcionem para uma proposta de articulação de perspectivas parciais, que me parece convergir com o que assinalou Patricia Collins (2012):

Assim, como muitas outras feministas, quero argumentar a favor de uma doutrina e de uma prática da objetividade que privilegie a contestação, a desconstrução, as conexões em rede e a esperança na transformação dos sistemas de conhecimento e nas maneiras de ver. Mas não é qualquer perspectiva parcial que serve; devemos ser hostis aos relativismos e holismos fáceis, feitos de adição e subsunção das partes (HARAWAY, 1995, p. 24).

A tradução dos pontos de vista dos sujeitos da pesquisa, na tarefa de testemunhar, no desenho assimétrico do caminho, as relações de forças e o que aprendem os sujeitos nestas relações, terá que partir de uma escuta sensível e responsável, que reconheça as limitações implicadas na transitoriedade da pesquisadora e da visão corporificada, usando o termo adotado por Donna Haraway (1995). Examinar os pontos de vista requer uma busca de compreensão das hipóteses que formulam os conhecimentos dos sujeitos, desafio diante do qual erguem-se grandes limitações. Necessário se faz reconhecer a parcialidade dos resultados, apontando para a necessidade de uma contínua ampliação e aprofundamento.

A inspiração para um caminho em busca da voz de mulheres que experimentam experiências de maior opressão, vem sobretudo de teóricas das teorias afrocentradas e das perspectivistas que contribuíram para romper o silêncio sobre os problemas de sujeitos subalternizados. A opção por examinar as vozes de sujeitos posicionados de formas diferentes das teóricas nas cartografias de poder ancora-se, principalmente, nas problematizações encontradas na teoria do ponto de vista que propõe um olhar investigativo sobre as instituições onde são forjados os discursos e as práticas dominantes. Para Sandra Harding (2012, p. 47), as práticas conceituais das instituições dominantes atuam no sentido de fazer parecerem naturais as situações de opressão, visto que elas mantêm e regulam tais situações.

Ao assinalar o caráter político, a importância da prática e das lutas políticas na construção de um projeto de ciências feministas implicadas na construção de diferentes formas uma consciência grupal, Sandra Harding (2012) assinala que este projeto deve engajar-se nas transformações de práticas

científicas produzindo investigações mais exitosas (p. 49 e 50). Neste sentido, não interessa às mulheres apenas conhecerem as afirmações dos grupos dominantes para escolher quais políticas são favoráveis ou quais obstruem o conhecimento. Às mulheres interessa modificar as práticas científicas (p. 50).

À teoria do ponto de vista interessa, além de investigar as percepções dos grupos oprimidos, examinar a perspectiva dominante, de maneira a flagrar as tensões que atravessam as relações de poder, opondo-se à crença de que tais relações se constroem de forma natural. Desta forma dedica-se a

trazar el mapa de las prácticas del poder, de las maneras en que las instituciones dominantes y sus marcos conceptuales crean y mantienen relaciones sociales opresivas. Segundo, lo hace ubicando un dato nuevo para la comprensión de como funciona una estructura social jerárquica em cualquier desventaja o forma de opresión material y política (HARDING, 2012, p. 51).

Nesta direção, Sandra Harding (2012) estabelece um diálogo com o pensamento de Patricia Collins (2012) ao lembrar que a autora mostra como a sociologia busca etiquetar as mulheres negras como anormais e, dessa forma, localizam nelas próprias as causas da sua opressão, em vez de afirmar o problema criado por uma estrutura social racista e sexista.

Sandra Harding (2012, p. 55) traz para o conjunto das suas argumentações a favor da teoria do ponto de vista um importante aspecto: segundo ela, ao examinar as práticas conceituais dominantes, a teoria do ponto de vista busca examinar a lógica do descobrimento, ou seja, como se justificam as hipóteses que produzem tais práticas, estendendo-se assim à compreensão do contexto do descobrimento. As hipóteses que dão origem às teorias dominantes contribuem na evolução do conhecimento ocidental, hegemônico, fazendo parecer naturais as desigualdades sociais.

Penso que estudos sobre sujeitos subalternizados, que articulam temas como sexismo, epistemicídio, genocídio, etc, podem se favorecer da lógica de pensamento defendida pela Teoria do ponto de vista, sobretudo da lógica do descobrimento. As máscaras que tentaram silenciar a opressão racial são práticas resultantes de um projeto de produção de conhecimentos ancorados na perspectiva parcial hegemônica.

#### 1.4 MULHER/MÃE NEGRA: SUJEITO EM CONSTRUÇÃO

A autora Patrícia Hill Collins (2012) expressa muito bem o problema que afeta a produção de conhecimentos sobre o povo negro, gerado pelo processo histórico de epistemicídio que negou a homens e mulheres negras o lugar de sujeitos do conhecimento. Para a autora, o pensamento feminista negro é atravessado por tensões definitórias que fazem com que tal teoria abarque significados diversos e contraditórios, problema que torna quase impossível a construção de uma autodefinição por parte das mulheres negras (p. 100). A autora cita o termo “negro” como vítima de uma série de ataques ou de esvaziamento de significado que produzem um cenário desfavorável ao projeto de construção do pensamento feminista negro. “En conjunto, estas transformaciones dieron lugar a un contexto político e intelectual muy diferente para el pensamiento feminista negro” (p. 100). Ela segue, trazendo a voz de diferentes mulheres, reafirmando que, embora distintas, as mulheres negras estadunidenses constituem um grupo único (p. 101).

Também no contexto brasileiro, uma pesquisa interessada em ocupar o espaço científico com os problemas que afetam as mulheres negras, terá que lidar com o desafio de trazer um sujeito em construção, cuja identidade é uma categoria inteiramente instável e se reescreve no curso da experiência. O problema do sujeito mulher negra é anterior aos debates sobre as contingências ou instabilidades dos sujeitos. Reside no interior das práticas dominantes de produção de conhecimento pautadas em interesses nos quais a invisibilidade dos sujeitos mulheres negras colabora na afirmação do eu hegemônico.

No contexto desta pesquisa o sujeito é uma articulação de marcadores sociais e experiências: mulheres/mães, cujas experiências, incluindo a maternidade, se constroem a partir de fatores de raça, classe e sexo, vindo a sofrer alterações ou reorganizações a partir da perda do filho, ou dos filhos, por meio de ação de agentes representantes do Estado.

Ao utilizar o termo “mãe” para descrever o sujeito, busco acionar sentidos associados ao que as feministas pós-coloniais vêm chamando atenção, os essencialismos estratégicos, ou essencialismos táticos (BAHRI, 2013), a força da necessidade de se utilizar uma categoria essencializadora com fins de se alcançar um objetivo, que aqui consiste em considerar as experiências relacionadas à maternidade como constituintes do gênero. Busco, ao adotar categoria mulheres/mães, manter a atenção na dimensão da maternidade,

chamando atenção para o fato de que violações de direito que caracterizam as experiências das mulheres negras e pobres, atravessam essa dimensão.

Nomear mulheres negras se constitui num ato político, sujeito a tensões que requerem uma revisão dos debates sobre o que torna esta categoria possível. Algumas teóricas vêm se dedicando a produzir conhecimentos e publicações sobre as políticas de identidades. Avtar Brah (2006, p. 335) buscou mostrar como o termo “negro” operou como sinal contingente em diferentes circunstâncias políticas a partir da migração deste termo no contexto da Grã-Bretanha. A autora defende que “negro” possui componentes culturais e políticos e por isso não precisa ser tomado em termos essencialistas. Para ela o termo se adequa às especificidades das culturas nas diásporas. Nos países colonizados a articulação entre negro e classe sempre atuou no sentido da inferiorização do status social. No caso do Brasil, o discurso fundado no mito da democracia racial, oculta, quando é conveniente, identidades raciais de grupos mais pobres, buscando dar mais ênfase às questões de classe, atribuindo à pobreza as situações de vulnerabilidade, como se ela fosse um fato isolado.

Embora tenham representado grandes avanços, os debates sobre os riscos das categorias fixas, permanecem ainda em pauta nas discussões sobre como a diferença e a política de identidade podem ser utilizadas a favor dos grupos que foram mais desfavorecidos. Ochy Curiel (2002), que integra o debate sobre identidades, compreende que esta categoria deve ser utilizada com fins estratégicos, buscando compreender e descrever os sujeitos no local de suas experiências aponta a dupla implicação na utilização do termo “negra”. Para ela:

Esta política de identidad ha colocado a algunas mujeres negras en grandes dilemas ya que por un lado entienden que es importante reafirmar la negritud como estrategia necesaria en la lucha política y por otro lado refuerza estereotipos y autoexclusiones, y sobre todo podría perder de vista las causas reales del racismo (CURIEL, 2002, p. 98).

Ochy Curiel (2002, p. 103) empreende uma cuidadosa análise dos aspectos favoráveis e desfavoráveis da política de identidade. Segundo ela, no que diz respeito às identidades raciais, o feminismo aponta aspectos problemáticos: a identidade traz essencialismos e etnocentrismos, porém não assume essas categorias como regulações sociais. A autora traça as suas considerações a partir do ponto de vista das próprias mulheres negras. Neste sentido, afirma a importância de se tomar as identidades como produções

sociais flutuantes para não cairmos em essencialismos ao mesmo tempo em que defende que “el análisis de la política de la identidad debe partir de un entendimiento de cómo se van elaborando los conflictos sociales y los discursos hegemónicos, para poder visualizar sus profundas contradicciones” (Ochy Curiel, 2002, p. 11). A construção ou desconstrução de identidades deve ser uma opção implicada num compromisso com a busca de estratégias de investigação que denunciem a articulação entre patriarcado, racismo e capitalismo.

Sustentar mulher negra como sujeito da pesquisa, apontando o racismo como um dos principais determinantes da opressão, se por um lado exige a desconstrução dos estereótipos ou representações que tentam aprisionar os sujeitos em categorias, por outro, convoca a atenção às construções identitárias, originadas de uma articulação entre fatores históricos e experiências. Para Jurema Werneck (2010, p. 10), alguns termos, ao seu olhar, imprecisos e instáveis, vêm ao longo da história das lutas sendo contestados, criticados ou refeitos. Mulheres negras é um exemplo. Para a autora, as mulheres negras, como sujeitos identitários e políticos são uma construção, o “resultado de uma articulação de heterogeneidades, resultantes de demandas históricas, políticas e culturais” (WERNECK, 2010, p. 10). As heterogeneidades se constroem nas temporalidades e nas localidades. Embora as diversidades possam ser tomadas no sentido da particularidade das experiências de opressão, Werneck destaca que elas se referem também às diferentes lutas, nos diferentes tempos e locais, contra o aniquilamento.

Na formação e expansão desta diáspora, as articulações empreendidas tinham e têm como âncora principal a luta contra a violência do aniquilamento – racista, heterossexista e eurocêntrico – com vistas a garantir nossa participação ativa no agenciamento das condições de vida para nós mesmas e para o grupo maior a que nos vinculamos (WERNECK, 2010, p. 10).

Como estratégia de luta contra o aniquilamento das mulheres negras nas pesquisas, seguindo as pistas das pensadoras feministas negras, é necessário e urgente refundar as investigações em novos valores, nos marcos feministas: a coletivização na construção do conhecimento, produções colaborativas, em rede, podem representar valiosas estratégias no sentido de remover as máscaras de silenciamento e tornar visíveis os sujeitos. O conceito consciência grupal,

conforme Patricia Collins (2000) sugere as coalizões entre as mulheres na produção de conhecimentos. Neste caso as conexões entre pontos de vista de mulheres oprimidas, mulheres pesquisadoras, mulheres ativistas, podem apontar os caminhos no projeto de justiça social.

### 1.5 ORGANIZAÇÕES SOCIAIS: INTERLOCUÇÃO POSSÍVEL E ESTRATÉGICA

A condição das mulheres/mães e a violação de direitos que se expressa através da violência contra adolescentes e jovens têm sido pautadas por alguns movimentos e organizações sociais no Brasil, especialmente aqueles que conectam as questões raciais às causas das mulheres, tema que será melhor abordado no terceiro capítulo deste trabalho. Interessa aqui assinalar que nas potenciais conexões que vêm se construindo entre algumas organizações sociais e os grupos e movimentos protagonizados pelas próprias mulheres vitimadas, são gestadas importantes estratégias de enfrentamento da problemática social aqui tratada, acionando, em tais estratégias, a consciência grupal das mulheres. Algumas destas organizações ou projetos, cujos nomes citarei a seguir, se constituíram, por meio de suas representantes, em fundamentais interlocutoras no caminho da pesquisa.

O Instituto Odara<sup>6</sup>, organização que se dedica a ações voltadas para o empoderamento das mulheres negras e à denúncia das desigualdades raciais e de gênero, lançou na sua agenda de ações o projeto “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, um projeto de campanha publicitária pela redução da violência policial que tem como principal estratégia levar ao público as narrativas de mulheres mães vitimadas. Ainda, a partir da campanha Parem de nos Matar, que tem como objetivo o enfrentamento da violência contra a mulher, a Rede de Mulheres Negras<sup>7</sup> lançou a campanha Parem de Matar nossos Alunos, em parceria com escolas públicas, com o objetivo de chamar a atenção da sociedade para os altos índices de crimes contra os jovens.

O Projeto Consolação<sup>8</sup> vem oferecendo apoio a mães, avós e tias vitimadas pela morte de seus jovens e adolescentes. A metodologia adotada prioriza a arte-

---

<sup>6</sup> Odara - Instituto da Mulher Negra, Instituição Não governamental, Salvador/Bahia.

<sup>7</sup> Rede que articula diferentes organizações de mulheres negras em torno de uma agenda de combate ao racismo e ao sexismo. Uma das principais ações é a Marcha das Mulheres Negras.

<sup>8</sup> O Projeto Consolação é uma iniciativa das Irmãs Missionárias Médicas de Maria, uma comunidade religiosa inserida no Nordeste de Amaralina, Salvador/Bahia. Ele tem a função de trabalhar com as famílias sofridas, oferecendo-lhes um espaço de escuta e apoio.

terapia, buscando fortalecer uma agenda positiva e promover a superação da dor através da arte. O Projeto tem como princípio o sigilo, a segurança das mães e a resiliência. Está sediado num local próximo às áreas de mais conflito no Nordeste de Amaralina (Salvador - BA) o que facilita o acolhimento das mulheres residentes no bairro. A equipe de coordenação realiza visitas domiciliares, tanto às mulheres que sofreram perdas recentes, quanto àquelas que, tendo vivido esta experiência há mais tempo, mostram-se mais fragilizadas e incapacitadas de participarem das atividades.

O CEDECA, Centro de Defesa da Criança e do Adolescente, é uma Organização Não Governamental que mantém entre as suas linhas de ação o fortalecimento de famílias que perderam os filhos em situações de violência e a luta contra a impunidade. Integram a sua agenda de trabalho reuniões com mães e pais que perderam filhos, apoio nos processos jurídicos, parcerias nas campanhas e manifestações. A atuação do CEDECA em casos de violência deu origem ao “Grupo Pela Vida”, formado por mães vitimadas e familiares que desenvolvem ações de mobilização, tanto tentando dar agilidade aos processos, como também, lutando pela redução da violência.

Aqui introduzo o dilema das representações a partir do debate proposto por Gayatri Spivak (2010, p. 47-49) sobre a soberania da subjetividade. A autora problematiza a utilização do sujeito individual por meio de conceitos totalizadores de poder e de desejo. Para ela, o mundo de representações, na cena da escrita, dissimula a escolha e a necessidade de heróis. Ela defende que é preciso considerar as duas formas de representação, atentando para os riscos de deslocamentos dos sujeitos. O debate proposto por Spivak oferece ferramentas para uma melhor compreensão sobre a violência epistêmica e, ao mesmo tempo, nos ajuda a refletir sobre as questões da ordem de quem fala por quem.

Considero que os movimentos aqui citados, que contam com a participação e o protagonismo das mulheres vitimadas, representam intersecções entre as experiências moldadas pelos marcadores de opressão e os conhecimentos construídos por meio de práticas não formais. As representações aí produzidas partem do conhecimento sobre as situações específicas de mulheres, sujeitos da pesquisa, permitindo aos movimentos representá-las nos dois sentidos: falar em nome de e tornar o sujeito presente.



## 1.6 ORGANIZAÇÃO DOS CAPÍTULOS

O trabalho está organizado em cinco capítulos, sendo o primeiro deles esta Introdução. No segundo capítulo busco introduzir o leitor na problemática da pesquisa trazendo a questão central: as tensões que atravessam o campo das relações entre os discursos, tensões que, em muitos casos, produzem silenciamentos, por parte das mulheres/mães, sobre a violência a que foram submetidas. Para lançar esta questão utilizo a metáfora da “máscara de ferro”, em referência ao artifício utilizado no período colonial como punição a negros e negras, demarcando o fator racial como principal marcador determinante da situação de opressão. Tendo demarcado o racismo como estruturante das práticas e discursos que organizam as relações que moldam a organização do gênero, lanço o debate sobre como as representações sobre o feminino e como o próprio feminismo atuaram produzindo assimetrias nos direitos das mulheres, negando às mulheres negras o direito à maternidade.

Trago, para enriquecer a reflexão, dados estatísticos sobre a violência letal no Brasil. Tal debate é fundamentado nas contribuições trazidas pela interseccionalidade, enquanto categoria de análise, além de apresentar algumas considerações sobre o racismo científico.

No terceiro capítulo tento articular reflexões sobre como o poder se distribui nas assimetrias que caracterizam as relações entre as mulheres/mães vitimadas e o Estado. Busco, a partir dos debates sobre a microfísica do poder, identificar as potências localizadas na experiência de luto que mobilizam as mulheres/mães a desenvolverem conhecimento e compreensão sobre os processos criminais e a assumirem protagonismos durante os processos. Neste sentido, tento propor debates sobre a dimensão pedagógica que atravessa o luto e que se manifesta na conexão das mulheres com o conhecimento sobre si mesmas, sobre suas identidades, suas comunidades, articulando discursos sobre a violação de direitos, racismo, impunidade, etc. Procuro trazer a dimensão coletiva da produção de saberes. Tentando trazer o contexto de tensões onde se desenvolvem as experiências das mulheres, trago, de forma breve, reflexões sobre o conceito de Estado penal e sobre as necropolíticas de poder.

Ampliando a discussão sobre as práticas de poder e como elas se articulam nos grupos subalternizados, procuro, no quarto capítulo, discorrer sobre as lutas e movimentos organizados por mulheres/mães vitimadas no Brasil, trazendo ao texto alguns exemplos de movimentos protagonizados por

mulheres que se organizam em torno da violência contra jovens negros. A esta discussão procurei agregar informações sobre as articulações entre os movimentos das mulheres/mães e o jornalismo alternativo no projeto de formulação de contra-discursos, sugerindo que uma guerra se estabelece no campo das produções discursivas. No último capítulo, tento organizar considerações sobre as discussões feitas, tomando como elemento disparador ou potencializador das reflexões a memória, compreendendo-a na sua dimensão coletiva. Neste sentido, tomo a memória como direito a ser acessado, compreendido e denunciado, e para isso tomo como ilustração a Comissão da Verdade instalada em função dos crimes da Ditadura Militar. Busco, portanto, argumentar a importância de compreendermos os crimes letais praticados contra jovens, adolescentes e crianças, por policiais militares, como crimes contra a humanidade. Finalizo propondo três leituras dos processos e experiências vividos pelas mulheres/mães vitimadas: processos de silenciamento, processos de deslocamentos e processos de enfrentamento.

## 2 REPRESENTAÇÕES, ESSENCIALISMOS E INTERSECCIONALIDADE NAS CONSTRUÇÕES DE GÊNERO DAS MULHERES/MÃES NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA CONTRA JOVENS E ADOLESCENTES

*“Há uma máscara da qual eu ouvi falar muitas vezes durante minha infância. Os vários relatos e descrições minuciosas pareciam me advertir que aqueles não eram meramente fatos do passado, mas memórias vivas enterradas em nossa psique, prontas para serem contadas. Hoje quero recontá-las. Quero falar sobre a máscara do silenciamento.”*

Grada Kilomba, A Máscara

É no texto escrito por Grada Kilomba (2010), A Máscara, que busco uma perspectiva para nortear as reflexões que trarei a seguir. O fragmento em destaque sugere um reencontro entre tempos e entre experiências, as experiências de homens e mulheres que vivem a diáspora negra. Permitir à memória atribuir significados à experiência presente, inclui deslocar personagens, mitos, representações, que, localizados num tempo e lugar nas narrativas, guardam elementos úteis a projetos interessados em escutar ou recontar histórias. Permitir deslocamentos apresenta-se como caminho possível e solução a problemas enfrentados nas pesquisas sobre mulheres negras, já que, o exercício de ativar a memória sobre experiências ancestrais e resgatar símbolos e arquétipos, inspira diálogos insubmissos que se opõem à lógica dos saberes cristalizados.

É Grada Kilomba, uma das teóricas e ativistas feministas, que tem colaborado com o projeto de recuperação de memórias inconscientes, memórias enterradas. Ao trazer para os debates atuais a figura da escrava Anastácia<sup>9</sup>,

---

<sup>9</sup> São diferentes as versões sobre o nascimento e origem da escrava Anastácia, em decorrência da ausência de uma fonte oficial. De acordo com uma delas, Anastácia era filha de Delminda, uma negra que, juntamente com 111 negros Bantos, foi traficada do Congo para o Brasil, num navio negreiro. Logo ao chegar ao cais porto, Delminda foi arrematada por mil réis e logo depois violentada, vindo a engravidar de um homem branco. Anastácia teria então nascido desta relação brutal. Todas as versões, entretanto, coincidem nos demais aspectos: Anastácia, nome recebido durante a escravidão, era conhecida por lutar e reagir contra a violência da escravidão e se opunha ao sistema escravista. A esta resistência e indignação somava-se o fato de ser muito bela e por isso muito cobiçada pelos homens brancos despertando-lhes desejo sexual ao que Anastácia resistia bravamente. Por causa disso foi sentenciada a usar no rosto uma máscara de ferro pela vida inteira, que era tirada apenas para se alimentar. Anastácia sofreu e suportou espancamentos, sem poder falar, sem que a sua voz pudesse ser escutada para expressar a dor ou denunciar a violência por ela sofrida. De acordo com todos os relatos, Anastácia foi condenada a usar um colar pesado além da máscara de ferro. Entretanto, a sua resistência corporal, definiram o seu posicionamento de oposição e insubordinação à violência escravista, à violência contra os negros e, sobretudo, contra as mulheres. Símbolo de resistência, passou a ser cultuada visto que, além do perfil de

propõe um conjunto de questões que contribuem para aprofundar a compreensão sobre a natureza dos silenciamentos que se instauraram nos processos de violência e tenta flagrar mecanismos que atuaram buscando sustentar, historicamente, o projeto de colonização do saber.

Grada Kilomba (2010, p. 171) nos adverte para o fato de que relatos e descrições sobre experiências não são meros relatos do passado, “mas memórias enterradas em nossa psique prontas para serem contadas.” A perspectiva por ela trazida nos convida a pensar na memória como lugar de intersubjetividades, onde, entrelaçados, passado e presente dialogam, fornecendo significados e informações à nossas experiências. Cabe pensar qual é o limite da intersubjetividade das memórias, se muitas vezes elas se apresentam como experiências individualizadas, como marcas que determinados sujeitos carregam, silenciadas e invisíveis. Histórias não contadas, lacunas, preenchidas por outras narrativas que se instalam na história, como máscaras.

Prestar atenção em representações sociais que se reproduzem na história nos fornece subsídio para construir novas lentes, ao examinarmos discursos cristalizados ou comportamentos naturalizados. Releituras de imagens vindas do passado, a partir de novas perguntas, é o caminho proposto por Grada Kilomba (2010). Dou-me, portanto, permissão, ao traçar considerações sobre aspectos relacionados à violência sofrida por mulheres – violência que vem da morte de seus filhos, em consequência da ação da polícia – para invocar a figura da “escrava Anastácia” narrada por Kilomba:

Cultuada especialmente no Rio de Janeiro, o mito da “escrava Anastácia” integra tanto as crenças da Igreja Católica, quanto as religiões de Matrizes Africanas. Vista como uma santa dos Pretos Velhos, ela é objeto de devoção no Candomblé e na Umbanda associada à paz, sabedoria e serenidade (Kilomba, 2010, p. 173). A figura da “escrava Anastácia” assume especial importância no pensamento que busco articular, na tentativa de examinar os processos de construção de representações e subjetividades das mulheres negras, as suas memórias, suas experiências e sua relação com o lugar da fala<sup>10</sup>: a forte imagem, a máscara de ferro que cobre parte do seu rosto, em especial a sua boca, tenta

---

guerreira e da luta contra a escravidão e da capacidade de liderança, revelou ainda o dom da generosidade, do amor, e o dom de realizar milagres. Fonte: site do CEERT – Centro de Estudos sobre Relações de Trabalho e Desigualdades.

<sup>10</sup> O termo “lugar de fala” está na pauta dos debates que integram feminismo e racismo e diz respeito, segundo a filósofa Djamilia Ribeiro, ao lugar onde a pessoa vive a experiência que dá origem ao seu discurso.

lhe aprisionar e impor uma interdição à sua liberdade e à sua voz. A resistência e determinação, a força física e a capacidade de se insubordinar ao que lhe estava imposto naquele momento, são elementos constituintes dessa história pouco narrada. Emudecida ante a força repressiva do objeto implantado em sua boca, Anastácia demarcou um lugar de resistência e de não assujeitamento ao destino imposto às mulheres negras escravizadas.

Kilomba (2010, p.173) dá ênfase ao fato de que a máscara é uma peça muito concreta, um objeto real, composta por um pedaço de metal colocado no interior da boca do sujeito Negro, usada a princípio para evitar que os negros(as) escravizados(as) comessem da cana de açúcar, mas especialmente para implementar o senso de mudez e de medo. Associada a memórias de repressão, a máscara simboliza o colonialismo, a dominação, o poder exercido pelo branco sobre as subjetividades do povo negro, o abuso de autoridade ao determinar quem pode falar e o que falar. O presente trabalho se integra ao campo das reflexões sobre como são designados, no campo das produções discursivas, quem pode falar e o que falar, e ainda sobre os métodos e meios de controle que regulam os corpos e as subjetividades nos sistemas sociais atuais.

A simbologia da máscara de ferro assumiu especial importância durante o exercício de desenhar o caminho da “pedrinhagem”, os caminhos da pesquisa, quando compreendi ser necessário articular pontos de vista dos sujeitos com diferentes posicionalidades na cartografia social, representantes do Estado, representantes de movimentos sociais e mulheres/mães. Ouvir o “branco” ajuda a compreender as dimensões da máscara entendendo porque a voz não é audível. Retomo a perspectiva trazida por Grada Kilomba (2010, p. 175) segundo a qual “Não deveríamos nos preocupar com o sujeito branco no colonialismo, mas sim com o fato de o sujeito negro sempre ser forçado a desenvolver uma relação consigo mesmo(a) através da presença alienante do outro branco”, para definir o lugar que o discurso hegemônico ocupa numa pesquisa sobre sujeitos subalternizados. Interessa compreender que representações se fazem presentes nas percepções das mulheres vitimadas sobre si mesmas e, sob que condições, tais representações são forjadas.

A perspectiva da “máscara de ferro” adotada na pesquisa se revelou muito potente no sentido de buscar desestabilizar saberes cristalizados sobre medo, silêncio e resistência, apontando para a dimensão relacional dos sentimentos que se manifestam nas correlações de forças. Na direção do que

disse Grada Kilomba (2010, p. 177), o medo apreensivo do colono do que o colonizado possa falar se converte num conjunto de mecanismos repressivos.

Definida portanto esta perspectiva, introduzo uma outra ferramenta teórica que norteia este trabalho: o conceito de dispositivo de racialidade proposto por Sueli Carneiro (2005) na sua tese de doutoramento. Este conceito, que será melhor analisado no segundo capítulo deste trabalho, define o marco teórico aqui adotado, a compreensão das violências como parte de um projeto racista que tem início no processo de colonização. O dispositivo de racialidade tem a potência de trazer ao debate as ferramentas teóricas propostas por Foucault (1999, p. 308), visto que o conceito representa um aprofundamento das ideias de Foucault sobre como o racismo é determinante da desigualdade no direito à vida. Tais ferramentas teóricas ou conceitos, que fornecem lentes às investigações sobre relações de poder, ampliam a compreensão sobre a questão que ocupa a centralidade das reflexões: as relações de gênero que constituem as experiências das mulheres/mães vitimadas pela violência policial contra seus filhos. Estas experiências são aqui tomadas segundo a compreensão de que situações de maior ou menor opressão resultam de uma combinação de fatores, como raça, classe, gênero, sexo, geração, etc, que podem concorrer na configuração de níveis mais elevados de interseccionalidade, perspectiva tomada a partir das contribuições do pensamento feminista negro (CRENSHAW, 2002; COLLINS, 2012).

## 2.1 DO QUE FALAM OS SILÊNCIOS?

Os mitos e as representações sobre os processos de violência que compõem a memória do Brasil permanecem presentes, amparados por sofisticadas teorias racistas que ainda alimentam o mundo das ideias de superioridade da raça branca. Nunca é demais lembrar que o racismo foi e continua a ser estruturante dos discursos midiáticos, jornalísticos e de alguns setores das ciências. Neste sentido, importa ouvir Renato da Silveira (1999) para quem:

O racismo científico foi, portanto, uma força estruturante, referência fundamental na montagem de um esquema industrial de entretenimento, controle da opinião e formação do consenso, onde novos e complexos mecanismos burocráticos de integração, enquadramento e discriminação, bem adaptados às novas condições, tornaram-se operativos. Apesar de termos banido juridicamente a discriminação, uma imensa massa de produtos e padrões racistas,

A afirmativa do autor embasa portanto a perspectiva de que ideologias equipadas por mecanismos que integram um conjunto de aparatos repressivos, físicos e simbólicos, moldam os sistemas de representações sociais e nos convidam a problematizar o lugar da mulher no ciclo da violência institucional, praticada pelo conjunto jurídico e ideológico. Por outro lado, é imperativo pensar sobre os processos de autodeterminação, sobre as possíveis estratégias de resistência e sobre como as diferentes linguagens e construções discursivas podem expressar os pontos de vista da mulher em condição de opressão.

Como afirma Fanon (2005, p. 52) a respeito das permanentes tentativas do sistema colonial e pós-colonial, de produzir representações sobre os sujeitos colonizados e os definirem: “E de fato o colono tem razão quando diz que os conhece. É o colono que fez e continua a fazer o colonizado. Somos continuamente informados e alimentados dos fatos produzidos discursivamente a respeito de grupos que não podem se nomear, por estarem excluídos dos lugares onde são definidos conhecimentos, notícias, dados estatísticos, etc. Tais fatos, baseados em estereótipos, definições racistas, preconceituosas, tentam “fazer o colonizado”. O discurso da “guerra às drogas”, eficiente na função de produzir representações sobre o povo negro e construir um imaginário social no qual os jovens negros são “envolvidos”, tem sido uma das mais perigosas ferramentas do projeto colonial de extermínio da população negra.

A violência letal praticada por agentes representantes do Estado, que transforma em vítimas fatais os jovens negros, insere as mulheres/mães numa história que, ainda que não seja narrada, está inscrita em registros no interior dos sistemas policiais e jurídicos, e passa a compor a memória social, sobre qual se impõe o véu da invisibilidade. Esta experiência marca o ingresso das mulheres num conjunto de novas relações com o sistema policial e com o sistema jurídico, relações que serão moldadas pelas produções discursivas sobre gênero que atravessam tais instituições. Não é novidade que esses discursos são ancorados em estereótipos, preconceitos e discriminação.

Mas as representações de gênero não determinam somente as relações com as instituições. Elas se mostram muito presentes também nas relações mais próximas às mulheres/mães vitimadas, relações de parentesco, de vizinhança, aprisionando as mulheres, durante o luto, a determinados lugares, mostrando a

eficácia das ferramentas do sistema, confirmando que o colono faz e continua a fazer o colonizado, como afirma Frantz Fanon (2005). As representações atuam como “máscaras de ferro” impondo às mulheres, na maioria das vezes, uma reorganização das relações, ou rompimento de vínculos, um aparente silêncio onde habitam memórias, saberes, segredos, etc.

Sobre silenciar-se, sobre “máscara de ferro”, Grada Kilomba (2010) fala do medo do branco de ouvir a verdade, e discorre sobre uma apreensão do colonizador de ouvir a verdade, os segredos. Ela associa tais impossibilidades à noção de repressão.

A repressão é, nesse sentido, a defesa pela qual o ego controla e exerce censura em relação ao que é instigado como uma verdade “desagradável”. Falar torna-se assim praticamente impossível, pois quando falamos, nosso discurso é frequentemente interpretado como uma versão dúbia da realidade, não imperativa o suficiente para ser falada, tampouco ouvida. Tal impossibilidade ilustra como o falar e o silenciar emergem como um projeto análogo (KILOMBA, 2010, p. 177).

O primeiro grupo de mulheres/mães a que a “pedrinhagem” me conduziu foi o Projeto Consolação, sediado no Nordeste de Amaralina, em Salvador - BA. Era a minha primeira incursão a áreas mais internas deste bairro e muito grande a minha expectativa e ansiedade por encontrar o grupo. O nome do projeto deve-se ao fato de estar sediado na Casa da Consolação e denota o objetivo a que se propõe: “espalhar esperança”, “oferecer às famílias espaço de escuta e de apoio”.<sup>11</sup> Inserido no corpo de uma comunidade religiosa, a Paróquia de Santo André, o projeto foi criado por iniciativa das Irmãs Missionárias Médicas de Maria.

Cheguei ao local onde se daria o meu primeiro contato com o grupo, o CSU (Centro Social Urbano), conduzida por uma moradora do bairro que, ao transitar comigo por entre ruas, que ora se estreitavam, ora se alargavam, tentava mapear para mim os locais menos violentos e os mais violentos. Frustrou-me um pouco o fato de, na minha primeira visita ao grupo, ter sido conduzida a uma religiosa, coordenadora geral do projeto, que, embora muito simpática, explicou que a minha pesquisa teria limites, que as mulheres não poderiam falar, entretanto eu poderia passar a frequentar as aulas de artesanato como se fora uma integrante, uma interessada em aprender. Ante o limite que

---

<sup>11</sup> Mais informações sobre o Projeto Consolação podem ser encontradas na página <http://casaconsolacao.blogspot.com.br/>



me foi apresentado, fiquei feliz com o caminho apontado pela religiosa e me comprometi a retornar na semana seguinte para participar da oficina. O meu retorno foi marcado pela insegurança de que identidade deveria tomar forma em mim para facilitar o meu acesso, respeitando os limites apresentados e não me tornando a “estranha” entre as mulheres? Que roupa deveria vestir na condição de observadora participante para evitar apreensões? Depois de chegar, dessa vez sozinha, ao Alto do Capim, e localizar a sede, cuidadosa por estar consciente das regras combinadas, a primeira imagem foi a das grandes grades de ferro que cobriam as janelas e a porta que dá acesso ao pequeno corredor. Entrei timidamente e imediatamente me deparei, na estreita sala, com uma mesa longa e baixinha. Debruçadas sobre a mesa e dando contorno a ela, várias mulheres pintavam tecidos. Entre elas, uma senhora simpática, de sorriso fácil, orientava o trabalho. Caminhei então até uma das coordenadoras, que já me aguardava, com quem fiz a primeira conversa. Esta passaria a ser, durante este processo, uma importante interlocutora, a quem eu poderia acessar e dialogar, trazendo o seu ponto de vista sobre as experiências das mulheres. Nas minhas visitas ao Projeto, que passaram a acontecer semanalmente, me alternava entre estar com as mulheres à mesa e conversar com as coordenadoras, as únicas entrevistadas. Foi necessário ganhar tempo para iniciar as negociações para a realização de um grupo focal.

Cabem muitas leituras e interpretações ao cuidado com a preservação e com o sigilo, com o limite ao acesso às mulheres por parte do Projeto. Fui compreendendo, através continuidade da minha presença, que era oferecido às mulheres aquilo em que se tinha mais segurança e que menos risco oferecia: o artesanato, um canal que diluía as dores, angústias, ansiedades, etc. Nos diálogos com as coordenadoras do projeto eu ia localizando mensagens e conteúdos que davam base à construção do método de abordagem às mães, o modelo que busca protegê-las. Num dos trechos da conversa com uma coordenadora, Zeferina, ela traz a seguinte percepção:

[...] uma outra situação, há anos atrás, uma senhora que teve o seu filho assassinado, enfrentava com força e coragem o policial que o tirou a vida, prometia buscar justiça, lutar, até o ameaçava de denunciá-lo, dizia ainda que se fosse um homem o mataria, e o acusou de racismo, revelando que sim, há uma consciência, uma resistência por parte das mulheres, elas não se subordinam à ideia dos assassinatos, não aceitam de forma passiva. Porém esta mulher foi desistindo, hoje vive de forma silenciosa, isolada dentro de casa, doente, muito magra, recolhida ao seu silêncio [...]. As famílias se destroem depois de perder um filho, instalam-se conflitos, pai, mãe e

filhos não conversam sobre o assunto. As mães não têm com quem falar sobre sua dor, seu sentimento, o que pensam, etc. O Projeto é uma forma de criar um espaço de fala (Diário de campo, Projeto Consolação, Salvador. 9 de novembro de 2016).

O espaço da fala ali no Projeto, fui compreendendo, se traduz num espaço de afetividades, de cuidado, permanente plantão de atendimento a angústias que porventura se manifestem através de algum sintoma, algum desconforto, algum sinal que indicasse que, naquele momento, a memória da mãe era tomada por uma lembrança forte, um sentimento mais intenso. Há um ritual, um *script*, no qual, nestas situações, as coordenadoras e ajudantes se movimentam rapidamente em direção à mãe dando massagens, oferecendo água, falando palavras positivas. Vale apelar para o humor e charadas para descontrair e trazer de volta o bem estar. O olhar profundo, distante, das mães que protagonizavam essas cenas, denotava, entretanto, o quanto as verdades, os segredos que elas portavam, constituíam-se em fatos que se deslocam continuamente do passado para o presente. Na base da linha metodológica do projeto habita a crença de que confrontar-se com o sistema gera desgastes para as mulheres e que a frustração da luta concorre para fragilizá-las.

Os pontos de vista oferecidos pelas coordenadoras do projeto sobre as condições em que vivem as mães mostram um cenário local montado a partir de violência, medo, autoritarismo, repressão e militarismo. Esperança Garcia, a segunda coordenadora, assim descreve:

A comunidade convive com muitos casos de barbaridades cometidos pela polícia contra jovens. Os policiais que cometem as barbaridades e atrocidades, muitas vezes em público, permanecem atuando no bairro, na base policial, delegacias, etc, algumas vezes sendo contemplados com cargos e promoções. O caso do policial que matou o menino Joel<sup>12</sup> é um exemplo. Existe uma quantidade muito grande de bases policiais no bairro, parece que já são cinco ou seis. Recentemente inauguraram mais uma delegacia, um exagero na implantação de unidades. Parece que a coisa é feita pra se entender que no bairro só tem marginais (Diário de campo, Projeto Consolação, Salvador. 9 de novembro de 2016).

A militarização do bairro Nordeste de Amaralina, bem como os dados sobre violência policial, exemplificam o processo que os bairros populares dos grandes centros urbanos vêm enfrentando, que resulta nos perversos quadros

---

<sup>12</sup> O caso do menino Joel se tornou, entre outros casos de crimes cometidos contra jovens, adolescentes e crianças, um caso emblemático. Joel, um garoto de aproximadamente oito anos, capoeirista, foi baleado dentro da sua casa, quando se preparava para dormir. Este caso resultou na produção do documentário “O menino Joel”.

estatísticos sobre a morte dos jovens negros no Brasil. A articulação entre a ausência de políticas públicas e a militarização será melhor discutida no segundo capítulo à luz do conceito de Estado penal. Proponho, entretanto, ao concluir este tópico, aportar reflexões sobre o Nordeste de Amaralina, no texto de Frantz Fanon, e nas imagens que ele é capaz de produzir sobre como as assimetrias na realidade social caracterizam o colonialismo:

A cidade do colono europeu é uma cidade sólida, toda de pedra e ferro. É uma cidade iluminada, asfaltada, onde as latas de lixo transbordam sempre de restos desconhecidos, nunca vistos, nem mesmo sonhados. Os pés do colono nunca se mostram, exceto talvez no mar, mas nunca se está bastante próximo deles. Pés protegidos por sapatos fortes, enquanto as ruas da cidade são limpas, lisas, sem buracos, sem pedriscos. A cidade do colono é uma cidade empanturrada, preguiçosa, seu ventre está sempre cheio de coisas boas. A cidade do colono é uma cidade de brancos, de estrangeiros. A cidade do colonizado, ou pelo menos a cidade indígena, a cidade negra, *médina*, a reserva, é um lugar mal afamado, povoado por homens mal afamados. Ali, nasce-se em qualquer lugar, de qualquer maneira. Morre-se em qualquer lugar, de qualquer coisa. É um mundo sem intervalos, os homens se apertam uns contra os outros, as cabanas umas contra as outras. A cidade do colonizado é uma cidade faminta, esfomeada de pão, de carne, de sapatos, de carvão, de luz. A cidade do colonizado é uma cidade agachada, uma cidade de joelhos, uma cidade prostrada, é uma cidade de pretos, de “turcos” (FANON, 2005, p. 55-56)

O georeferenciamento das mortes de jovens por consequência da ação policial em Salvador, converge com as “ilhas negras”<sup>13</sup>, onde é possível se observar a forte presença da população negra. O Nordeste de Amaralina exemplifica o modelo de estratificação social articulado ao fator racial. A Região do Nordeste de Amaralina se desenvolveu numa extensa área geográfica que, estendida ao longo da orla marítima, pertencia à sesmaria Ilha de Itaparica. Com a falência do sistema de capitânias e o fatiamento de terras ou fazendas, constituiu-se a Região Nordeste de Amaralina formada por Pituba, Amaralina, Santa Cruz e Ubaranas. A partir de 1950, o processo de ocupação se intensifica, atraindo grande contingente populacional, fenômeno que teve como um dos determinantes a criação da Petrobrás em 1953. Uma parcela expressiva dessa população é oriunda do Recôncavo Baiano. O crescimento da população foi ocorrendo de forma irregular, chegando a ser reconhecida como a terceira maior “invasão” de Salvador, por volta de 1974. Cercada por bairros de classe média e ocupando uma área privilegiada da cidade, a região passa a sofrer os efeitos da

---

<sup>13</sup> O termo ilhas negras é adotado por Antônia Garcia, no livro *Desigualdades sociorraciais suburbanas e o direito à cidade d'Oxum* (2014).

especulação imobiliária e os moradores são pressionados a venderem os seus imóveis.<sup>14</sup> O processo de pressão e especulação parece coincidir com o abandono da população por parte do poder público e com a crescente precarização de serviços básicos: transporte, saúde, educação, etc.

## 2.2 DADOS ESTATÍSTICOS DA DESIGUALDADE NO DIREITO À VIDA

A produção dos espaços urbanos é resultado de uma articulação entre fatores geográficos, históricos e ambientais e os marcadores sociais classe e raça. O documento Rastros de Violência em Salvador, publicado em 2011, nos informa que a distribuição de chances de morrer tem uma estreita relação com o território concreto onde as pessoas vivem. Determinadas regiões dos grandes centros urbanos vão sendo rotuladas de regiões de maior vulnerabilidade social e trazem como uma das principais informações o nível de violência. Em 2001, o documento Rastros de Violência em Salvador definiu, como estratégia de avaliação do nível de violência, a criação de um indicador ZI - Zona de Indicação, definindo 76 ZIs. Mais de 10 ZIs apresentaram taxas acima de cem óbitos para 100.000 habitantes entre 1998 e 2001, e entre elas, o Nordeste de Amaralina que apresentou, só em 2001, 116 óbitos por violência letal. Ainda de acordo com o relatório, a distribuição das mortes no bairro analisadas de acordo com as ruas disponíveis no banco de dados, mostra uma relação das mortes com variáveis socioeconômicas, especialmente a renda.

Tomando por base os números do Mapa da Violência, uma série de publicações que, sob a coordenação do sociólogo Jacobo Waiselfisz, vem desde 1998, produzindo dados sobre os homicídios no Brasil, a CPI do Senado relatório divulgou no ano de 2017, relatório que denuncia o gravíssimo fato: a cada vinte e três minutos um jovem negro é assassinado no Brasil. Uma convergência perversa vem se confirmando nos dados de todos os documentos que publicam estatísticas de violência: a vitimização majoritária de jovens do sexo masculino, de cor parda ou negra. Os dados de 1998 já apontavam para uma concentração de mortes na faixa etária de 15 a 29 anos, passando, segundo o Mapa de 2016, de 3.159 em 1980 para 25.255 em 2014, com um crescimento de 699,5%. Para Waiselfisz (2002, p. 18) o espiral da violência contra a

---

<sup>14</sup> As informações contam com a contribuição da Dissertação de Mestrado de Tania Maria Ladeia, aprovada pelo Programa de Pós Graduação em Políticas Sociais e Cidadania Na Pontífice Universidade católica de Salvador, em 2009.

juventude parece não ter fim. “Uma conclusão estarrecedora do presente trabalho é o contínuo aumento dos homicídios, sobretudo entre os jovens. Mais preocupante ainda é o fato de que o aumento dos homicídios juvenis é o responsável absoluto pelo incremento da violência homicida nos últimos 20 anos de nossa história”. Quanto ao quesito raça/cor, o Atlas da violência (2016) traz uma gritante informação: “Aos 21 anos de idade, quando há o pico das chances de uma pessoa sofrer homicídio no Brasil, pretos e pardos possuem 147% a mais de chances de ser vitimados por homicídios, em relação a indivíduos brancos, amarelos e indígena” (p. 22).

Ainda no que diz respeito à relação entre o sistema policial e as práticas de violência, de acordo com os relatores do Atlas da Violência (IPEA, 2016, p. 15), se o Sistema de Informações sobre Mortalidade (SIM) apresenta-se como uma fonte confiável sobre as mortes intencionais, o mesmo não retrata a realidade quando aplicado às mortes por ação policial. Estes dados são muito úteis nas informações sobre o perfil das vítimas, mas pouco colaboram com as informações sobre seus agressores. A comparação com outras fontes da Secretaria de Segurança Pública mostra que, não se verifica nos Hospitais, nem mesmo o registro da categoria “intervenções legais e operações de guerra” que deveria ser aplicada nestes casos. A comparação entre os dados do SIM para 2014 e os dados do Anuário Brasileiro da Secretaria de Segurança Pública, evidencia, segundo mostra o autor, uma subnotificação com uma diferença de 1.988 mortes causadas por policiais durante o serviço.

O SIM apresenta um total de 681 mortes por intervenções legais, enquanto o anuário, utilizando dados coletados diretamente dos estados através da Lei de Acesso à Informação, apresenta um total de 3.009 mortes decorrentes de intervenção policial das quais 2.669 causadas por policiais durante o serviço (IPEA, 2016, p. 15).

Os Estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Bahia apresentaram maior número de mortes por intervenções legais, com dados de 215, 225 e 97 respectivamente para o SIM, enquanto que o Anuário Brasileiro de Segurança Pública aponta para 584, 965 e 278 mortes por ações policiais. Para o autor:

Não se trata apenas de cobrar do SIM um registro mais apurado sobre essas mortes que acabam se perdendo em outros registros de homicídios, mas de cobrar das instituições policiais sua responsabilidade em relação ao procedimento de notificação a ser seguido em casos de mortes por ação policial e, acima de tudo, sua responsabilidade pelo uso da força letal. O que está em discussão é o padrão operacional das polícias e para tal a necessidade de

transparência e confiabilidade dos dados que permitam orientar esse debate. A letalidade policial é a expressão mais dramática da falta de democratização das instituições responsáveis pela segurança pública no país (IPEA, 2016, p. 15-16).

Os dados expostos escancaram a intrínseca relação entre violência e racialidade que alimentou e continua a alimentar os sistemas de dominação, bem como os sistemas policiais. A sua análise exige a utilização de ferramentas teóricas capazes de tornar visíveis estratégias que, ao tentar naturalizar os dados sobre mortes, contribuem e concorrem com a reprodução e manutenção do ciclo de violência e racismo. Certamente os dados numéricos não são dissociados de discursos carregados de subjetividades, de pressupostos, valores, que atuam na desvalorização do povo negro, atuando no projeto de “construção do outro como não ser” conforme Sueli Carneiro (2005). A economia da morte tem no racismo sua principal categoria de classificação, gerando a desigualdade no direito à vida, na economia do biopoder, conforme Foucault:

Em linhas gerais, o racismo, acho eu, assegura a função de morte na economia do biopoder, segundo o princípio de que a morte dos outros é o fortalecimento biológico da própria pessoa na medida que ela é o membro de uma raça ou de uma população, na medida que ela é elemento numa pluralidade unitária e viva (FOUCAULT, 1999, p. 308).

O extermínio da juventude negra é parte de um cenário mais amplo, o genocídio do povo negro, que, no Brasil, assumiu historicamente diferentes formas. A violência letal que vitimiza jovens e adolescentes, desestabilizando as famílias, sobretudo as mães, é a expressão de como o racismo atua retirando dos sujeitos a sua humanidade, dignidade, subjetividade, etc. As assimetrias de poder são moldadas principalmente por discursos que criminalizam os sujeitos, produzindo uma redutibilidade da humanidade do povo negro e pobre. A narrativa de Zeferina, quando perguntada sobre a relação da comunidade com a polícia, nos dá indícios dessa redutibilidade:

São muitos os casos de execução de pessoas que não traficavam, não estavam diretamente envolvidas com tráfico, apenas estavam, ou passavam por algum lugar onde estava ou onde passava um policial, ou acabou sendo integrante, vítima de uma chacina, sem nenhuma acusação. Há situações em que um policial invade uma casa, de forma ostensiva, danifica objetos, quebra geladeira (Diário de campo, Projeto Consolação, Salvador. 2016).

As representações sobre mulheres/mães pobres, negras, forjadas nos discursos dominantes de gênero legitimam os abusos autoritários cometidos por policiais. Para estas mulheres, torna-se ainda difícil tencionar deslocamentos nos lugares a elas designados nestes discursos.

Os depoimentos de integrantes de movimentos, projetos e organizações são tomados como elementos de grande importância nas tentativas de investigação e compreensão sobre as experiências das mulheres, como também sobre processos de silenciamento, isolamento, enfrentamento, resistências, etc. As características encontradas no Projeto Consolação, no que diz respeito à proteção e sigilo, ou discursos sobre processos de isolamento, silenciamento, ausência de denúncias, de enfrentamentos, podem se justificar pela territorialidade do projeto, pelas relações de vizinhança com as tensões frequentes nas comunidades.

A minha trajetória no Projeto Consolação foi finalizada com a tentativa de realização de um grupo focal que, entretanto, se manteve na mesma sintonia, não produzindo muitas novidades ou variações no clima que caracteriza o ambiente. Contrariamente, o caminho da “pedrinhagem” me conduziu a outros encontros nos quais pude flagrar outros processos como os enfrentamentos ao sistema judiciário e policial. No próximo tópico buscarei inserir neste debate duas interlocutoras, mulheres/mães vitimadas, que me introduziram em outras cenas das experiências do luto.

Dandara, que me ofereceu uma perspectiva para metaforizar o traçado, o caminho da pesquisa, o termo “pedrinhagem”, narra, no nosso primeiro encontro, como ela e Acotirene se conheceram: num programa de televisão dedicado a mulheres/mães que perderam filhos em situação de violência. Cada uma delas segurava nas mãos um pequeno cartaz com os nomes dos filhos que, como insistem em definir, tiveram as vidas ceifadas. Alexandre, com 17 anos, filho de Acotirene. Luciano, com 15 anos, filho de Dandara. Ambas olharam o cartaz uma da outra e imediatamente se entreolharam se reconheceram na mesma condição. Os dois tão amados filhos tinham sido alvo da violência policial. As duas trocaram contatos e, a partir daí, não mais se separaram, passando a participarem mutuamente do caso uma da outra.

O caso do filho de Dandara foi a júri popular no ano de 2015. Para ela, esses momentos de enfrentamento mais direto, presenciais, se constituíram nas experiências mais difíceis após a perda do filho:

O julgamento foi a parte pior. Eu não sabia que ia estar cara a cara com ele. É muito forte. Essa primeira parte foi uma mesa redonda. Ele com o advogado dele e eu com meus familiares e meu advogado. Eu comecei a falar tudo o que estava engasgado, olhando nos olhos dele. Ele abaixou a cabeça. Eu pedi que ele levantasse o rosto e olhasse para mim. Ele pediu para ser retirado da sala. Não sustentou a força das palavras e do meu olhar (Diário de campo, Shopping B. Sapateiros, Salvador. 16 de outubro de 2017).

O depoimento de Dandara nos insere num outro campo de discussão, onde se evidenciam processos de enfrentamento que, mesmo dentro de uma relação de forças desiguais, acionam sentidos associados ao poder. Conduz-nos a agregar aos marcos teóricos já anunciados, novas ferramentas teóricas, que permitam flagrar diferentes formas de poder e como essas formas circulam as relações entre os desiguais. A genealogia do poder, caminho investigativo proposto por Foucault (1979, p. 183) sugere pensar o poder como algo que circula, que só funciona em cadeia, que não está aqui ou ali, mas vai sendo apropriado por diferentes atores. Entretanto, longe de traçar uma linha que destaque apenas as apropriações de poder, busco, neste capítulo, expor os níveis de opressão a que as mulheres/mães são submetidas, pelos discursos que constituem os sistemas dominantes.

O agente policial responsável pelo crime foi condenado a dezesseis anos, mas responde em liberdade. Luciano era o seu filho mais novo, “uma criança que nunca deu trabalho”, afirma Dandara. Ela argumenta que o Estado deveria proteger o seu filho. Ele adorava jogar bola e estava brincando no campo do bairro com amigos quando o crime aconteceu.

[...] tristeza, dor, dificuldade. Eu só pensava como é que vou viver a partir de hoje. Pensava nos três filhos que tinha pra cuidar, sozinha, separada. Pedia forças a Deus. Os quatro irmãos eram muito unidos, faziam tudo juntos. Eu tinha que encontrar palavras para incentivar meus filhos a voltarem para a escola... Perdi o emprego porque diziam que eu estava faltando. Eles diziam: a vida continua. A pessoa só sabe o que é isso quando vive. Só entende o desespero, a dor, o medo, quando vive [...] Eu levei anos e anos vegetando, vegetando, para cuidar dos meus filhos, vegetando pra sobreviver. Perdi a avó dos meus filhos. Com três dias do episódio ela teve derrame [...] A minha parte mulher ficou esquecida. Era um medo que tomava conta de mim que fazia com que eu pensasse que ia perder outro filho. Eu vim me olhar no espelho depois que meus filhos ficaram adultos [...] No meu inconsciente eu achava que se eu me afastasse dos meus filhos ia acontecer alguma coisa com eles. Tinha muito medo de enlouquecer. Recebia às vezes a visita do CEDECA. Quando eu recebia essa visita era tudo pra mim. [...] Eu não me curei dessa dor. Eu apenas adormeci. Não existe cura (Diário de campo, Shopping B. Sapateiros, Salvador. 16 de out. de 2017).



A indimensionável dor contida neste depoimento de Dandara só pode ser comparada, no meu ponto de vista, à sua força e capacidade de articular a sua narrativa e expressar de forma tão coerente, tão elaborada, a trajetória do sofrimento. Sentada na mesa do restaurante onde conversávamos, ela passeia pelas dolorosas palavras de forma leve e profunda ao mesmo tempo, trazendo no olhar, uma carga de sensibilidade e ternura que falam do amor e do zelo pelos filhos. A perda do filho mais novo, retirado da sua vida pelo Estado, “que deveria protegê-lo”, desestabilizou em vários aspectos a sua vida causando danos psicológicos, financeiros, sociais, etc. A morte de uma outra mulher que tinha um lugar de referência na família, materializa o extremo onde a dor causada pela violação de direitos pode chegar. Sentimentos intrafamiliares se encadeiam, acionando o medo, o pânico, o sentimento de desproteção, fragilizando os vínculos com a dimensão social, com as redes de relacionamento. A narrativa de Dandara traz diversos elementos que podem estar associados ao recuo de algumas mulheres, à falta de desejo de lutar, de falar, de reagir. Sentimentos como medo, desproteção, ou mesmo a pressão do emprego que traduz uma cegueira sobre as subjetividades da mulher, dão os contornos do nível de opressão a que as mulheres são submetidas. As narrativas de Dandara mostram, entretanto, que ela se apropriou das experiências de enfrentamento, acionando, assim as potências do gênero, enquanto organizador e reorganizador de relações.

Antes de me encontrar pela primeira vez com Acotirene, nos falamos algumas vezes por *WhatsApp* para tentar combinar e ir ajustando os termos da nossa relação. No mesmo período passei a integrar o “grupo” de *WhatsApp* do Grupo Pela Vida, movimento formado por mulheres/mães de Salvador que perderam os filhos em situação de violência. O meu primeiro encontro com Acotirene se deu num clima de grande expectativa e comoção: eu a aguardava, no dia 31 de março de 2017, nas escadarias de Fórum Rui Barbosa, juntamente com outras integrantes do grupo. Com faixas estendidas no chão e segurando cartazes, tentávamos organizar as nossas emoções para acompanhar o julgamento dos responsáveis pelo crime contra Alexandre Macedo, filho de Acotirene, crime ocorrido em 2008.

A chegada de Acotirene, acompanhada do segundo filho e de alguns familiares, foi um acontecimento rápido, pois, visto que, era uma das testemunhas do caso, teria que se apresentar. Reconhecemo-nos

imediatamente, nos abraçamos, e eu, aparentemente mais emocionada do que ela, desejei sorte. Os anos de luta e os enfrentamentos parecem não dar muito espaço para que as emoções se manifestem. É preciso ter racionalidade para organizar discursos estratégicos. Aguardávamos nervosamente entre corredores e auditório que estava relativamente cheio, com um público constituído por pessoas que apoiavam Acotirene, defendendo a condenação, e colegas dos policiais acusados, além de muitos estudantes de Direito. Após longo tempo de espera, fomos informados de que o júri não ocorreria pela ausência de uma testemunha, fato que veio a acontecer mais duas vezes durante o período da pesquisa.

Acotirene se tornou uma pessoa chave no caminho da pesquisa. Em 2008 o seu filho Alexandre teve a vida “ceifada” (como ela prefere chamar) por policiais. O caso se tornou bastante conhecido, pois ganhou, segundo ela, boa divulgação na imprensa. Enquanto se reunia com amigos, no bairro de Pirajá, onde foi visitar o pai, Alexandre foi executado por policiais que por ali passaram numa viatura. Acotirene tem ganhado notoriedade no movimento contra a violência pela forma como atua e intervém no andamento do processo exigindo justiça. A sua luta se trava, especialmente, contra os discursos da polícia a respeito das vítimas, após a execução.

Na nossa primeira conversa, num café, fui fortemente atravessada pela forma como Acotirene domina as habilidades de narrar e argumentar sobre a violação a que foi submetida. Tamanha era minha admiração pela sua força e desenvoltura, consciência, conhecimento, que tive dificuldades em registrar a conversa, optando por uma atenção mais dedicada. Alguns registros, entretanto, falam um pouco da peregrinação que se inicia com o episódio que surpreende a família marcando para sempre as suas vidas.

Eu fui ao Hospital Geral acreditando que meu filho tinha sofrido um acidente de carro. Eu não tinha ideia de que ele estava morto. Eu neguei a ouvir esta informação da assistente social. Saindo do hospital nós fomos direto ao Instituto Médico Legal procurar o corpo de meu filho. Os policiais impuseram o auto de resistência. A luta já começou um dia após o episódio. No dia seguinte eu estava na rua com um grupo enorme de pessoas, com faixas e cartazes. Na manifestação, que foi logo após o enterro, tinha uma boa presença da imprensa [...] Eu questionei o comandante: por que os supostos marginais estiveram no HGE e não foram presos? [...] foram feitos exames de toxicologia, alcoolemia e pólvora combusta (Diário de campo, Ieba, Salvador, 2017).

Firmar um ponto de vista em meio a situação de tamanha dor e destruição resulta da mobilização dos sentidos associados à resistência, força e consciência. O ato de comparecer ao Instituto Médico Legal para reconhecer o corpo do seu filho e, ao mesmo tempo, constatar, de acordo com localizações das perfurações das balas no corpo, que o seu menino foi vítima de execução, tendo ainda como tarefa argumentar, diante de autoridades, que não houve confronto, reafirma a defesa do ponto de vista que irá se constituir numa oposição às narrativas que virão do outro lado. De acordo com depoimentos registrados em debates sobre o tema, em geral as perfurações resultantes de crimes dessa natureza, se localizam na nuca, evidenciando que não houve confronto como costumam argumentar as narrativas de policiais. Tem sido uma prática de mulheres negras, cujos filhos surpreendidos por abordagens violentas e por crimes, o trânsito por Institutos Médico Legal, para o reconhecimento do corpo, tema presente no debate ocorrido na Reitoria da UFBA, em 6 de abril de 2017.

O depoimento de Acotirene traz elementos potentes no sentido de nos fazer compreender que diferentes lutas se articulam no seio da experiência de luto. Continuar a viver significa travar uma luta diária contra vários fatores que concorrem para desempoderar as mulheres. À pergunta o que é ser mulher tendo vivido a experiência de perder o filho nesta circunstância, ela responde:

Eu sou outra pessoa, outra mulher. Eu não me reconheço mais. Se você me conhecesse antes você ia entender o que estou falando. Eu não saía sem um brinco. Era magra, tinha uma cintura fina. Agora eu estou assim barriguda. Não cuido do meu cabelo. Engordei, fiquei obesa. Adquiri vários problemas de saúde. Sou diabética, hipertensa, tenho reumatismo. Tomo corticoide. É muito difícil o tratamento para doença reumática e eu acabo me automedicando, porque sinto muitas dores, meus pés incham muito [...] eu não vejo o colorido do mundo, eu vejo o mundo cinza. Eu me fortaleço quando começo a atuar, quando ajudo a alguma mãe, quando tem atividades do movimento. A crença também me ajudou muito. Eu sou kardecista. O entardecer é hora pior. Quando começava a entardecer eu chorava tanto, as pessoas não entendiam. Quando estão acontecendo atividades da luta eu fico mais animada. Quando as atividades paralisam eu adoço mais (Entrevista concedida no Café Haus, Icba, Salvador. 6 de maio de 2017).

Entre as mudanças que caracterizam experiências das mulheres/mães após a perda dos filhos nestas circunstâncias, são recorrentes os adoecimentos físicos e/ou psíquicos, e a conversão a algum tipo de religião. Na entrevista a Nzinga, assistente social do CEDECA-BA, que também integra o Grupo Pela Vida na condição de articuladora e representante institucional, busquei

examinar seu ponto de vista, do lugar de técnica em organização social, sobre a condição das mulheres, a partir da questão “como é ser mulher após a perda do filho”? Nzinga traz na sua narrativa:

Em geral as mães participam das ações, mas rejeitam o atendimento psicológico. Parece que cura da dor significa uma ausência do filho, abandonar a causa. O filho precisa estar presente no processo. Elas não querem esquecer, não querem se perdoar, pois significaria encerrar a história do filho. O filho precisa estar presente. A mãe muito atuante, militante, mergulha inteiramente nesta questão e é como se ela não tivesse vida pessoal, outras coisas a cuidar, tipo tarefas, compromissos. Ela nunca fala sobre isso, é como se isso não existisse. Fala o tempo inteiro da questão. Alguns homens são muito atuantes nesta luta, e manifestam muita dor. Quando é atendido o casal, em alguns casos, a mulher fica calada, só o homem fala. Há um caso em que só o homem comparece aos atendimentos e atividades, a mãe não comparece. Qual o ganho desta pesquisa para as mulheres se o seu filho já está morto? O que lhe motivaria a colaborar com a pesquisa e a falar? Uma espécie de justiça? Por exemplo, a indenização? Mas de que valeria? Lutar por outras famílias? Tentar frear esse tipo de ação policial? De que isso vale a pena para as mães? O adoecimento das mães é um fato generalizado. A culpabilização também. Parece que todas as pessoas a culpam, duvidando da boa conduta do filho, o que fragiliza a sua certeza sobre o filho, ou a sua imagem pessoal, sua percepção de si mesma. Mesmo nas situações em que, por exemplo, o crime ocorreu quando o filho foi comprar algo a pedido da mãe e nesta situação ocorreu o crime, ainda assim ela prece se culpar. É inestimável a dor das mães, não há como aferir, como medir. É muito difícil para a profissional lidar com essa dor. É necessário exercitar muito a escuta, a paciência, permitir que ela fale, que ela chore, que ela repita várias vezes a mesma coisa (Diário de campo, Salvador. 15 de fev. de 2017).

A riqueza de elementos acionados por Nzinga no seu discurso, nos proporciona um mergulho na complexidade da problemática. Se de um lado o isolamento, a descrença, o recuo, são vistos por integrantes do grupo como fator de preocupação, o excesso de ativismo é, no entendimento de Nzinga, um sintoma que deve ser olhado com preocupação. A sua narrativa parece trazer a importância de preservar a dimensão do privado, da personalidade, a preocupação de que a militância seja um recurso de fuga. O mesmo tempo ela traz ao debate um elemento que denota a eficácia do sistema colonial dominante: a culpa. Este sentimento parece se associar às reflexões propostas por Fanon (2005) ao afirmar que o colono continua a fazer o colonizado, e continua a fazer a partir da produção de sentimentos, forjados nos discursos dominantes, discursos que desresponsabilizam o Estado pela vida de negros e pobres e os transforma em criminosos, responsáveis pelas suas próprias dores.

É neste campo de discursos que se estabelecem continuamente as relações entre as mulheres negras e o Estado. Enquanto de um lado as mulheres

constroem uma história de luta diária na criação dos filhos, na maioria das vezes sozinhas ou contando com outras mulheres, avós ou tias, desempenhando diversos papéis, inclusive todos os papéis que caracterizam o luto, como a busca do corpo, o sepultamento, etc, por outro lado, representações que atuam deslegitimando o valor social das mulheres, são produzidas pelo sistema dominante. Tentarei, no próximo tópico, trazer reflexões sobre como o sistema de representações atua nas relações de poder.

### 2.3 ARTICULAÇÃO DAS VELHAS CATEGORIAS E A REPRODUÇÃO DOS CICLOS DE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER NEGRA

*“Como pode a mãe Africana acreditar que seu filho é inferior ao filho de seu opressor? Na realidade, ela não faz. As mães devem ser colocadas na História da resistência para que meninas e meninos aprenderão de seus papéis potenciais como guerreiros na luta Africana e da centralidade da família e dos pais para a mudança social.”*

Nah Dove, Mulherisma Africana

A opção por fazer uma discussão sobre violência a partir das lentes do gênero, compreendendo o gênero como organizador das relações sociais, determinante na distribuição do poder no macro e microrrelações, reflete o meu posicionamento teórico/ativista, sustentado na premissa de que o ativismo produz a teoria e de que as experiências produzem conhecimento. Esta escolha me conduz ao exame das estruturas sociais e dos modos de funcionamento do sistema, caminho já traçado pelas teóricas feministas de diferentes correntes do pensamento. Para Deepika Bahri (2013, p. 2), “o feminismo é um movimento interdisciplinar que examina os relacionamentos entre homens e mulheres e as consequências dos diferenciais de poder para a situação econômica, social e cultural das mulheres”. Atenta às características do feminismo enquanto campo discursivo dinâmico, cercado de tensões, tanto no que diz respeito à construção de uma agenda que incorpora ou identifica as causas da opressão e que contemple a sua diversidade, quanto com relação à construção de uma crítica feminista sobre as questões de gênero na história, a autora examina diferentes discursos ou representações e problematiza o poder do uso da fala nos debates sobre gênero, deslocando o problema para as representações produzidas nas ausências.

Interessou-me neste estudo examinar os nexos, as sutis conexões entre uma modalidade de violência que estrutura o sistema, a violência por arma de

fogo, praticada por agentes do Estado, o chamado “crime legal”<sup>15</sup>, praticado contra jovens e adolescentes, por entender que ainda é muito grande a lacuna de produção de conhecimentos acerca desta modalidade de violência. Trata-se de uma tentativa de flagrar, neste cenário, as construções de gênero das mulheres, mães, avós, que exercem a maternidade dos jovens. Convencida de que o jogo de representações altera as relações de poder, busco, no exercício de identificar os nexos ou as relações de gênero existente em tais práticas, me aproximar das análises que problematizam tais relações nas construções discursivas. Neste sentido, este trabalho se aproxima, ainda que em pequena escala, dos debates sobre as representações sociais, sobre a soberania da subjetividade, a construção do outro, que ganharam força através de Gayatri Spivak (1999, p. 308) “ o sujeito historicamente emudecido da mulher subalterna”. Sujeitos, segundo Deepika Bahri, (2010, p. 3) “inevitavelmente fadados a serem mal compreendidos”. Tais provocações vêm suscitando no feminismo o debate sobre quem pode falar e por quem, especialmente nos contextos em que se construíram, historicamente, diversas camadas discursivas que tentaram invisibilizar os protagonismos. Para Bahri, não apenas o feminismo pós-colonial, mas mesmo a teoria feminista como um todo, se ocupa de temas como representação, voz, marginalidade, etc.

A relação entre “gênero” e maternidade gerou aguerridos debates e os estudos feministas contribuíram para mostrar as suas diversas nuances, enquanto evidenciam também as contradições e divergências nas lutas feministas. O movimento feminista tem, na sua história, um apelo forte à desconstrução da maternidade como destino e como indicador do valor da mulher, enquanto, paradoxalmente, o feminino é inscrito no discurso social a partir da maternidade. A procriação foi apropriada pela articulação entre patriarcado e capitalismo na tentativa de transformá-la num papel com fins de atender aos seus interesses. Ao estabelecer assimetrias nas relações entre sexos, o patriarcado alimenta o capitalismo. Zillah Eisenstein (1980, p. 27) aponta, no feminismo radical, a crença de que a divisão sexual do trabalho e da sociedade é o principal mecanismo de controle para a cultura patriarcal e determina o fato de que os papéis são organizados sexualmente. Este arranjo produz uma cartografia de poder na qual os(as) subalternizados(as) estão condicionados às

---

<sup>15</sup> De acordo com o Mapa da Violência de 2016, crime legal se refere a intervenções legais e operações de guerra, categorizados nos registros como Y35 – Y36.

relações de sexo e classe. O estudo da opressão das mulheres deve, portanto, abarcar as condições sexuais e as econômicas materiais.

La relacion y el funcionamiento particulares de la organización sexual jerárquica de la sociedade dentro de la estructura de clases o la comprensión de la estructura de clases dentro la organización sexual de la sociedade se concentran sobre la actividad humana en el patriarcado capitalista (EISENSTEIN, 1980, p. 35).

Ao apontar o ponto de vista do feminismo socialista sobre a opressão das mulheres, a autora oferece ferramentas para compreendermos como capitalismo e patriarcados se retroalimentam e configuram a subordinação das mulheres. Ela, entretanto, acentua que a posição das mulheres dentro da sociedade deriva de sexo, classe e raça e isto se manifesta, tanto através das dimensões materiais e econômicas, quanto através da dimensão ideológica do patriarcado. Seguindo a lógica do pensamento europeu, as feministas partem da universalização de categorias, como o patriarcado, estabelecendo assim marcos de observação a partir de um olhar eurocêntrico, no qual raça só aparece ou só existe no corpo colonizado.

Intrinsecamente articulado ao capitalismo, o patriarcado foi fundamental à sustentação do modelo colonial que opera a partir das desigualdades. De acordo com Nah Dove (1998, p. 8), entretanto, o patriarcado é um sistema de orientação ocidental que impôs, não apenas o cuidado dos(as) filhos(as) ou a maternagem como uma responsabilidade da mulher, mas também a desvalorização e interiorização deste papel e o desequilíbrio nas relações de poder entre os sexos, fazendo da maternidade um fardo. Para Dove, o ocidente alterou, pela força do imperialismo, as relações entre homens e mulheres, impondo ao mundo o patriarcado numa lógica assimétrica. As teorias sociais ocidentais, mesmo as que problematizaram as relações de poder, dominação e exploração, operaram no sentido de fixar e universalizar categorias, ao enfatizarem a diferenciação de papéis e as questões relacionadas à reprodução e as relações de casamento, na produção discursiva sobre as mulheres. Tais discursos ignoraram o fato de que uma parcela das mulheres estava inserida em atividades laborais fora de casa ou não estavam inseridas no casamento.

O feminismo clássico, concebido sob as lentes do iluminismo e androcentrismo, durante muito tempo localizou a causa da opressão da mulher na família, na reprodução no sentido biológico, na socialização das crianças, etc. (MITCHEL, 2006). A análise da opressão sob a ótica das dicotomias produção/reprodução ou homem/mulher, ofusca, segundo Zillah Eisenstein

(1980), a complexidade da questão. Trata-se, seguindo a linha de raciocínio de Nah Dove (1998), de uma ótica construída e concebida nos valores europeus, que ignorou tanto os modos de vida anteriores ao colonialismo, quanto as experiências das mulheres não brancas e imprimiu um conflito à maternidade. Este reducionismo torna problemática a construção dos sujeitos mulheres/mães/negras nas pesquisas, já que, aprisionados aos discursos e categorias imperializantes, tais sujeitos são destituídos de historicidade. Sob a perspectiva do dispositivo de racialidade, tais categorias destituem as mulheres negras de humanidade e não as reconhecem como “ser” ou como sujeito portador de historicidades, de subjetividade, etc.

Interessa aqui ressaltar que a agenda feminista seguiu em descompasso com a luta das mulheres negras, que, a partir da travessia do Atlântico, o deslocamento da África para o Brasil, se distancia geograficamente do modelo de maternidade que imperava nos seus lugares de origem. Ainda de acordo com Nah Dove (1998, p. 8), tal modelo era concebido em outras bases culturais, sem nenhuma associação com o praticado no ocidente. A mulher era reverenciada na sociedade pelo seu papel como mãe e a maternidade possuía um sentido amplo que abarca concepção da vida, cuidado, condução à regeneração espiritual, transmissão cultural, etc. A migração forçada submete as mulheres negras à precarização do modelo de maternidade, que certamente feria os seus princípios e valores, tendo em vista aqueles que lhes constituía na cultura de origem.

Ao impor às mulheres negras o trabalho escravo forçado e mais tarde o trabalho doméstico, a colonização lhes insere na esfera econômica do capitalismo de forma perversa, sem o direito à maternagem, sem ganhos materiais e lhes insere no arranjo assimétrico das relações sexuais. Entretanto a memória ancestral guarda os signos que constituíam culturalmente a maternidade. Para essas mulheres, o direito de exercer a maternidade, se constituiria uma das causas centrais na nova jornada no ocidente. Deslocar o eixo para pensar outras questões que constituem o gênero, retirar da centralidade a experiência europeia, dá lugar à complexidade da questão. O deslocamento da articulação entre patriarcado, capitalismo e racismo para os dias atuais, no pós-colonialismo, nos centros urbanos, confere às mulheres/mães negras uma tensão não visível. A violência produzida neste arranjo lhes confere um protagonismo marcado por opressão, um lugar anômalo no tecido social e, segundo Vilma Reis, Ouvidora do Estado:



A mulher negra é o espectro da cidadania de Salvador. Elas transformam a luto em luta. São elas que equipam a casa de eletrodomésticos, geladeira, fogão, televisão, enquanto se esforçam para administrar graças aos benefícios sociais e trabalhar. Elas enfrentam o sistema, buscam os filhos na prisão. Apenas a masculinidade é visível no processo, no sistema prisional. Mas é a mãe que enfrenta a justiça (entrevista concedida à pesquisadora numa padaria do Largo Dois de Julho, Salvador. 7 de setembro de 2017).

À mulher/mãe, de classe pobre, racializada, o patriarcado capitalista nega os lugares assegurados às mulheres brancas, o lugar de reprodutoras das forças produtivas, o lugar da maternidade, reservando-lhes, o lugar de espectro da cidadania, alvo de várias violências, alimentando continuamente a produção de novas formas de violência. A violência institucional é legitimada através dos saberes produzidos no sistema jurídico, policial, no sistema de saúde, saberes pautados em estereótipos e preconceitos.

O feminismo concentrou bastante atenção nos estudos sobre o patriarcado, muito embora, ao fazer a sua própria revisão e crítica, tenha produzido muitos debates que contestam a primazia do patriarcado como agente da opressão. Neste sentido articulou a este marcador outros fatores como as questões raciais, o colonialismo, o capitalismo, etc. Tal revisão deve-se em grande parte às pensadoras do feminismo negro e do feminismo decolonial que enfrentaram tarefa de problematizar categorias universalizantes, propondo novas categorias de análise.

Não obstante trilhe, neste trabalho, uma idealização de aproximação com teóricas que questionam e problematizam a apropriação, por parte das feministas ocidentais, das vozes femininas, e as tentativas de universalizar as falas das mulheres, evoco aqui o arcabouço teórico construído pelo pensamento clássico. Considero que de fato as teóricas do feminismo tradicional deixaram um grande legado para os estudos feministas, tendo em vista que ocuparam os espaços de produção de conhecimento e, portanto, as suas produções ainda têm um papel social a ser cumprido. Neste sentido, Deepika Bahri oferece elementos para uma análise mais cautelosa das teorias, ao afirmar, no contexto da discussões feministas, que “o desenvolvimento dos modos críticos de leitura é tão importante quanto o uso da escrita para representar as mulheres.” (BAHRI, 2013, p. 3). Considero que, ao tratar de temas como a violência e a vitimização de mulheres, um exame das premissas e categorias que buscam explicar a opressão deverá ser feito com uma crítica sensível sustentando “o

questionamento consistente da *tokenização* e da usurpação da perspectiva subalterna” atento aos processos de colonialidade do saber.

Heleieth Safiotti chama atenção para a importância dos estudos sobre mulheres produzidos pelas historiadoras feministas e defende que tais estudos contribuem no empoderamento, não apenas das mulheres, mas do gênero, categoria social por elas constituída, além de permitir a apreensão do caráter histórico do patriarcado (SAFFIOTTI, 2004, p. 102-103). “É imprescindível o reforço permanente da dimensão histórica da dominação masculina para que se compreenda e se dimensione adequadamente o patriarcado.” À autora parece útil, a esta compreensão, a concepção de poder a partir de Foucault: “a imagem de constelações dispersas de relações desiguais, discursivamente constituídas em campos de força” (SAFFIOTTI, 2004, p. 185), visto que esta imagem permite uma análise das relações nos campos macro e micro.

Isto posto, deve-se explicitar, para o caso de não haver ficado claro, que as relações sociais de sexo ou as relações de gênero, travam-se também no terreno do poder, onde têm lugar a exploração dos subordinados, e a subordinação dos explorados, dominação e exploração sendo faces do mesmo fenômeno (SAFFIOTTI, 2004, p. 185).

A autora situa o debate na discussão sobre o sistema sexo/gênero e acentua que, embora carregue o fardo das relações entre sexos, da procriação e da socialização dos imaturos, ele envolve mais do que isso, envolve outros aspectos e serve a fins interesses e políticos. Entretanto, ao evitar os riscos de dicotomização da junção dos termos sexo e gênero e o aprisionamento do debate às oposições entre sexos, ela lembra que, sendo gênero uma categoria relacional, tanto enquanto processo social, como enquanto categoria analítica, ele abarca as tramas das relações sociais (SAFFIOTTI, 2004, p. 187).

Na tentativa de estabelecer um cuidadoso diálogo entre o patriarcado e o gênero, Heleieth Safiotti (2007, p. 106) investiga, a partir de Heidi Hartmann<sup>16</sup>, algumas considerações e as suas relações com a opressão e exploração das mulheres. De acordo com esta perspectiva a base material do patriarcado não foi destruída, permanecendo presente nos dias atuais a partir de uma articulação dominação/exploração, que inclui a base econômica, mas exerce controle também na sua capacidade reprodutiva, por meio de mecanismos que

---

<sup>16</sup> Heidi Hartmann economista feminista americana, autora de “The unhappy marriage of marxism and feminism: towards a more progressive union”. Women and Revolution: A Discussion of the Unhappy Marriage of Marxism and Feminism, Lydia Sargent.

definem a atividades como ter ou não ter filhos. Embora reconheça alguma qualidade nos argumentos de Heidi Hartmann, a autora avança na discussão, agregando aos estudos nos quais articula classes sociais e racismo, uma ampla discussão sobre relações de gênero.

Para Heidi Hartmann o patriarcado, enquanto regime, ancora-se nos interesses dos homens, instaurando uma solidariedade masculina que os coloca em oposição às mulheres a partir das relações de opressão. Saffioti (2004) acredita que a raiz do problema não está apenas na profundidade das relações de exploração das mulheres pelos homens, a partir da base econômica, mas na forma como as relações sociais de gênero são produzidas, relações que produzem desigualdades.

A análise de Zillah Eisenstein (1980, p. 27) situada na crítica à teoria marxista, toma o patriarcado como categoria de análise e reconhece na divisão sexual do trabalho um importante papel nas relações de poder, tendo as famílias e a divisão de papéis como base de análise. Ela identifica no feminismo radical uma tentativa mais bem elaborada de análise das relações dentro dos sistemas patriarcais, visto que algumas questões, como por exemplo, como a própria família veio a apoiar um modo econômico, ficam sem respostas no feminismo marxista. Para ela a história é patriarcal e suas lutas são as lutas entre sexos, sendo que o patriarcado é uma organização hierárquica, um sistema de poder no qual o homem possui um poder superior e privilégios econômicos. Um grande mérito do feminismo radical está, segundo a autora, no fato de ter se voltado contra o patriarcado, reconhecendo as suas inter-relações com a organização hierárquica da sociedade. Neste sentido, o feminismo trouxe para a esfera do público questões que estavam na ordem do privado a constatação de que o patriarcado se ancora na biologia e nas ideias de papel reprodutivo da mulher, o que possibilitou uma transformação do privado em público (EISENSTEIN, 1980, p. 29).

O exercício das autoras no sentido de buscarem captar as tramas das conexões entre o patriarcado e o capitalismo, incluindo ainda o racismo como um dos braços do sistema de dominação, não foi suficiente, entretanto, para dar contas das complexidades das relações hierárquicas e das formas como opressão se materializa na vida de determinados grupos de mulheres.

Se para uma parcela de mulheres o debate sobre a função reprodutiva, sobre maternidade, socialização dos filhos, representa um projeto de

emancipação, que chegou a vislumbrar a destruição da família biológica, para um outro grupo continuamente empurrado a um lugar abaixo do status de cidadania, a família biológica vem sendo alvo de uma destruição perversamente imposta.

Para este grupo de mulheres situadas no interior do patriarcado capitalista racista, para quem tais avanços não parecem significar muita coisa, a luta é inversa e se trava principalmente no âmbito do direito à família e à maternidade. A diáspora representa para as mulheres negras a negação da sua humanidade e sua transformação em força de trabalho. Embora tenham sido, desde o período colonial, reprodutoras de forças produtivas, essa dimensão aparece ignorada e desprezada na história, visto que a seus filhos também é negado a dimensão humana. A construção de gênero dessas mulheres se dá no centro de experiências que abarcam relações de oposição entre forças desiguais, as relações com o sistema, nas quais as mulheres assumem diferentes formas de luta. Dentre elas, as mais perversas têm sido, sem dúvida, as lutas que são travadas a partir da morte violenta do filho, que podem incluir desde a busca pelo corpo, até a luta pela punição dos culpados.

Rute Fiúza é um nome que se tornou público, pela força e visibilidade que ganhou nas redes sociais a campanha para que seu filho, Davi Fiúza, fosse localizado. Tendo em vista que nunca houve, por parte dos policiais, a confissão do crime, a campanha adotou inicialmente uma linha com base na esperança de que Davi Fiúza fosse achado em vida. As memórias sobre a violência policial contra jovens, entretanto, atuavam contra esta esperança. Davi foi visto pela última vez sendo colocado dentro de uma viatura no bairro em que morava. Embora eu tenha me aproximado bastante de Rute Fiúza pelas redes sociais, através do ciberativismo, ela optou por não conceder entrevista, opção que pode ser compreendida pelo esgotamento a que a luta lhe conduziu. Trago um fragmento do seu depoimento concedido ao livro “Mães em Luta” publicada pela Ponte Jornalismo em 2016, no qual ela expõe uma análise sobre os ritos que compuseram a morte do seu filho: “Naquele momento eles decidiram fazer o holocausto do meu filho. Depois disso, eles foram agraciados e entraram para a polícia militar.” Rute Fiúza pressupõe que o seu filho, cujo corpo nunca apareceu, foi submetido a um holocausto. Ela acredita ainda que tal episódio fez parte do rito de passagem para obtenção do diploma de soldado, o chamado “batismo”.

As permanentes tensões que moldam a experiência das mulheres vitimadas exigem uma constante vigilância à formulação de um ponto de vista que se mantenha diferenciado dos discursos que continuamente serão narrados na mídia, nas audiências, etc. A luta que se dá no campo das representações tem a força da mídia e dos mecanismos do sistema judicial que atuam com muita força no imaginário social da população. Escolher fazer um outro caminho é a saída encontrada por algumas mulheres para se manterem vivas. Nzinga exemplifica alguns desses caminhos:

As mulheres procuram diferentes caminhos: há aquelas que são bastante falantes, falam muito sobre o problema, é como se ao falar tornassem o filho presente. Há aquelas que buscam a Igreja, a religião, e devem ser respeitadas, pois a fé em Deus cria uma esperança na Justiça Divina. A fé consola (Diário de campo, CEDECA, Salvador. 15 de fevereiro de 2017).

A perspectiva de Zeferina, integrante da equipe de Coordenação do Projeto Consolação, para a questão relacionada aos caminhos após a perda, aponta para um aspecto mais preocupante:

É grande o número de mulheres que, após uma perda, não saem de casa, permanecem somente em casa, vindo muitas delas a adoecerem e a carregarem problemas de saúde (Diário de campo, Projeto Consolação, Salvador. 9 de novembro de 2016).

De que nos falam as narrativas de todas essas mulheres que trazem na centralidade das suas falas algo relacionado à ausência de escolhas? Somente a partir do feminismo negro foi possível trazer da memória social outras angústias das quais o feminismo clássico se distanciou. Kia Caldwell (2000) descreve sobre como as questões comuns se traduzem de diferentes formas nas experiências de mulheres brancas e negras:

Os legados da escravidão no Brasil em termos de dominação racial e de gênero e as desigualdades sociais pós-abolição conduziram a experiências diferentes para mulheres negras e brancas: problemas presumivelmente comuns como sexualidade, saúde reprodutiva e trabalho remunerado passaram a ter significações diferentes para mulheres negras e brancas. Ao reconhecer essas diferenças, as mulheres negras do movimento feminista passaram a desafiar noções generalizadas da opressão das mulheres que não levaram em conta a relação entre ideologia patriarcal e racismo (CALDWELL, 2000, p. 99).

A escravização e a experiência racializada imprimiram muito mais dilemas às construções do feminino das mulheres negras que, ante as representações sociais dominantes sobre mulher, performatizavam experiências diferentes. Reconhecendo as controvérsias que cercam o conceito gênero, produzidas a partir de suas diferentes dimensões, analítica, históricas e adjetivas, Heleieth Saffioti (2004, p. 111) identifica como uma das principais motivações das feministas, ao recorrerem ao gênero, a recusa ao essencialismo biológico e a repulsa pelos sentidos contidos em “anatomia é destino”, embora considere ser difícil dimensionar a sua importância. Há dilemas ainda, segundo a autora, sobre a capacidade do gênero, enquanto categoria, de articular relações de poder, visto que, ora é visto como capaz de colorir toda gama de relações, ora é visto como mero aspecto das relações.

Ao tentar desprender-se do essencialismo, dominado pelo determinismo biológico, o gênero passa a estreitar as suas relações com as representações sociais, numa incursão no campo das produções discursivas.

Se, todavia, atentamos para o fato de que o campo de estudos de gênero é atravessado pelas premissas que constituíram a modernidade e o pensamento ocidental, e considerando as reflexões de Kia Lilly Caldwell, é possível concluir que os avanços nestes estudos contemplaram de forma desigual os diferentes grupos de mulheres, sendo que perduram as tentativas de condicionar as mulheres negras a caracteres biológicos, como as mulheres negras, permaneceram presas a estereótipos, a descrições essencializadoras, constituindo-se numa reserva de opressão. Durante muito tempo longe dos espaços onde se constroem as teorias, tais mulheres permaneceram ausentes nos discursos das mulheres brancas ocidentais. Tais tentativas são facilmente flagradas em diferentes discursos que expressam pontos de vista sobre as mulheres/mães, pobres.

Comentários associados a notícias jornalísticas sobre mortes de jovens, em sites, postadas por leitores em geral, são uma rica fonte de análise da visão sobre as mulheres/mães. Um veículo jornalístico eletrônico noticia assim morte de um jovem no Engenho Velho da Federação:<sup>17</sup> “diante do corpo, a mãe do jovem lamenta a perda, declara seu eterno amor ao filho” (fragmento do texto jornalístico publicado em 5 de junho de 2016). Na sequência, comentário

---

<sup>17</sup> Disponível em: < <https://www.bocaonews.com.br/noticias/policia/policia/145911,suspeito-de-envolvimento-na-morte-de-pm-e-executado-no-eng-velho-da-federacao.html> >. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

postado por um leitor em 6 de junho de 2016: “o mais engraçado é o linguajar dessa cidadã... concerteza [sic] o tal Alvinho é mais uma vítima...mais [sic] nesse caso aí vítima da própria mãe que não soube educá-lo”.

A entrevista realizada a A. B., representante do alto escalão da Polícia Militar, num ambiente composto de elementos como fardas, patentes, ritos de cumprimento, protocolos de atendimento, e o requinte da sala, me introduziu na esfera dominante e no universo masculino das relações que compõem o arranjo metodológico da pesquisa. Neste ambiente reprodutor de visões sexistas e racistas sobre as mulheres negras, as práticas excludentes ganham fundamento. O entrevistado responde à minha pergunta tentando analisar a relação entre polícia e comunidade, espaço privado da família, casa, bem como a sua visão sobre a mulher?

Assistimos a muitas mudanças na tipificação familiar, novos tipos de família: homossexuais, mulheres com mais de um parceiro [...] As mulheres não tem um único companheiro fixo. Muitas mulheres, inclusive, exigem que o filho só entre em casa se trouxer algum dinheiro, que, elas sabem qual a origem. As mulheres trabalham o dia inteiro e deixam filhos sozinhos, sem cuidado, sem receber a educação doméstica. Mãe era a minha, era no meu tempo, mulheres que se dedicavam aos filhos, aos cuidados, à educação. Não existem mais aquelas mães, mãe como a minha, mulheres decentes (Entrevista concedida na Corregedoria da Polícia Militar, Salvador, 24 de outubro de 2016).

A análise das afirmativas feitas pelo entrevistado exige a adoção de perspectivas trazidas por ferramentas teóricas capazes de explicar como negros e negras foram historicamente transformados em marginais, em doentes, em incapazes, para que o branco dominante pudesse se afirmar na sua superioridade racial. É em Sueli Carneiro (2005, p. 42) que encontramos um caminho razoável para produzir reflexões sobre o Eu e o Outro, se dispõem numa lógica de oposição n qual o Eu, o sujeito-forma, dotado de razoabilidade, emerge nos discursos dominantes.

[...] esse eu, no seu encontro com a racialidade ou etnicidade, adquiriu superioridade pela produção do inferior, pelo agenciamento que esta superioridade produz sobre a razoabilidade, a normalidade e a vitalidade. Podemos afirmar que o dispositivo de racialidade também será uma dualidade entre positivo e negativo, tendo na cor da pele o fator de identificação do normal, e a brancura será a sua representação. CARNEIRO, 2005, p. 42)

Nas reflexões presentes no segundo capítulo busco desenvolver a análise sobre as formas como as mulheres negras tentam produzir deslocamentos dos lugares definidos pelo dispositivo de racialidade, construindo a sua luta e produzindo um contra-discurso sobre as suas experiências. Trago aqui, entretanto, alguns trechos de discursos que trazem perspectivas diferentes daquelas trazidas pelo entrevistado acima. A primeira narrativa, registro do diário de campo, é de Acotirene, que me conta o lugar que seu filho ocupava na família. Acotirene conta que seu filho Alexandre foi o primeiro homem da família. Foi muito desejado e amado por ela, pela avó e pelas tias. O seu pai havia morrido e o único irmão morreu aos 25 anos deixando a mãe e quatro irmãs. Ele media 1,80 cm. Acotirene se separou do primeiro marido, entretanto o seu filho tinha excelente relacionamento com o seu marido atual, pois era um menino dócil, muito obediente, muito honesto. Foi educado com muitos limites, com uma educação rigorosa, não usava tatuagens, nem brincos. Ela sempre dizia para ele que jovens moradores de bairros populares devem evitar tatuagem porque quando a polícia pega taxa logo de marginal. Ela narra que monitorava os lugares onde o filho andava, as suas companhias e o quanto ele colaborava com ela nos seus negócios, visto que ela era comerciante (Diário de Campo, Salvador. 6 de maio de 2017).

A segunda narrativa é de uma das mães que integram o livro “Mães em Luta”, Ana Paula, mãe de Jhonatah:

A militância me ensinou muitas coisas. Hoje entendo porque meu filho foi assassinado, é porque nós somos alvo constante da polícia. Há um preconceito racial muito grande no Brasil. Mas, enquanto eu tiver forças, serei a voz do meu filho (CARAMANTE, 2016, p. 143).

Uma das principais estratégias dos discursos dominantes sobre gênero é a associação entre determinados comportamentos praticados pelos(as) sujeitos(as) à uma incapacidade de exercerem certos papéis. Já sabemos que signos corporais que são tolerados em pessoas de classe média, moradoras de bairros nobres, são justificativas, no caso de moradores das periferias, especialmente negros e negras, para abordagens violentas e a associação com a marginalidade. No caso das mulheres mães, esta lógica não é diferente e se confirma no depoimento do entrevistado representante da PM. As narrativas das mulheres mães integrantes trazem, entre outros, elementos que expressam a consciência sobre os preconceitos, o que se reverte em mais cuidado e



preocupação. A luta das mulheres para preservarem as suas famílias e seus filhos é anterior à experiência de perda e caracteriza o cotidiano das mulheres negras. Esta luta confere lugares opostos às mulheres/mães e o sistema social. O sentimento de ameaça ronda as mulheres e instala um estado de alerta.

Na trama das relações de poder, o patriarcado, ao se articular com o capitalismo, utiliza as vestes do colonialismo, e continua a penalizar as mulheres negras. As construções de gênero assumem um nível de complexidade que se constitui num enigma: a lógica da reprodutividade, que a princípio alimentaria o capitalismo, parece perder para o signo da morte que persegue filhos jovens, adolescentes e crianças. O corpo negro, símbolo de força de trabalho durante o colonialismo, parece não interessar ao capitalismo moderno.

Neste arranjo, as assimetrias de gênero posicionam de um lado homens, em sua maioria, negros, que representam o Estado, e de outro, jovens e adolescentes, majoritariamente negros, do sexo masculino, colocando negros contra negros. No meio desta guerra, reside a dor feminina, a mulher/mãe, produzida pela interrupção do ciclo de reprodução. No esforço de argumentar sobre gênero sem desconsiderar as controvérsias existentes em torno da categoria, Heleieth Saffioti afirma que parte das teóricas do feminismo acreditam que o gênero se constrói, em qualquer contexto histórico ou geográfico, com base nas hierarquias de poder entre homens e mulheres, na estrutura de poder, contendo uma maneira primordial de resignificar as relações de poder, organizando ainda os modos de perceber a vida social. Interessa-me, neste trabalho, flagrar a base material do patriarcado racista presente nos dias atuais, como afirmou Heidi Hartmann, buscando compreender as intersecções que estruturam este regime, as suas inter-relações com o racismo e o capitalismo, tentando compreender a forma como os resíduos do patriarcado estruturam os atuais sistemas de dominação, as instituições e o Estado. Interessa ainda, neste estudo, o deslocamento da opressão das relações sexuais, que ganharam amplo espaço em boa parte dos estudos sobre a violência física contra a mulher, para a opressão da mordaca institucional, praticada pelo Estado, ao lhe imprimir máscaras de ferro. Busco situar o sujeito da pesquisa, a mulher/mãe/negra, na cartografia das relações de poder, nas quais o Estado, através de seus agentes, de seus aparatos e mecanismos de controle, rebaixam o seu status, assume e materializa o papel de opressor, intervindo na vida de seus filhos e no seu espaço privado.

Convém aqui retomar a ferramenta teórica, o dispositivo de racialidade, conforme Sueli Carneiro, (2005, p. 39) a fim de avançar na análise das formas como o racismo assume diferentes performances nos contextos históricos e geográficos e das maneiras como ele se articula e se alimenta de outros sistemas de dominação, ou outros marcadores sociais, para cumprir os seus objetivos. Em diálogo com Foucault, a autora lembra que um dispositivo responde à urgência do momento histórico. A prática divisora é tomada como um dos recursos do dispositivo para estabelecer demarcações, diferenças, instituindo o sujeito negativamente o “outro”, o “anormal”, o “doente”:

Ou seja, o Outro fundado pelo dispositivo adquire apresenta-se de forma estática, que se opõe à variação que é assegurada ao Ser. Assim, a dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro (CARNEIRO, 2005, p. 40).

O Ser em Foucault é referendado nos significados culturais que constroem o corpo burguês e a idealização de perfeição, compondo o dispositivo da sexualidade. Todavia, para a autora há, nesta formulação de Foucault, uma imbricação não explicitada entre sexualidade e racialidade. Ao demarcar as possibilidades que a abordagem proposta por Foucault permite no campo da racialidade, a autora oferece ferramentas para produzirmos novos discursos e novos saberes que tragam instabilidade aos lugares definidos como lugares de razoabilidade e de normalidade, lugares onde o “eu” continua agenciar a sua própria superioridade e a inferioridade do “outro.” “Constitui-se assim uma ontologia do ser e uma ontologia da diferença, posto que o sujeito é, para Foucault, efeito das práticas discursivas” (CARNEIRO, 2005, p. 42).

A abordagem proposta por Foucault oferece lastro ao debate que busco articular no segundo capítulo sobre os processos de enfrentamento e de produção de conhecimento que caracterizam a relação entre as mulheres/mães e o Estado. O dispositivo de racialidade proposto por Carneiro e as reflexões sobre a “construção do outro como não ser” serão importantes lentes na compreensão de como as mulheres/mães se mantêm reativas às máscaras de ferro. No tópico que se segue tentarei desenvolver argumentos sobre as formas como as relações de gênero se organizam nos arranjos sociais onde o Estado assume, nas classes pobres, os papéis masculinos anunciados no patriarcado.

## 2.4 GÊNERO, RAÇA E MASCULINIDADES

*“Quantos mais negros, mais alvos somos.”*

Cidinha da Silva

Os estudos desenvolvidos sobre as violências contra a mulher, principalmente a violência doméstica, têm cumprido o importante papel de evidenciar situações de opressão em que vivem algumas mulheres, em sua maioria negras, de classes pobres. O debate requer, todavia, atenção às representações acerca dos modelos parentais que caracterizam as famílias negras, representações que localizam no homem a opressão e o papel do agressor. O comentário não tende a minimizar os dados que apontam para a responsabilidade do agressor, mas busca ampliar o problema tentando examinar onde se dão, nas temporalidades, a produção do “homem negro violento” e a quem interessa esta representação.

Vale a pena, para enriquecer o debate, buscar das contribuições trazidas por Ângela Davis (1981), no seu magistral trabalho sobre as mulheres no período da escravidão, “Mulher, Raça e Classe”, outras representações sobre o homem negro. Neste trabalho, a autora busca cuidadosa e responsabilmente, confrontar “teses” e estereótipos sobre as famílias de escravos com informações preciosas a respeito do cotidiano dessas famílias. Em seu texto Davis (1981) relata que a pesquisa de Herbert Gutman<sup>18</sup> sobre as famílias escravas, pesquisa motivada pelas inquietações produzidas pela teoria da deterioração interna da família negra debaixo da escravatura, revelou evidências fascinantes sobre estas famílias.

Contrariando as ideias sobre famílias matriarcais constituídas a partir do abandono de homens que circulavam entre diferentes famílias, constituindo diferentes laços sexuais ou de parentesco, os estudos de Herbert Gutman, realizados em 1976, revelaram um modelo de família que inclui marido, esposa, filhos, outros parentes e, em alguns casos, filhos adotivos. Os elos de amor e afeto, constantemente ameaçados pela dor da separação provocada pela venda de pessoas, maridos, filhos, mulheres, muitas vezes sobreviviam graças ao desejo de permanecerem juntos. Ângela Davis (1981, p. 17-18) relata que os homens negros escravizados aderiam às normas de regularização e organização

---

<sup>18</sup> Herbert Gutman, doutor em História pela Universidade de Nova York, autor de *The Black Family in Slavery and Freedom, 1750 a 1925*.

das famílias, contrariando as ideias vigentes sobre promiscuidade e desresponsabilização com as famílias. Tais ideias continham informações como: “eles movem-se de uma casa onde tem parentes ou relações sexuais [...] não são membros na única casa que tinham”. Contrariando tais informações, Davis relata as informações trazidas por Herbert Gutman de que os homens escravizados lutavam desesperadamente por manterem vivas as suas famílias. Em outro trecho ela fala sobre as escolhas dos homens escravizados como permanecer durante muitos anos com a mesma esposa, dar a um recém-nascido um nome de pai, que, segundo a autora, contraria a ideologia que se referia aos negros como selvagens reprimidos. O texto de Davis discorre surpreendendo os leitores com informações preciosas que mostram um homem cuidadoso, assistente da mulher no trabalho doméstico e cuidado com filhos.

Se o texto de Ângela Davis nos coloca em contato com a dimensão afetiva das famílias de escravos, revelando o caráter paternal e amoroso dos homens negros, por outro lado nos apresenta a dolorosa situação de violência a que eram submetidos, constantemente, homens e mulheres. No caso das mulheres podemos falar de uma dupla violência, visto que, além daquela que caracterizava o trabalho forçado e as punições, agregava a exploração sexual. Este modelo de violência revela uma opressão que, moldada nas relações de poder que caracterizam o patriarcado, é protagonizada pela instituição ou pelo sistema, o colonialismo que naturalizava tais modelos de exploração, representado pelo homem branco, ocidental.

Encontramos, na análise construída por Nah Dove (1998, p. 9-12) argumentos a favor de que as relações entre homens e mulheres, na África que antecedeu ao colonialismo, eram intercomplementares, inexistindo uma hierarquia de papéis. Dove defende a existência de uma cultura matriarcal, baseada em relações de reciprocidade, sustenta que os comportamentos agressivos masculinos foram produto da colonização e do contato com os valores da “superioridade racial” que se cristalizaram na Europa e traça algumas reflexões a partir de ideias construídas em análises sociobiológicas sobre comportamentos dos caucasianos. Nestes termos, o estupro é símbolo da cultura branca, e um comportamento doentio injusto, no qual os genitais se transformam numa arma. Para ela a degradação é resultado da colonização.

Observa-se que questões relacionadas aos essencialismos em torno dos negros, em especial às mulheres e às representações sociais, são centrais a este

trabalho. As produções discursivas acerca de mulheres e homens negros, a constituição do outro idealizado pelo ocidente, deverão aqui ocupar a arena de tensões, assumindo uma posição de disputa no campo das imagens controladoras, termo utilizado por Kia Caldwell (2000, p. 101) “que liga representações culturais a formas estruturais de desigualdade”. Este conceito é de grande potência para a análise, tanto de questões relacionadas à reprodução de práticas comportamentos produzidos a partir dos aprisionamentos a ideologias dominantes, quanto do campo semiótico, as estratégias de construção do imaginário social coletivo acerca de homens e mulheres negras.

A controvérsia social aqui abordada expõe a perversa oposição montada no capitalismo colonialista, que perfaz uma triangulação: de um lado corpos negros masculinos uniformizados representam o poder hegemônico, reproduzindo a violência institucional, de outro, corpos negros de adolescentes e jovens que carregam signos culturais produzidos num contexto histórico geográfico: bonés, roupas, adereços, maneiras de caminhar, são performances culturalmente produzidas. Entre eles, as mulheres/mães materializam o conflito: a tentativa de preservar os filhos, o medo de que as suas vidas sejam ceifadas. Nesta guerra, os quase todos negros, agentes policiais, destituem o outro, enquanto tentam se sustentar como Ser, representante do eu hegemônico. É flagrante o lugar de oposição ao Estado ocupado pelas mulheres/mães, no contexto da violência, seja em relação ao sistema policial, ou em relação ao sistema judiciário.

Ao chamar a atenção para a “crise do masculino”, Osmundo Pinho (2013, p. 233) afirma importar reconhecer a masculinidade como resultado da regulação de gênero para os homens, seja a regulação estatal ou não e considera que, para além de uma mera encarnação do “simbólico” ou do discurso, a crise é efeito ideológico de uma separação arbitrária, que se fortalece ao longo da história. Neste sentido, os corpos negros masculinos são “assujeitados pelos discursos e práticas raciais e de classe, que são a máquina de produção de subjetividades e identidades”.

Osmundo Pinho (2013, p. 233) nos convida a pensar sobre as contradições forjadas no campo das identidades e das representações sociais, que lançam mão do “gênero, a modalidade em que a raça é vivida.” Para ilustrar traz o exemplo de política de compensação para os homens negros, constantemente mantidos sob tensão racial e subjugados pela classe social.

Parece relevante salientar, na esteira das provocações feitas por Osmundo Pinho que, se de um lado o sistema forja assimetrias de gênero que, ao interagir com classe e raça, produz modelos de exclusão dos sujeitos masculinos, a partir do discurso da marginalidade, por outro lado, as políticas compensatórias concorrem para cooptar sujeitos subalternizados. O personagem “capitão do mato”, importante na manutenção do sistema de escravização e na produção de oposições intra-raciais, parece ressurgir nos corpos negros uniformizados, militarizados. A relação do sistema hegemônico com os povos escravizados e dos seus descendentes com o sistema sempre foram pautadas a partir de representações de patologização, da vigilância, da criminalização e marginalização, lógica que até hoje opera no Estado. O lugar das masculinidades negras é um lugar de tensões, de disputas, que, ao longo da história, reflete oposições moldadas nos mecanismos de regulação que assujeitam os corpos, e ao mesmo tempo produzem resistências e insubmissões.

Importa assinalar de que, ao fazer uso do dispositivo de racialidade utilizando os corpos masculinos negros para efetivar os mecanismos de regulação das suas instituições, o patriarcado vitimiza as mulheres. A espacialização geográfica dos arranjos de articulações raça/classe nos centros urbanos tem sido o principal meio que sustenta o ciclo da violência que, ao atingir os jovens, penaliza as mulheres/mães.

Neste contexto, introduzo o depoimento A. B., representante da Polícia Militar, durante a entrevista na qual ele responde sobre as causas da associação entre a violência policial e os marcadores sexo masculino, idade, cor:

Salvador é uma cidade majoritariamente negra. Se a maioria da população se auto intitula como negra, esse fato nos remete a esta possibilidade, a tendência é que haja uma concentração na cor negra. O problema das classes sociais não é um problema de polícia. Apenas um dos fenômenos está nas mãos da Polícia. A polícia atua apenas na consequência. A maior parte das ocorrências está ligada ao tráfico de drogas, o tráfico de drogas impacta de forma significativa nas questões criminais. Isso ocorre nas classes mais desfavorecidas. Precisamos atuar nas causas, porque os menos favorecidos encontram no tráfico de drogas um meio de sobrevivência. No mundo do crime não existe pena que não seja fatal. Percebe-se uma variável que é a letalidade. Tudo isso contribui para este quadro que infelizmente é o fato social. Nós não podemos apontar e aceitar. A polícia não faz escolha. Ela não escolhe quem participa da ocorrência. Ela é chamada para participar a ocorrência. A polícia é chamada para mediar. Infelizmente todos esses fatores estão presentes nas classes sociais mais desfavorecidas. Contendas. As contendas ocorrem mais nesses lugares (Diário de Campo, Corregedoria da Polícia Militar, Salvador. 24 de outubro de 2016).

A linha de argumentação que molda o discurso do entrevistado é de que, embora reconhecendo a diferença racial como elemento que compõe a população de Salvador, este fator é dissociado da problemática da violência, aparecendo apenas como uma contingência ou probabilidade. A marginalização da pobreza assume a centralidade do discurso, sem atenção ao processo histórico de produção de desigualdades. Osmundo Pinho (2013, p. 231) denuncia a sutileza do processo histórico brasileiro que tentou negar as tensões produzidas pelas diferenças, como se a diferença cultural não estivesse implicada na produção de desigualdades e nas arenas de lutas que se travaram em torno das desigualdades. Sabemos, entretanto, que, apesar da folclorização da cultura desenvolvida pelo povo negro, as subjetividades e formas de expressão são tomadas como símbolos associados à marginalidade tornando-se alvos de perseguição. Os mecanismos de regulação dos comportamentos elegem símbolos para justificar a vigilância e dessa forma produzem rótulos e estereótipos. Na entrevista a Acotirene, mãe Alexandre um dos temas nos quais ela mais se detém é a performance do filho, buscando afirmar que o seu comportamento ia na direção contrária aos estereótipos:

Ele não tinha uma tatuagem no corpo. Nós somos uma família muito tradicional e lá em casa nunca teve essa coisa de brinco, tatuagem. Uma vez ele apareceu lá em casa com um colar. Eu disse: meu filho, você sabe que nós que moramos em determinados bairros, somos julgados pelo que usamos. Pedi a ele que se desfizesse daquele colar. Ele imediatamente deu a um amigo. Ele me obedecia em tudo. Um dia ele foi a uma loja na Liberdade pra comprar umas roupinhas. Me ligou dizendo as peças que ele escolheu. O dinheiro que ele tinha levado não dava pra todas as roupas. Ele decidiu comigo no telefone o que ia deixar. Ele cortava o cabelo com frequência, usava o cabelo bem curtinho e rebaixado (Diário de campo, Café Haus, Ica, Salvador. 06 de maio de 2017).

Acotirene tira da pasta um documento da escola com abaixo assinado, emitidos imediatamente após o episódio, no qual a Diretora elogia o comportamento do seu filho. O seu depoimento nos fala da disputa de discursos entre as mulheres/mães e o sistema policial. Alexandre, como a grande maioria dos jovens, foi acusado após a sua morte, de ter sido vítima de troca de tiros em ação policial. A luta das mães por justiça se trava no campo discursivo, de tentativas de desconstrução do discurso hegemônico. Acotirene se destaca pela sua capacidade de enfrentamento: “quando estou em espaços onde eles (a polícia) estão presentes eu olho nos olhos deles. Eles não suportam e se retiram”.

Ao discorrer sobre o mapa das representações de identidades dos homens negros em Salvador, Osmundo Pinho (2005, p. 128) problematiza a intersecção de significados impostos, historicamente construídos na diáspora. A figura do “brau”, por exemplo, representa, segundo ele, uma reafricanização, uma inserção de símbolos desterritorializados, impulsionada pela globalização. Para ele o “brau” se inscreve numa arena de disputa entre discurso, vernáculo, uma iniciativa popular-urbana e uma reinvenção de identidade, disputa que, para ele, emerge de uma máquina de guerra: a reafricanização, uma espécie de movimento nômade.

A reafricanização, como um contexto social-discursivo sedimentado, é o marco, aberto e policêntrico, de referência dessas lutas políticas pela representação em torno do negro, do corpo negro e da atualização local de padrões mundiais de reconfiguração identitária afrodescendente. Essa reafricanização pode ser considerada como uma máquina de guerra que institui seu próprio teatro de operações discursivas e sociais. A ideia da ‘guerra’ é, assim, um componente interno nuclear para a interpretação que procuro fazer (PINHO, 2005, p. 128).

O pensamento de Pinho confere a este trabalho uma importante contribuição principalmente por provocar debate sobre discursividades, ao tratar das masculinidades e racialidade. As variadas performances adotadas por adolescentes e jovens são ressignificadas no interior do sistema capitalista e interpretadas de acordo com o pertencimento de classe e raça. A vida de jovens e mulheres negras é continuamente tensionada pela regulação mediante valores e julgamentos morais o que imprime às mães vitimadas sentimentos como: inibição, medo ou necessidade de provar permanentemente a não vinculação de seus filhos a práticas ilícitas. Os agentes do Estado, embora, em sua maioria, estejam inseridos na diáspora negra, reproduzem o discurso hegemônico contra o conjunto de signos e símbolos inscritos nos adolescentes e jovens. Nesta guerra, os agentes do Estado buscam assegurar que os objetivos do capitalismo sejam alcançados.

Para Deepika Bahri “Aqueles que têm o poder de representar e descrever os outros claramente controlam como esses outros serão vistos” (BAHRI, 2013, p. 4). A lacuna deixada pela ausência das vozes do “outro” tem sido tema pautado pelas teóricas feministas, tendo em vista que o lugar do “outro”, o subalterno, foi historicamente representado também pela mulher. Todavia, o feminismo negro e o feminismo pós-colonial, têm revelado o quanto a



apropriação das representações de “mulher” pelas teóricas feministas brancas, ocidentais, aprisionou as mulheres negras, indígenas, ciganas, ou as mulheres das periferias do mundo a um lugar de “outro” idealizado, uma forma de opressão pouco problematizada.

Tais questões, que ganham novos significados no debate atual sobre a crise das representações traz como uma das questões quem fala pelas mulheres, questão proposta por Gayatri Spivak (2013, p 31-32) na sua obra *Pode o Subalterno Falar*. Ela propõe duas formas de representação: falar por, como ocorre na política e a representação, como ocorre na filosofia. Para ela, como a teoria é uma ação, o teórico não representa o oprimido. As práticas jurídicas, que definem os destinos de homens e mulheres, são moldadas em essencialismos, representações e imagens controladoras, que, articulados com fatores de raça, gênero e classe, se associam à máscara de ferro. Tais mecanismos têm se revelado eficientes no sentido de operar negando aos grupos mais oprimidos a proteção e os direitos.

No próximo tópico buscarei, a partir da perspectiva da interseccionalidade, refletir sobre a condição das mulheres, nas quais o racismo se realimenta por meio da negação à proteção.

## 2.5 INTERSECCIONALIDADE: FERRAMENTA ESSENCIAL À DISPUTA DE DISCURSOS

A interseccionalidade é uma ferramenta teórica que surge na contramão de um movimento antidemocrático que caracterizava os estudos feministas, tendo em vista a invisibilidade acerca de situações de grupos de mulheres submetidos maiores níveis de opressão. A potência da categoria está em oferecer elementos para uma leitura da experiência dessas mulheres levando em consideração a forma como a combinação de fatores de exclusão atua produzindo ainda mais opressão. Este conceito permite ainda a ampliação das lentes na análise da sutileza dos mecanismos sociais que concorrem na reprodução das situações de opressão. Por esta lógica interseccionalidade tem a potência de capacitar o olhar para denunciar discursos produzidos nos diferentes setores sociais que tem como objetivo aprisionar homens e mulheres a categorias marginalizantes. Nesta linha de pensamento trago um texto, notícia extraída de um site eletrônico e logo em seguida os comentários postados por internautas, como exemplo do cerco que se estabelece em torno de mulheres

que integram os grupos mais oprimidos. A notícia traz como título: “Mãe de adolescente morto em Jacarezinho desmaia durante o enterro”<sup>19</sup>. Fragmentos da notícia:

Cristian Soares Andrade, de 13 anos, morto durante uma troca de tiros na comunidade de Manguinhos, Zona Norte do Rio, foi enterrado na tarde dessa quarta-feira, no Cemitério do Caju, Zona Portuária. A mãe do adolescente chegou a desmaiar e precisou ser carregada por familiares. Ao final do enterro, parentes do adolescente hostilizaram PMs [...] na última terça-feira, Jorge da Silva, tio do garoto, contou que o menino correu para se abrigar dos disparos. Quando saiu para ajudar uma senhora, foi baleado.

A notícia, que traz a imagem de uma mulher/mãe sendo carregada: é seguida dos seguintes comentários:

Gente, a mulher do Amarildo cortou o cabelo e foi ao enterro? Será que também desmaiou quando seu filho roubou os outros ou estava muito ocupada enchendo a cara que não viu? [...] Desmaiar faz parte do espetáculo pra depois pedir indenização ao Estado, ganhar e viver feliz para sempre. Ele estava jogando bola de casaco?? Vai tentar enganar a PQP. Filhote de bandido. Foi tarde.

As mulheres/mães têm sido vitimadas pelo mercado de produção de imagens que, embora em boa parte sejam produzidas com o objetivo de divulgar os fatos, se inserem dentro do perverso conjunto de representações estruturadas pelo racismo. Neste sentido, o dispositivo de racialidade atua negando às mulheres/mães a sua humanidade, subjetividade e afeto. Vítimas deste reducionismo as mulheres negras são, muitas vezes, alvo de acusações de encenações, de oportunismo, etc. A realidade social das mulheres, entretanto, permanece desconhecida e ignorada. A produção de estereótipos sobre as mulheres, mulheres negras, indígenas, orientais, pobres, a exotização, a vitimização, a hipersexualização das mulheres negras atenderam às necessidades do colonialismo e continuam a servir aos interesses capitalistas.

Há muito que as feministas não brancas vêm questionando se é possível tratar das questões relacionadas às subjetividades das mulheres e às relações de gênero e poder sem tocar na questão racial (BAIRROS, 1995; CALDWELL, 2000; hooks, 2004; CARNEIRO, 2014), desafiando assim as produções teóricas sobre gênero através de análises que passaram a levar em conta as

---

<sup>19</sup> Disponível em: < <http://extra.globo.com/casos-de-policia/mae-de-adolescente-morto-no-jacarezinho-desmaia-durante-enterro-17444912.html>>. Acesso em: 20 de fevereiro de 2017.

complexidades das relações, das quais raça é uma dimensão constitutiva. As leituras críticas por parte de feministas negras das produções ocidentais sobre feminismo denunciam a colonização do pensamento feminista e expõem a grande ferida do sistema que vem resistindo ao patriarcado, ao colonialismo e ao capitalismo: o racismo. As mulheres pobres trabalhadoras, as negras, são mantidas no lugar do “outro”, um fato antecipado por bell hooks (2015) ao criticar a apropriação do uso político termo opressão pelas intelectuais brancas, tema que vem sendo bastante explorado pelas feministas do pensamento pós-colonial.

Desconfiando das vozes que, ao representarem as mulheres, reduziram as opressões a questões de classe, ou de sexo, ofuscando a relação entre as questões raciais e as tensões, mulheres intelectuais negras e/ou não brancas buscaram, ao analisar os processos de violência e exclusão social, identificar e articular diferentes fatores que moldavam as experiências das mulheres. Desta forma, construíram novas lentes de análises que pudessem dar conta das complexidades dos regimes e dos sistemas, nos oferecendo novas possibilidades de compreensão da realidade. O conceito de interseccionalidade, que surge como uma tentativa de ilustrar esta complexa opressão, vai aos poucos assumindo status de ferramenta de análise ou categoria de análise, útil aos contextos de mais violação de direitos (CRENSHAW, 2002).

Embora corra o mesmo risco de apropriação por parte de grupos que ainda mantém uma certa hegemonia no campo das produções acadêmicas no feminismo, o conceito de interseccionalidade vem contribuindo para tornar visíveis aspectos sutis das condições de opressão às quais são submetidas muitas mulheres em todo o mundo. A complexidade das sociedades atuais, a globalização, o capitalismo moderno, articulado a práticas coloniais, continuam a produzir opressão de mulheres em níveis muito críticos. Um exame das considerações feitas por Kimberlé Crenshaw contribui para uma melhor compreensão de como as relações constituída no interior dos sistemas podem penalizar mais alguns grupos, produzindo invisibilidades e/ou falsas representações:

Há um reconhecimento crescente de que o tratamento simultâneo das várias diferenças, que caracterizam os problemas e dificuldades de diferentes grupos de mulheres pode operar no sentido de obscurecer ou de negar a proteção aos direitos humanos que todas as mulheres deveriam ter. Assim como é verdadeiro o fato de que todas as mulheres estão, de algum modo, sujeitas ao peso da discriminação de

gênero, também é verdade que outros fatores relacionados a suas identidades sociais, tais como classe, casta, raça, cor, etnia, religião, origem nacional e orientação sexual, são diferenças que fazem diferença na forma como vários grupos e mulheres vivenciam a discriminação. Tais elementos diferenciais podem criar problemas e vulnerabilidades exclusivos de subgrupos específicos de mulheres, ou que afetem desproporcionalmente apenas algumas mulheres. (CRENSHAW, 2002, p. 171).

Recorrer à diferença, mesmo correndo o risco de essencializar os grupos, foi um caminho estratégico, necessário às mulheres negras, de busca visibilidade, pois, excluídas dos sistemas de representação, permaneciam invisíveis vivendo as suas experiências. As complexidades das relações de opressão exigiram, inegavelmente, conceitos e categorias mais robustas e ao mesmo tempo verdadeiramente politizadas. O conceito de matriz única de dominação proposto por Patricia Hill Collins, abarca uma gama dos fatores que constroem os sistemas produzindo opressão, exclusão social e várias formas de violência, mantendo a sua natureza intrinsecamente articulada.

Dentro de esta contradicción global, las mujeres negras estadounidenses nos encontramos con un conjunto distintivo de prácticas sociales que acompañan nuestra historia particular dentro de una matriz única de dominación caracterizada por opresiones interseccionales (COLLINS, 2012, p. 103).

Collins evita a hierarquia de marcadores sociais, mas não hesita em dizer que “para las mujeres afroamericanas, los efectos del racismo institucionalizado siguen siendo visibles y palpables.” O pensamento de Collins conecta a experiências de mulheres negras nos Estados Unidos com mulheres que, em outros continentes, nas periferias do mundo, vivem em situações de exclusão, de várias formas de violência posicionando as opressões interseccionais num debate intercontinental.

As conexões do sistema capitalista reproduzem formas semelhantes de violência contra mulheres em diferentes partes do mundo. Os dispositivos do sistema capitalista, fundados no racismo e no sexismo, cumpre o seu papel, acionando a produção de violência física ou simbólica. Neste sentido interseccionalidade, enquanto ferramenta teórica, está a serviço de um projeto emancipatório.

Ao tratar da violência doméstica, por exemplo, Kimberlé Crenshaw (1991) propõe a politização da violência doméstica, compreendendo que este fato sai do domínio privado (questões de família) e passa a ser amplamente reconhecido

como parte de um sistema de larga escala de dominação que afeta as mulheres como uma classe. É preciso não perder a visão de sistema, de estruturas integradas e articuladas que constroem o discurso que inferioriza a mulher e lhe põe máscaras de ferro. A análise interseccional pode oferecer estratégias para ouvir além das máscaras e investigar as sutilezas dos discursos hegemônicos que inferiorizam as mulheres negras, as mulheres pobres, lançando-as ao silêncio.

O risco de reproduzir práticas de representações a partir da apropriação do “outro” ou da idealização do “outro” ronda as pesquisas com grupos mais interseccionizados, tendo em vista, não apenas as barreiras que dificultam o acesso aos sujeitos ou às suas vozes, mas o “saber” que constitui as pesquisas. Os marcos colonizados que formulam o ângulo de visão são uma ameaça ao sujeito. Mesmo projetos muito bem intencionados se encontram, às vezes, em dilemas éticos, tendo em vista ausência das vozes dos sujeitos, correndo riscos. A teoria feminista, segundo Bahri, assim como as teorias pós-coloniais, se ocupam da representação, da voz, da marginalidade (BAHRI, 2013). A afirmação da autora sugere uma atenção às questões de comunicação nas pesquisas. Para Edward Said “em qualquer caso, ao menos da língua escrita, não existe algo como uma presença transferida, mas uma re-presença ou uma representação.” Se as representações são inevitáveis, a dimensão ética e política das representações devem ser examinadas.

Ao incorporarem leituras críticas das produções discursivas que ocupam lugares hegemônicos, as investigações com grupos ou categorias marginalizadas se apropriam de ferramentas mais robustas. Esta não é, entretanto, uma tarefa fácil tendo em vista, o domínio nas ciências de categorias pretensamente universalizantes. Tais preocupações ganham sustentação teórica a partir de conceitos que vêm sendo explorados pelas feministas negras, bem como as pós-coloniais.

Kia Caldwell (2000, p. 101) sustenta que as imagens controladoras das mulheres negras são projetadas de forma a fazer construções sociais, como a pobreza, parecerem naturais e mostra como as imagens de mulheres negras brasileiras, em particular a mulata e a mãe preta, “são amarradas a formas de desigualdade estrutural, determinadas pela raça e pelo gênero”. bell hooks (1995) também problematizou as confusas representações sobre as mulheres negras: maternidade, sensualidade, agressividade, que estereotiparam ou aprisionaram as mulheres negras em categorias.

As categorias de análise comprometidas com transformações e deslocamentos devem dar conta de examinar como tais discursos e imagens realimentam o sistema de representações sobre as mulheres negras mantendo e reproduzindo o ciclo violência. O relato abaixo integra o conjunto das narrativas contadas no livro “Mães em Luta” e traz outras dimensões da opressão das mulheres, além da perda do filho, nas quais sexo, raça e classe se articulam e realimentam o ciclo de opressão:

O sofrimento em intensidade máxima relacionado à violência policial esteve presente em dois momentos da vida de Cleuza, mãe de Fernando Henrique. A primeira vez foi quando ela ainda era menor de idade, com 17 anos, morava em Minas Gerais. Cleuza foi violentada por um sargento da PM mineira (...). O estupro praticado pelo sargento da PM mineira resultou em gravidez (...). Para o filho, nunca faltou atenção e amor. Ela o educou a duras penas e da melhor forma possível (PONTE JORNALISMO, Mães em Luta, 2016, p. 128).

Tomadas à luz da perspectiva interseccional, a aparente naturalização das violências que se organizam em ciclo na vida de alguns grupos de mulheres são potencializadas pela força com que o cruzamento entre os fatores de exclusão atravessam as experiências dessas mulheres, reduzindo a sua humanidade. Neste sentido a interseccionalidade contribui para flagrar experiências de opressão marcadas por um conjunto de violações, atuando como indicador de desempoderamento. Em tais processos, os fatores como classe, raça, sexo, territorialidade, estão sempre presentes.

No universo das mulheres/mães vitimadas pela violência contra os filhos, as que experimentaram outras formas de violência durante a sua história são as que mais vivenciam os processos de mais silenciamento e menos enfrentamento. Muitas delas estiveram excluídas dos processos de educação, formação, de trabalho, etc. Tais fatores interferem na organização que diferencia as mulheres que se inserem na luta após a experiência de perda e as que se tornam ainda mais invisíveis, recolhendo-se ao silêncio.

## 2.6 O RACISMO FUNDANTE DO PROJETO DE MODERNIDADE

A violência, este vasto campo de estudos que habita fronteiras entre disciplinas, exige, ao ser estudada, uma perspectiva interseccional, que dê conta dos nexos entre os sujeitos e os sistemas, e das relações entre sujeitos. Muitas são as definições sobre este fenômeno social. Para Michaud “há violência

quando, em uma situação de interação, um ou vários atores agem de maneira direta ou indireta, maciça ou esparsa, causando danos a uma ou a mais pessoas em graus variáveis, seja em sua integridade física, seja em sua integridade moral, em suas posses, ou em suas participações simbólicas e culturais.” (MICHAUD, 1989, p.75).

Uma perspectiva histórica, por exemplo, é fundamental ao debate sobre violência, entretanto não será possível no âmbito deste trabalho. Todavia, é preciso sustentar que o projeto de modernidade introduziu diversas formas de violência, por meio de discursos que produziram recortes que fornecem representações e imagens controladoras sobre determinados grupos. Ao discorrer sobre o tema no Relatório sobre o Mapa da Violência no Brasil<sup>20</sup> (2002), o relator Julio Jacobo Waiselfisz afirma:

É esta enorme complexidade que nos permite falar não de uma violência unívoca, mas de diversas violências, cada uma com sua própria lógicas e seus próprios determinantes. Assim falamos, em nosso país, de violência doméstica, violência criminal, violência nas ruas, no trânsito, nas escolas, no campo, contra o jovem, a criança, a mulher, os idosos, os portadores de deficiências, os afrodescendentes e os homossexuais. O mundo hoje nos apresenta um enorme e variado repertório de violências políticas, Étnicas, religiosas, entre outras. E esta enorme multiplicidade de significantes e manifestações é a que torna seu combate e enfrentamento mais complexo e desafiador (WASELFISZ, 2002, p. 8).

Os mapas da violência vêm evoluindo no sentido de oferecerem ao(às) leitor(as) análises a partir de importantes recortes como raça/cor, idade, sexo que o traçarem o perfil das vítimas, oferecem elementos para identificação de fatores determinantes. Recentemente alguns mapas incluíram dados sobre a letalidade policial. Entretanto ainda é necessário atentar para os discursos que costumam acompanhar os debates sobre os mapas, que elegem como protagonistas das violências, sujeitos isolados(as), ocultando a ação do Estado.

Paulo Sérgio Pinheiro, no livro *Violência, Crime e Sistemas Policiais em Países de Novas Democracias* (1977, p. 44), explora a relação entre o fenômeno da violência e o contexto de desigualdades sociais e relações assimétricas, “resultante da continuidade de uma longa tradição de práticas de autoritárias das elites contra as não-elites, que se reproduzem nos mais pobres”. Segundo

---

<sup>20</sup> Mapa da Violência III / Julio Jacobo Waiselfisz. Brasília: UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.).

ele há uma relação de continuidade entre regimes autoritários do passado e os novos governos civis eleitos democraticamente que sugerem ser o mesmo sistema de dominação da mesma elite e argumenta ainda que o “Brasil é uma sociedade que se baseia na exclusão, é uma democracia sem cidadania.” (PINHEIRO, 1977, p. 45).

Os debates sobre racismo ainda enfrentam grandes icebergs que, mergulhados no inconsciente coletivo, produzem sombras que impedem os avanços e conquistas de igualdade: são os resíduos das ideias sobre os povos negros, disseminadas pelos europeus, a compreensão do negro como um bem móvel, um ser abaixo do status da cidadania. Homens e mulheres eram vistos como unidades rentáveis de trabalho, de acordo com Ângela Davis em “O legado da escravatura: bases para uma nova natureza feminina” (DAVIS, 1981). Esta percepção sobre os homens e mulheres negras como mercadoria, ou algo mais próximo dos animais, esconde uma face do sistema de dominação nos regimes coloniais que muito poderia enriquecer os debates sobre violência e racismo: a sua face violenta, agressiva, perversa. Pelo contrário, os relatos sobre o período colonial transformam em violentos exatamente os que estavam subordinados, sob o domínio de práticas repressivas, perversas, desumanas, referindo-se sempre a negros e índios como indisciplinados, insubordinados, inclinados à agressividade. Tais relatos encontraram base nos tratados científicos construídos na modernidade sobre raça.

Para Renato da Silveira (1999, p. 89) a necessidade da construção de um grande império territorial e de uma sociedade colonial a partir de uma mão de obra salarial mal paga impeliu as elites dirigentes a formularem uma ideologia discriminatória. Ele segue: “Neste contexto, o racismo europeu fortaleceu-se como teoria durante a própria constituição das organizações científicas, ganhou credibilidade como uma concepção “objetiva” do mundo oficialmente reconhecida, como um sistema respeitável”. Silveira nos ajuda a compreender como a agressão colonial e a escravização africana foram legitimadas em bases científicas, nas premissas que embasaram a classificação racial. Tais premissas, presentes nos diferentes setores como a educação, alterando o imaginário social, a percepção sobre os tipos humanos. “O racismo científico foi um fator estruturante da ordem ocidental ainda muito mal estudado enquanto tal.” (SILVEIRA, 1999, p. 91).



Silveira insere as ricas contribuições sobre o racismo científico no contexto da revolução científica explicando como ao cientista foi atribuída credibilidade, e a crença de que eles traziam a Verdade, tornando-se os principais legitimadores da supremacia ocidental. Tendo o mundo sob seu domínio, conforme Silveira, o homem branco teria que assumir, diante das raças inferiores, uma missão civilizatória resgatando-os do paganismo e da ignorância. O racismo científico evolui e se expande através de um grande número de representantes, porta vozes da ciência. Proliferam as classificações que apresentam uma hierarquia a partir das raças nas quais negros e índios aparecem sempre como populações selvagens que deveriam submeter-se à tutela, “postura opressiva curiosamente entendida como fator de libertação.” (SILVEIRA, 1999, p.98). Uma das descrições apresentadas por Silveira (1999, p. 101), a de Buffon, define o africano “como divertido, porém massacrante,” “desprovido de imaginação”. Ainda entre os adjetivos associados ao povo negro surge no texto, a partir das polêmicas ideias de Goubineau<sup>21</sup>, a o termo “degenerado”, a ideia de um povo em decadência, que perdeu o seu valor. (p. 105) um povo para quem “a suprema alegria é a preguiça, sua suprema razão é o assassinato”. Silveira conclui, após apresentar argumentos de diferentes cientistas afirmando que:

O racismo científico foi portanto uma força estruturante, referência fundamental na montagem de um esquema industrial de entretenimento, controle da opinião e formação do consenso, onde novos e complexos mecanismos burocráticos de integração, enquadramento e discriminação, bem adaptados às novas condições, tornaram-se operativos. Apesar de termos banido juridicamente a discriminação, uma imensa massa de produtos e padrões racistas, criados no momento da gênese da indústria cultural, continuam circulando (SILVEIRA, 1999, p. 144).

Kabengele Munanga (2010) defende que a máscara científica, a raciologia tinha um discurso mais doutrinário do que científico, já que ela esteve muito mais a serviço de justificar os sistemas de dominação racial do que para explicar a variabilidade humana. Para o autor a hierarquização é montada a partir de uma relação intrínseca entre características biológicas e quase morais, psicológicas, intelectuais e culturais, o que podemos ver na classificação do

---

<sup>21</sup> Joseph Arthur de Gobineau foi um diplomata, escritor e filósofo francês, um dos mais importantes teóricos do racismo no século XIX.

Homo Sapiens de Lineu<sup>22</sup> por ele organizada, que a associa a cor da pele a demais características. Esta classificação divide a humanidade em quatro raças. Destaco a descrição dos não brancos, o americano e o africano, colocando um acento no fato de que, apenas neste último, foi feito um apontamento sobre a mulher:

- Americano: moreno, colérico, cabeçudo, amante da liberdade, governado pelo hábito, tem o corpo pintado.
- Africano: negro, flegmático, astucioso, preguiçoso, negligente, governado pela vontade dos seus chefes, unta o corpo com óleo ou gordura, sua mulher tem vulva pendente e quando amamenta seus seios se tornam moles e alongados.

O autor revela preocupações com o uso popular do racismo e o risco da sua associação com rejeição ou injustiça social, tendo em vista a ênfase nas características biológicas e a criação do estigma corporal. Essa simplificação, a seus olhos, pode minimizar a gravidade do racismo e o esvaziamento dos seus efeitos nefastos no mundo. De fato, apesar da gravidade dos prejuízos psicológicos, há ainda muita energia a ser gasta contra as necropolíticas de poder que se revertem no alto índice de mortalidade de homens e mulheres.

Na descrição do Homo Sapiens de Lineu pula aos olhos a observação sobre o corpo das mulheres negras, a objetificação deste corpo. Transformados em mercadorias, homens e mulheres negras sempre estiveram expostos(as) a mecanismos de controle. Nesta direção, características biológicas das mulheres negras são inferiorizadas, o que não foi observado em relação às características de outras mulheres.

O que a “máscara científica” por meio dos relatos e produções acerca do comportamento características e psicológicas do povo negro, tenta ocultar é que o Estado colonialismo/capitalismo, representado ora pelo capataz, ora pela polícia militar, assume o papel de inimigo e protagoniza a violência. O Estado moderno utiliza aparatos repressivos, ainda que muitas vezes, incompatíveis com o Estatuto de Direitos Humanos ou a Constituição Brasileira, mecanismos forjados no racismo, que articulado ao sexismo e com outros fatores, vão tecendo a matriz única de dominação. No interior da matriz de dominação, a violência contra os jovens negros é também a violência contra as mulheres negras.

---

<sup>22</sup> Carlos Lineu, sueco, botânico, zoólogo e médico, criador da nomenclatura binomial e da classificação científica, sendo assim considerado o pai da taxonomia moderna.

As reflexões acerca dos mecanismos de controle sobre os corpos negros nos aproximam do debate articulado por Achille Mbembe (2011) no qual ele amplia o conceito, de biopoder, desenvolvido por Foucault integrando a este debate os conceitos de estado de exceção. Retornarei a estes conceitos no capítulo seguinte. Considero, contudo oportuno antecipar argumentos de em torno das questões de soberania e do direito de matar: Aprofundando as ideias de Foucault para quem a soberania que assegura o direito de matar, bem como os mecanismos de controle, estão inscritos na forma como o Estado moderno funciona, representando os elementos constitutivos do poder do Estado na modernidade, Mbembe defende que o estado de exceção tem se convertido na base normativa do direito de matar.

A partir dos pressupostos desenvolvidos por Foucault de que a organização e segregação dos grupos tem como base o racismo, nos quais se debruçam sobre as tecnologias de poder, Mbembe (2011, p. 33) toma um caminho político discute as relações entre política e mortes, racismo e dominação recolocando na cena o escravo como exemplo, não apenas de violação de direitos, mas de negação da própria humanidade. A violência que permite tanto açoitar, mutilar em vida, quanto tirar a vida do escravo, nega-lhe o status de cidadão. Ao destacar que as execuções de judeus, a partir de mecanismos técnicos, mecanizados, foram possíveis a partir da alteridade e do racismo, é nestes termos que o autor analisa as questões relacionadas às necropolíticas:

Este proceso fue en parte facilitado por los estereotipos racistas y el desarrollo de un racismo de clase que, al traducir los conflictos sociales del mundo industrial en terminos racistas, ha terminado por comparar las clases obreras y el «pueblo apatrida» del mundo industrial con los salvajes» del mundo colonial. (MBEMBE, 2011, p. 26).

A perspectiva oferecida pelo autor confirma a percepção de que os estereótipos forjados na alteridade e no racismo, que regularam o período colonial, se fazem presentes na sociedade contemporânea, por meio dos mecanismos que integram os sistemas de dominação. Buscarei, no capítulo seguinte, propor reflexões sobre como os contextos de violência e as condições de interseccionalidade acionam o poder dos grupos subalternizados produzindo e instituindo novas práticas e discursos. Para tanto, retomarei o debate sobre estado de exceção e Estado penal, buscando dar visibilidade às formas como o braço do Estado pesa sobre os grupos excluídos.

## 2.7 MATERNIDADE COMO DIREITO: ESSENCIALISMO TÁTICO

*“Como mulheres, alguns de nossos problemas são comuns, outros não. Vocês, brancas, temem que seus filhos ao crescer se juntem ao patriarcado e testemunhem contra vocês. Nós, em contrapartida, tememos que tirem os nossos filhos de um carro e disparem contra eles a queima-roupa, no meio da rua, enquanto vocês dão as costas para as razões pelas quais eles estão morrendo.”*

Audre Lorde

Uma das grandes conquistas do feminismo reside nesta dissociação entre a construção do feminino e a determinação biológica associada a maternidade obrigatória. A história das mulheres negras, no entanto, marcada por atrasos e defasagens nas conquistas, é cercada por episódios de violência e cerceamentos ao livre exercício da maternidade. Enquanto as mulheres brancas brigavam pelo direito a ocupar espaços públicos, tendo assegurados os seus direitos mais básicos, as mulheres negras pleiteavam o direito de cuidar dos filhos, ou de terem os filhos, de mantê-los vivos.

A voz de Audre Lorde, no texto acima, traduz o drama diário atual vivido por mulheres negras, principalmente nos grandes centros urbanos onde as percepções de mulheres, jovens, adolescentes sobre o Estado são associadas a violação, violência e agressão. As tensões que caracterizam essas relações atribuem às experiências das dessas mulheres uma maior complexidade que, ao produzir diferentes demandas de lutas, mantém-nas distantes das grandes pautas feministas. As suas causas continuam a ser quase as mesmas de séculos atrás.

Vários são os depoimentos de mulheres que inscreveram na história do feminismo os dilemas da maternidade ou da construção do feminismo a partir da experiência da mulher negra, uma problemática que nos aproxima dos debates sobre essencialismo. Um dos clássicos depoimentos que problematiza o essencialismo e ofereceu elementos para os debates sobre gênero é o famoso discurso da ativista Sojourner Truth em 1851:

Aqueles homens ali dizem que as mulheres precisam de ajuda para subir em carruagens, e devem ser carregadas para atravessar valas, e que merecem o melhor lugar onde quer que estejam. Ninguém jamais me ajudou a subir em carruagens, ou a saltar sobre poças de lama, e nunca me ofereceram melhor lugar algum! E não sou uma mulher? Olhem para mim? Olhem para meus braços! Eu arei e plantei, e juntei a colheita nos celeiros, e homem algum poderia estar à minha frente. E não sou uma mulher? Eu poderia trabalhar tanto e comer tanto quanto qualquer homem – desde que eu tivesse oportunidade para

isso – e suportar o açoite também! E não sou uma mulher? Eu pari treze filhos e vi a maioria deles ser vendida para a escravidão, e quando eu clamei com a minha dor de mãe, ninguém a não ser Jesus me ouviu! E não sou uma mulher?<sup>23</sup>

Para Deepika Bahri (2013, p. 7) os estudos de grupos e coletividades devem enfrentar o problema do essencialismo, ou seja, a atribuição de uma qualidade constitutiva fundamental, uma falsa continuidade, a uma pessoa, categoria ou grupo. Os essencialismos levam ao risco de criar estereótipos, aprisionar, reduzir, ofuscar os aspectos de pessoas ou grupos. As lésbicas, por exemplo, enfrentaram as opressões das tipologias essencialistas que impunham à mulher expectativas com relação a desempenhos de papéis associados à heterossexualidade. Posto isso, chamo atenção ao conceito de essencialismo estratégico ou essencialismo tático e intencional que vêm sendo proposto por algumas autoras, e ocorre quando há um interesse político manifesto (SPIVAK, 1996. p. 214). Nestes casos, argumentar a favor de uma qualidade constitutiva ou falsa continuidade pode ser o caminho para reivindicar a igualdade de direitos.

Avtar Brah (2006, p. 341) traz preciosas contribuições para o debate sobre essencialismo quando, ao recuperar os modos como o determinismo biológico é tratado nos diversos feminismos, no radical, no socialista, etc, afirma que as mudanças não assinalam uma mera abordagem pragmática, mas uma resposta estratégica a novas circunstâncias políticas. Para ela o signo mulher tem as suas especificidades que são construídas dentro de configurações específicas das relações de gênero, nos quais o fluxo semiótico assume diferentes significados em discursos sobre as feminilidades.

O dispositivo de racialidade, proposto por Sueli Carneiro (2005), atende à emergência de flagrar significados que constituem o fluxo semiótico e que conferem especificidade às experiências das mulheres mais interseccionalizadas. A lógica colonial empurra homens e mulheres negras para o lugar da marginalidade, destituindo-lhes do status de cidadania, de normalidade, etc. Ao fazê-lo, utiliza-se do patriarcado e estabelece um ataque às mulheres negras atingindo a sua natureza reprodutiva. As conexões entre capitalismo, patriarcado e racismo produzem tensões de gênero intrarraciais, de forma que sejam satisfeitas as necessidades do sistema de dominação.

---

<sup>23</sup> Trecho do discurso proferido pela ex-escrava Sojourner Truth, na Convenção sobre os Direitos das Mulheres, em Akro Ohio, Estados Unidos, em 1851.

A potência da categoria interseccionalidade poderá operar no sentido de romper o ciclo de silêncios que reproduzem violências. Ao usarem a voz, especialmente em eventos públicos, frequentemente as mães dedicam um tempo da sua fala desconstruindo o discurso ou ideia de marginalidade em relação ao seu filho, como se sentissem permanentemente sob suspeição. Segundo algumas interlocutoras, as mulheres que se isolam são aquelas que têm mais dificuldades em lidar com a suspeição que se instaura.

A análise destes comportamentos indica como atuam sobre as mulheres/mães a força dos discursos da criminalização. O silêncio imposto a mulheres/mães, mais interseccionalizadas pela dor ou pelo medo, são mecanismos que realimentam a opressão e mostram que máscaras de ferro, continuam a cumprir o seu papel.

Refletir sobre os aspectos que constituem o gênero de mulheres vitimadas pela violência policial contra seus filhos sugere examinar as diferentes performances assumidas por estas mulheres no curso da sua experiência: resistência associada à consciência sobre a opressão, estratégias de silenciamento, de invisibilidade, entre outras. Tais performances podem incluir a imersão numa prática religiosa, adoecimentos, isolamentos, rompimento de laços, ou ativismo, militância, etc. A ideia que impregna o imaginário social de que a identidade feminina se traduz, sobretudo, na maternidade é também muito recorrente nas vozes das mulheres/mães vitimadas.

Esta percepção que se confirmou nos diferentes encontros com as mulheres, se torna mais objetiva na forma como Débora Silva, integrante fundadora do Movimento Mães de Maio, narra, em debate realizado na Reitoria da UFBA, as experiências vividas após a perda. Ela afirma “Nós oferecemos a nossa voz para várias famílias. Quem fala por mim é meu filho” (informação verbal).

As mães militantes sinalizam para a necessidade de ressignificar a ausência do filho através de uma nova forma de presença, a luta. Grande parte dessas mães afirma falar em nome do filho, apresentando-se ao público como uma representante desse ausente. Para além dos componentes afetivos e psicológicos que parecem indicar uma indissociação entre mãe e filho, esta afirmativa carrega uma potência política que tem se revelado estratégica nas lutas. As estratégias de alteração de lugares nas relações de poder e de enfrentamentos serão discutidas nos próximos capítulos.

### 3 DINÂMICAS DE PODER CONSTITUINTES DAS RELAÇÕES ENTRE AS MULHERES/MÃES E O ESTADO NO CONTEXTO DE VIOLÊNCIA

O principal propósito deste capítulo é ampliar as reflexões sobre como o poder permeia diferentes lugares, trazendo mais aspectos sobre as relações que se organizam no contexto da pesquisa, marcadas pela desigualdade de forças. A construção das reflexões parte da ideia de gênero como elemento constitutivo das relações sociais que abarca características como sexo, raça, classe, etc. Neste sentido entendo que, no campo das tensões e das relações sociais que se organizam entre as mulheres vitimadas pelas perdas dos filhos e outros sujeitos ou instituições, entram em jogo os fatores que constituem os gêneros, organizando de forma diferenciada, o poder.

A dimensão política da categoria gênero permite que ela opere numa perspectiva relacional, sem perder de vista que as relações sociais se constroem nas tensões entre diferentes forças. Ao se referir a gênero Joan Scott propõe duas definições que se complementam: “(1) O gênero é um elemento constitutivo das relações sociais baseadas nas diferenças entre sexos e (2) o gênero é uma forma primária de dar significado às relações de poder” (SCOTT, 1995, p. 86). Enquanto categoria de análise, o gênero estrutura as percepções sobre poder permitindo a compreensão da organização simbólica da vida social. Continuando com Scott, o gênero “fornece um meio de decodificar o significado e de compreender as complexas conexões entre as várias formas de interação humana” (p. 89). Neste sentido, busco a potência do gênero na compreensão das complexidades que caracterizam as relações de poder presentes nas estruturas sociais.

Afirmar a existência de um contexto em que mulheres são alvos da violência cometida por agentes do Estado, a polícia militar, violência que se expressa através dos crimes letais praticados contra os seus filhos, impõe o reconhecimento de complexas articulações. Trata-se de uma afirmação que exige cuidadosas análises e reflexões a partir de um conjunto de perguntas e problematizações tendo em vista os sentidos e pressupostos embutidos. Insistir no discurso da superioridade de poder que se expressa através de práticas autoritárias associadas à dominação não é suficiente a um projeto de pesquisa e

investigação interessado na compreensão das rupturas possíveis nas relações de gênero.

É vasto o campo de estudos sobre poder e, embora o presente trabalho transite nas fronteiras deste campo, os limites da pesquisa não permitiram um aprofundamento sobre as teorias de poder. Considero que, dentro dos limites possíveis, torna-se necessária à discussão sobre as relações que se estabelecem entre as mulheres/mães vitimadas pela perda dos filhos e o Estado, uma breve visita ao debate sobre o dispositivo<sup>24</sup>, proposto por Foucault. Esta incursão, farei à luz das contribuições de Sueli Carneiro (2005), a partir do conceito de dispositivo de racialidade. Enfrentar o debate sobre racismo nos oferece elementos para compreender os arranjos de interseccionalidade presentes nos dados estatísticos sobre violências.

Os esforços de especialistas que vêm contribuindo no avanço dos estudos estatísticos sobre as mortes por armas de fogo lançam elementos que recolocam continuamente as discussões sobre como se combinam raça, classe, sexo, faixa etária e outros fatores, na configuração dos cenários de violência. Tais estudos, ao produzirem dados objetivos para os debates sobre o extermínio do povo negro e pobre, revelam um aspecto complexo da violência: a letalidade policial. Proponho, neste capítulo, refletir sobre a natureza do poder que atravessa instituições, gerando este fato social. Busco, neste exercício, refletir sobre o lugar onde se dá a experiência de outros atores, sujeitos que integram esta rede de relações: as mulheres/mães, tentando compreender como se configuram, que diferentes modelos de relações se organizam, e que experiências se constroem neste contexto.

Discorrer sobre como o poder permeia, se organiza e se distribui nas relações que mantém, de um lado as mulheres/mães, negras, vitimadas pela violência institucional contra os seus filhos, e de outro, o Estado, é um desafio que exige um olhar responsável e investigativo para as performances dos sujeitos, tanto dos agentes, representantes do Estado, como também das mulheres/mães. O pressuposto de que elas se tornam vítimas não deve implicar numa associação automática a esvaziamento de poder, mesmo em meio às experiências de silenciamentos, de invisibilidades, adoecimento, etc. O desafio a que me proponho é tentar identificar os nexos destas relações, buscando flagrar

---

<sup>24</sup> Dispositivo, termo adotado por Foucault, se refere a um conjunto heterogêneo de elementos ditos e não ditos, que constituem discursos, instituições, organizações e que se integram numa rede de articulação de poder. Para aprofundar a compreensão do termo, ler *Microfísica do Poder*, 1979, p. 244.



as diferentes práticas de poder nesta assimetria social, neste modelo que denuncia o desequilíbrio de forças.

Os objetivos propostos para este capítulo encontram, naturalmente, na genealogia do poder desenvolvida por Foucault, e nos autores que deram continuidade ao debate, um imenso terreno de fundamentos, reflexões, conceitos, que poderão oferecer lastro à discussão. Embora a colonização tenha sedimentado valores que estruturam a lógica do olhar, do pensar, do saber, avançam os debates sobre a urgente necessidade de desconfiarmos do discurso ocidental, rejeitarmos a ideia de que o poder emerge, de forma natural, das forças hegemônicas.

Somente a partir do exame da lógica do descobrimento, à luz do que preconizam as teóricas do ponto de vista, é possível localizar os pressupostos e hipóteses que moldam teorias racistas e androcêntricas. A genealogia dos processos de construção e apropriação do poder, por determinadas estruturas, permite evidenciar a sua presença em diferentes setores da sociedade. O caminho em busca dos seus fluxos, da compreensão de como o poder transita nos diferentes grupos, setores, segmentos, requer desconstrução da ideia de que ele é um elemento integrante apenas dos macro espaços. Este é um caminho obrigatório a um projeto comprometido com a transformação social. Exige reconhecer as potências presentes em sujeitos que habitam as periferias das relações e que, muitas vezes são tomados como não-sujeitos e, portanto, destituídos das dimensões humanas: subjetividades, afetividades, conhecimento, poder, etc.

Segundo os autores Francisco Rômulo Alves Diniz e Almeida Alves de Oliveira (2013), Foucault utilizou uma abordagem sobre poder, inovadora, do ponto de vista do método já que, “enquanto as teorias clássicas atribuíam ao Estado uma espécie de monopólio do poder, Foucault desenvolve a sua análise não a partir do centro, isto é, do Estado, do poder instituído e estruturado, mas das periferias, dos ‘micropoderes’, para enfim, descobrir como ele permeará todas as estruturas sociais.” (DINIZ; OLIVEIRA, p.143). Contrastando-se às ideias dominantes das teorias clássicas sobre soberania, o caminho investigativo utilizado por Foucault, a genealogia, identifica novas formas de poder, para além do poder soberano. “O poder deve ser analisado como algo que circula, ou seja, como algo que só funciona em cadeia. Nunca está localizado aqui ou ali,

nunca está nas mãos de alguns, nunca é apropriado como uma riqueza ou um bem.” (FOUCAULT, 1979, p. 183).

Ainda de acordo com Francisco Rômulo Alves Diniz e Almeida Alves de Oliveira (2013) é no próprio contexto europeu que surgem novas tecnologias de poder a partir da categoria de sujeito, que individualiza o corpo, lócus de poder. Este sujeito, que requer a utilização de técnicas disciplinares para a sua regulação e controle, é, em algum nível dotado de poder. “Essa disciplina é um mecanismo que propiciará uma transformação do sujeito, tirando da ‘força do corpo’ sua ‘força política’ e tornando máxima sua ‘força útil’”. (DINIZ; OLIVEIRA, 2013, p. 150). A genealogia desenvolvida por Foucault, embora não aprofundada aqui, é uma ferramenta necessária por conter potencial para um possível aprofundamento das complexas relações de poder presentes nos contextos de violência institucional que vitimiza mulheres/mães negras, tendo em vista os elementos que oferece para se pensar sobre as instâncias invisibilizadas.

O método genealógico foi fundamental para contrapor a ideia de um poder macrofísico defendido pelos marxistas, e apresentar uma nova concepção de poder que se espalha por todo o tecido social alcançando todos os níveis e classes da sociedade, esta inovadora análise Foucault chamará de Microfísica do Poder (DINIZ; OLIVEIRA, 2013, p. 146).

Respaldado na genealogia que “deve ser entendida como um conjunto de procedimentos a serem utilizados para conhecer o passado, mas não somente para isso, pois ela fundamental para que o homem se rebele contra o presente” (DINIZ; OLIVEIRA, 2013, p.145), Foucault se contrapõe à ideia de poder localizado na superestrutura apresentada pelo Marxismo ou à macrofísica que traz um sentido de soberania, de poder localizado nas altas classes e no Estado. Esse caminho investigativo tem sido escolhido por alguns estudiosos na tentativa de compreender as lutas. “Chamemos provisoriamente genealogia o acoplamento do conhecimento com as memórias locais, que permite a constituição de um saber histórico das lutas e a utilização deste saber nas práticas atuais” (FOUCAULT, 1979, p.171). Trazer para a centralidade da reflexão as tensões que caracterizam as relações entre os sujeitos do campo da pesquisa, examinar as formas que o poder assume e como se distribui nesta rede de relações que se caracteriza pelo desequilíbrio de forças, associa-se à necessidade de descolonizar os discursos sobre poder e sobre saber. Se justifica pela urgência em trazer à cena protagonismos que foram historicamente

negados na história e desconstruir categorias que objetificaram sujeitos subalternizados(as), negando-lhes as suas dimensões humanas, suas possibilidades de acessar o saber e o poder. Sueli Carneiro (2005, p. 27) trata o reducionismo e imobilidade imposta aos negros e negras como integrantes de um projeto de construção do não-ser, necessário à construção do ser.

Sueli Carneiro (2005, p. 32) lança mão do dispositivo, como ferramenta teórica e ao fazê-lo demarca a racialidade ou as relações raciais como domínio a ser analisado. Ao assinalar que o termo domínio já encerra um campo de poder ou de dominação, a autora informa que o domínio de racialidade inclui todos os saberes sobre ele produzidos. (p. 32).

É sob esta perspectiva que me proponho a pensar o Estado penal e o estado de exceção, ou as necropolíticas, como políticas de construção do não-ser, que definem o não lugar. Finalmente tentarei tecer considerações sobre a forma como as mulheres, sujeitos da pesquisa, atuam em meio ao luto, propondo uma reflexão sobre a dimensão pedagógica das experiências das mulheres que aciona novos saberes e novas práticas de poder.

### 3.1 CARTOGRAFAR O PODER E COMPREENDER SEUS DIFERENTES FLUXOS: CONDIÇÃO NECESSÁRIA À ANÁLISE

O estudo sobre as mulheres vitimadas pela violência que atinge os filhos jovens e adolescentes, naturalmente irá transitar por um difícil caminho, um caminho quase intransitável: os fluxos da dor, da saudade, dos vazios, da indignação, revolta, adoecimentos, que constroem a cartografia dos sentimentos das mulheres/mães. Deverá, todavia, este estudo, comprometer-se em mapear, nesta trama violenta, genocida, que produz a negação do direito à vida, os fluxos de poder, os fragmentos, as potências, localizadas em corpos individuais ou coletivos, que produzem, neste cenário, novas performances. A análise de performances, narrativas, tanto dos agentes policiais como das mulheres/mães, intenta compreender aspectos das relações. Para tanto, será necessário tentar desnaturalizar percepções sobre a subalternização de sujeitos, buscando flagrar outras formas de poder, das quais lançam mão também os(as) sujeitos(as) vítimas da violência institucional, seja a luta ou o silêncio.

Certa vez, num diálogo com uma professora de uma universidade sobre a pesquisa que aqui apresento, ela me narrava que durante uma experiência de curso de extensão numa comunidade, uma mulher, moradora, ao ser

entrevistada, dizia que “perdeu o filho para o tráfico”. Curiosa, perguntei se o filho havia sido assassinado por traficantes, a professora respondeu que ele foi vitimado por policiais. Complementou, entretanto, que a mãe afirmava na entrevista que o filho não tinha nenhum envolvimento com o tráfico, descrevendo características do filho. Ela explicava que a mulher dizia com ironia que “perdera o filho para o tráfico” reproduzindo o discurso montado a partir da narrativa dos policiais. Esta história, surgida numa conversa sem propósito de pesquisa ou investigação, passou a ocupar, durante algum tempo, a centralidade das minhas reflexões. A morte de jovens negros e pobres, em circunstâncias de violência letal, é uma produção discursiva. Neste sentido os discursos lançam mão de essencializações, os sentidos associados à marginalidade, para justificar-se e sustentar-se, realimentando a realidade. Ao captar o discurso dominante sobre a juventude pobre, a mulher o utiliza com ironia, quem sabe, uma estratégia, no quase anonimato, de devolver à instituição polícia, ou ao Estado, o veneno do estereótipo. Seria leviano fazer interpretações desta fala, tento em vista que não se trata de uma interlocutora da pesquisa. Penso, porém, que o exemplo, inspira as reflexões sobre as relações de poder e sobre os discursos que definiram poder.

Ainda de acordo com Diniz e Oliveira (2013):

Fazer genealogia é desconstruir o discurso essencialista de enunciados que aparecem como grandes descobertas, e mostrar que estes não passam de invenções que nasceram de discursos repetitivos sobre elas. Sendo assim, a pesquisa genealógica não parte de um objeto fixo no presente para ir ao passado na tentativa de explicar a origem de tal objeto. Mas mapeará as investigações de fragmentos e omissões que se tratando da história tradicional são deixados de fora (p. 145).

A discussão sobre o direito à vida e o direito à morte é tecida a partir de um conjunto de crenças, significados, valores que, tentam se reproduzir e se tornar atemporais. Para Foucault (1979) “Somos submetidos pelo poder a uma produção de verdades e só podemos exercê-lo através da produção de verdade.” (p. 180).

É certo que, se o todo poder sobre a vida e a morte cabe ao soberano e o súdito apresenta-se como elemento passivo, elemento neutro, é imperativo buscar entender os mecanismos que asseguram esta assimetria. “Não há, pois, simetria real nesse direito de vida e de morte. Não é o direito de fazer morrer ou de fazer viver. Não é tampouco o direito de deixar viver e de deixar morrer. É o direito de fazer morrer ou de deixar viver. O que, é claro, introduz uma

dissimetria flagrante.” (FOUCAULT, 1999, p. 287). A Foucault interessou investigar e compreender os mecanismos, as técnicas, as tecnologias de poder que permitiam e asseguravam o controle dos corpos. Esta preciosa análise permitiu a compreensão da amplitude e das sutilezas dos diversos métodos e técnicas disciplinares exercidas nos diferentes espaços de relações, que asseguravam a vigilância, os treinamentos, as hierarquias, etc.<sup>25</sup> A atenção à forma como as técnicas afetam a coletividade e a multiplicidade de corpos, aos corpos vivos, por meio de procedimentos massificantes dirigidos ao homem espécie, a biopolítica,<sup>26</sup> abriu as fronteiras das discussões a respeito do controle sobre a vida e a morte.

Integram a organicidade das estruturas sociais, as instituições e o Estado, técnicas, mecanismos e estratégias, que materializam o poder institucionalizado, e alimentam o imaginário de soberania, medo, hegemonia, etc, elementos que na nossa memória ancestral se associam às máscaras de ferro por meio das quais se buscava disciplinar negros escravizados e negras escravizadas no período colonial. O pensamento de Foucault, ainda sob o ponto de vista de Francisco Rômulo Alves Diniz e Almeida Alves de Oliveira (2013), contribui para uma atenção aos cuidados necessários, ou precauções metodológicas, no exame sobre os fluxos que o poder atravessa. Assim sintetizam o pensamento de Foucault:

Para que se possa fazer uma pesquisa genealógica, devem-se ter alguns cuidados que Foucault chama de precauções metodológicas. Estas por sua vez são elencadas da seguinte maneira: a primeira precaução é analisar o poder não em seu centro, mas nas extremidades, em suas formas e instituições mais regionais. Segunda precaução: ao invés de se perguntar, quem tem o poder? Ou por que alguns querem dominar? Deve-se estudar o poder em sua face externa, onde ele se relaciona diretamente com o seu objeto, ou seja, onde eles e implanta e produz seus efeitos reais. Terceira precaução: o poder deve ser analisado como algo que só funciona em cadeia. Por isso, não se deve tomá-lo como um fenômeno de dominação maciço de um indivíduo sobre os outros. Quarta precaução: fazer uma análise descendente, ou seja, analisar como as técnicas de poder atuam nos níveis mais baixos, como se deslocam e se modificam sendo depois anexados por fenômenos mais globais. Quinta e última precaução: devido ao fato das grandes máquinas de poder ser acompanhadas de produções ideológicas, para que o poder seja exercido, será necessário

---

<sup>25</sup> Para Foucault, a disciplina não está nas mãos do Estado ou de instituições, mas é uma técnica de poder que funciona como uma rede que atravessa os aparelhos do Estado e diversas instituições. A punição e a vigilância são usados, pelo poder disciplinar, para adestrar e disciplinar os corpos

<sup>26</sup> Com o conceito de biopoder Foucault busca explicar como os métodos de regulação e adestramento ampliam-se dos corpos individuais para os corpos coletivos, as massas, buscando otimizar e preservar a vida.

A síntese apresentada pelos autores sobre o elenco de precauções que uma pesquisa genealógica deve atentar, ilumina as reflexões sobre as dinâmicas relacionais que compõem o cenário da violência institucional, embora estas reflexões venham sendo produzidas diante de limitações teóricas. A organização do pensamento foucaultiano feita pelos autores acima citados contribuem para uma maior atenção às complexidades das relações entre poder e saber, enquanto resultado de um processo autoritário. O deslocamento da ideia de um poder centrado no Estado para a rede de micropoderes, que dá origem ao conceito de microfísica do poder oferece pistas, não apenas em direção ao poder das instituições que irão se responsabilizar pela regulação dos corpos, como também em direção a indivíduos, grupos, etc.

O que me proponho a pensar neste capítulo é, em que medida, as relações entre mulheres/mães, instituição policial, instituição jurídica, se organizam na cadeia perpassada por fluxos de poder onde, mesmo no contexto das políticas de morte, as insurgências e insubmissões se evidenciam por parte de sujeitos(as) vitimados(as). O debate, proposto por Achile Mbembe (2011), sobre como as necropolíticas<sup>27</sup> caracterizam o estado de exceção, negando ao outro a sua dimensão humana e o seu direito à vida agrega argumentos à demarcação da racialidade como dispositivo.

O contexto onde são vividas as experiências dos grupos excluídos, marcados pelo fator racial, é uma combinação entre o Estado penal, conforme Loic Wacquant (2003) e o estado de exceção. Neste sentido, considero que o Estado penal, e estado de exceção, coexistem, expressando-se muitas vezes como estágios de transição. Tento, a partir das narrativas das interlocutoras, sustentar que, embora os lugares das mulheres/mães, sejam moldados por valores de marginalização e criminalização e penalidades, num contexto de desequilíbrio de forças, dissimetrias, desigualdades e de construção do não-ser, estes lugares se expressam muitas vezes como potenciais para a produção de deslocamentos nas relações de gênero, gerando novas práticas de saber e poder e produzindo tensões entre o instituído e o instituinte.

---

<sup>27</sup> Conceito utilizado por Achile Mbembe ao se referir às novas formas de dominação na África pós-colonial. Segundo ele, “um poder difuso, nem sempre Estatal, se insere na economia da morte em suas relações de produção e poder.” (MBEMBE, 2011, p. 13)

### 3.2 A CONSTRUÇÃO DO NÃO-SER<sup>28</sup>

Ao desenvolver a biopolítica, Foucault (1999) se refere aos dados estatísticos sobre morte e vida, estimativas e previsões como políticas de controle e de regulação da multiplicidade de corpos ou da espécie, políticas que avançam da atuação sobre as massas para uma atuação sobre o corpo individualizado (p. 293).

Logo, depois de uma primeira tomada de poder sobre o corpo que se fez consoante o modo da individualização, temos uma segunda tomada de poder que, por sua vez, não é individualizante mas que é massificante, se vocês quiserem, que se faz em direção não ao homem-corpo, mas ao homem-espécie. Depois da anatomo-política do corpo humano, instaurada no decorrer do século XVIII, vemos aparecer, no fim do mesmo século, algo que já não é uma anatomia política do corpo humano, mas que eu chamaria de uma "biopolítica" da espécie humana. (FOUCAULT, 1999, p. 289).

Foucault localiza no racismo o critério para manutenção do modelo seletivo, que institui o biopoder, determinante do fazer viver e deixar morrer. O fazer viver, a fecundidade, a otimização dos corpos, a exaltação da vida, institui o antagonismo, a alteridade e ao fazê-lo, institui o deixar morrer. Embora reconheça no racismo a prática divisora da biopolítica (p. 307) é no campo da sexualidade, que Foucault aprofunda esta construção teórica, argumentando, por exemplo, que os investimentos da biopolítica serão no corpo burguês, trazendo, dessa forma, a classe, como um lócus de tecnologia do poder que promove a vida.

É com Sueli Carneiro (2005) que avançamos na compreensão de como o racismo, enquanto domínio, molda as políticas de poder e saber. O encontro do eu, do sujeito-forma, com racialidade e a etnicidade, atribuem superioridade em relação ao outro. (p. 40 a 42) instituindo um lugar hegemônico. Para Sueli Carneiro o "Outro" é um enunciado que se constrói a partir de uma diferenciação do "sujeito-forma". A raça foi um fator central nas alteridades, nas relações de dominação que, articulando-se a outros fatores, contribuiu na construção de diferentes organizadores sociais, como o gênero.

No capítulo anterior, busquei, a partir de Renato da Silveira (1999), pontuar que o racismo foi estruturante dos discursos jornalísticos, do imaginário coletivo, formador de opiniões visto que estudiosos e pesquisadores,

---

<sup>28</sup> Conceito adotado por Sueli Carneiro(2005) para se referir ao Outro, destituído de logos, ao olhar do dominador.

lançando mão do lugar hegemônico, disseminaram ideias racistas. Os sentidos de dominação, embutidos no discurso científico que traziam a promessa da “verdade”, discorriam sobre o “outro”, não como reconhecimento da diversidade, mas com o objetivo de dominar os impactos que a sua diferença poderia causar à ordem social.

Os homens que comandavam o gigantesco processo de transformações pensavam que era preciso colocar aquela diversidade inconveniente, aquele caos planetário em ordem, rentabilizá-lo ao impor a autoridade dos seus superiores “naturais”. Pela força e pela razão. Não foi por acaso nem por ignorância patológica que a noção de raça, na segunda metade do século passado, tornou-se central na reflexão dos cientistas sociais, englobando os conceitos de sociedade, de cultura e até mesmo o de civilização, frequentemente tida como apanágio do homem branco (SILVEIRA, 1999, p.93).

A patologização associada à ideia de alteridade foram determinantes das perdas de algumas dimensões, a partir do que se constitui o “outro”. Afirmar o “Outro” significa reconhecer a sua existência dentro da diferença. “No âmbito do dispositivo a enunciação sobre o Outro constitui uma “função de existência.” (CARNEIRO, 2005, p. 39)”.

A ideia de alteridade sempre esteve relacionada à ideia de diferença, inferioridade, assimetria, ou instituição do lugar não hegemônico. Entretanto ela pressupõe o reconhecimento de um outro ser, ainda que sua existência se dê sob um status de cidadania muito inferior há um reconhecimento do outro como pessoa. Segundo Carneiro (2005) numa prática divisora instituída por um dispositivo num determinado campo ontológico, as identidades se definem a partir da diferença, ou melhor, da negação. O normal se afirma a partir da negatividade, da anormalidade do outro. O sujeito referência seria então “a constituição de uma nova unidade, composta de um núcleo interno em que se aloja a nova identidade padronizada e, fora dele, uma exterioridade que lhe é oposta mas essencial para a sua afirmação.” (CARNEIRO, 2005, p. 39). A exterioridade, determinada pelo dispositivo, pela prática divisora, é o Outro, que se apresenta de forma estática, construído na negação do ser. “Assim, a dinâmica instituída pelo dispositivo de poder é definida pelo dinamismo do Ser em contraposição ao imobilismo do Outro.” (p. 40)

Sueli Carneiro (2005) toma como exemplo a loucura, como identidade destituída de normalidade, a partir da qual se viabiliza a normalidade. (p. 40). Na análise foucaultiana sobre as políticas de vida, a sexualidade assume lugar



privilegiado. Foi o dispositivo através do qual se distribuíram as práticas de otimização dos corpos, economia de energia. Para Carneiro, Foucault identifica no dispositivo da sexualidade o projeto da classe burguesa para regulação de comportamentos. Por outro lado, as classes populares se mantiveram à parte deste domínio. “Foi um esforço de demarcação de uma identidade e um projeto político, que teve no controle da sexualidade um dos seus pontos essenciais de sustentação, em especial no que respeita à sua reprodução enquanto classe social.” (CARNEIRO, 2005, p. 40). Sob o domínio do dispositivo da sexualidade, de direitos distribuem-se diferentemente entre os corpos as dimensões subjetivas como o prazer, o poder, a verdade etc, e emergem os discursos sobre o corpo burguês, bem como sobre a perversão.

Considerando que este dispositivo institui personagens como o doente, o perverso, no campo das relações de gênero coloca sob suspeita a normalidade da mulher ao instituir parâmetros e discursos sobre a idealização do feminino. Neste sentido, o dispositivo permite ao outro uma existência permanentemente tensionada por desconstruções e negações. Entretanto a alteridade é necessária ao Eu, é condição para que ele continue a afirmar a sua identidade hegemônica. O dispositivo de racialidade vai conferir às mulheres negras uma outra experiência de organização do feminino, conferindo-lhe uma dupla alteridade: O Outro do Outro.

À luz destas análises, persigo a compreensão do “outro”, nos contextos de violência, tentando encontrar argumentos que fundamentem os níveis de negação: filho e mãe são lançados a um não lugar, porém em diferentes dimensões. Busco flagrar, nestes contextos, mecanismos de controle que se traduzem em aparatos, discursos clichês, em dogmas, e que, de forma quase mecânica, destituem o outro da sua dimensão humana, chegando a ponto de negar as possibilidades de existência do sujeito. Tais situações nos aproximam da ideia de estado de exceção, no qual o Estado, ao se permitir instaurar um processo de violação de direitos e atuar contra as leis, parece traduzir, através de atos de violência, uma percepção do outro como não ser.

Neste sentido, não se trata apenas de instituir um outro, mas de destituir o sujeito da sua dimensão humana, negar a sua humanidade. O sujeito não é reconhecido como pessoa, ele assume um status inferior à humanidade. O dispositivo, conforme Foucault, parece atribuir ao sujeito-outro um lugar de negação que se transforma, no curso da história, num estereótipo necessário,

instituinte da verdade, do Eu. Nos estados de exceção, penso, o estereótipo é um estado anterior que colabora para fortalecer o dogma sobre o outro, reduzido a um clichê<sup>29</sup>. Tais dogmas e clichês irão atuar sobre o sujeito a quem a humanidade, a cidadania, são negadas: os autos de resistência, o “desacato à autoridade” os sistemas prisionais, são exemplos de mecanismos nos quais os dogmas prevalecem, onde torna-se desnecessária a reflexão por parte do “Eu”. A desconstrução do outro, dispensa a construção de conhecimento, de um pensamento sobre o sujeito negado, elimina o projeto de compreensão da diferença.

Tais argumentos buscam compreender a instituição de mecanismos a partir dos quais policiais militares reproduzem quase automaticamente atos que se associam à negação dos sujeitos, da possibilidade de viver, a negação da sua dimensão humana, a construção do não ser. Não há, no contexto já instituído, onde o clichê prevalece, a possibilidade do contra-discurso por parte do outro, a não ser que este outro encontre caminhos de resistência.

Nesta direção, afirmativas como “perdeu o filho para o tráfico” pode representar um clichê, um dogma, estruturante de discursos, que não corresponde, necessariamente a um fato real. Este discurso que se populariza e se vulgariza pode operar no sentido de imobilizar, tornar estáticos os sujeitos mulheres.

O racismo desenvolveu tecnologias que asseguraram o exercício do biopoder, regulando o direito à vida a alguns em nome da morte de outros. O pensamento de Hannah Arendt oferece fundamentos para esta reflexão:

En efecto, políticamente hablando, la raza es -diganlo que digan los eruditos de las facultades científicas e históricas - no el comienzo sino el final de la humanidad; no el origen del pueblo sino su decadencia; no el nacimiento natural del ser humano, sino su muerte antinatural. (ARENDR, apud MBEMBE, 2006, p. 34).

O pensamento de Arendt, que chama a atenção para a dimensão política da ideia de raça, fundamenta as reflexões sobre o racismo, ao sugerir que o raça/racismo abre precedentes para os crimes contra a humanidade, a sua morte antinatural. Ao enfrentar a discussão sobre como o racismo define os diferentes lugares, de jovens, mulheres, mães, etc, na sociedade, recorro às ideias de Sueli Carneiro (2005) sobre o Outrem, o ser imobilizado, destituído de

---

<sup>29</sup> Optei por adotar a utilização do termo clichê na tentativa de expressar algo que é previsível e portanto se esvaziou de sentido próprio.

direitos. Trago abaixo, no contexto dessas reflexões, fragmento de uma narrativa do representante da Corregedoria da PM, a respeito dos sujeitos alvos da violência letal. A narrativa integra as suas considerações sobre que critérios que definem uma pessoa como suspeito em situações de abordagens violentas e até de crime letal o representante da Corregedoria da Polícia Militar afirma:

Não somos nós quem define quem é o suspeito, não é o PM que está na rua quem define os critérios sobre suspeito. Quem define são vocês, é a sociedade. O PM apenas cumpre o que a sociedade define. Essa definição de suspeito não nasce dentro da instituição policial, ela se constrói na sociedade (Entrevista concedida na Corregedoria da Polícia Militar, Salvador. 24 de outubro de 2016).

Ainda, durante a entrevista, busco saber se não há uma contradição no aumento significativo do número de morte de jovens, visto que esta geração representa um grande potencial, no mercado de trabalho e na economia. Sintetizo a questão perguntando quais os impactos que estas mortes trazem à economia do Brasil?

O PM que está na rua atuando em meio às situações não tem tempo para pensar sobre isso, sobre os impactos das mortes de jovens na economia. Eles estão em situação de conflito e tensão, precisam agir e estão ali para agir [...] A maioria do povo é negro, especialmente nos bairros pobres. Isso explica os altos números de mortes de negros (Entrevista concedida na Corregedoria da Polícia Militar, Salvador. 24 de outubro de 2016).

Nas afirmativas o entrevistado expressa a crença de que a percepção que agentes da polícia têm dos sujeitos é algo dado pela sociedade, um clichê. Um agente da polícia em serviço, em bairros populares é, de acordo com a afirmativa, a materialização das crenças sobre pobreza, negritude e marginalidade. As afirmativas apontam uma quase impossibilidade ou uma grande barreira à transformação da construção do conhecimento sobre o outro ou à articulação de um pensamento a respeito de sujeitos moldados pelo discurso da marginalidade. Ainda que não sejam os produtores dos discursos sobre os outros corpos negros, agentes policiais em sua maioria negros, além, de não subvertem tais discursos, atuam reproduzindo as percepções sobre a marginalidade. O policial militar não tem autonomia para construir a ideia de suspeito. Ao agir na urgência para eliminar o inimigo, atua de forma automática. Não deve, não pode pensar sobre o “outro”.

Foucault (1999) propõe uma discussão sobre os paradoxos do biopoder, que se ocupa da vida e da morte. Tomando a norma como elemento comum

entre o poder centrado na individualidade dos corpos e o poder que atua sobre o corpo coletivo, ele afirma que se cruzam a norma da disciplina e a norma da regulamentação mediante um jogo duplo que se incube da vida e da morte (p. 302). Mais adiante, buscando se aprofundar as contradições do biopoder, expõe as perguntas que entrarão resposta no racismo.

Como um poder como este pode matar, se é verdade que se trata essencialmente de aumentar a vida, de prolongar sua duração, e multiplicar suas possibilidades, de desviar seus acidentes, ou então de compensar suas deficiências? Como, nessas condições, é possível, para um poder político, matar, reclamar a morte, pedir a morte, mandar matar, dar a ordem de matar, expor morte não aos seus inimigos, mas mesmo seus próprios cidadãos? Como esse poder que tem essencialmente o objetivo de fazer viver pode deixar morrer? Como exercer o poder da morte, como exercer a função da morte, num sistema político centrado no biopoder? (FOUCAULT, 1999, p. 304)

Se atentarmos para o fato de que as mortes e os sepultamentos continuam a ser um rito presente nas populações negras e pobres e o quanto a vida é fugaz, especialmente para jovens e adolescentes, percebemos que o biopoder divide a sociedade em diferentes dois grupos: os que vivem, a quem são direcionadas as tecnologias de vida, e os que morrem. Os ritos de morte continuam a compor o cotidiano dos bairros populares e principalmente nas periferias da cidade, quando as tristes procissões em direção a cemitérios trazem como personagens centrais mães e avós que vão sepultar seus filhos. Tais fatos inspiram as reflexões sobre o significado da vida, quando estas, atravessadas pelos marcadores de raça e classe, obtêm o signo da morte. O corpo burguês, o corpo branco, é o lócus de celebração à vida. No biopoder, o corpo negro é um corpo sem lugar.

Historicamente a construção do outro se dá a partir da destituição do logos, da autonomia, e muitas vezes da privação de liberdade como lembra Sueli Carneiro (2005) ao tomar como exemplo o tema da escravidão. Ela resgata percepções sobre o escravo, “um cananeu, destituído de Logos, ou um pecador que desdenhava da verdade.” (p. 26). A escravidão era um sistema necessário à sustentação de uma ordem hierárquica e um padrão de autoridade, sendo necessária à realização de uma missão redentora. A escravidão se constituiu num caminho para que os hebreus, por exemplo, cumprissem a sua missão e conquistando a ascensão. Ela lembra, entretanto que a modernidade ocidental introduziu uma nova forma de assujeitamento racial (p. 26).

Para Sueli Carneiro, a irredutibilidade da negritude não se insere efetivamente no “paradigma do outro.” como categoria pronta. Essa condição exige uma outra categoria, visto que até mesmo a possibilidade de viver a alteridade é negada.

Propomos, porém, que, no caso da negritude, a sua irredutibilidade consiste no seu deslocamento para uma alteridade que a institui como a dimensão do não-ser do humano. Se o Outro é aquele através do qual o eu se constitui, o Outrem será aquele intrinsecamente negado pelo ser, o limite de alteridade que o ser concede reconhecer e se espelhar (CARNEIRO, 2005, p. 27).

A autora defende que, embora alguns “outros” tenham sido estrategicamente inseridos na sociedade brasileira, o negro foi e continua a ser rejeitado (p. 27). Neste argumento se insere uma outra concepção de alteridade que se inscreve num não-ser, o “outrem”. Negada a sua dimensão humana, o “outrem” é destituído de direitos mínimos.

Para enfrentar o dilema da definição de lugares para as mulheres neste contexto de vitimização, acompanho o pensamento de Carneiro a respeito da negação ao negro da condição de ser e concluo que o princípio da negação institui o estado de exceção nos casos em que se cruzam marcadores como raça, classe e idade. A morte dos filhos lança as mães numa situação que transita entre o estado de exceção e o Estado penal.

Aqui retomo à entrevista concedida por Vilma Reis, Ouvidora Pública do Estado, recorrendo às suas reflexões sobre como atua o filtro racial nas políticas de segurança pública, nas quais ela traz importantes elementos para a reflexão sobre os mecanismos de distribuição de vida e de morte e da regulação dos corpos, conforme a teoria do biopoder:

O filtro racial e a política de tolerância zero se constituem na porta para a licença para matar e isso se dá a partir dos anos 90 em Salvador. É preciso deslocar a política de segurança pública por novas propostas focadas em uma política social fortalecida. Tirar a questão da Segurança Pública do centro do debate e desmontar o projeto de guerra às drogas. Pensando por exemplo na questão do Estatuto do Desarmamento: como seu deu essa curva? Como se explica o crescimento da morte das mulheres a partir da proibição do uso de armas? [...] As mulheres transformam o luto em luta. Guerra às drogas criou o estatuto da desordem em Salvador. A mulher negra é o espectro da cidadania de Salvador. Elas enfrentam o sistema. Buscam os filhos na prisão. Apenas a masculinidade é visível no processo, no sistema prisional [...] Dos processos contra policiais, 96% dos processos de crime são arquivados (Entrevista concedida numa padaria no Bairro Dois de Julho, Salvador. 4 de setembro de 2016)

Algumas das questões trazidas por Vilma Reis, como a necessidade de se pautar as políticas de segurança pública, irão ressurgir através de Valdecir Nascimento, coordenadora do Instituto Odara, no próximo capítulo. Ao trazer para o centro das reflexões a complexidade dos arranjos social produzido pelas próprias políticas de segurança, a guerra às drogas, Vilma Reis aborda as estratégias das políticas de morte. Os sujeitos, jovens, adolescentes, dos quais a vida é retirada, negada, se constituem como principal alvo de tais políticas. A condição das mulheres, entretanto, as mães, que seguem em vida, são alvos das tentativas de destituição da humanidade, de se tornarem “sujeitos imóveis”. A “licença para matar”, que se apoia nos autos de resistência, busca justificativa na guerra às drogas, uma espécie de fantasia da criminalização da pobreza e da negritude que institui um estado permanente de guerra nas favelas. A condição, atribuída à mulher/ mãe, de espectro da cidadania busca lhe exaurir as forças, as capacidades e ferramentas para se relacionar socialmente. É uma condição que tenta negar os seus saberes, a sua história, suas redes de relacionamento. A condição de ambos os grupos, definidas pelo filtro racial, e que, traz a permissão para matar, é, no caso dos autos de resistência, a expressão da intolerância que nega a possibilidade de ser e de existir. À mulher é dada a condição de existir no limiar entre vida e morte, entre ser e não ser.

Outrem, o ser rejeitado, não encontrou lugar nem mesmo na diferença. A ele foi imposta a não existência. As considerações feitas por Carneiro (2005) sobre como o racismo despreza a dimensão ontológica do negro e o reduz à sua dimensão ôntica, poderão iluminar a nossa compreensão sobre as condições em que os negros e negras foram empurrados durante o processo de desenvolvimento do Brasil. Estas duas dimensões ou conceitos, o ôntico e o ontológico, são úteis na compreensão da redutibilidade que sofrem homens e mulheres negras sob perspectiva racista. O ontológico diz respeito ao ser enquanto tal, a sua dimensão humana. O ôntico diz respeito às suas particularidades: raça, cor, cultura, religião etnia, etc (p. 27). Tendo negada a sua capacidade ontológica e reduzido ao ôntico, sob o olhar do branco, o negro perde o seu estatuto de humanidade e é transformado no “não ser”. No próximo tópico tentarei, a partir das narrativas dos(as) interlocutores(as), trazer ao debate o conceito de Estado penal, para em seguida retomar as reflexões sobre estado de exceção e o dispositivo de racialidade.

### **3.2.1 Tudo penal na cidade do colonizado**

A permanência em contextos onde vivem mulheres vitimadas pela violência, os bairros populares de Salvador, me permitiu testemunhar o estado de tensão a que são submetidas as comunidades. A visibilidade do Estado se faz por meio da força repressiva, seja da constante circulação de viaturas e carros da polícia, seja por meio de delegacias e unidades policiais. Cito o Nordeste de Amaralina, por ter ali permanecido por maior tempo durante a pesquisa, como exemplo que esboça características de um território onde índices elevados de pobreza, de ausência de políticas públicas convivem com um aparato repressivo, que se apresenta por meio de um número grande de unidades policiais em relação ao tamanho da população.

O modelo de política de segurança que mantém sob controle determinados grupos, através da coerção e inibição de um grupo, atua no imaginário disseminando os sentidos de criminalidade, marginalidade e menos humanidade. Desta forma o Estado se desobriga de seus deveres para com esta população, mantendo-as sob controle e fiscalização através de penalidades.

A medida em que avança na história, o capitalismo define novos estatutos e recursos para se manter e se sustentar, dentre os quais a criminalização da pobreza é um dos mais importantes e estruturantes. A fim de tentar se recuperar da sua crise, o capital<sup>30</sup> se reinventa, se reconstrói, por diferentes caminhos. Em quaisquer que sejam eles, a gestão de desigualdades, na qual as classes pobres são permanentemente penalizadas, criará os seus mecanismos. Os dados quantitativos relacionados à pobreza no Brasil indicam que, apesar da sua prodigiosa riqueza de recursos, chega a ser irrelevante a parcela da população que acessa tais recursos<sup>31</sup> embora se reconheça como fato social importante, uma diminuição da pobreza nas últimas décadas<sup>32</sup>. Contudo as informações e debates sobre a diminuição da pobreza no Brasil se inserem num contexto polêmico onde aparecem elementos tais quais uma série de imposição de penalidades aos pobres, aumento da violência, descontinuidades de políticas e programas, etc.

---

<sup>30</sup> A crise do capital é tratada por especialistas, a exemplo de Harvey (2011). Refere-se a um conjunto de eventos que determinam uma reestruturação produtiva do capital.

<sup>31</sup> De acordo com dados do Censo Demográfico de 2010 realizado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), 16, 27 milhões de pessoas vivem em extrema pobreza no Brasil, o que significa 8,5% da população total.

<sup>32</sup> O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea), indica que o número de pessoas pobres caiu de 30,4 milhões em 2003 para 17 milhões em 2010.

Na compreensão de estudiosos sobre o Estado e as políticas, como Elisa Brisola, (2012) tais contextos sinalizam a emergência do Estado penal e a crescente retração do Estado social. O conceito Estado penal vem sendo amplamente discutido por Loic Wacquant (2003), sociólogo francês radicado nos Estados Unidos que traz, nas suas publicações, importantes debates sobre segregação racial, pobreza, esvaziamento das ações de proteção social, urbanização, etc. Importantes obras do autor como *Do Estado Providência ao Estado penal* (1998), *As Prisões da Miséria* (1999), *As Duas Faces do Gueto* (2008), *Punir os Pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos* (2003), vêm abordando de forma contundente a agenda neoliberal que transforma a guerra à pobreza numa guerra contra os pobres.

Inspirada em tais abordagens, ao enfrentar o debate sobre emergência do Estado penal, Elisa Brisola, (2012) defende que é esta a forma assumida pelo Estado capitalista para dar conta da gestão da desigualdade. As práticas de associar a pobreza ao crime, às drogas, à violência, para justificar a dominação, caracteriza este modelo. “Por outro lado, a criminalização dos pobres não se constitui em estratégia nova, basta lembrar a *poor law*<sup>33</sup> entre outras legislações que expressam nitidamente as formas de controle dos pobres.” (p. 129). Segundo a autora, ao lançar mão do seu aparato policial e do Judiciário, o Estado mira os jovens negros, população de rua e movimentos sociais, transformando-os em “classes perigosas.”

Loic Wacquant (2003) oferece subsídios para este debate, tendo em vista a sua dedicada análise sobre o processo político na América das últimas décadas no qual, segundo ele, o investimento em políticas de bem estar social vem sendo substituído pela penalização da pobreza que se traduz através da implantação de um Estado policial ou penal. Neste modelo, a contenção punitiva faz as vezes das políticas sociais. (p. 19) Para o autor, o Estado providência<sup>34</sup> nunca foi implantado na América nos moldes europeus, sendo mais adequado se referir a um Estado caritativo<sup>35</sup>. Embora a sua análise esteja situada no contexto dos Estados Unidos, algumas semelhanças no processo histórico, em especial a

---

<sup>33</sup> As Poor Laws foram um sistema de ajuda social aos pobres na Inglaterra e Gales que se desenvolveu a partir da Idade Média. O sistema das Poor Laws subsistiu até ao surgimento do Estado de bem estar moderno depois da Segunda Guerra Mundial.

<sup>34</sup> Wacquant faz referência a um Estado-providência, que segundo ele, nunca se concretizou nos Estados Unidos e que seria regido pela solidariedade, fortalecimento dos laços sociais e políticas voltadas para os mais vulneráveis

<sup>35</sup> Segundo Wacquant, o estado caritativo tem como característica uma concepção moralista e moralizante da pobreza, consequência das carências individuais dos pobres, n qual a compaixão substitui a solidariedade



colonização, fazem dos elementos trazidos na sua análise, importantes pistas para as reflexões sobre as problemáticas sociais que afetam o contexto brasileiro.

Potyara Pereira (2010), na análise que desenvolve sobre o processo de desenvolvimento das políticas públicas no Brasil, expressa percepção semelhante à de Wacquant (2003). Ela situa na Europa o nascimento e desenvolvimento do Estado Social, e mostra que os Estados Unidos ficaram de fora deste processo. Somente após a falência do modelo europeu as experiências parecem convergir para aspectos semelhantes.

Ao tentar traçar uma síntese sobre o processo das políticas sociais no Brasil, Potyara Pereira (2010) localiza a sua análise no período do segundo pós-guerra e mantém a perspectiva de que tais políticas não são um fenômeno isolado, embora não aconteçam de forma linear ou homogênea entre os diferentes países. Trata-se de um fenômeno complexo que mantém relações com outros fenômenos e processos que, segundo ela, tiveram seu apogeu entre 1945 e 1975 e o seu declínio em 1980 (p. 1 e 2). Segundo a autora o pacto keynesiano<sup>36</sup> firmado no pós-guerra, que incluiu os países capitalistas com exceção dos Estados Unidos, “se comprometia a garantir o pleno emprego, a cobertura universal de serviços sociais (como saúde e educação) e o estabelecimento de um mínimo de proteção social a toda a população” (PEREIRA, 2010, p. 2). À cidadania era atribuído relevante valor, o mercado deixava de ser o ator central e o Estado assumia centralidade assegurando os interesses coletivos.

O pacto keynesiano representava uma alternativa capitalista ao capitalismo liberal clássico e uma esperança de bem-estar social para todos num contexto de depressão pós-guerra, quando o totalitarismo e o fascismo provocaram horrores na Europa. Este modelo entretanto começa a ruir em 1973 devido à crise do petróleo <sup>37</sup> e em 1980 esta crise atinge o seu ápice e o neoliberalismo sai fortalecido quando contou com as teses de instituições como o Banco Mundial e o FMI (Fundo Monetário Internacional) para consagrá-lo.

---

<sup>36</sup> O pacto keynesiano se caracteriza por uma certa despolitização das demandas do trabalho, a partir de uma situação limite do movimento operário, deslocando-o para o interior do Estado. Para aprofundar ler BEHRING, 1998.

<sup>37</sup> Em 1973 a elevação do preço do petróleo foi decretada pelos países integrantes da Organização dos Países Exploradores de Petróleo (OPEP), surgindo a primeira crise do petróleo.

Como resultado da prevalência das teses neoliberais surgiu um novo modelo econômico, o monetarista, que substituiu o keynesianismo. Em decorrência, a partir dos anos 1980, o neoliberalismo se firmou como um novo paradigma e recuperou os velhos dogmas do liberalismo clássico, procurando fazer uma verdadeira revolução na economia e nas relações entre capital-trabalho (PEREIRA, 2010, p. 5).

A autora lembra que os principais apoiadores deste novo paradigma foram Margaret Thatcher, primeira ministra inglesa e Ronald Regan, ex-presidente dos Estados Unidos. A relevância de trazer estas contribuições no contexto desta discussão reside no fato de que este processo histórico caminha em direção a um novo modelo de capitalismo que se aprimora na articulação com o racismo, recuperando as estratégias do pensamento colonial.

De acordo com análise de Wacquant (2003) o desdobramento das políticas de penalização da pobreza opera por meio de duas modalidades: utilizando os instrumentos das políticas sociais como instrumentos de controle, transformando assim os pobres em classes perigosas. Nestes casos aplica-se penalidades atreladas a serviços oferecidos, por exemplo: aceitação de qualquer emprego ou estágio oferecido, frequência escolar dos filhos, condicionamento do acesso à assistência social a determinados padrões de conduta e comportamento. etc. O autor aponta como segundo componente da penalização as políticas de contenção repressiva aos pobres e aponta o encarceramento como recurso mais sistemático (p. 27 e 28). Tais análises, que tomam como exemplo medidas que vêm sendo adotadas em alguns dos estados dos Estados Unidos, convergem com o movimento que acontece no Brasil nas últimas décadas.

As reflexões de Wacquant (2003) colaboram nas análises que denunciam a articulação entre o capitalismo e o racismo e uma das evidências disso é o sistema penitenciário que, segundo ele, absorve um número crescente de afro-americanos, chegando a triplicar o quantitativo de negros num período de doze anos. (p. 29)<sup>38</sup>. Para o autor assiste-se, nos Estados Unidos, a um crescimento da política do “tudo penal”: Se por um lado o investimento nas políticas de assistência social encolhem, por outro, cresce o orçamento da justiça criminal. (p. 30).

Potyara Pereira (2012) assinala a urgência de que as reflexões sobre política social na atual fase do capitalismo, considerem as tendências mundiais, visto que, assim como em outros países considerados potências emergentes, e

---

<sup>38</sup> Em 1993, de cada cem mil encarcerados, 1895 eram negros, enquanto 293 eram brancos. (Tonry, 1995)

também no Brasil, tal política se mantém sob o “fogo cruzado” dos interesses internacionais. Estas mudanças acontecem de forma orquestrada tendo como grande condutor os princípios do neoliberalismo, que, para ela, se constitui num credo, um ideário abrangente e que no Primeiro Mundo custou o desmonte dos três pilares sociais: o pleno emprego, a universalização de direitos sociais e o estabelecimento de um piso econômico, acima da miséria entre os anos 1945 a 1975. (pág. 730).

Sob o novo lastro dos princípios do neoliberalismo, e tendo estes três pilares ruídos, se estabelece “uma nova ética capitalista de regulação social que condena a proteção pública como direito privado do Estado.” (pág. 731). Instaure-se uma nova ordem mundial que vai invisibilizar e ao mesmo tempo criminalizar as camadas mais pobres empurrando-os para a marginalidade. Segundo a autora prevaleceram no Brasil os interesses da burguesia nas políticas sociais adotadas, que imputam aos pobres e em especial às mulheres auto responsabilização<sup>39</sup>, através de mecanismos que se convertem em medidas punitivas. Uma política de auto responsabilização seria uma garantia de ausência de proteção.

Entre os representantes do Estado entrevistados observa-se diferentes pontos de vista ou avaliação a respeito da atuação do Estado no setor da segurança em bairros populares. A Capitã A.N.C.Q. que atua na Ronda Maria da Penha<sup>40</sup> foi responsável, durante um período, pela reorganização da proposta polícia comunitária. A entrevista teve como objetivo, além de colher o seu ponto de vista sobre a problemática da pesquisa, investigar possíveis articulações entre mulheres atendidas pela Ronda Maria da Penha, e as situações de violências geradas pela agressão ou execução de jovens e adolescentes, buscando aproximar-me da compreensão sobre a vulnerabilidade das mulheres.

A respeito da operação Ronda Maria da Penha a entrevistada afirma ter sido a experiência do Rio Grande do Sul uma inspiração para a Bahia:

Lá (no Rio Grande do Sul) já havia a rede de proteção, porém a rede tinha lacunas. Estabelecia a Medida Protetiva e a mulher é que solicitava o que ela necessitava. Já existia a Medida Protetiva, mas

---

<sup>39</sup> O conceito de auto responsabilização está associado às contrapartidas que são impostas às famílias pobres, em especial às mulheres, pelos benefícios sociais. O bolsa-família, por exemplo, está associado à frequência dos filhos na escola. Um índice elevado de faltas gera uma ameaça de denúncia ao Conselho Tutelar.

<sup>40</sup> Inserida numa DEAM (Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher), no bairro de Periperi, a Ronda Maria da Penha é uma operação especial da Polícia Militar, uma ronda que tem como objetivo atender a mulheres em situação de violência.

deixava lacunas. Com a Ronda Maria da Penha a Polícia Militar passa a atuar. [...] muitas mulheres morriam com o papel da medida protetiva na mão. A Ronda vai à casa da mulher [...] A ação é integrada a outros órgãos. Os resultados são positivos, as mulheres são atendidas estão com as vidas preservadas [...] O perfil das mulheres é em maioria de renda baixa, baixa escolaridade. Entretanto há também casos na classe média e classe nobre [...] Em 2013 a Bahia ocupava segundo lugar em quantidade de feminicídios e quinto lugar em violência. Em 2015, passa a ocupar o quinto lugar em números de feminicídio (Diário de campo, DEAM, Periperi, Salvador. 3 de novembro de 2016).

Ao discorrer sobre o tema, a entrevistada torna notório o sistema de controle e monitoramento desta operação que exige, dos seus executores, formação específica. Não aparece, na sua fala, um cruzamento entre as mulheres atendidas na operação e as mulheres/mães vitimadas pela violência policial contra os jovens. Ela recorda, sem muita certeza, apenas de um caso. Chama a atenção como ela demonstra ser uma entusiasta da política de Polícia Comunitária, tendo ministrado um curso de formação para todos os policiais que teve como um dos temas centrais relações interpessoais, direitos humanos, com ênfase na polícia comunitária. Embora reconheça a seriedade e gravidade da problemática dos altos índices de crimes letais praticados por policiais, sobressai, na sua narrativa, a sua visão otimista em relação ao modelo da Polícia Comunitária implantado nos bairros de Salvador.

A partir da década de 70 a polícia tem buscado o diálogo com a comunidade. O modelo apelidado de Cosme/Damião, por exemplo, é aquela ideia dos dois policiais que caminham na comunidade. O Pacto pela Vida é um Sistema de Defesa Social, a primeira política pública de Segurança Pública. Ele surgiu como resposta a uma demanda da sociedade. Entre 2001 a 2011 houve um número muito crescente de mortes de jovens, homicídio, alguma coisa precisava ser feita. Em 2010 o Estado faz uma escuta porque os movimentos reclamam muito da matança de jovens. A demanda desta escuta vem dos movimentos sociais, movimento negro: as mortes de jovens. Isto se dá no Governo Jaques Wagner. A escuta foi feita com os movimentos sociais [...] O Programa Polícia Comunitária é uma política integradora que tem como um dos princípios o de que a segurança é corresponsabilidade, e que envolve comunidade, ONGs, outras políticas. As intervenções são feitas de acordo com as informações da comunidade, por meio de uma comunicação com a comunidade [...] em 2011 foi publicada a Lei 12 357 26/9/2011 que tem como principal objetivo a Promoção da Paz Social. O principal indicador do Pacto pela Vida foi o CVLI – Crimes Violentos Letais Intencionais. A meta de redução anual do indicador foi 6% de crimes. Em 2013 houve uma redução que atingiu a meta. [...] Os eixos do Programa são: Educação, Trabalho Emprego e Renda, Cultura, Justiça e Cidadania e Saúde. Ainda é necessário superar algumas questões. Por exemplo, no curso de aperfeiçoamento de sargentos serão inseridos os princípios do Policiamento Japonês (Diário de Campo, DEAM, Periperi, Salvador. 3 de novembro de 2016)

A conversa com a entrevistada, permeada por uma demonstração de crença, confiança e entusiasmo com o modelo de Polícia Comunitária, indica que não há uma ausência de políticas de segurança e de tecnologias de serviços, de monitoramento, etc. Suas reflexões sugerem um georeferenciamento de onde tal modelo vem sendo executado em Salvador. O programa inspirado num modelo japonês, incluiu, na implantação, formações de policiais, tanto no Japão, como no Rio Grande do Sul, além de uma pesquisa na experiência desenvolvida em Recife. A narrativa da entrevistada põe acentos no caráter social das ações do Estado. A Polícia Comunitária, de acordo com a sua narrativa, atenderia aos anseios de um trabalho caracterizado pela relação de confiança e parceria.

Trago em seguida os depoimentos do Coronel J. P. R.N., integrante do Programa de Prevenção, e que durante algum tempo comandou operações em territórios com elevado índice de mortalidade, como o Nordeste de Amaralina. Nestes depoimentos pode-se perceber a objetividade na descrição das ações violentas que caracterizam o Estado penal ao traçar o seu ponto de vista sobre a relação entre crimes contra jovens e racismo, e sobre o genocídio da juventude negra:

A correlação da morte da juventude negra, que é um estudo consolidado no Brasil, com a questão da escolaridade é um processo histórico de desigualdade racial que existe no país. Então, a juventude, vem numa crescente, e com esse processo neoliberal e de encurtamento do emprego formal, acessibilidade o consumo e por outro lado a apelação desse consumo desmesurado que a juventude negra não pode fazer por conta das condições econômicas e simbólicas que também estão por detrás, leva as pessoas para esse mundo da criminalidade. Não quer dizer que há uma relação direta, mas é um conjunto de fatores que levam às condições de risco, o que a gente chama de risco social e partir daí os jovens vão ingressando no mundo do crime. O que tem hoje nessa correlação de morte letal, tanto por parte da ação do Estado, como por parte dos próprios criminosos. Mas nem tudo é morte por tráfico. Essa é uma questão que a polícia não consegue fazer e nem tem a vontade de investigar que muitas vezes você tem a morte de uma jovem, não por integrar uma quadrilha, mas por uma questão de feminicídio por exemplo: ela não quis ficar com um membro da quadrilha, e pela condição de ser mulher ele se acha dominador e mata. Não tem nada a ver com o tráfico. Há um discurso muito interessante por parte de um segmento que vai se agravar com a saída do governo Dilma do poder, que é a banalização da morte: bandido bom é bandido morto. Então um jovem morto, tanto faz que ele seja vivo ou morto, ainda mais sendo jovem da periferia. Nessa relação de enfrentamento com a polícia em que os jovens integrantes das quadrilhas, matam um policial, aí o policial vai e mata, essa relação que estabeleceu uma disputa, uma guerra particular entre os polícias e a juventude. Então isso vai numa crescente porque, o jovem quando mata um policial, é como se fosse um troféu, e o policial, da mesma maneira que ele, matar um jovem é um troféu. Então é um rito

de passagem. Existem ritos de passagem da polícia, em que se usa a morte de um criminoso como se fosse um reconhecimento de dentro. Existe o nossos, porque dentro da polícia você tem os nossos, que são a polícia mais elitizada, por exemplo em São Paulo a Rota, no Rio, o Bope, em Salvador temo Bope, mas tem também as Rondesp. Então para integrar essa Tropa de Elite você tem que passar por esse rito de passagem que é morte de um jovem, e em que circunstâncias, em situações de enfrentamento verdadeiro, mas também em situações simuladas, porque não se pode negar que há situações simuladas (Diário de campo, Salvador. 3 de novembro de 2016).

As reflexões feitas pelo entrevistado vão surpreendendo a cada frase, revelando, ao longo da conversa, muita lucidez, compreensão consistente e visão crítica do sistema. Tais pontos de vista são formulados a partir de uma trajetória que se diferencia das trajetórias comuns dos agentes. Com formação e mestrado em antropologia, o entrevistado articula um análise crítica atenta às problemáticas sociais. A sua opinião sobre como o modelo de atuação da PM está moldado na articulação entre racismo e capitalismo converge com a linha teórica que vem embasando a pesquisa. A ideia de que há uma guerra instaurada, pressupõe que os dois lados se apropriam de poder, de estratégias. É importante observar que, ainda que esta guerra tenha como principais protagonistas, no contexto dos grupos de moradores, os traficantes, ela acaba se ampliando e incluindo grupos de pessoas não envolvidas no tráfico, de acordo com os exemplos citados. Este movimento, certamente irá mobilizar estratégias, comportamentos, atitudes, em defesa dos grupos atingidos e produzir resistência à ação militar. O relato traz pistas de como os contextos dos bairros populares se associam à ideia de um Estado penal convivendo com o estado de exceção, de acordo com as reflexões desenvolvidas por Mbembe (2011).

Os casos de execução de um jovem, algumas vezes provocam reações por parte dos moradores, habitantes do território. Buscando pinçar, nesta cena, a experiência das mulheres/mães, tento investigar as percepções dos representantes do Estado sobre estas mulheres. Neste sentido, busco ouvir o entrevistado a respeito do seu ponto de vista sobre as mulheres/mães. Ele inicia a sua fala trazendo a perspectiva da culpabilização e do sentimento de fracasso

[...] tem muitos casos de mães inclusive, aconteceram casos de mulheres que disseram que disseram: eu vou descansar agora. Porque dava muito trabalho, ela não sabia lidar com essas questões da formação. Tem uma questão de geração [...] quando fiz uma pesquisa de trabalho para o Secretário sobre as mortes Simões Filho, que aparecia como um dos maiores municípios com indicadores de mortes. Verificando os laudos cadavéricos a gente observava que os corpos vão sendo levados para Lauro de Freitas e Simões Filhos. Na verdade eram grupos de extermínio. Isso porque quando fiz minha primeira graduação em Antropologia eu já tinha falado sobre isso, foi

isso que falei sobre grupos de extermínio. Eu só fiz replicar mais ou menos esse trabalho mostrando que tinham corpos de jovens saindo de todos os bairros de Salvador sendo jogados lá. É o que chamei de ritual privado de execução primária, porque diferente do criminoso comum ele mata as pessoas, no tráfico, no meio da rua, sem nenhum pudor. Mas o policial tem uma outra ética nesse sentido: ele tira de lá, bota no carro, leva e lá executa. Por que não faz isso à luz dos informantes. Porque a casa é o lugar dom aconchego, do carinho amor. Você não matar a pessoa dentro de sua casa porque você vai violentar os outros: tem os velhos, a criança, os idosos, a mulher. Então tirar aquele menino de lá e vai matar fora [...] Essas mães, todos os processos que elas passam elas levam com ela culpabilização, Eu me lembro que quando eu estava em Amaralina comandando operação eu chamei os policiais e falei: olha vamos parar de agredir as mães, aos filhos das mães, porque elas não estão colaborando com a gente com a questão da criminalidade, porque elas não estão denunciando. Como elas vão denunciar se vocês estão agredindo aos filhos delas? Eu aí pedi a eles um prazo de trinta dias sem agredir ninguém. Revistem, dá um tapa de despedida, não dá um chute. O disk denúncia bombou, as mães começaram a ligar: olha tem um jovem armado em tal lugar, estão seduzindo meu filho. Meu filho ia pra escola de bicicleta, pediram pra ele voltar pra levar uma arma em determinado lugar. Quando elas viram que então estavam acontecendo violações ela decidiu colaborar porque sabiam que os filhos estavam em situação de vulnerabilidade, de risco. Então é preciso que a polícia venha tirar aqueles que já estão pra evitar que os meus venham participar. Porque tem jovens que não querem participar [...] Tem vários dilemas relacionados à mulher, o que ela passa, tenta construir uma nova relação afetiva, uma nova vida, tudo misturado. Muitas vezes quem está no tráfico não quer o filho porque é filho de um outro desafeto. Todo esse processo tem que ser pensado porque elas se tornam vítimas ocultas. Tem estudos muito importantes que falam sobre as vítimas ocultas, que mostram esse processo dessas pessoas que vão morrendo, vão envelhecendo. O Estado não oferece nenhum tipo de assistência a essas mulheres (Diário de campo, Salvador. 3 de novembro de 2016).

O relato do entrevistado expõe as práticas e percepções de agentes que atuam nos territórios considerados como áreas de conflito: a vigilância e atitude de investigação permanentes, a busca de flagrantes, colocam todos os jovens e adolescentes, independente da sua conduta, na mira das investigações. A mulher/mãe aparece como tentando salvar o filho, seja do envolvimento no tráfico, seja da ação policial violenta. São atribuídos à mulher sentidos de responsabilidade, culpa, conflitos e dilemas ante a sua vida amorosa, afetiva, fracasso, etc. Mesmo ante um olhar mais sensível, que consegue se apropriar da crítica às práticas policiais, a mulher aparece como “fracassada” ou vivendo o risco de “fracassar”. O depoimento mostra, porém, uma bastante perspectiva sensível à mulher, à comunidade, aos jovens, perspectiva que se diferencia pela sua dimensão humana. É factível, na narrativa, que as relações internas nas comunidades são atravessadas pelas forças coercitivas, seja por parte do tráfico, seja da polícia, e pela guerra que se estabelece entre estes dois lados. O clima de

suspeição, de medo, terror, molda a experiência, sobretudo das mulheres, que atuam na linha de frente da responsabilidade e cuidados. Neste clima se constituem as relações que estabelece com vizinhos, parceiros, instituições, etc.

Discursos proferidos por algumas mulheres, moldados neste clima de terror, representam a reprodução dos discurso que lhe oprimem, que atuam na produção silenciamentos sobre a sua dor, sentimentos de injustiça, etc. Foi o que expressou uma representante do Projeto Consolação, em depoimento já citado, ao afirmar que muitas mães preferem não lutar porque não acreditam na justiça, ou que escolhem uma vida de reclusão por saber que a imagem de seu filho, e portanto a sua, estará sempre sob suspeição. Tais comportamentos não significam entretanto que as mulheres tenham perdido o desejo de falar ou de se apropriarem da sua voz. É factível o incômodo da máscara, que não é acolhida de forma passiva. Os incômodos se traduzem, muitas vezes, como já citado, em adoecimento físico e mental.

Descreverei a seguir a difícil experiência de realização de um Grupo Focal no Projeto Consolação. Faz-se necessário lembrar as características do Projeto que, situado no Nordeste de Amaralina, atende a mulheres que moram nesta região, que raramente transitam por outros territórios. Busco ressaltar que, a minha inserção no Projeto se deu mediante um pacto de não trazer, na minha relação com as mulheres, temas, fatos, memórias, sobre as suas experiências de perda. A aprovação da realização do grupo focal se deu nestes termos, representando assim, talvez, o maior desafio da pesquisa. Assumi o desafio debruçando-me na construção de uma metodologia que me aproximasse dos meus objetivos, buscando respeitar os acordos feitos.

Ao iniciar a atividade apresentei ao grupo a imagem da Escrava Anastácia, que carrega no rosto a máscara de ferro. A máscara cobre a sua boca, estendendo-se até o pescoço. Depois de permitir que durante algum tempo, manuseassem a imagem, narrei a história da Escrava Anastácia e logo em seguida propus, para reflexão, as seguintes questões: por que a nossa voz é importante? Quais são prazeres e alegrias a nossa voz nos traz? Por que gostamos de falar? Registre os seguintes comentários, feitos em frases curtas, pelas participantes: “Sem a voz não somos ninguém, a voz é tudo”. “Já fiquei sem falar, é muito ruim”. “Peço a Deus que nunca tire a minha voz.” “Falar é um modo de desabafar e ajuda até na cura.” “Sem a voz a gente não é ninguém”.



“Às vezes fico triste com a minha voz, às vezes ela fica fraca, quero cantar, quero rezar e não consigo.”

Na sequência, as falas foram se desdobrando quando algumas mulheres comentaram sobre a importância do grupo nas suas vidas como um lugar de esquecimento da dor. Uma integrante do grupo narrou que participação no grupo transformou a dor e a tristeza que sentia após a morte da filha. Neste momento uma outra integrante performatizou um mal-estar de tristeza e angústia. A coordenadora, que participava da atividade, fez uso da palavra enquanto a abraçava, e buscou mobilizar o humor e uma atitude positiva.

A opção do Projeto Consolação pela arte tem o objetivo de minimizar tensões e conflitos. O artesanato é o meio utilizado para fortalecer os sentimentos e, dessa forma, dissolve tensões nas relações do grupo. Mediadas pelas coordenadoras, as relações transitam pelo silêncio sobre temas mais delicados. Neste contexto, a reflexão sobre a voz, embora cercada de limitações, permitiu flagrar o desejo e a potência, que não foram vencidos, ainda que estas mulheres não integrem movimentos organizados de luta. Entretanto, os limites estabelecidos, não me permitiram colher o ponto de vista das mulheres sobre as práticas e discursos dominantes.

### **3.2.2 As necropolíticas de poder**

Os mapas da violência, publicados numa série de estudos produzidos no Brasil, expõem o crescimento vertiginoso de Homicídios por Armas de Fogo <sup>41</sup>. Através da progressiva adoção de indicadores, como idade, sexo, raça/cor, etc, vêm sendo possíveis as leituras dos aspectos sociais e das situações de vulnerabilidade de alguns grupos de sujeitos. A situação de mortalidade por armas de fogo tem sido descrita, nos estudos publicados, que expõem os mapas da violência, através da utilização do Subsistema de Informação sobre Mortalidade do Ministério da Saúde (SIM/MS)<sup>42</sup>. Busquei introduzir, no primeiro capítulo, alguns dados deste cenário de violência, buscando traçar um contexto para a problemática da pesquisa. Estes dados serão aqui retomados.

---

<sup>41</sup> O Mapa da Violência vem, desde 2005, tendo como marco o Estatuto do Desarmamento, focando os seus estudos no problema da letalidade das armas de fogo no Brasil.

<sup>42</sup> O SIM divulga dados sobre mortalidade anualmente, desde 1979 e atualmente integra o sistema da Secretaria de Vigilância em Saúde.

Os estudos publicados em 2005, sobre os dados de 1979 a 2003 evidenciaram o crescimento progressivo e sistemático das taxas de HAF (Homicídio por Armas de Fogo) exibindo já neste período, uma característica muito específica: das mais de 550 mil pessoas que morreram por crimes por armas de fogo, 206 mil eram jovens.

Das 550 mil mortes por armas de fogo, 205.722, isto é, 44,1%, foram jovens na faixa de 15 a 24 anos. Esse dado adquire sua devida dimensão se consideramos que os jovens só representam 20% da população total do país. Isto indica que, proporcionalmente, morrem mais de o dobro de jovens vítimas de armas de fogo do que nas outras faixas etárias (Julio Jacobo Waiselfisz, 2005).

O relator dos estudos, Julio Jacobo Waiselfisz, chama a atenção para uma série de limitações que o próprio SIM apresenta. Segundo ele, a primeira grande limitação, assumida pelo próprio SIM é a ocorrência de um expressivo número de sepultamentos sem a devida certificação, o que determina uma redução do número de óbitos declarados. Uma outra limitação é o fato de muitas vezes os registros dizem respeito ao local de residência e a data do falecimento. Entretanto, muitas vezes, o local e a data do óbito não coincidem com o incidente que gerou o traumatismo, causa da morte. (WASELFISZ 2016, p. 12).

Ainda, segundo ele, nenhum sepultamento pode ocorrer sem a DO (Declaração de óbito) que deve ser preenchida obrigatoriamente por profissionais de saúde. No caso de mortes não naturais ou externas, a DO deve ser preenchida, nos casos em que há o IML (Instituto Médico Legal) por médico legista dessas instituições ou um médico local, na função de perito legista eventual, investido pela autoridade judicial ou policial. (p. 11). A DO fornece dados de sexo, idade, estado civil, naturalidade e local da residência da vítima, devendo informar também a causa da morte. Para Waiselfisz (2016) um aspecto que importa aos estudos está relacionado a causas externas ou à natureza da lesão, as circunstâncias e os instrumentos que a originaram.

As limitações na DO ganham, nos debates sobre violência, impunidade, etc, uma dimensão política, visto que elas dão margem à construção discursiva sobre os fatos, sob a perspectiva de quem narra. Como já abordei, o tema ocupou o debate realizado na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, sobre o tema Mães em Luta<sup>43</sup>. Depoimentos de algumas das mães presentes,

---

<sup>43</sup> O debate, ocorrido no dia 6 de abril de 2017, reuniu na Mesa representantes de famílias de vítimas, especialmente mães, contando com a presença de Débora Silva do Movimento Mães de Maio.

discorreram sobre as divergências entre a DO emitida e o local das perfurações nos corpos que, de acordo com suas leituras, evidenciaram crimes por execução. As informações contidas no DO sobre o local das perfurações estão relacionadas com os discursos que colocam as vítimas sob suspeitas e embasam as acusações de policiais.

Dos dados contidos nos últimos estudos sobre a violência por armas de fogo, alguns assumem grande importância no presente estudo, embora, como afirmou o relator, a escassez de dados se configura numa limitação à definição do perfil. Um primeiro aspecto a se observar, nos estudos publicados em 2016<sup>44</sup>, de acordo com Waiselfisz (2016) é a masculinização de 94,4% das vítimas por armas de fogo no âmbito nacional, quadro que se mantém homogêneo entre os estados. A Bahia aparece com uma masculinização de 95,3% das vítimas. Com relação à idade, segundo o relator, mantém-se o que vem se constatando desde a publicação de 1998: as mortes se localizam na faixa etária de 15 a 29 anos. Os HAF, na faixa de 15 a 29 anos, sobem de 3.159 em 1980, para 25.255 no ano de 2014, um aumento de 699,5 %. Na Bahia, as mortes nesta faixa etária somam em 2014 um total de 2.818, o que significa que, para cem mil habitantes, a taxa de HAF entre jovens de 15 a 29 anos foi de 75,8. Se com relação a sexo e idade, há limitações nos estudos, no quesito cor/raça das vítimas, a situação se agrava. O SIM é a única fonte que levanta este indicador em nível nacional, tendo o incorporado a partir de 1996. Em 2002 o sistema conseguiu identificar o quesito raça/cor em 92,6 % das vítimas por HAF, segundo Waiselfisz (2016). De acordo com o relatório, em 2003 a população branca sofreu um total de 13.224 HAF, tendo este número decrescido em 2014 para 9.766, representando uma queda de 26,1 %. Já a população negra viveu o processo inverso: partindo já de um patamar de HAF maior que a população branca em 2003, sai de 20.291 para 29.813 em 2014, o que representa um aumento de 46,9%.<sup>45</sup> A Bahia exibe um total em 2014, de 3.999 HAF entre negros em relação a um total de 289 HAF entre brancos.

Não há dúvidas de que o maior desafio enfrentado na elaboração dos mapas se refere à identificação dos crimes praticados por agentes da PM. O

---

<sup>44</sup> A publicação diz respeito os dados preliminares de 2014 que compõem o Processamento Mapa da Violência 2016

<sup>45</sup> A principal fonte para cálculo das taxas referentes ao quesito raça/cor são, de acordo com o relator, os Censos Demográficos realizado pelo IBGE

Atlas da Violência (2016)<sup>46</sup> que enfrenta o debate sobre a letalidade policial, oferece importantes informações e considerações sobre o tema. De acordo com o texto deste relatório, se por um lado o SIM contribui para informar o perfil da vítima, o mesmo não acontece quando se trata de identificar os agressores. Esta informação poderia ser facilitada se, no caso de mortes praticadas por policiais em serviço, fosse pelo menos seguido o protocolo, nos hospitais, de informar através da categoria Y36-Y37 do SIM chamada “intervenções legais e operações de guerra”. Segundo os relatores, a comparação com outros dados da Secretaria de Segurança Pública, revela que essa notificação não ocorre. A comparação entre os dados preliminares do SIM para 2014 e os dados do Anuário da Secretaria de Segurança Pública evidencia a subnotificação.

O SIM apresenta um total de 681 mortes por intervenções legais, enquanto o anuário, utilizando dados coletados diretamente dos estados através da Lei de Acesso à Informação, apresenta um total de 3.009 mortes decorrentes de intervenção policial das quais 2.669 causadas por policiais durante o serviço. Sem mencionarmos o problema de subnotificação também existente nesses registros e contabilizando apenas as mortes em confronto com policiais em serviço, há uma diferença de 1.988 mortes (IPEA, 2016, p. 15.).

Necessário se faz retomar que a Bahia ocupou o terceiro lugar na classificação de números de mortes por intervenções militares em 2014, perdendo apenas para São Paulo e Rio de Janeiro. Entretanto, se para o SIM os números somam 245, 225 e 97 respectivamente, no Anuário da Secretaria de Segurança Pública, esses números sobem para 584, 965 e 278. Para a série de 2004 a 2014 o SIM informa 6.665 mortes por intervenções legais enquanto que o Anuário da Secretaria de Segurança Pública de 2014 e 2015 informa, par a mesma série de 2004 a 2014 20.418 mortes. (IPEA, 2016, p. 15).

Os dados aqui apresentados sobre violência policial resultam do mecanismo que tem como estratégia o discurso da “guerra às drogas”, a grande justificativa para a criminalização da pobreza, a marginalização de alguns grupos, o uso da força, produzindo a naturalização da violência. O uso da força por instituições que representam o Estado deve ocupar os debates sobre valores que fundamentam as políticas públicas. O arranjo social no qual se articulam determinados quesitos como local de moradia, idades, sexo, raça/cor constituindo sujeitos alvo no cenário de violência, e que tem uma forte presença da intervenção policial, retrata a presença do Estado penal. Mais do que isso,

---

<sup>46</sup> O Atlas da Violência 2016, é um relatório publicado pelo IPEA (Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada) sobre a violência letal que tem como principal fonte de dados o SIM.

esse arranjo social exhibe a presença das necropolíticas que caracterizam o estado de exceção.

Ao discorrer sobre as necropolíticas de poder, Achille Mbembe (2011) traça a sua análise às políticas de poder no contexto pós-colonial da África, inspirado na obra de Foucault, especialmente na biopolítica. O poder de que dispõem os dirigentes africanos, a autoridade exercida pelo uso da violência contra os povos, levaram Mbembe ampliar a leitura de Foucault sobre o poder soberano: o poder de dar vida ou morte, o direito de decidir sobre a vida dos governados. Para Mbembe o biopoder que tem como domínio aplicar técnicas que maximizem o potencial da vida, que mobilize o bem estar da população, é um regime que antecede as necropolíticas.

O período colonial é tomado como marco para a discussão sobre as biopolíticas, sobre o que define para os regimes políticos o esquema de fazer morrer e deixar viver. No exercício de examinar algumas dimensões não visitadas no Biopoder, Mbembe (2001) propõe questões provocativas como por exemplo, em que condições se exerce o poder de matar, quem é o sujeito de direito, ou a forma como ocorrem os assassinatos com pretexto de conflito, de resistência, etc.

Ainda que tenhamos avançado na compreensão das articulações entre raça, classe e sexo, no contexto dos sistemas capitalistas, que imprimem maior complexidade aos modelos de opressão, a raça sempre foi e continua a ser o código, o clichê, nos processos de desumanização. Tal afirmativa nos remete mais uma vez às ideias desenvolvidas por Hannah Arendt, para quem a raça assume um caráter espectral, sugerindo que a política de raça está associada à política de morte.

Com base nas práticas desenvolvidas por regimes políticos é que Mbembe (2011) irá explorar dois conceitos que serão agregados às ideias foucaultianas e definirão os contextos de violência no período pós-colonial: estado de exceção e estado de sítio. (p. 21). De acordo com a sua análise vêm se consolidando no estado moderno mecanismos que se constituem como base para o direito de matar. Este estado se vale de um sentido de urgência a partir da ficção de um inimigo. Mata-se em nome de vencer o inimigo. Os inimigos ficcionalizados se referem ao diferente que ameaçam a forma convencionada como padrão. Podemos concluir, ao avaliar as tensões entre discursos de representante da PM a respeito de jovens e o discurso das suas mães, que os signos corporais, cor da

pele, uso de bonés, jeito de caminhar, são tomados de forma a identifica-lo como inimigo. Segundo Mbembe a ficção do inimigo justifica o estado de alerta e de emergência e atua segregando dois grupos: os que devem morrer e os que devem viver.

Somente princípios fundados em estereótipos racistas poderiam permitir ao Estado, através de seus agentes, uma ação mecanizada, a partir de conceitos pré-formados, procedimento que, segundo Mbembe, (2011) se assemelha às técnicas nazistas de execução em série. (p. 26). A execução de forma mecânica, impessoal, a partir da ausência de diálogo com o sujeito vitimado, e da construção de um pensamento sobre o fato, reforçam a ideia de desumanização.

O contexto da escravidão no Brasil talvez tenha sido a representação sobre estado de exceção que mais elementos reúne. Mbembe (2011) traduz a condição do escravo como uma condição de tríplice perda:

La condicion del esclavo es, por tanto, el resultado de una triple perdida: perdida de un “hogar”, perdida de los derechos sobre su cuerpo y perdida de su estatus político. Esta triple perdida equivale a una dominacion absoluta, a una alienacion desde el nacimiento y a una muerte social (que es una expulsion fuera de la humanidad). (MBEMBE, 2011, p. 31).

Dos três elementos destacados pelo autor, que compõem a tríplice perda: a perda do lar, dos direitos sobre o corpo e sobre o status político, tentarei destacar e dar centralidade às representações sobre a perda do lar. Busco, neste sentido, refletir sobre como esta perda assume, na história das mulheres negras, vitimadas pela violência racista, a violação às referências, à memória, ao núcleo familiar, a violação à maternidade.

Busquei, no capítulo anterior discutir a importância que a maternidade assumiu historicamente como afirmação do ser mulher. A cultura da maternidade constrói um lugar que, tecido nas dimensões afetivas, sociais, psíquicas, materiais, toma forma na convivência, no cuidar, no cotidiano da família. Este lugar passa a ser também, principalmente nas classes pobres, um lugar público, na medida que as mulheres respondem à sociedade pelos atos e comportamentos dos filhos. A retirada de um filho de forma violenta, pelo Estado, provoca uma desestruturação no lugar onde a maternidade era tecida, exigindo uma reestruturação, uma nova tentativa de acomodação da mulher/mãe, no tecido social.

### **3.2.3 A dimensão pedagógica do luto das mães**

No artigo intitulado a “Guerra das mães: dor e política em situações de violência institucional” (2001) as autoras, Adriana Vianna e Juliana Farias, descrevem estratégias desenvolvidas por mães, integrantes de um dos coletivos que integram uma rede organizada contra a violência. No texto, as autoras descrevem a atuação das mães militantes num ato organizado contra a impunidade de seis agentes disciplinares. Para as autoras, as mães que mostravam, através do ato, a necessidade de lutar, performavam a condição materna, com as suas falas, as roupas que usavam estampando as imagens dos filhos, as faixas que carregavam, etc. A luta se mostra, segundo as autoras, como um imperativo da condição materna. (p. 83) e passa a construir um repertório de experiências e conhecimentos tecidos de forma coletiva, que tem a solidariedade como um importante elemento.

Longe de ser um fato isolado, o acionamento da condição de mãe como elemento de autoridade moral em atos políticos nos fala de trânsitos relevantes em cenários contemporâneos: entre dor pessoal e causas coletivas; entre sofrimentos e direitos; entre formas e dimensões distintas do luto, aqui tomado como processo inextricavelmente individual e social (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 83).

As lutas dos coletivos que têm se organizado em torno da questão da violência contra jovens, são caracterizadas por uma intensa dinâmica de ações como audiências judiciais, júris populares, atos, protestos, reuniões de planejamento, visitas ao Ministério Público, participação em debates, ações que se tornam possíveis a partir da constituição de corpos coletivos que se posicionam em oposição ao Estado e instituições.

Atuar nas dinâmicas que integram os espaços de poder, espaços masculinizados, significa acionar a consciência sobre as experiências e os saberes coletivos, acionando a dimensão formativa que permite a construção de novos conhecimentos.

Seguindo as pistas das proposições feitas por Sueli Carneiro (2005), penso que, embora reduzida, sob o olhar do outro, à sua dimensão ôntica, a atributos como cor, classe, etc, atributos reducionistas, é da conexão com a sua dimensão ontológica que as mulheres vitimadas pelo Estado buscam os componentes que lhe darão sobrevida e serão determinantes na construção do novo lugar. Esta dimensão, que diz respeito ao seu estatuto de humanidade (p.

26) exige que a mulher continue a conviver, a estabelecer redes de relacionamento.

Ao acionar a sua dimensão ontológica, a sua capacidade de construir conhecimentos sobre os processos em que estão inseridas, sobre suas experiências e sobre si mesmas, as mulheres produzem deslocamentos nos discursos dominantes. A produção de conhecimentos, que se dá nos enfrentamentos e nas lutas das mulheres/mães vitimadas, assume grande importância nos estudos sobre as relações de gênero, visto que este processo potencializa descontinuidades históricas, reorganizando lugares nas relações de poder. Em outras palavras, ao assumirem as tensões das relações de poder, as mulheres/mães se apropriam de saberes diversos, inserindo-se no campo de novas produções discursivas sobre gênero.

O debate já enfrentado por Sueli Carneiro sobre apropriação de saberes a partir do princípio dos dispositivos e da distribuição de poderes, poderá trazer os elementos necessários a essa reflexão. Segundo ela, ao empregar o conceito dispositivo, Foucault contribui para iluminar os debates e estudos sobre o uso de força, repressão, abuso de poder, etc. A amplitude do conceito, entretanto, permite a sua aplicação para além das formas objetivas de uso da força. Foi intenção de Foucault que o termo dispositivo se prestasse a uma genealogia ou conhecimento do poder, sobre os métodos e procedimentos, que, historicamente, se organizam como campos de conhecimento. Neste sentido o dispositivo se aproxima do conhecimento e apropriação do saber. Para Carneiro, a opção que Foucault faz por uma analítica contribuiu para uma genealogia, tanto do poder, quanto do saber.

Entendo que uma analítica do poder remete às relações de força ou, ao gosto de Foucault, às correlações de força que o poder engendra. Então a analítica do poder, destina-se a revelar a rede de saberes e poderes e, sobretudo, os objetivos estratégicos que um determinado campo de poder busca realizar; assim também, seus pontos de afirmação, de oposição, de convivência, as formas de reciclagem que as resistências ou determinadas injunções conjunturais lhe obrigam. Enfim, é iluminar o jogo real que se joga na sociedade em relação a um campo de poder (CARNEIRO, 2005, p. 31).

Tais argumentos inserem as relações de poder no domínio do saber, que aciona métodos e procedimentos de controle e apropriação do conhecimento, e nos faz pensar sobre as representações sobre si mesmos nos processos de formação de sujeitos excluídos, bem como sobre como se estruturam as resistências.



O percurso da formação das mulheres vitimadas que optaram pela estratégia da luta organizada foi moldado na ausência de privilégios que caracterizam o campo das representações simbólicas. As representações simbólicas atuam no sentido inverso, na desconstrução do ontológico, das capacidades para empreender uma luta, especialmente se quem está do outro lado é o Estado com toda a sua impermeabilidade.

Parece relevante examinar, considerando que a organização de lutas através de coletivos, movimentos sociais, associações etc, passa a ser um caminho assumido por parte das mulheres vitimadas, os fenômenos da distribuição de poder ou das relações de força de que nos fala Carneiro na leitura que faz de Foucault. A produção e reprodução de saberes sempre foi atravessada pelos dispositivos de poder e pelo filtro da raça e da classe social. O saber se insere no campo das disputas e da dominação. Os discursos que portam os saberes são produzidos de forma que a sua assimilação por camadas mais populares seja inviabilizada visto que trazem nas mensagens signos informações sobre as relações de poder. A apropriação de conhecimentos específicos por determinados grupos constitui-se numa transgressão.

A eficácia dos processos de naturalização do racismo científico e do epistemicídio consiste em atribuir às tentativas dos negros de transitarem no campo dos conhecimentos um caráter de transgressão e marginalidade. Para Carneiro “A sustentabilidade do ideário racista depende de sua capacidade de naturalizar a sua concepção sobre o Outro. É imprescindível que esse Outro dominado, vencido, expresse em sua condição concreta, aquilo que o ideário lhe atribui.” (CARNEIRO, 2005, p. 29). O racismo se especializa em técnicas e estratégias em todos os setores, que coincidem e se realimentam, concorrendo para a sua naturalização.

Aqui parece necessário, entretanto, nos determos sobre os diversos sentidos do Outro dominado, vencido. A construção de um contra discurso por parte das mulheres, num contexto em que o sistema policial, o judiciário e mídia se integram na produção de discursos e argumentos que fortalecem a tese do agressor, exige, das interlocutoras, uma apropriação de todas as suas dimensões que lhe foram negadas: cognitiva, intelectual, afetiva, social, etc. A prática social da redutibilidade despreza as potencialidades das mulheres que vivem neste contexto.

Tais reflexões me conduziram a buscar examinar as estratégias pelas quais as mulheres mães irão, no contexto da sobrevivência à violência institucional, tentam traçar a sua existência, reafirmando a sua dimensão ontológica, inseridas no Estado penal, no limiar do estado de exceção.

Ao narrar a sua experiência, os episódios que se sucederam à perda do filho, Dandara traz elementos associados a muita dor, visto que este processo representou uma necessidade de se apropriar dos fatos mais perversos, inclusive para atuar na busca do corpo de seu filho, para melhor elaborar a sua experiência. Dandara demonstra o quanto foi necessário se afirmar para romper o ocultamento e silenciamento provocado pelos agentes policiais.

Ela afirma que durante as intensas buscas pelo corpo, dizia: “Eu quero o meu filho aqui, vivo ou morto” e narra que levou dezessete dias à procura do filho, na tentativa de sepultá-lo, mas ainda com esperanças de encontrá-lo vivo. Sob medicação, já não suportando, foi para a casa dormir. Em sonho, o seu filho apareceu e pediu que ela ficasse bem. Dandara lança mão do recurso da dimensão psicológica e afetiva para justificar a força que passou a empreender.

[...] ele levou o meu filho para a Estrada Velha do Aeroporto e o executou com facadas e tiros. Essas informações eu obtive depois através do laudo cadavérico. Após dar o primeiro tiro ele tomou o telefone do primo de meu filho e quebrou. Ele não estava a trabalho, estava no bar e se invocou com meu filho. Depois do primeiro tiro botou meu filho no carro, no banco de carona. Meu filho pediu para ver a mãe [...] Eu tive que ir ao necrotério e ver corpo por corpo. Me disseram que se eu permanecesse eu ia enlouquecer. A família se dividiu entre hospitais [...] Um agente do Derca disse: hoje nós vamos achar essa criança. Fecharam a Mata Escura. Testemunhas ajudaram. Um jornalista da A Tarde fez uma boa cobertura, eu mantinha contato com o jornalista por telefone as pessoas diziam: Você vai ter que sair do bairro porque você denunciou o soldado. Mas eu nunca saí (Diário de campo, Salvador. 16 de outubro de 2017).

A narrativa de Dandara nos insere num cenário que, embora frequente, está muito longe de se naturalizar ante os olhos das mães, dos familiares e de amigos(as). O estranhamento do fato, a objeção à violência, ativou em Dandara os recursos possíveis. O seu protagonismo foi fundamental, tanto para a localização do corpo, quanto para a punição do culpado, que foi julgado e condenado, embora responda em liberdade. Raros são os casos nos quais as mães, integrantes do grupo testemunham a punição do autor.

A trajetória de Dandara após o fato subverte a ordem dos lugares estabelecidos nas relações de gênero. O contra-discurso que ela fórmula para enfrentar os processos policiais, judiciários, para acionar o veículo de

comunicação, transgride as representações sobre as mulheres negras e pobres. Durante este período ela contou com a assessoria jurídica e apoio psicossocial do CEDECA, entretanto protagonizou as situações enfrentando as tensões das relações. A sua participação no Grupo Pela Vida, durante o período que antecedeu o julgamento, potencializou a afirmação da consciência e as trocas de experiências.

A transmissão dos conhecimentos entre as vítimas é estruturante do jogo das relações, que tendo o gênero como organizador, se constitui na desigualdade de forças. Este jogo que se articula de forma complexa é visitado e examinado pelas mulheres que articulam estratégias para produzir alterações. Quando vivem coletivamente as suas experiências, as mulheres/mães mobilizam três dimensões: a formação continuada, a mobilização e a intervenção nos processos jurídicos. Dessas experiências emerge um outro discurso que tenta se contrapor à criminalização, aos processos de negação da dignidade e dos direitos e à construção do não-ser.

Sabemos que a criminalização tem sido um importante componente na sustentação do modelo de alteridade, nos sistemas capitalistas atuais, nos quais o Estado oferece o mínimo, exige contrapartidas e mantém aprisionados a categorias excludentes os pobres e negros. Para manutenção deste sistema de dominação é necessário objetificar homens e mulheres e invisibilizar as insurgências. Entretanto, a partir de ferramentas teóricas descolonizadoras, é possível acessar às insubmissões das mulheres/mães.

Não me parece que a luta que vem sendo travada pelas mulheres/ mães possa ser traduzida em termos de guerra, pois guerra presume a correlação de forças. As dinâmicas de poder que constituem as relações entre as mulheres/mães, o Estado e as instituições, se caracterizam por desequilíbrios e assimetrias de forças. A experiência das mães vitimadas é marcada por várias nuances. No seio da luta brotam sentimentos de derrota, de medo, de desesperança, de saudade e de dor.

É possível entretanto afirmar que as relações se constituem através de uma guerra de discursos, na qual, a produção de contra-discursos busca resgatar a humanidade, principalmente do filho, humanidade, dignidade e cidadania negadas no discurso dominante. A crescente organização de coletivos de mães vem, entretanto, contribuindo para uma visibilidade de um tema que habitava o domínio do privado: a dor das mulheres/mães. A experiência que

vem sendo desenvolvida pelos coletivos têm influenciado a formação de grupos por direitos humanos.

Vimos, através dos dados estatísticos uma masculinização do inimigo, os jovens e adolescentes, que são vitimados pelas políticas de intolerância, que por sua vez se associa ao debate sobre o estado de exceção. Percebe-se, por outro lado, uma feminização da dor, do sofrimento, as mulheres são submetidas a diversas penalidades no contexto neoliberal. Essas penalidades estão presentes nas diversas políticas adotadas com as comunidades pobres, nas quais estão embutidas uma série de significados nos papéis atribuídos à mulher: o cuidado, a responsabilidade com filhos, a prestação de contas dos benefícios porventura acessados, etc. As lutas representam, de alguma forma, uma subversão do lugar, uma tentativa de inscrição dos corpos femininos no espaço público, um enfrentamento da ordem socialmente organizada pelas dinâmicas de gênero. Buscarei, no próximo capítulo, apresentar um mapeamento das organizações de lutas coletivas de mulheres/mães vitimadas, buscando contribuir com a visibilidade deste corpo coletivo que se estende pelo Brasil erguendo a voz por justiça.

## 4 DA MARCHA FÚNEBRE DO LUTO À RETUMBANTE MARCHA DA LUTA: UMA TRILHA CONSTRUÍDA DE DOR E DE EMPODERAMENTO

*“Eles que caminhem. A tarde inteira. Porque eu já cansei. Eu não tenho mais paciência. Não tenho. A paz parece que está rindo de mim. Reparou? Com todos os terços. Com todos os nervos. Dentes estridentes. Reparou? Vou fazer mais o quê, hein? Hein? Quem vai ressuscitar meu filho, o Joaquim? Eu é que não vou levar a foto do menino para ficar exibindo lá embaixo. Carregando na avenida a minha ferida. Marchar não vou, quanto mais ao lado de polícia. Toda vez que vejo a foto do Joaquim, dá um nó. Uma saudade. Sabe? Uma dor na vista. Um cisco no peito. Sem fim. Ai que dor! Dor. Dor. Dor. A minha vontade é sair gritando. Urrando. Soltando tiro. Juro. Meu Jesus! Matando todo mundo. É. Todo mundo. Eu matava, pode ter certeza. A paz é que é culpada. Sabe, não sabe? A paz é que não deixa.”*

Fragmento do poema Não sou da Paz, de Marcelino Freire

Pretendo, neste capítulo, tecer reflexões sobre a atuação das mulheres/mães vitimadas pelo assassinato dos filhos, no campo da participação social, dos movimentos e da militância na luta organizada. Tentarei investir na formulação de um olhar atento à construção dos novos espaços de diálogos moldados a partir dos deslocamentos de gênero, espaços nos quais as mulheres protagonizam encontros que se traduzem na militância organizada. A perspectiva aqui traçada vai em direção a grupos de mulheres/mães que vêm, no contexto brasileiro, acionando na sua experiência, a dimensão militante, ativista, performatizando uma atuação na guerra contra a violência policial que mata jovens e adolescentes. Busco tomar a luta sob a perspectiva da construção coletiva, tentando identificar diferentes modos de relações dialógicas, conforme Patricia Collins (2012), experimentadas por grupos de mulheres marcadas pela opressão que, de forma violenta, ceifa a vida de seus filhos. Sigo em direção à busca por saberes produzidos na coletivização da experiência, dos pontos de vista formulados a partir do engendramento de diferentes sujeitos e das ferramentas adotadas para a construção da luta, atentando para os limites e as linhas de fronteiras.

Os terrenos de luta e enfrentamento aparecem, no contexto das reflexões, em diferentes modalidades: através do protagonismo centrado nas mulheres/mães ou por meio do agenciamento de parcerias com demais organizações, onde emergem as redes de enfrentamentos. A organização de

redes e parcerias para o enfrentamento da violência é um fenômeno que poderá variar entre um modelo mais consolidado ou uma ação pontual.

Os fundamentos para o desenvolvimento da concepção de participação social vêm, principalmente, das ideias pautadas pelo pensamento feminista negro, que propõe o ativismo como uma resposta à opressão racista. A relação dialógica entre mulheres, que se produz a partir das intersubjetividades, proporciona os agenciamentos coletivos e a organização os grupos e movimentos, de acordo com Patricia Hill Collins (2012). Tendo já tomado como marco referencial o fato de que o racismo produz as necropolíticas de poder, (MBEMBE, 2011), constituindo-se no princípio determinante da violência letal contra jovens, tento empreender a análise da atuação das mulheres sem perder de vista que este fato ocorre nos contextos da matriz única de dominação, de acordo com Patricia Hill Collins (2012) na qual raça gênero, sexo e classe, moldam as experiências destas mulheres.

Para traçar a análise sobre a militância como estratégia de deslocamentos de poder adotei como metodologia uma cartografia dos movimentos organizados no Brasil que têm como principais protagonistas as mulheres mães que se organizam em torno dos episódios de violência policial. Buscarei, ao longo do texto, descrever os principais aspectos que lhes caracterizam: os modelos de coletivos e de ações, as agendas e pautas que constroem as lutas, os aspectos metodológicos que caracterizam os diferentes modelos, assim como os processos e as dinâmicas a partir dos quais se organizam os movimentos. Busco flagrar, nos cruzamentos entre fatores que afetam experiências das mulheres, as gramáticas de gênero, os modos como se organizam, as táticas das quais se apropriam na construção de diferentes modelos de coletivos.

A tentativa de esboçar um mapeamento das lutas organizadas usando como recursos as publicações sobre o tema, bem como a busca de informações em sites eletrônicos, indicou como principais modelos de organização: Movimentos, Redes, Associações, Grupos e Projetos. Assume grande importância nesta análise a contingência de alguns movimentos: em sua maioria eles nascem em função de uma chacina, passando a identificar-se por um nome associado ao fato ocorrido, como, em geral, o nome do local ou território onde vivem as famílias vitimadas: Mães de Manguinhos, Mães Mogianas, Mães de Acari. O Movimento Mães de Maio, todavia, adotou um nome que, associado ao mês em que ocorreram às chacinas, abarcou diversos

sentidos e notoriedade: faz referência ao *Movimento Madres de Plaza de Mayo*, da Argentina, e traz sentidos associados ao mês em que é comemorado, no Brasil, o dia das mães.

Com fins de analisar as experiências das mulheres/mães de Salvador a partir de um quadro referencial mais ampliado e do legado de luta de outros movimentos no Brasil, situei a pesquisa num panorama nacional, o que significa estar sujeita às limitações de publicações sobre tais experiências. Embora venha crescendo o interesse pela investigação em movimentos desta natureza, considero que há ainda um número reduzido de publicações que permitam uma revisão de leitura satisfatória. O jornalismo, sobretudo os portais eletrônicos se apresentam como principal fonte. Observa-se uma relação de parceria entre os movimentos e o jornalismo engajado, fato que vem se desenhando como caminho metodológico acessado pelos movimentos no sentido de fortalecer a sua luta. Destaca-se, na metodologia da construção desta análise, a colaboração de interlocutoras representantes de importantes movimentos sociais de Salvador, já citados na descrição da metodologia da pesquisa.

#### 4.1 GÊNERO E RAÇA: COMO ESSES MARCADORES SE ORGANIZAM ENQUANTO ORGANIZAM A LUTA DAS MULHERES/MÃES

Introduzo as reflexões propostas neste capítulo com epígrafe que contém parte do poema de Marcelino Freire<sup>47</sup> intitulado “Não sou da paz” enquanto, por outro lado, trago, ao longo do texto, relatos de experiências de grupos de mulheres que ritualizam manifestações em vias públicas carregando as fotos de seus filhos. Antecipo, porém a hipótese de que não é pela “paz” que essas mulheres estão em luta. De que paz nos fala o texto do poema? Que linhas divisórias, que muros, separam as marchas, as passeatas, manifestações? As autoras Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) utilizaram o termo “A Guerra das Mães” para intitular a importante obra que aborda as lutas das mulheres/mães vitimadas pela violência contra os filhos. Em lugar de “paz” as lutas parecem necessitar evidenciar as tensões que atravessam as caminhadas das mães, desde que se inicia o luto, e que permanecem durante a luta. Os fatores de exclusão, a raça, a classe, o gênero, que sem dúvida determinam uma distância social sem limites, se constituem na própria obstrução a um “nós” nas

---

<sup>47</sup> Marcelino Freire é um escritor e poeta popular pernambucano

lutas e movimentos. O lugar de onde falam mulheres interseccionalizadas não é o lugar onde são encenados os grandes eventos pela paz. É do lugar de exclusão que se ergue a guerra das mulheres.

O presente trabalho vem se sustentando no pressuposto de que o racismo foi, e continua a ser, um elemento estruturante das relações sociais, pressuposto que encontrou principalmente nas ideias de Sueli Carneiro (2005) argumentos suficientes para a manutenção da perspectiva interseccional na análise da experiência das mulheres/mães ativistas. Considerando, pois, que a racialidade se revelou como elemento tático no processo histórico, determinando as diferenças na distribuição de poder, tentando impor aos negros e negras uma redutibilidade que viabilizasse o projeto da “construção do não ser”, buscando, dessa forma, assegurar a paz à elite dominante, tomo as lutas das mulheres como fato atravessado por este dispositivo proposto por Carneiro (2005). Neste sentido, para além das pautas mais concretas e objetivas como o lema da “justiça e punição”<sup>48</sup> que, como veremos, se faz presente nos atos, os movimentos organizados atuam no campo das subjetividades, instituindo uma guerra de discursos. É no campo de subjetividades que se estabelece a disputa que visa enfrentar o projeto de “construção do não-ser”, conforme Sueli Carneiro, a fim de devolver a homens e mulheres negras a sua humanidade.

A metáfora da “máscara de ferro” adotada por Grada Kilomba, (2010) opera na memória ancestral lembrando que os silenciamentos dos negros e negras foram obtidos pelo uso da força, das práticas disciplinares violentas e dos aparatos repressivos. Este recurso de memória nos permite localizar resistências. O mito da “Escrava Anastácia” inspira leituras sobre os silêncios, sobre outras linguagens possíveis nos contextos de repressão, formulando um olhar investigativo para as variadas formas como as mulheres performatizam a sua dor. Buscar compreender as diferenciações entre os níveis de consciência, em meio à experiência de opressão, apresentou-se como um importante condutor do olhar investigativo.

Persisto no pressuposto oferecido por Renato da Silveira (1999) de que o racismo é estruturante dos discursos, pressuposto que se impõe como imperativo à pesquisa e à busca da compreensão de como as relações se estabelecem em torno dos discursos acerca da violência. O campo de disputas de discurso, no qual se apresentam de um lado, os pleitos e reivindicações das

---

<sup>48</sup> A grande maioria dos movimentos de mães identificados têm se alinhado no lema “justiça e punição”, embora mantenham outros temas mais específicos



mulheres/mães, a denúncia, e de outro, as justificativas dos agentes do Estado, as decisões do sistema judiciário, é um campo que se constrói sob os domínios do poder e do saber moldados no racismo. Representa, portanto, um campo de relações, cujas assimetrias são irrigadas por diferentes formas de poder, conforme anunciou Foucault (1979) a partir da teoria da microfísica do poder.

Convém aqui pensar, como nos adverte Sueli Carneiro a partir da sua leitura de Foucault, em discursos como práticas sociais que emanam pontos de poder: “Assim, as práticas sociais se constituíram discursivamente e os discursos formariam sujeitos e objetos que se condicionam, se deslocam, se multiplicam ou invertem posições.” (CARNEIRO, 2005, p. 51). Tais deslocamentos são impulsionados, segundo a autora, pelo desejo de saber a verdade dos sujeitos ou de produção de novos discursos, discursos que tragam a verdade. Sem dúvidas, os deslocamentos, as práticas sociais de produção de discursos, a apropriação da verdade, são movimentos caros ao povo negro, tendo em vista sua história cercada de processos interdições, processos que se materializaram, inclusive, através da intercepção à boca.

Neste campo de disputas, o gênero atua de forma a reestruturar e reorganizar as relações, exibindo modos de relacionamentos em redes, tecidos no engendramento dos diferentes atores sociais. Carneiro (2005) adota o ponto de vista de Daniella Georges Coulouris (2004, p. 102) para quem o gênero possui uma perspectiva ao mesmo tempo política e teórica. Para Coulouris as relações de gênero “se consolidam enquanto continuidades históricas, mas também se alteram se deslocam, se modificam, em um processo ininterrupto de lutas e embates.” (COULOURIS, 2004, p. 101). Na compreensão da autora, estudos que adotam o gênero como prática discursiva têm como objetivo a modificação das relações sociais que expressam desigualdades:

É importante mencionar que o termo “gênero” possui ao mesmo tempo uma perspectiva política e teórica. Enquanto instrumento metodológico possui a pretensão de possibilitar a compreensão de relações sociais desiguais entre homens e mulheres. Enquanto práticas discursivas, muitas pesquisas que se orientam por essa temática atuam no sentido de modificar relações sociais que produzem efeitos tão indesejáveis como o estupro, o abuso sexual infantil, a discriminação das mulheres nas famílias, nas escolas, no trabalho e no sistema de justiça (COULOURIS, 2004, p. 102).

A autora segue uma linha de reflexão segundo a qual este saber não pode ser compreendido de forma dissociada da militância política, posto que ele nasce da militância. O pensamento da autora contribui para a compreensão de

gênero como construtor de um campo de saber acerca das relações de poder e como importante instrumento de análise de relações constituídas no interior do sistema jurídico. Neste sentido, seus estudos contribuem ainda para o entendimento de que tais ou relações enfrentamentos produzem conhecimento sobre gênero. A autora alerta, entretanto, para a subutilização de conceitos centrais à reflexão teórica de gênero, “como os conceitos de poder, dominação, ideologia e discurso” (p. 104) que, para ela, são instrumentos potentes à produção de estudos sobre as relações de dominação.

Para Carneiro (2005), um dos sintomas da lógica da dominação no campo de produção de saber sobre negro e sobre raça é exatamente a ausência de participação dos seus sujeitos, homens e mulheres negras nas práticas discursivas. (p. 53). Para Carneiro, entretanto, os estudos de Coulouris indicam que no campo dos estudos feministas a posição do “sujeito reflexivo” foi preservada (p. 53) ideia que se confirma na afirmativa: "a necessidade de preservar o campo de saber somou-se à defesa dos propósitos políticos do feminismo." (Coulouris, 2004, p. 3). Pensar sobre formas de militância é, portanto, pensar também sobre como os sujeitos em questão se percebem e se deslocam nas relações de gênero.

Sueli Carneiro (2005) afirma que o dispositivo de racialidade atua sempre no sentido de impor aos negros e negras um conjunto de interdições. O projeto de colonização se constituiu em tentativas de impor aos caminhos históricos dos negros e negras interdições à sua humanidade, à capacidade de formular a compreensão de si mesmos, à construção de conhecimentos. Para a autora, até mesmo as práticas discursivas sobre negros, ergueram barreiras à sua participação e protagonismo. (p. 54). As tentativas de silenciamento, entretanto, não impediram que um conjunto de levantes, de batalhas, revoltas, se organizassem no Brasil, protagonizados por homens e mulheres que se opuseram ao projeto escravagista, genocida, explorador, do colonizador europeu.

A história das mulheres negras que vivem na diáspora contém registros de diversas formas de resistências e lutas cuja ocultação e invisibilidade se constituem em mais uma grande dívida social para com o povo negro. A lacuna que se tentou produzir com a negação de tais histórias representa uma estratégia poderosa de desagregação de novas possibilidades organização de lutas. O feminismo negro se ergue em meio a tentativas de mulheres negras de

reunirem as memórias e ferramentas de luta. A militância das mulheres/mães vitimadas pela violência do Estado, contra filhos adolescentes e jovens, representa um enfrentamento de ausências, de ferramentas intelectuais, de estratégias de organização, de recursos, etc. O depoimento de Valdecir Nascimento, coordenadora do Instituto Odara, em entrevista concedida para a pesquisa, produz profundas reflexões sobre os antecedentes que custam às mulheres, essa nova luta:

A questão das lutas das mães e das famílias dos adolescentes assassinados ganha visibilidade hoje é muito recente, muito recente. Até porque, até então havia uma justificativa social de que os meninos assassinados deviam ter cometido algum delito. Então foi naturalizado matar os meninos. A sociedade civil tinha uma opinião: Ela tinha sido contaminada pela opinião pública, dos policiais “Ah porque os meninos não andam na linha.” Com exceção do Movimento Negro. O Movimento Negro Unificado foi o único movimento social deste país que contestou os assassinatos de jovens negros, e que não é de agora. É desde a década de 80 que o movimento negro questiona. Se você for nos documentos do MNU por exemplo, o MNU tem algumas publicações: uma é o livro do MNU (Movimento Negro Unificado) dos sete anos do MNU. Nos jornais do MNU a gente sempre bateu nesta tecla do genocídio da juventude negra. Sempre. Pra a gente não tem nenhuma novidade. Só se intensificou. Do que se mata hoje, pra o que se matava antes, a proporção era muito menor. Hoje se mata mais. As somas são muito mais violentas. E os argumentos que se tem hoje são preocupantes, porque a gente sabe que não tem nada a ver com o tráfico. Quem mata o Jovem negro é o Estado. E o racismo que está impregnado no Estado é quem determina que a gente tem que morrer. Então a sociedade civil ter se voltado pra isso é muito recente. E a volta do olhar pela a situação tem a ver com a ampliação das conquistas que nós mulheres tivemos na difusão do combate ao racismo, que é uma coisa associada à outra. Como você não acreditava que existia racismo, você também não acreditava que existia um processo sistemático de matança da população negra. Na medida em que a gente consegue ampliar o diálogo sobre a questão do racismo quando a gente consegue aumentar a consciência negra no país, consequentemente você consegue sensibilizar (Diário de campo, Instituto Odara, Salvador. 18 de outubro de 2017).

As reflexões de Valdecir Nascimento abarcam importantes informações sobre o processo histórico da perseguição policial aos jovens negros em Salvador e sobre o processo de luta das mulheres/mães. O que temos de novo neste campo da luta das mulheres/mães é a visibilidade da luta e, em consequência, o conhecimento da sociedade a respeito da luta, que, sem dúvida, se alimenta do alicerce constituído pelo movimento negro. Situar as pautas dos movimentos das mulheres/mães nos debates, historicamente desenvolvidos, sobre racismo, contribui para a evidência de que conceitos e categorias importantes atravessam este terreno de luta e podem representar muito na

organização de ferramentas metodológicas, bem como na formação de um pensamento teórico que fortaleça o ativismo.

Numa importante reflexão sobre a articulação entre o feminismo negro e a construção de pensamento feminista negro, Patricia Hill Collins, pontua o aspecto que me parece central à análise dos movimentos: “Mientras persista la subordinación de las mujeres negras dentro de las opresiones interseccionales de raza, clase, género, sexualidad y nación, el feminismo negro seguirá siendo necesario como respuesta activista” (COLLINS, 2012, p. 101). A autora tenta, desta forma, chamar a atenção para um aspecto dialético que se faz presente na análise: enquanto persistir a opressão o ativismo perdura. Revela-se aí a dialética entre a opressão e a construção de um conhecimento que vai tecendo a teoria sobre a própria luta. Insiste ela: “Si las opresiones interseccionales no existieran, este pensamiento y los conocimientos oposicionales similares serían innecesarios a esa opresión.” (COLLINS, 2012, p. 101). Nesta perspectiva podemos pensar na militância como conhecimento ou prática social associada à consciência. O ativismo é uma prática que insere nas produções discursivas um conjunto de significados.

O ativismo das mulheres vitimadas pelos crimes contra os seus filhos vem crescendo no Brasil. Esta prática é uma expressão do entendimento das mulheres/mães acerca das dimensões do poder e do saber. Utilizando os conceitos propostos por Collins (2012), dois níveis de relação se estabelecem: a relação dialógica, as trocas de conhecimento entre mulheres que vivem experiências comuns, e a relação dialética, que diz respeito às tensões entre o ativismo e a opressão. Encontramos ainda, na continuidade das palavras de Valdecir Nascimento, coordenadora do Instituto Odara, sobre a luta, elementos para analisar este ativismo:

[...] mas nunca foi uma seara de fácil trânsito. Nunca foi uma seara que conta com grandes grupos para participar da luta. Porque, a nossa relação com a polícia, a gente sempre chama a atenção para a importância de discutir segurança pública: o que é segurança pública? Como a gente vem do movimento negro, a gente produziu muito na área da educação, a gente sempre olhou a Universidade como um espaço no qual a gente precisava entrar. Mas em relação à segurança pública a gente nunca chegou perto. A gente sempre teve alguma resistência, porque como a própria sociedade a gente também não tem saídas. Não quer dizer que não queremos discutir segurança, mas a gente não teve saídas. A política de drogas e a política de segurança pública são dois elementos estruturantes do que determina a violência sobre nós negros. Porque se observar a polícia se organiza para proteger a elite, e a elite é branca. Então, ela surge como um inimigo (Diário de campo, Instituto Odara, Salvador. 18 de outubro de 2017).

Neste trecho da entrevista, Valdecir Nascimento nos conduz a retomar o conceito proposto por Sueli Carneiro, o “sujeito reflexivo”, o sujeito que contraria o projeto colonialista de ser pensado pelo outro ou de outro lugar e ocupa o espaço de produção de saber sobre ele mesmo. Até aqui os conceitos sobre o povo negro que estruturam as políticas de segurança pública, se constituem em ameaça a esta população, traduzindo-se em política de perseguição. Entretanto, as pautas de discussão sobre segurança pública não emergem de mesas de debates naturalmente pensadas por políticos técnicos ou acadêmicos, emergem de episódios lamentáveis, que produzem dor e lágrimas, emergem no seio dos movimentos sociais atentos às políticas racistas.

#### 4.2 MARCHAS QUE VÊM DE LONGE

É possível localizar, num breve apanhado sobre os movimentos de luta de mulheres/mães no Brasil, importantes articulações que potencializaram a organização de ferramentas que vão constituindo o repertório de estratégias. Rebeca Valadão Bussinger (2010) num importante trabalho sobre trajetória de mães de filhos assassinados e representação social, no Estado do Espírito Santo, traz um recorte histórico sobre a participação social dessas mulheres onde localiza a articulação com o MNDH - Movimento Nacional de Direitos Humanos no Brasil nascido em 1982, na cidade de Petrópolis, como importante marco nas lutas contra a violência que tem como alvo os jovens de classe pobre. Destaco, desta contribuição, a referência feita pela autora à “Campanha Nacional contra a Violência e a Impunidade” lançada em 1993, no Espírito Santo “ que sustentou a proposta de um banco de dados sobre violência e homicídios no Brasil.” (BUSSINGER, 2010, p. 35). O BDV – Banco de Dados sobre Violência – foi criado com o objetivo de constituir num instrumento estatístico sobre as mortes violentas por homicídio. O trabalho desenvolvido pelo Banco de Dados e a Campanha Nacional contra a Violência e Impunidade, segundo a autora, levou o MNDH a enfrentar a necessidade de criar mecanismos que denunciasses e debatessem a violência (BUSSINGER, 2010, p. 35). Não há dúvidas de que movimentos dessa natureza, ao acolherem e dialogarem com as vozes de mulheres interseccionalizadas, contribuíam na construção de uma rede de enfrentamento que busca romper o ciclo de silêncio e produzir novos discursos sobre a violência.

No panorama histórico dos movimentos contra a violação de direitos humanos e do protagonismo de mulheres mães, Rebeca Bussinger (2010) adota como marco histórico o movimento *Madres de Plaza de Mayo*, surgido na Argentina há três décadas, por volta de 1976, composto por mães de vítimas da ditadura Argentina, que se opunham ao regime. Surgido pela iniciativa de quatorze mães, que se deram conta de que havia um número ainda bem maior de indignadas, as mulheres resolveram se reunir na Praça de Maio, em frente ao palácio do governo argentino. O objetivo do primeiro encontro foi a elaboração de uma carta solicitando do ditador Jorge Rafael Videla, uma audiência que veio a acontecer no dia 30 de abril de 1977 (BUSSINGER, 2010, p. 40-41). A autora narra que a permanência na Praça de Maio, utilizada como local para reuniões, fez com que as mulheres/mães se tornassem alvo de violência policial, fato que lhes levou a adotar algumas performances como estratégia de resistência pacífica: o uso de um lenço branco na cabeça, passando a andarem em silêncio pela praça enquanto carregavam cartazes com fotos dos filhos. A insistência e permanência das estratégias adotadas produziram discursos acerca das mulheres nos quais eram taxadas de loucas. A continuidade do movimento desencadeou na constituição da Associação em 22 de agosto de 1979 (BUSSINGER, 2010, p. 41).

A perspectiva aqui adotada para produzir reflexões que permitam flagrar a potência dos movimentos de luta das mulheres é a de que este campo de estudos se constitui na produção de contra-discursos, que buscam instituir práticas de poder. As práticas expressam, à luz do pensamento de Foucault (1979), um conjunto de conceitos, teorias ou crenças que tentam impor-se às relações de poder. Sob esta perspectiva, as práticas hegemônicas podem ser compreendidas como práticas discursivas, que produzem ferramentas eficazes ao projeto de dominação. Para Queiti Batista M. Oliveira (2008), que desenvolveu uma análise da experiência de luta das mães que integram o Movimento Moleque<sup>49</sup>, no Rio de Janeiro, o conceito “caixa de ferramentas”, possui uma potência na elucidação das práticas sociais interagem no interior das relações de poder. Tanto as práticas hegemônicas quanto as não hegemônicas, estão apoiadas em ferramentas teóricas que constituem um corpo

---

<sup>49</sup> O Movimento Moleque é constituído de um grupo de mães de jovens que estiveram cumprindo medidas socioeducativas nas unidades do DEGASE (Departamento Estadual Geral de Ações Socioeducativas) no Rio de Janeiro. Alguns dos adolescentes tornam-se vítimas fatais de violência letal nos locais onde cumprem as medidas.

de saberes. O autor nos convida a pensar na não linearidade da produção histórica de discursos e nas tensões produzidas por contra discursos como forma de “desnaturalizar o que se evidencia como impotente, incompetente, incapaz” (p. 19). Segundo ele, tais ferramentas podem contribuir, tanto para a reprodução de práticas hegemônicas, quanto para a desconstrução, descontinuidades e transformações. Seguindo a perspectiva do autor, as relações de gênero que caracterizam as experiências das mães vitimadas, podem ser vistas como sujeitas a descontinuidades históricas se fortalecidas novas práticas de poder. Esta tensão habita o campo discursivo, determinante das necropolíticas que assassinam os jovens, da ausência de políticas justiça e direitos humanos, da ausência de políticas de atendimento às mulheres e, finalmente, do imaginário social sobre o povo negro.

A experiência do movimento *Madres de Plaza de Mayo* oferecem elementos para as reflexões sobre como o gênero, ao mesmo tempo em que constitui assimetrias nas relações, produz tensões que operam nos deslocamentos e transformações. Linguagens corporais adotadas pelas mulheres, que dialogam com os sentidos historicamente constituídos sobre feminino, convivem com a apropriação de métodos que são da ordem das relações políticas, institucionais e burocráticas. Práticas como a politização dos discursos que, à medida que denunciavam o desaparecimento dos seus filhos, se opunham ao regime ditatorial ou a “imposição” de abertura na agenda de governo para atendimento ao grupo, mobilizam significados associados ao exercício de poder. De acordo com Rebeca Bussinger (2010, p. 41) um movimento formado em sua maioria mulheres por donas de casa, demonstrou grande força política, que pode ser avaliada nos seus desdobramentos, por exemplo, a constituição de uma Universidade para formar jovens militantes de direitos humanos.

No caso do Brasil, movimentos protagonizados por mulheres/mães que surgem como resposta à repressão praticada pelo Estado emergem de territórios geográficos marcados pela pobreza e por características raciais, população alvo das forças repressivas do Estado. Nesta perspectiva os movimentos são uma reação ao processo de violência contra jovens e adolescentes negros que se instaurou no Brasil, conforme os mapas da violência<sup>50</sup> e ao discurso de guerra às

---

<sup>50</sup> Conforme abordado na introdução a este trabalho, o Mapa da Violência, que representa a maior fonte de informações sobre homicídios no Brasil, vem apontando o crescimento do

drogas, adotado como justificativa para crimes praticados por policiais. Este fato se constitui numa fonte de informações sobre experiências de interseccionalidade em que se encontram mergulhados alguns grupos nos grandes centros urbanos. O ciclo de silêncio sobre a dor das famílias impõe-se como um grande muro que invisibiliza tais experiências, onde a combinação de diferentes fatores como classe, raça, sexo, geração, etc, atuam para elevar o nível de exclusão.

Um exemplo de singular importância, no quadro de referência dos movimentos, é o Mães de Maio<sup>51</sup>, nascido a partir de um episódio que imprime, tanto à história da polícia militar de São Paulo, quanto do sistema judiciário, uma imensa mancha de sangue: os chamados crimes de maio, chacina que vitimou 560 jovens na baixada santista, impondo-se como um marco na história de luto coletivo que se transforma em luta. Ao completar, no ano de 2017, dez anos de história, o Mães de Maio se impõe como contra-narrativa possível, frente às produções discursivas sobre marginalidade, contra-narrativa que traz elementos associados à resistência, a não permanência nos lugares designados para os grupos subalternizados.

Precusores do Mães de Maio, outros movimentos não alcançaram a mesma visibilidade e espaço nos meios de comunicação, ou não tiveram grande abrangência temporal, inscrevendo-se num tempo histórico mais curto. Observa-se ainda certa descontinuidade nas agendas de alguns movimentos mais pontuais que se caracterizam por retomarem as suas pautas em função de demandas específicas. De certo que as metodologias e estratégias adotadas pelos movimentos podem lhe conferir maior ou menor visibilidade, fato é que todas as vozes passam a compor a história de luta das mulheres/mães.

As diversas vozes, vindas de diferentes lugares, encontram-se no grande coro que integra a luta ao luto, e neste encontro se identificam e se reconhecem nas singularidades da experiência. As trocas de saberes, as conexões e diálogos entre experiências, potencializam a força política, aprimorando as ferramentas e a resistência, em consonância com o que Batista (2008, p. 20-21) identifica como “forças instituintes”, forças constituídas por “saberes que entram em contradição com as forças instituídas, produzindo novos campos de coerência e

---

número de mortes por armas de fogo, de jovens do sexo masculino, revelando uma maior vitimização dos jovens negros

<sup>51</sup> O Movimento Mães de Maio, surgiu na baixada santista em São Paulo, entretanto vem ampliando as suas ações no Brasil, desenvolvendo frentes de trabalho em algumas cidades brasileiras.



diluindo modelos hegemônicos.” Para o autor, apesar do “instituído” ou, dos “saberes cristalizados”, há sempre a circulação de outros saberes.

No contexto de um conjunto de aparatos que representam o instituído, as mães que trilham militância se reconhecem em condições semelhantes, nos signos referentes a suas identidades, raça/cor, classe social, sexo, territórios onde habitam, etc. A arena da luta é um encontro de subjetividades, de recursos e estratégias de discursos, de linguagens corporais, metáforas, dinâmicas, que anunciam a presença de um corpo coletivo em determinados espaços. Muitos destes elementos se constituirão nas ferramentas que dar os contornos à atuação, instituindo novas práticas de poder, ferramentas que acionam o gênero operando no sentido de produzir deslocamentos nas relações de poder.

Flagrar as subjetividades e como elas se expressam no espaço público, nas arenas de luta, possibilita um maior entendimento de como a “humanidade” essa dimensão negada aos grupos excluídos e criminalizados, opera, não reduzindo o valor da luta, ao contrário, expressando a capacidade de articulação entre o pessoal e o público, entre o luto e luta. Ao analisarem as estratégias de atuação das mulheres/mães nos movimentos que atuam nestas causas Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) propõem pensar em:

[...] estratégias empregadas para criar espaços de reconhecimento do valor político dessas perdas, vendo-as como parte de uma economia simbólica mais complexa que se assenta na projeção dos domínios “doméstico” e “público” como ordenadores de zonas de legitimidade para as dores encenadas e vividas nesses dramas (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 86)

As estratégias de que falam as autoras são oriundas das dinâmicas de gênero, tecidas nas contraposições que organizam as experiências. Para as autoras, os antagonismos que constituem as experiências, “o pessoal e o coletivo, os sentimentos e a lei” entre outros, se inscrevem nas dinâmicas de gênero. (p. 85). Atribuem à luta sentidos que circulam apenas entre os iguais. Podemos tomar este ponto de reflexão para formular perguntas sobre a natureza da atuação de outros atores, pessoas que não foram vitimadas pela violência, nos movimentos. O tópico que se segue tem como objetivo específico elencar alguns modelos ou tipos de movimentos, buscando apontar as suas especificidades. Neste sentido tentarei diferenciar os níveis de atuação entre sujeitos, buscando manter o foco da reflexão na atuação das mulheres/mães.

### 4.3 MODELOS DE RE-EXISTÊNCIA POSSÍVEIS

A tarefa de mapear movimentos de resistência de mulheres/mães vitimadas pela violência policial contra seus filhos exige condições de tempo que permitam superar os limites das publicações e notícias sobre tais movimentos. Limitada por este fator, apresento no presente estudo um mapeamento modesto, que indica para a necessidade de aprofundamento e ampliação. Dentre os limites que cercam este estudo, considero que a concentração de informações em poucas regiões ou estados do país é o fator que mais compromete o alcance dos objetivos, apontando para a importância de uma ampliação da perspectiva de análise.

As variações entre as formas de organização e modelos permitem classificar os movimentos sob variados critérios. Neste estudo busquei agrupá-los respeitando, principalmente, a forma como se auto nomeiam e atentando para os modelos de gestão e organizei a descrição de aspectos de acordo com as seguintes categorias: movimentos, associações, redes, grupos, projetos.

#### 4.3.1 Em nome das mães

Rebeca V. Bussinger (2010) localizou no estado do Rio de Janeiro movimentos de resistência que, organizados em função de chacinas localizadas em territórios, se anunciam e se nomeiam a partir do termo que tem a potência de acionar sentimentos, afeto, cuidado, solidariedade, etc: Mãe. Nesta perspectiva os nomes “Mães de Acari”, “Mães da Candelária”, “Mães de Vigário Geral” e “Mães da Chacina da Baixada Fluminense”, lembram aos seus interlocutores que a problemática social da violência envolve uma dimensão importante: a maternidade. Segundo a autora os movimentos citados demonstram características semelhantes no que diz respeito a objetivos e reivindicações, que convergiram na formação de um único movimento, o “Mães do Rio”. (BUSSINGER, 2010, p. 42). A integração num único movimento foi a expressão de uma partilha de dor e parceria na luta, na perspectiva da autora. A dor experimentada por mulheres/mães, em circunstância de perdas dos filhos mortos, resultado da violência institucional, perpetrada por policiais militares, se constitui numa chave para o reconhecimento entre iguais, licença

para ultrapassar fronteiras entre grupos, compatibilizando pautas e agendas, marchando em direção à coletivização da luta.

Os episódios que envolvem policiais militares variam entre mortes e desaparecimentos de jovens, o que pode conferir à dor das mães níveis críticos de angústia ante a ausência de respostas. A indignação originada da dor do desaparecimento deu origem ao “Mães de Acari”, grupo constituído por mães de onze jovens, em sua maioria menores de idade, que foram rendidos por homens armados enquanto estavam num sítio em Suruí, Rio de Janeiro, fato que ilustra, no trabalho de Rebeca V. Bussinger (2010, p. 42) o debate sobre como a arbitrariedade policial impulsiona a luta de mães de vítimas contra a violência. Os homens armados e encapuzados que protagonizaram o episódio se identificaram como policiais, enquanto os jovens nunca foram encontrados. Ainda de acordo com a autora a organização do movimento se deu imediatamente após o fato, movimento posteriormente denominado “Mães de Acari”. As ações de investigação contaram com a participação das mães, além da própria Polícia e de membros da comunidade de Acari.

A análise das experiências que articulam o luto à luta, experiências forjadas no interior do sistema de dominação que toma a violência letal como prática de poder, expõe um arranjo social que se sustenta na combinação de fatores de exclusão e na manutenção de mecanismos que resultam no desempoderamento de alguns grupos. Contrariamente, a consciência sobre os níveis de exclusão acionam e convocam para a luta e para o enfrentamento dos discursos que reproduzem as relações de poder. Recorro à contribuição de Fábio Alves Araújo que desenvolveu importante análise em pesquisa intitulada *Do Luto à Luta: A Experiência das Mães de Acari* (2007):

A experiência das “Mães de Acari” é marcada por uma tripla condição de classe e armas de que dispunham as mães (pobre), gênero (mulher-mãe) e sócio-espacial (favelado) e a partir desta tripla condição elas vão se apropriando de códigos, símbolos, práticas rituais, para aparecerem no cenário público. As dificuldades que encontram para travarem suas lutas não são poucas. Mas é dessas dificuldades mesmas que essas mães têm retirado força para permanecer lutando por justiça e reparação. A primeira dessas dificuldades foi romper duplamente com a condição de falar de um lugar de despossuído e de um lugar criminalizado. Algumas mães não chegaram a participar das buscas e das movimentações realizadas pelas outras mães que foram à luta. Essa ausência é explicada pelas mães que estão na luta até hoje por dois motivos: ser mãe de bandido e/ou moradora de favela (ARAÚJO, 2007, p. 50).

O universo das mulheres/mães de vítimas de crimes cometidos pela polícia é permanentemente atravessado por discursos que forjam a desconstrução da humanidade, da moral, da legitimidade, da cidadania, da capacidade dos sujeitos. Tais discursos atuam despotencializando e incapacitando pessoas a terem acesso a políticas públicas de segurança, de moradia, educação, etc. Institui-se, neste universo uma guerra, uma disputa entre as forças potencializadoras e despotencializadoras. Os sentidos produzidos no contexto dos crimes atuam no sentido de culpabilizar e de incapacitar as mulheres/mães. Estas forças podem, entretanto, produzir o contraditório, ativando, em uma parcela das mulheres, o conhecimento sobre si, sobre os seus, sobre sua identidade, acionando a apropriação da sua dimensão ontológica. A relação dialética, de que nos fala Patrícia Hill Collins (2016) se expressa na produção do contra discurso que se levanta contra as práticas de poder. Ainda de acordo com Fábio Araújo (2007, p. 50), diante das condições de sobrevivência e da ausência de armas para a luta as mulheres desenvolveram dois tipos de tecnologias: tecnologias de protesto e tecnologias de defesa.

Um outro movimento cujo nome faz referência tanto à maternidade quanto à territorialidade das vítimas, demarcando e ao mesmo tempo denunciando o lugar de referência dos sujeitos como lugar de exclusão, é o “Mães Mogianas” constituído por mulheres/mães de Mogi das Cruzes em São Paulo, em função da chacina ocorrida em 21 de novembro de 2014 e 8 de junho de 2015, quando 21 jovens foram assassinados e 12 ficaram feridos na cidade de Mogi das Cruzes, em São Paulo. “Mães Mogianas” é descrito em matéria do jornal eletrônico Ponte Jornalismo como um “movimento independente de mães vítimas das chacinas”. A matéria de Kaique Dalapola, publicada em 3 de maio de 2016, que tem como título “Mães de jovens vítimas de chacina em Mogi fazem protesto por justiça”, afirma o descontentamento das mães em relação ao desfecho do caso na justiça: apenas dois policiais foram presos. No protesto realizado pelo movimento no dia 30 de abril de 2015 no Largo do Rosário, em Mogi das Cruzes, noticiado pelo jornal, as mulheres expõem o seu ponto de vista sobre os fatores de exclusão associados aos crimes, revelando uma consciência sobre o lugar do negro na sociedade o que se pode ver no fragmento de discurso citado na matéria, cuja autoria é atribuída ao movimento: “Há fortes indícios e provas da participação de policias militares que, organizados em grupos de extermínio, agem de forma brutal e preconceituosa assassinando a juventude

pobre e negra das periferias.” O ato realizado pelas mulheres do movimento expôs as fotografias dos filhos, prática que vem sendo adotada por outros movimentos, como uma possível tentativa de provocar não apenas comoção, mas um constrangimento social. O relato encontra semelhança na leitura de imagem feita por Fábio Alves de Araújo, no seu estudo sobre “Mães de Acari”: “Uma imagem que ficou gravada na memória do Rio de Janeiro e que desbotou um pouco as cores da cidade maravilhosa foi a imagem de algumas mulheres carregando fotografias de seus filhos desaparecidos e/ou assassinados” (ARAÚJO, 2007, p. 48).

O alinhamento entre linguagens adotadas nos atos públicas por diferentes movimentos, como exposição de grandes fotografias em faixas e cartazes, os corpos que carregam a imagem dos filhos nas camisetas, o uso de palavras de ordem como: “os nossos mortos têm voz”, a referência aos mesmos lemas, nos falam de tentativas de preservar ferramentas que sejam capazes de tornar visíveis as práticas de insubmissão adotadas, práticas que nos falam sobre rupturas nos ciclos de relações de poder. Os jogos de cenas que se repetem nos atos de diferentes movimentos apontam para a construção de um corpo coletivo que se faz visível, que, ao ultrapassar fronteiras geográficas, se expande e ganha abrangência, tornando audível o contra-discurso sobre a violência contra jovens.

Interessa-nos pensar sobre como o exercício de deslocamento dos afetos para o espaço público potencializa a construção de práticas e processos que definem o contorno das lutas. As cenas públicas nos falam de um exercício de poder que busca na dramaticidade, nas performances, na linguagem das mulheres/mães constituídas de significados sobre dor, elementos que lhes tragam fundamentos. Retomo a análise desenvolvida por Queiti Batista Moreira Oliveira (2008) sobre a experiência do movimento Moleque a fim de chamar a atenção para a relação entre forças que se expressam por meio de diferentes práticas: “Não emanando de forma específica alguma, o poder, para Foucault, não é possuído a priori, ele é sempre exercido e passa por todas as forças em relação no campo social, incluindo dominantes e dominados, nunca está no singular, dirigindo-se sempre a outra força: é uma ação sobre a outra” (OLIVEIRA, Q., 2008, p. 84). Ao inscreverem nos espaços coletivos os seus corpos, seus discursos e as fotografias de seus filhos, as mulheres/ mães buscam instituir novas práticas discursivas que mobilizem descontinuidades históricas,

mudanças na perspectiva sobre seu povo, suas comunidades, convocando o respeito, a justiça, a atenção à sua dor.

É mister pensar nas linguagens e metodologias adotadas pelos movimentos no espaço público, como estratégias de um jogo de forças, conforme explicam as autoras Adriana Vianna e Juliana Farias (2011):

Não é nosso objetivo aqui, porém, dissecar exaustivamente esses diferentes recursos e processos de transmissão de conhecimento, mas sim indicar a importância de pensá-los como parte de um jogo complexo de elaboração de atuações públicas que tornam possível a produção e a inscrição das “mães e familiares de vítimas” como atores políticos em arenas variadas (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 92).

Práticas que vão atribuindo aos movimentos a potência de acionar memórias afetivas, e trazer a humanidade à cena, como a exposição de fotografias durante os atos cumprem o papel de inscreverem o pessoal no público como forma de politizar a dor e denunciar a violação do direito à maternidade por parte do poder público. Transformam as vítimas em atores políticos e os crimes, em violação de direitos e crimes à humanidade.

O Diário do Nordeste, portal eletrônico, publicou em 13 de maio de 2017, edição do dia das mães, matéria intitulada “A luta e o luto das mães da chacina da Grande Messejana”. A matéria se refere a uma chacina ocorrida em 12 de novembro de 2016 no município de Messejana,<sup>52</sup> no Ceará que vitimou onze mortos deixando ainda outros feridos. O texto jornalístico é cuidadoso no sentido de enfatizar o lugar afirmativo e propositivo das mulheres no contexto da luta: “As Mães da Chacina da Grande Messejana vão às ruas, cobram do Estado e do Judiciário um encaminhamento sobre as 11 mortes, ocorridas em 12 de novembro, supostamente por policiais militares.” A afirmativa de um cientista social citada no texto reforça a linha adotada:

De acordo com Leonardo Sá, sociólogo e pesquisador do Laboratório de Estudos da Violência (LEV), da Universidade Federal do Ceará (UFC), “o protagonismo das mulheres, das mães, tende a ser decisivo, pois elas possuem um lugar central na construção da vida coletiva e na resolução dos problemas” (Diário do Nordeste, 13 de maio de 2017),

A importância do protagonismo das mulheres na luta deve-se, entre outras questões, à sua associação com representações sobre papéis sociais, embora as mulheres enfrentem, durante o processo de militância, discursos de

---

<sup>52</sup> Messejana é um distrito e bairro de classe média do Ceará, localizado nas proximidades de Fortaleza.

desqualificação. O conteúdo dos depoimentos de mães citados na matéria expõe a conexão entre a dor e o entendimento de que caminhar sozinha após o trauma constituído na injustiça torna-se muito difícil. Segundo a matéria a integração em movimentos coletivos vem da compreensão de que é preciso resistir, embora uma grande maioria das mulheres sofram a dor da perda de forma isolada. O depoimento de uma das mães citadas na matéria, Edna C. S. Cavalcante, é uma expressão dos deslocamentos do isolamento da dor e do sofrimento para a arena de luta e coletivização do problema:

[...] mas eu não tinha força. Eu só chorava. Estava desesperada. O momento que eu vi que tinha que me levantar foi quando eu senti a falta do “eu te amo” do meu filho dentro da minha casa, quando senti falta do abraço do meu filho dentro de casa. Eu vi que não podia cruzar os meus braços. Eu tinha que me juntar às outras mães pra ter força de lutar. Eu posso lutar pela Justiça, pelo meu filho. O que queremos é a condenação e exoneração dos cargos dos culpados. Eu não posso financiar a bala que matou o meu filho, exige ela (Diário do Nordeste, 13 de maio de 2017).

O trecho citado, que faz alusão à experiência de uma mãe, é no ponto de vista da matéria, mais do que uma representação individual, uma representação coletiva. É do lugar da dor da maternidade destituída que as mulheres constroem ferramentas para, subvertendo a ordem estabelecida nas organizações de poder, que hierarquizam o acesso a determinados discursos, exigirem justiça e denunciarem a violência e a impunidade. Nunca é demais lembrar que a ordem é instituída através dos dispositivos, no interior dos quais a combinação entre o sexo, a classe social, a raça, além de outros fatores, atuam lançando as mulheres em lugares abaixo dos limites da dignidade.

Adotar uma perspectiva atenta às instabilidades das práticas de poder ergue-se como imperativo aos estudos interessados na insurgência dos movimentos de grupos subalternizados. Decerto que, como salienta Queiti B. M. Oliveira (2008, p. 91) algumas experiências de militância incorrem na reprodução de práticas hegemônicas. Porém, é o próprio autor que argumenta que, apropriada de diversas maneiras, a experiência contribui para a concretização de processos de singularização que afirmam formas de existir mais próximas da vida. É inevitável que a história dos movimentos de resistência de mulheres/mães vitimadas transite por capítulos onde estão inscritos sentimentos de incapacidade e recuos. Entretanto importa atentar para como tais experiências ressignificam as vidas e a existência das mulheres.

#### **4.3.2 Movimento Mães de Maio: Uma contra-narrativa à marcha silenciosa**

Até aqui seguimos argumentando que, embora as re-existências produzidas pela militância possam não ganhar grande visibilidade, e ainda que, algumas vezes as experiências de luta sejam atravessadas por práticas reprodutoras da lógica de dominação, muitas existências são ressignificadas a partir da militância, ao tempo em que novas percepções sobre poder vão se formulando a partir dos contra-discursos. Neste sentido, compreendo a emergência do Movimento Mães de Maio, como um fato social associado às lutas empreendidas pelos movimentos precursores. O movimento surge no Brasil num contexto em que vozes dispersas já haviam injetado no tecido social o debate sobre a violência policial contra jovens. Dentre essas vozes o “Mães de Acari” deve ser sempre lembrado como importante precursor na história de movimentos protagonizados por mulheres/mães em luta contra a violência que atinge jovens. Chacinas como Acari, Candelária, Vigário Geral e outras começaram a acontecer na década de 1990, inserindo-se no espaço público de discussões a partir da denúncia de sobreviventes, segundo Fábio. A. de Araújo (2007, p.34). Dessa forma inauguram no Brasil um modelo de luta social no qual mulheres se colocam frente ao Estado em combate, motivadas pela violência que, ao ferir a sua maternidade, atinge as suas vidas.

O Movimento Mães de Maio é concebido, portanto, num terreno regado pelas lágrimas de muitas mães, lágrimas cujos agentes causadores se mantiveram no sistema que segue articulando o capitalismo e o racismo, produzindo novas vítimas. O movimento surge dos chamados “Crimes de Maio” que vitimaram 560 pessoas no ano de 2006 vem se caracterizando pela sua atuação numa abrangência geográfica que vai muito além das fronteiras onde ocorreu a chacina: o Estado de São Paulo. A reconhecida visibilidade do movimento faz justiça à incansável luta de suas militantes, seu engajamento e notável capacidade de articulação com diferentes segmentos da sociedade: jornalismo, organizações sociais, outros movimentos de mulheres, etc. Ao longo da sua primeira década de existência o Movimento Mães de Maio vem se inscrevendo na história de movimentos sociais, desenvolvendo características identitárias que parecem anunciar uma transição no modelo de militância.

Na sua origem, as motivações são comuns aos demais movimentos. De acordo com matéria “Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado”,



publicada pelo Brasil de Fato, portal eletrônico, em 13 de maio de 2016: “O gritante número de assassinatos e o desinteresse da Justiça em punir os responsáveis deu origem ao movimento Mães de Maio, formado principalmente por familiares das vítimas do massacre.” Segundo a matéria citada, que toma como referência os números da ditadura a civil militar,<sup>53</sup> a chacina que deu origem ao movimento é maior do século 21 e talvez a maior do Brasil.

A iniciativa de criação do movimento surgiu de Débora Silva, mãe de um dos 560 jovens assassinados e que na época da chacina morava em Santos. Débora Silva define a iniciativa como um legado que recebera do seu filho Rogério, que teve a vida ceifada. Em depoimento ao livro “Mães em Luta: dez anos de crimes de Maio” (2016, p. 51) Débora Silva descreve a experiência que levou à formação do movimento: “O grupo nasceu de um legado do Rogério e quem me dá esse protagonismo é ele. Sou vítima do Estado não só no dia das mães, mas no direito de não mais comemorar o meu aniversário, como todas nós. O Estado destruiu a minha família”. A notoriedade que Débora Silva ganhou, transformando-se num símbolo nacional da dor e da luta das mães vitimadas, certamente está associada à sua dedicação integral às ações do movimento, à sua admirável disponibilidade de engajamento em ações realizadas em diferentes partes do Brasil e do mundo.

Os relatos sobre a atuação do Mães de Maio apontam para um enredamento da luta das mães vitimadas pela chacina com outras mães vítimas de outras chacinas e outros crimes, em diferentes Estados. Esta perspectiva é encontrada em alguns dos relatos de Débora Silva:

O Mães de Maio é um movimento de mulheres donas de casas, mas que aprendeu, ao longo desses anos, a trabalhar com esse sistema. E quando as donas de casa saem de suas casas e começam a militar perante o Brasil, acabam ultrapassando as fronteiras. O nosso grito é um grito que tem que ecoar porque nosso país é um país omissivo. É inaceitável que em maio de 2006, no espaço de uma semana, se matem mais de 600 pessoas (Brasil de Fato, 13 de maio de 2016).

Neste sentido, o movimento esboça uma ramificação que se expande numa abrangência maior, perspectiva encontrada também nas palavras de Gisele Brito, jornalista que assina a matéria:

---

<sup>53</sup> De acordo com a matéria do Brasil de Fato, a ditadura civil-militar vitimou, durante 21 anos, 434 pessoas. Disponível em: <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>>. Acesso em: 30 de novembro de 2016.

Mais do que justiça para os próprios filhos, as Mães construíram, ao longo dos anos de atuação e luta, um movimento social de combate aos crimes do Estado ocorridos durante o período democrático, e se transformaram em referência para outras famílias preocupadas com a marcha fúnebre que vitima milhares de pessoas todos os anos no Brasil (Brasil de Fato, 13 de maio de 2016).

O impulso que faz o movimento se expandir e ultrapassar fronteiras, diz respeito a uma característica metodológica marcante, a multiplicação, por sua vez indissociável das características do perfil de atuação de Débora Silva, presente também nos seus depoimentos ao livro *Mães em Luta* (2016): “De lá pra cá a militância ficou pequena. Fui pra São Paulo, ficou pequena. Depois pra Brasília. Também ficou pequena. Já fui três vezes este ano para os Estados Unidos.” (p.51). Deslocamentos, articulações interestaduais e até transnacionais, ampliação dos debates, construção de parcerias parece indicar a construção de um pensamento sobre uma forma específica de feminismo, um pensamento que agrega discussões sobre as matrizes de dominação, sobre como as formas de exclusão se articulam. As articulações em rede constroem agendas únicas de viagens, debates, ações, como veremos posteriormente. Durante evento de lançamento do livro *Mães em Luta* realizado na Reitoria da Universidade Federal da Bahia, em 6 de abril de 2016, Débora Silva afirmou que tem realizado viagens para realizar ações de formação com mães informando que tais ações irão se ampliar para a Bahia, onde pretende desenvolver formação com mães. O novo lugar, o lugar da mãe violada no seu direito à maternidade, da mulher vitimada pelo Estado, abarca todos os sentidos das experiências anteriores, onde se desenhavam as relações de poder, agregando-os aos novos sentidos produzidos pela perda.

Os encontros de formação se constituem numa busca de saber sobre si mesmas, e de compreensão sobre suas construções identitárias, na redefinição de lugares nas relações que estabelecem com o Estado, instituições, sociedade em geral. Este conjunto de relações se organiza segundo os sentidos que o gênero inscreve continuamente na história, mas também se altera pela força das tensões que as novas práticas produzem sobre este conjunto de relações. As pistas deixadas por Coulouris (2004) sobre o fato de que as relações de gênero "se consolidam enquanto continuidades históricas, mas também se alteram, se deslocam, se modificam em um processo ininterruptos de lutas e embates." (COULOURIS, 2004, p. 12) iluminam a reflexão sobre as transformações

flagradas no campo das lutas das mulheres/mães, bem como sobre instabilidades na ordem das relações.

Outras formas de mobilização são identificadas no universo de experiências de mulheres/mães que transformam em luta o luto pelo filho cuja vida foi ceifada. Descreverei a seguir uma experiência de que se consolidou no Estado do Espírito Santo e que representa um exemplo de como este tipo de militância pode ganhar contornos de organização social.

#### **4.3.3 A experiência da AMAFAVV – Associação de Mães e Familiares de Vítimas Violência do Espírito Santo**

O panorama de violência que marca o contexto social no Espírito Santo mobiliza, de acordo com Rebeca Valadão Bussinger (2010, p. 43) “atores sociais empenhados na luta em oposição a um sistema injusto e discriminador” O estudo empreendido pela autora com mulheres/mães vitimadas pela violência policial no Espírito Santo esboça características de uma pesquisa situada, interessada em investigar as relações de poder que se expressam através da violência policial contra jovens de classe pobre. O encontro da autora com as mulheres/mães, sujeitos da pesquisa, foi facilitada pela Amafavv – Associação de Mães e Familiares de Vítimas da Violência do Espírito Santo.

A Amafavv surge, de acordo com Rebeca V. Bussinger (2010, p. 44), da necessidade de dar diligência às investigações sobre crimes praticados contra jovens e adolescentes. Segundo ela, as mães buscavam isoladamente a justiça seja nos órgãos responsáveis ou nas entidades ligadas aos Direitos Humanos. Da relação entre as mulheres/mães e os grupos ligados aos Direitos Humanos vai emergindo a coletivização da luta, facilitada pelas participações em encontros, reuniões, etc, nos quais as mulheres vão se aproximando e implicando-se nas lutas de seus pares.

A Amafavv, que segundo a autora, foi fundada em 20 de junho de 2010, é concebida com contornos de organização social com modelo estruturado: possui endereço fixo, uma sede ampla e possui um cadastro formado por 250 mães e familiares associados. A sustentabilidade dessa organização é assegurada pelas parcerias que mantém e que viabilizam a infraestrutura para o desenvolvimento da agenda de atividades: eventos, reuniões, etc. Além disso, a associação capta recursos por meio de contribuições dos associados, parceiros e pessoas em geral. (Bussinger, 2010, p. 44).

Rebeca Bussinger avalia que, mesmo o reconhecimento por parte do Estado da injustiça praticada, ainda que inclua indenizações como forma de reparação, não são suficientes para se dimensionar a amplitude ética, social e política que movimentos desta natureza possam vir a assumir, movimentos que, na sua percepção, insistem em não se resignar ante as injustiças, tendo como ideologia a “resistência à arbitrariedade, à opressão e à violência cometidas pelo Estado e o fortalecimento daqueles que defendem a vida” (BUSSINGER, 2010, p. 47). A autora realizou entrevistas com mulheres/mães que integram a Amafavv, todas elas vitimadas pela violência praticada por antes do Estado, tendo recorrido ao conceito de representação social<sup>54</sup>, oriundo da Psicologia Social, para analisar o universo dessas mães, universo que segundo ela “ se constituiu de um evento violento e marcante em suas vidas” (BUSSINGER, 2010, p. 48). Ela considera que a realidade tomada para análise apresenta um “universo simbólico complexo em que se inter cruzam movimentos de reprodução, de resistência e de transformação dos atores e das práticas sociais” (BUSSINGER, 2010, p. 48), e neste sentido o conceito de representação social é uma ferramenta na busca de compreensão desta complexidade, ou, em outras palavras, do sistema de valores e significados que fazem parte do grupo estudado.

Segundo Bussinger (2010), as representações têm, na abordagem adotada, uma função prescritiva ou instituinte, na medida em que é resultado de uma combinação das estruturas que são anteriores ao pensamento com uma certa tradição, que determina o que deve ser pensado. Nestes termos, ela produz deslocamentos, alterações, mudanças, nas formas de pensar ou agir. Está relacionada com os aprendizados construídos na experiência o que significa dizer que a representação social é uma categoria útil à compreensão sobre a reconstrução que vivem as mulheres/mães no luto e na luta. No presente estudo, defendemos que tais experiências e aprendizados, ao produzirem deslocamentos, sofreram a ação da articulação de marcadores sociais gênero, raça e classe, que, ao acionarem a consciência sobre a opressão e produzem o ativismo. É a própria autora quem nos oferece elementos para esta análise quando, ao descrever o perfil dos grupos em questão, os define como constituído por “mulheres residentes em grandes centros urbanos, em sua

---

<sup>54</sup> Rebeca V. Bussinger adota no seu trabalho o conceito de representação social originado da Psicologia Social, que tem como referências Durkeim e Serge Moscovici.

maioria nas periferias, com baixa escolaridade e desempenhando tarefas quase sempre ligadas aos tradicionais papéis femininos: donas de casas, babás, domésticas, entre outras funções” (BUSSINGER, 2010, p. 48). Tal descrição faz referência aos lugares subalternizados da sociedade, sempre destinados às mulheres negras. Esta descrição cumpre um importante papel no sentido no fazer compreender tais movimentos como coletivos que, embora constituídos de mulheres cujas experiências são exemplos de arranjos interseccionais, são exemplos de deslocamentos de significados, sentidos, conhecimentos, etc. A consciência sobre a opressão de gênero, raça e classe é o capital que circula nos movimentos, potencializando os sentidos de justiça, produzindo o ativismo através das suas variadas formas. Embora limitada, a análise aqui desenvolvida sobre a Amafavv, fornece indicativos de que esta organização conquistou visibilidade ao longo da sua história. Verificamos a sua presença em matérias jornalísticas sobre ações das redes de enfrentamento à violência.

Na pauta de reivindicações deste movimento, encontra-se, entre outros, os seguintes pontos:

construção de um laboratório para exame de DNA no Espírito Santo, para atender famílias carentes que, porventura precisam identificar restos mortais de familiares desaparecidos; disponibilidade de dois advogados – um criminalista e um civil – pagos pelo Estado para atender às famílias carentes que necessitam do seu serviço e investigação de crimes praticados por policiais pela Polícia Federal (BUSSINGER, 2010, p. 45).

Considero que os pontos em destaque, assim como os demais citados pela autora, são representativos no sentido de expor características comuns entre movimentos de diferentes Estados. São perceptíveis, no grupo que será descrito a seguir, o Grupo pela Vida, de Salvador, semelhantes inquietações e angústias, aquelas tomadas como pontos de reivindicação pela Amafavv/ES.

#### **4.3.4 Grupo Pela Vida: A voz das mães de Salvador**

Buscarei neste tópico, tecer considerações sobre a experiência de um grupo de mulheres/mães de Salvador, o Grupo Pela Vida, permitindo-me a refletir sobre o meu enredamento com o grupo no curso da pesquisa. Necessário se faz manter a perspectiva de que nenhuma experiência se constrói de forma isolada, mas é sempre precedida de representações, memórias, imagens,

pressupostos, etc. A afirmativa não diz respeito apenas o fato de estar o grupo inserido num contexto de notícias sobre coletivização das lutas das mães ou por integrar uma rede de relações que aproxima experiências de coletivos. A afirmativa diz respeito principalmente às memórias ancestrais sobre lutas, conforme pontuei no início deste capítulo. Diz respeito a memórias sobre os processos de “aquilombação”, sobre as estratégias que as mulheres negras arriscavam adotar para preservar as suas vidas e as vidas de suas famílias. Diz respeito às associações religiosas que se constituíram numa tradição nas religiões de matrizes africanas, nas quais, como já tratado, as mulheres assumiam papéis sociais importantes.

A minha aproximação com o grupo ocorreu através do Centro de Defesa da Criança, o CEDECA-BA <sup>55</sup>quando, por intermédio de Nzinga, assistente social, tomei conhecimento da sua existência. Para além da importante função pela qual responde na Organização, a de Coordenadora Social, Nzinga ocupa um lugar simbólico de grande valor nas relações com mães e familiares atendidos na Organização. A visita ao CEDECA e conversa com Nzinga inauguraram um novo trecho no caminho da “pedrinhagem”, me inseriram no complexo universo de mulheres/mães que, integram, ou, em algum momento, integraram o grupo. No primeiro capítulo deste trabalho citei trechos da conversa que marcou o nosso primeiro encontro no qual ela me oferece uma perspectiva para leituras sobre as experiências das mulheres/mães de Salvador, vitimadas pela violência. Até então a trilha pelas experiências das mulheres de Salvador me levavam apenas ao encontro das mães atendidas no Projeto Consolação, experiência descrita no primeiro capítulo. O diálogo que estabeleço com Nzinga no nosso segundo encontro é conduzido pela sua perspectiva sobre o movimento coletivo ou a luta das mulheres. No trecho a seguir ela expressa a angústia que lhe levou a buscar, na experiência de outros movimentos, elementos que se agregassem à experiência do Grupo pela Vida que, em alguns momentos, se confunde com a própria experiência do CEDECA:

[...]a dificuldade que era lidar com essas mães, lidar com situação de sofrimento delas. Então eu recorri, inclusive às próprias redes sociais. Você mesmo como pesquisadora percebeu a dificuldade que é encontrar material. Então eu fui para as redes sociais, que é o local onde você tem um grupo ali militante, no seu espaço e que vem lutando de alguma forma, mas sem nenhuma expressão. E eu queria

---

<sup>55</sup> Os CEDECAS, Centros de Defesa da Criança, são uma referência no enfrentamento às violências contra a criança, adolescentes e jovens.

saber o que eles estavam fazendo fora, então busquei muito isso. Percebia que era algo muito frágil, que era algo muito parecido com o que o CEDECA-BA vinha fazendo. Porque é como se estivéssemos sempre iniciando o trabalho, sempre iniciando. Porque, como eu tenho oito anos na instituição, eu fui estagiária aqui, então eu vi eu vi pais entrando, pais saindo, pais adoecendo, fugindo da militância. Porque é como se você fizesse feito o racha mesmo, tipo: “ eu não acredito na justiça, a justiça é para poucos, não é para mim, não adianta eu ficar lutando cinco dez anos porque não vai dar em nada não acredito que vai dar em nada. Então eu ouvi isso há muitos anos atrás, e ouço isso hoje também. Então, acredito por causa disso essa militância ainda está sendo **construída**<sup>56</sup>. E não podemos desistir. Dói? Dói. Todos os dias chegar. Eu digo pra você que estou fragilizada no sentido de que, é como se todos os dias você tivesse todo aquele trabalho, colocado mais de dez pessoas numa reunião. Aí você pergunta, e daí? Paro ou continuo? Então a militância vai se esvaziando, eu percebo muito isso (Entrevista concedida no CEDECA-BA, Salvador. 19 de outubro de 2017).

Trazer a esta reflexão a experiência do Grupo pela Vida, significa falar das diferentes tessituras que compõem a natureza desses movimentos. Isso inclui refletir sobre antagonismos: esvaziamentos, desgastes, recolhimentos, silêncios, ao mesmo tempo, resistência, determinação, acúmulo de conhecimentos, etc. Do que nos fala o depoimento de Nzinga? Os engendramentos entre o grupo de mães e organizações, as inter-relações, permitem compreender que tais movimentos podem ser fomentados ou incubados pelas organizações que continuam a disponibilizar ferramentas para o empoderamento das mulheres e familiares. Os sentimentos que compõem a trajetória da luta, entretanto, são adversos e até mesmo a busca pelos aprendizados de outros grupos não se configurou como inspirador. A narrativa confirma as percepções sobre os permanentes tensionamentos da luta, muito presentes nos termos: fugindo da militância, a militância se esvaziando, e coloca como pano de fundo os sentimentos de exclusão em relação ao projeto de justiça. A ênfase na afirmação de que a luta ainda está sendo construída converge com o que defende Valdecir Nascimento, coordenadora do Instituto Odara, em trecho citado de entrevista, sobre o que representa a visibilidade da luta.

No trecho seguinte, Nzinga discorre sobre a origem e formação do Grupo pela Vida:

O Grupo pela vida surge com aquele desejo de querer justiça, de fazer com que aquela população que está sendo dizimada, ela não venha a ser assassinada. Só que chega um momento em que ela perde o fôlego. Porque, você não é visto, você vai pra rua, você é julgado por estar ali na rua, sua própria família, ela não coopera com você, O Grupo pela

---

<sup>56</sup> O grifo diz respeito à ênfase que foi dada na pronúncia da palavra: uma alteração de ritmo e tom que parece querer chamar a atenção para os sentidos da palavra.

vida vai construindo esse desejo, de mudança, de revolução. O grupo nasceu em 1990. O CEDECA inicia a sua ação como movimento social, a partir dos casos de homicídio que acontecem em Salvador. Então vem um grupo, que não são brasileiros, junto com alguns baianos, se unem e fazem uma pesquisa, começam a andar pela cidade pesquisando e começam a perceber que os jovens estavam sendo muito assassinados. E diante disso eles dizem: vamos fazer uma ONG pra proteger essas pessoas? Só que depois começam a perceber que, enquanto os meninos estavam sendo assassinados, as meninas eram vítimas de violência sexual. Então o CEDECA-BA nasce nesse bojo aí. Inclusive, você percebe que 1990 é um momento de toda uma ruptura, da questão da Constituição, então é todo um movimento ali em que nascem os movimentos sociais no Brasil e o CEDECA também é um deles. E o Grupo pela Vida, que não era ainda o Grupo pela Vida, consistia numa equipe de advogados e uma assistente social que davam assistências às famílias, para que as famílias fossem acompanhadas. Mas não era um grupo em si, eles faziam atendimento. Só que no momento em que todo esse material nosso foi perdido. Eles criaram o Grupo pela Vida, que eu acredito que já tenha dez anos. Porque quando eu entrei, já existia o Grupo pela Vida. Só que a casa onde era o CEDECA, o imóvel foi demolido. E muitos materiais foram perdidos, não tivemos como recuperar. Mas nasce exatamente disso: O grupo tem esse tempo, mas o CEDECA sempre atuou contra o homicídio, primeiramente. Então esse grupo é o tempo todo meio que tímido. Tem algumas pessoas que vêm atuando mais de frente e outras que estão mais acuadas, com medo, receio. Que é uma dificuldade também de nós avançarmos na busca da justiça (Entrevista concedida no CEDECA, Salvador. 19 de outubro de 2017).

A narrativa situa os surgimentos, tanto do CEDECA, quanto do grupo, histórias que se entrelaçam, num contexto histórico de discussão sobre direitos humanos. Mais uma vez parece dialogar com os argumentos de Valdecir Nascimento: provocações feitas pelo Movimento Negro buscavam instaurar o debate sobre políticas de segurança e romper o silêncio sobre a criminalidade de jovens negros. Ao apontar para duas vertentes: a diferenciação entre CEDECA e Grupo pela Vida e ao mesmo tempo uma permanência, uma contínua participação na construção do grupo, a narrativa traz ao debate questões que dizem respeito às implicações entre grupos e organizações. As estratégias organizacionais de motivação e de formação do movimento aparecem como mecanismo de sustentação do grupo, sem ameaçar o protagonismo das mães, mas revelando a delicadeza das construções de papéis nos diferentes níveis de participação.

É nesta esteira de debates que Queiti Batista Moreira Oliveira (2008) busca explorar a natureza das relações com a militância e para isso recorre às contribuições teóricas de Coimbra e Nascimento que propõem, à análise institucional, a aplicação de dois conceitos: implicação e “sobreimplicação”. A implicação é definida como “um nó de relações, sempre presente na pesquisa-intervenção.” (OLIVEIRA, Q., 2008, p. 88). Já a “sobreimplicação” se define



pela dificuldade de realização da análise, visto que ela toma como referência um único objeto, ou um único nível, impedindo que outras dimensões sejam pensadas. A “sobreimplicação”, segundo os autores, está muito presente nas práticas de militância, atravessadas por sentimentos de onipotência, que geram a desqualificação e frustração. (OLIVEIRA, Q., 2008, p. 89). Sob a perspectiva das ferramentas teóricas oferecidas pelos autores, tento descrever o meu percurso de investigação e as minhas relações com o movimento na condição de pesquisadora/ativista, interessada em atender ao chamado sem perder de vista as linhas que definem os lugares.

Durante o processo da pesquisa transitei por diferentes cenas que compõem a trajetória do grupo, tanto por cenas públicas, quando mães e familiares formam um corpo coletivo para enfrentar o imprevisível, seja nas manifestações de ruas ou num evento público, ou nos espaços mais intimistas, como reuniões internas, conversas nos *chats* do grupo de *WhatsApp*, momentos informais após eventos, etc. A permanência nestes espaços implica na adoção dos mesmos códigos e linguagens, seja nas situações de enfrentamento ao público, ou no compartilhar do afeto, da solidariedade, da contenção das emoções por meio de abraços e outros signos. Como traduzem Adriana Vianna e Juliana Farias:

Estar presente em situações em que estes coletivos são postos em cena é acompanhar e atuar através de gramáticas e linguagens corporais dos afetos, tanto em termos das emoções que são tematizadas e dramatizadas - a indignação, a dor da perda, a saudade, a revolta com o que parece ser descaso alheio - quanto das relações prévias que dão sentido à participação na luta (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 84).

As autoras tematizam, com muita lucidez, a experiência de ser parte do coletivo na condição de pesquisadora, reflexão que se impõe como parte da análise sobre as complexidades dos coletivos. Os textos que trago em seguida são fragmentos de conversas dos registros do diário de campo que relatam experiências da minha condição de participante do “grupo fechado de bate papo” em redes sociais e, como desdobramento, a minha participação em reunião de planejamento de um ato público. Como passei a integrar o chat do Grupo pela Vida, o grupo de mulheres/mães de Salvador automaticamente tornei-me participante potencial da agenda de atividades, reuniões de planejamento, ocupando um lugar fronteiro que me fazia implicada com a dor e com o compromisso de “nunca abandoná-las” como me alertou, certa feita,

uma de suas integrantes. A advertência foi feita durante uma dinâmica de grupo, prática comum ao final das reuniões e eventos, pela integrante que, ao chamar a atenção para os danos produzidos pelo abandono de algumas pessoas que se aproximam do movimento, me falou de forma incisiva que, uma vez constituídos laços, eles nunca deveriam ser rompidos, pondo-me de frente com um compromisso que ultrapassa a pesquisa.

A chamada da integrante/mãe me informa sobre lugar para o qual não há definições muito objetivas, sem perder o *time*, entretanto, com minha gestualidade, um aceno, acolhimento através da linguagem corporal, performatizo a total aceitação deste lugar, seguindo os mesmos ritos em harmonia com as demais. As autoras Adriana Vianna e Juliana Farias (2011) enfrentam o debate sobre os enredamentos que, enquanto pesquisadoras, nos permitimos e que nos fazem atuar com gramáticas corporais de afetos, que vão desde abraços até segurar um cartaz que porta o rosto de um filho. Somos convocadas a partilhar sentimentos e a assumir coletivamente uma maternidade que é quase sinônimo de luta, sem perder de vista a linha que nos separa da realidade cotidiana da perda. Dizer sim ao chamado enquanto nos inserimos na unidade que se apresenta como um corpo coletivo dando materialidade à luta, significa, todavia, não ultrapassar fronteiras, conforme descrevem as autoras: “trafegando por cenas várias vamos sendo chamados a nos colocar como parte desses corpos coletivos, sem que nunca, porém, cisões, deixem de estar à vista” (VIANNA; FARIAS, 2011, p.85). A análise das autoras fundamenta-se nas práticas comuns nos eventos que têm como objetivo marcar ou distinguir as pessoas que foram marcadas pela perda. Embora seja notória uma distinção entre sujeitos que demarca a linha de fronteira e que nunca será ultrapassada, distinção que faz com que as mulheres vitimadas se reconheçam e se compreendam através de pequenos símbolos, a solidariedade é, segundo as autoras, valorizada, “porém não estabelece o mesmo tipo de vínculo.” (p.85). Trechos extraídos do diário de campo, citados a seguir, produzem reflexões sobre os enredamentos entre pesquisa e militância. Participar das reuniões de planejamento me coloca como testemunha de um processo de formação que se faz continuamente, em cada encontro.

Assim cheguei à reunião de planejamento da “vigília”, uma proposta nova concebida no mesmo período em eu que realizava a pesquisa. Trata-se de um ato público semelhante ao modelo que vem sendo adotado por outros grupos de mães, conforme já citado, nos quais são

expostas as fotografias dos filhos enquanto as mulheres pronunciam os seus discursos. As conversas sobre o ato público já aconteciam previamente no chat quando as integrantes mais animadas buscavam, por meio de mensagens e lembretes, manter o grupo motivado para esta atividade, tentando evitar o esvaziamento. No chat, as conversas são marcadas por alternância entre sentimentos de muita dor e saudade e momentos de tentativas de manter um certo nível de vibração, quando há riquíssimas trocas e aprendizados a respeito de lidar com a tristeza, mantendo a esperança de justiça. A reunião tinha como principal pauta o planejamento do ato, que consiste numa concentração na escadaria da Basílica do Terreiro de Jesus (no centro de Salvador), com o objetivo de chamar a atenção para a violência policial contra a juventude e tornar visíveis os crimes que ficaram impunes, através da exposição de faixas, fotos e de pronunciamentos e depoimentos ao microfone (Diário de campo, reunião no CRIA, Salvador. 21 de maio de 2017).

É necessário, para fundamentar a reflexão, retomar a afirmativa de Vilma Reis, quando, durante entrevista já citada, nos traz a informação de que 96% dos crimes praticados por policiais ficam impunes. Identifiquei, durante a pesquisa, apenas três casos, entre integrantes do Grupo pela Vida, cujos crimes já haviam sido julgados, cujos autores sofreram condenação. Um dos condenados, entretanto, responde em liberdade. O encontro de planejamento do grupo me proporciona um mergulho num universo de informações sobre trâmites dos processos:

Chegando ao local da reunião logo encontrei Acotirene acompanhada de outra mãe que lhe dava apoio nas enormes escadas do casarão antigo, tendo em vista a sua dificuldade de locomoção, consequência da doença reumática. Entramos na sala onde uma mesa com lanches, café, bolo, biscoitos, etc e várias cadeiras já haviam sido organizados. Ali já se encontrava a equipe do CEDECA além de mais algumas mães. Logo em seguida chegou um casal jovem, os mais novos integrantes do grupo: há poucos meses atrás foram vitimados com a perda de sua filha, de seis anos, atingida por uma bala disparada por um policial quando se encontrava na varanda de sua casa.

Assim que sentamos Acotirene, dirigindo-se a um representante do CEDECA, afirmou: vou aproveitar para adiantar um assunto antes que a reunião se inicie. Enquanto o representante do CEDECA sentava-se ao seu lado ela continuou: “O caso de Rafael<sup>57</sup> está esquecido. Teve aquele momento em que todo mundo falava e lembrava. E agora caiu no esquecimento. Não se fala mais neste caso. E nós já sabemos como é que as coisas funcionam. Se não fazemos o movimento os casos vão caindo no esquecimento. No primeiro momento o caso tem atenção de todos, da mídia, das pessoas. Depois a família fica esquecida.”

Enquanto a conversa prosseguia, ela fez referência um outro caso também muito recente. As lembranças, histórias e sujeitos se misturavam na mesma conversa que tinha como objetivo principal uma provocação sobre os silenciamentos e invisibilidades que captam alguns casos. Em alguns momentos Acotirene volta o seu olhar para

---

<sup>57</sup> O caso de Rafael havia há pouco tempo ocupado notícias nas mídias, televisão, jornal e nas redes sociais. O adolescente foi assassinado no pomar de uma famoso restaurante porque colhia frutas. O segurança do restaurante disparou a arma contra o adolescente

mim, num gesto como que querendo me iniciar nas estratégias e sutilezas que permeiam este universo, e me explica que, o primeiro momento é sempre de muita euforia e de muito alarde, mas que, depois de algum tempo, as famílias se recolhem, a mídia silencia, e o caso vai caindo no esquecimento. Algumas informações e comentários sobre os casos citados vão surgindo nas vozes de alguns participantes. Surge, por parte da representante do CEDECA, uma proposta de encaminhamento: uma visita a uma família vitimada por um dos casos citados. Ela lembra o quanto foi importante para o casal ali presente a visita que eles receberam e o quanto isto foi determinante para um comportamento mais ativo.

Enquanto faz uso da palavra para concordar com o que foi dito, o senhor, pai da criança assassinada, comunica que tem uma importante informação a compartilhar: narra que recebeu em sua casa os peritos para fazerem a restituição do crime. Logo compreendi que o fato já era de conhecimento da grande maioria dos presentes, pois que haviam se falado por telefone na ocasião da visita dos peritos, tendo inclusive o orientado sobre como agir. Neste momento o tema da reconstituição do crime ocupa a centralidade da pauta e, tanto mães, quanto a equipe técnica estabelecem um diálogo com o pai presente chamando a atenção para diversos detalhes. Durante a narrativa e diálogos vão ficando evidentes importantes elementos que integraram, tanto o fato em si, o crime, quanto o momento da reconstituição. Ao afirmar que os policiais envolvidos no caso participaram da simulação, inclusive o responsável por alvejar a criança, o senhor denuncia o argumento que a polícia busca sustentar: a ideia de que havia um outro elemento presente que alvejou a criança. Ele resgata, entretanto, fatos que aconteciam no dia do crime, a forte chuva e a preocupação da mãe com a filha na varanda, e critica a tentativa por parte dos policiais de acusarem um sujeito fictício. Enquanto eu tento compreender a cena, as hipóteses, os sentimentos, as pessoas presentes já avançaram na discussão sobre a tese da PM apontando as suas fragilidades e absurdos, apresentando contra-argumentos.

Me chama atenção a rapidez de pensamento e agilidade nos comentários e argumentações trazidos pelos participantes. Acotirene em especial, evidencia muita maturidade, domínio e fundamento em relação às questões que surgem. Ela alerta para vários detalhes, como por exemplo, o fato de que o caso ocorrerá em dois inquéritos, o policial ou militar, e o outro administrativo, por se tratar de servidor público. Ela completa dizendo que o último, o administrativo, é interno. Lembra ainda que poderá ser solicitada a perícia do Estado, caso o juiz julgue necessário. A linguagem técnica tão bem manejada pelas pessoas ali presentes para mim representa uma novidade e sigo na tentativa de aprender e compreender os processos que se repetem a cada vez que ocorre um fato novo, com os quais as integrantes têm familiaridade.

A intermediação do CEDECA confere ao grupo um melhor trânsito na rede de instituições locais, do centro da cidade, no sentido de buscar apoio à infraestrutura, mobilização, etc. É notório, entretanto, que o discurso das mulheres, sobretudo as mais experientes, que adentraram há mais tempo este universo da perda, da dor, da luta, é marcado de um empoderamento e autonomia no que diz respeito às estratégias e à metodologia que será adotada (Diário de campo, Reunião no CRIA, Salvador. 21 de maio de 2017).

O longo trecho é uma tentativa de preservar a dinâmica do encontro permitindo a captura das interações e das implicações entre vidas, histórias e lutas. A partilha de um conhecimento específico, que reflete a árdua peregrinação por caminhos que tecem a experiência da luta, e que se transforma em capital para a luta, é a economia possível para a sustentabilidade do

movimento. Nas suas falas, Acotirene parece manejar a lógica que molda os trâmites internos do sistema policial e judiciário. Aprendizados que vão desde detalhes sutis que podem imprimir mais agilidade aos processos, aos jogos corporais e cênicos que cativam os olhares do público nas ruas e sobretudo as lentes de jornalistas que comparecem aos atos públicos, compõem o capital simbólico da luta coletiva.

Adriana Vianna e Juliana Farias destacam ainda a “relevância de acionar recursos distintos, como demonstração de controle sobre os trânsitos burocráticos necessários para que um processo ande ou para que uma morte específica seja reconhecida como parte de um problema social e político mais amplo”. (VIANNA; FARIAS, 2011, p. 87). Nesta mesma direção retomo a perspectiva de Queiti Batista Moreira Oliveira (2008, p. 90) no destaque que faz à militância como uma produção de territórios singulares, novos, onde se consegue apontar para a armadilha do instituído, para a ocultação, mitificação e naturalização das práticas e modelos oficiais dominantes. Em outras palavras, a coletivização do conhecimento produzido no seio da experiência da opressão, produz ferramentas capazes de desmontar o discurso hegemônico.

Inscrever-se, na condição de mãe ou familiar vitimado, no movimento coletivo, significa lidar continuamente com o fator agressor, com o objeto causador da dor, pelo qual se reivindica justiça, deixando-se atravessar pela performance ou pela gramática do outro, permitindo-se a consensos e deslocamentos, para alcançar objetivos.

Durante a reunião pude observar que sentimentos e emoções relacionados à dor, como ímpetos de revolta ou de desconfiança vão passando por um processo de regulação, ajustando-se às forças produzidas pelo coletivo, traduzidas nas linguagens e signos, capazes de equacionar tensões internas. Para Vianna e Farias (2011, p. 87) os recursos dramáticos utilizados dependem de características pessoais, entretanto eles obedecem a *scripts* relativamente regulares, passados de modo mais ou menos explícito de participantes mais antigos para os mais recentes. A ideia de *scripts* se aplica muito bem a alguns dos recursos identificados em diferentes situações. Um exemplo disso é a dinâmica do “girassol” aplicada na finalização das reuniões e eventos, que consiste numa formação roda em que todos dão as mãos e alguns jogos corporais, como passos à frente, são realizados. No final algumas palavras positivas são pronunciadas e uma mensagem é discursada pela líder do jogo. A

mesma dinâmica mostrou uma surpreendente eficácia ao ser realizada num clima de revolta em frente ao Fórum após o anúncio de adiamento do júri popular muito aguardado pelo grupo, onde ocorreria o julgamento dos policiais que tiraram a vida do filho de Acotirene.

Se, por um lado, a dinâmica dos diálogos entre participantes me tornam testemunha da autonomia na compreensão dos trâmites judiciais e na construção de discursos, por outro os encaminhamentos tornam evidente relação de dependência do CEDECA no que diz respeito à gestão de processos, como planejamento, operacionalização das ações, deslocamentos das pessoas para a participação em eventos, reuniões, etc. Diferente da experiência da Amafavv, no Espírito Santo, que foi fundada pelas mães e se institucionalizou, o Grupo pela Vida segue como grupo independente, ao tempo em que mantém relações e vínculos estreitos com o CEDECA, que por sua vez continua a ocupar-se de pautar algumas das suas ações e refletir sobre os objetivos do grupo. Este tema sempre recorrente nas falas de Nzinga permeadas pela preocupação com o exercício do cuidar:

[...] não é só isso, outra dificuldade que eu percebo não é só lutar por justiça daqueles que já foram, mas lutar por justiça daqueles que estão vivos, para não acontecer novamente. Ele deveria ter essa visão, de fazer com que outras crianças e adolescentes, ou adultos, não sejam assassinados, por uma questão racial por uma questão econômica, não porque estava no lugar errado, na hora errada, como as pessoas costumam dizer. Então o Grupo deve ter a sua essência neste sentido. Só que a dor se torna maior, então você não consegue olhar pra frente. E você como indivíduo, que não sofreu isso, tem que ter muita cautela. Porque se você chega pra essa família que sofreu e diz: olha, seu filho partiu, e agora, como é que a gente vai fazer pelos outros que ficaram? Talvez ela não compreenda e pense: ah, você quer que eu esqueça meu filho, e agora acabou? Então é muito difícil lidar com essa questão. Aí é que eu falo, a questão da militância: você tem que ter muita compreensão com essas famílias. Porque se você não tem você perde também a intenção do grupo: que é fazer com que essas famílias comecem a perceber qual é o papel delas neste processo, de fazer com que outras pessoas também não sejam assassinadas (Diário de campo, CEDECA, Salvador. 19 de outubro de 2017)

As tensões trazidas na fala de Nzinga podem melhor ser compreendidas à luz do conceito de “sobreimplicação”, citado por Queiti B. M. Oliveira (2008, p. 89) conceito que traz sentidos sobre expectativa, sonhos, anseio de solucionar os problemas. Seu discurso aponta para a importância de, ao lidar com a dor dos familiares, buscar preservar, nos sujeitos, a consciência sobre o seu papel social diante da sociedade. A profissional, mulher, militante, parece carregar sobre os ombros a missão de não permitir que recuo, desânimos, desistência, afetem o

fluxo do movimento. Os engendramentos entre organizações e movimentos parecem encontrar, entretanto, nos modelos de rede, alguns caminhos de fortalecimento. Sobre isso, trago algumas reflexões no tópico que se segue.

#### **4.3.5 Redes de enfrentamento à violência**

Os deslocamentos que se produzem a partir da inserção de mães vitimadas no terreno dos enfrentamentos e da militância organizada, um modelo novo de militância conforme afirmou Valdecir Nascimento, na entrevista citada neste trabalho, não podem ser vistos como um fenômeno que diz respeito apenas ao grupo das mulheres/mães. Parece importante atentar para as potencialidades de deslocamento do problema para outros microespaços, grupos ou organizações, tentando identificar possíveis conexões. Os enfrentamentos das mulheres/mães ao Estado vêm produzindo perguntas e provocações a respeito da responsabilidade, participação e solidariedade por parte de outros atores nesta luta. Tais perguntas estão relacionadas a questões que dizem respeito à surdez e cegueira que a lógica da exclusão produz nos sujeitos.

Não obstante o nível de interseccionalidade a que esses grupos de mulheres vitimadas são lançados, o surgimento de novos arranjos e configurações nas cenas das lutas produzidas pelo luto, permite identificarmos deslocamentos que, ao definir novos lugares para os sujeitos, redesenham as redes de relações. É o caso de redes de enfrentamento à violência que entrelaçam organizações e movimentos.

As redes de enfrentamento à violência constituem-se como importantes estratégias de visibilidade dos movimentos. De acordo com dados empíricos as redes se constituem a partir das relações entre os grupos ou movimentos de mulheres e alguma organização social que passa a ter um importante papel de prover meios, tanto para a integração dos grupos, quanto para a sua visibilidade. Uma pesquisa na internet sobre movimentos das mulheres vitimadas nos direciona, por exemplo, para o site do Fundo de Direitos Humanos, que traz uma narrativa sobre uma importante rede de enfrentamento: “A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência surgiu no ano de 2004 como fruto da luta mais organizada das comunidades e dos movimentos sociais contra a violência de Estado, a arbitrariedade policial e

a impunidade.” Tem como objetivo principal “Fortalecer a atuação de familiares de vítimas de violência institucional em sua luta por justiça e contra a violência do Estado nas favelas”.

A narrativa sobre a Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência faz parte de um conjunto de contra narrativas, em sua grande maioria presentes em portais eletrônicos, que pautam a luta contra a violência de Estado, num enfrentamento aos discursos que predominam na grande mídia, cujo objetivo é manter os jovens na condição de marginalidade. Os elementos presentes no discurso publicado no portal do Fundo de Direitos Humanos são trazidos pelas integrantes do movimento e mobilizam percepções sobre a humanidade e dignidade mulheres/mães. A Rede, conforme descrição abaixo, lança mão do recurso da soma, numa tentativa de imprimir densidade à pauta da violência de Estado:

A Rede de Comunidades e Movimentos contra a Violência é um movimento social independente do Estado, de empresas, partidos políticos e igrejas, que reúne moradores de favelas e comunidades pobres em geral, sobreviventes e familiares de vítimas da violência policial ou militar, e militantes populares e de direitos humanos. A Rede se constrói pela soma, com preservação da autonomia, de grupos de comunidades, movimentos sociais e indivíduos, que lutam contra a violência do Estado e as violações de direitos humanos praticadas por agentes estatais nas comunidades pobres. São membros, participantes e militantes da Rede todos que concordem com seus objetivos, e atuem em pelo menos um grupo comunitário ou comissão de trabalho. Os grupos comunitários são de caráter local, e os principais responsáveis pela organização das denúncias e pela mobilização social nas comunidades contra a violência policial e militar. As comissões de trabalho são as seguintes: Comunicação e Informação; Apoio Jurídico às Comunidades; Apoio às Vítimas e Sobreviventes; Infraestrutura e Finanças. (Site Fundo de Direitos Humanos Matéria Rede de comunidades e movimentos contra a violência. Rio de Janeiro)

O texto publicado no site do Fundo de Direitos Humanos, entidade não governamental que atua como ponte, como elo, entre organizações, afirma a autonomia como princípio para a articulação da Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência. A Rede é apoiada pelo Fundo que atua através de “mecanismos sustentáveis para canalizar recursos destinados aos defensores de direitos humanos” (site Fundo de Direitos Humanos). Ao destacar a independência da rede em relação ao Estado, Igreja, empresas, etc, a matéria introduz no campo de produções discursivas sobre saber e poder novos significados que permitem pensar na humanidade e nas potencialidades dos seus atores: moradores de favelas e comunidades pobres, inscrevendo ainda a capacidade de articulação entre grupos semelhantes.



Diante de um histórico de intervenções violentas das forças de segurança nos territórios de favelas e periferias do Rio de Janeiro, destaca-se o protagonismo de familiares de vítimas nas denúncias de violações de direitos humanos, em sua maioria mulheres negras que tiveram seus filhos, irmãos, maridos, sobrinhos ou netos executados ou desaparecidos durante incursões ou ocupações militarizadas. São mulheres que tornam-se protagonistas da luta por justiça, exigindo do Estado a devida reparação pelas perdas, mas também lutando pela descriminalização de seus entes queridos, visto que os mesmos morrem acusados de serem bandidos/traficantes que estavam trocando tiros com a polícia. Além da peregrinação pelas diferentes instituições responsáveis pela execução ou pela mediação dos inquéritos policiais e dos processos judiciais dos respectivos casos de homicídio, elas também precisam administrar as consequências das mortes no interior das famílias (site Fundo de Direitos Humanos).

Ainda de acordo com a matéria publicada, o ato foi resultado de uma ampla articulação e contou com a representatividade de diferentes Estados tendo sido citados: Rede Moleque do Rio de Janeiro, Mães de Maio de São Paulo, Associação de Mães e Familiares de Vítimas as da Violência Espírito Santo e o movimento Reaja ou Será Morto/Reaja ou Será Morta de Salvador<sup>58</sup>. O texto não negligencia a importância de citar resultados do projeto e destaca, entre eles, o fortalecimento da rede de participantes e colaboradores, a formação de novas alianças, além de um maior trânsito de novas denúncias de casos no Núcleo de Direitos Humanos da Defensoria Pública do Rio de Janeiro.

Torna-se necessário confrontar discursos como o texto da matéria citada acima e as narrativas exibidas quase diariamente na grande mídia sobre ação de policiais nas favelas, narrativas nas quais os moradores das favelas perdem o lugar de sujeitos, de cidadãos, e as mulheres/mães ficam invisíveis, a fim de pensarmos sobre a instabilidade de categorias que, durante séculos, formaram o imaginário social sobre pretos e brancos, sobre homens e mulheres, etc. Pensar as práticas jurídicas como materialização dos signos que compõem o imaginário social nos implica na tarefa de pensar a visibilidade da militância das mulheres como mecanismo social de alterar práticas jurídicas.

Os limites da pesquisa não permitiram uma avaliação dos resultados da atuação desta Rede na cidade de Salvador. Entretanto, me dedicarei, posteriormente, à tarefa de tecer considerações sobre as tentativas formação de alianças e de atuação em rede, em Salvador a partir da perspectiva de representantes de movimentos sociais. Considero importante trazer ao debate

---

<sup>58</sup> O Movimento Reaja ou Será Morto, Reaja ou Será Morta, nascido em Salvador, se define como ORGANIZAÇÃO POLÍTICA, PAN-AFRICANISTA, QUILOMBISTA, COMUNITÁRIA que luta contra a brutalidade policial, pela causa anti-prisional e pela reparação aos familiares de vítimas do Estado (Execuções Sumárias e extra-judiciais) e dos esquadrões da morte, milícias e grupos de extermínio.

sobre as possíveis formações de alianças nesta militância das mulheres/mães, um elemento de grande relevância: o potencial do jornalismo alternativo na tessitura de narrativas que passam a preencher lacunas nas publicações sobre os movimentos de resistência das mulheres.

#### 4.4 JORNALISMO ALTERNATIVO: UM CONTRA-DISCURSO À CONSTRUÇÃO DO NÃO SER

O jornalismo alternativo tem sido um canal de grande importância, tanto para as redes de enfrentamento à violência como para os atos realizados por movimentos locais, em algumas capitais. Durante a pesquisa na internet por informações sobre redes de enfrentamento da violência, alguns portais foram localizados, conteúdos e informações importantes sobre as redes e movimentos: Compromisso e Atitude, EBC - Agência Brasil, Ponte Jornalismo, Diário do Nordeste, Portal Vermelho, TVT, Justificando, entre outros. A veiculação do contra discurso, da contra narrativa insubmissa à “máscara de ferro” que tenta impor o silenciamento, ao tempo em que revela dimensões negadas como as subjetividades das mulheres, tem sido um importante elemento na luta. Nestes portais é possível tanto verificar imagens das mulheres em atos públicos, como obter conhecimento sobre metodologias adotadas pelos movimentos, agendas de trabalho, principais pautas e reivindicações, resultados obtidos, entre outras informações. O trecho a seguir foi publicado pela jornalista Karine Zaranza, no portal Diário do Nordeste:

Geralmente são elas que embalam em sonhos, mas que também empunham faixas, cartazes e bradam por Justiça. Os crimes transformam mães em ativistas contra a violência policial em todo o Brasil. Em São Paulo, as Mães de Maio até hoje lembram a chacina que ocorreu em 2006. Quem não se lembra das mães da Chacina do Vigário geral e da Candelária, ambas no Rio de Janeiro? No Ceará, a história é mais recente. As Mães da Chacina da Grande Messejana vão às ruas, cobram do Estado e do Judiciário um encaminhamento sobre as 11 mortes, ocorridas em 12 de novembro, supostamente por policiais militares (Diário do Nordeste, 14 de maio de 2017).

Os mecanismos discursivos para retratar a ambivalência que caracteriza a experiência da mulher/mãe vitimada, maternidade e atuação durante o luto por justiça, por transformação social, mobilizam diversos signos que dizem respeito a sua humanidade: maternidade, afetos, cuidados, zelo, luta etc. O personagem militante por direitos humanos ganha centralidade. É do lugar da luta e da

formulação dos discursos que as mulheres resgatam a dignidade do filho, durante todo tempo desumanizado nos discursos hegemônicos.

Ainda na direção das considerações sobre a importância das coberturas aos eventos, destaco a notícia sobre ato realizado no Rio de Janeiro, pela Rede de Comunidades e Movimentos Contra a Violência, noticiado pelo portal EBC - Agência Brasil sob título: “Mães de vítimas de violência institucional entregam carta a deputados no Rio”. O texto informa que a Carta foi entregue à Comissão de Direitos Humanos. A matéria registra a participação de movimentos de diferentes Estados no ato: Mães de Maio, de São Paulo, Mães do Ceará, Associações de Mães do Espírito Santo, Mães de BH, Centro de Direitos Humanos de Nova Iguaçu, Fórum Grita Baixada e Mães de Manguinhos. A carta entregue aos deputados é a expressão materializada do posicionamento político das mães, da sua insurgência e insubmissão à lógica do autoritarismo violento e o racismo institucional.

Dentre as demandas do manifesto, estão a criação de um fundo de reparação econômica, psíquica e social a parentes de vítimas, a autonomia das perícias e a aprovação do Projeto de Lei 182/2015, tramitando na Alerj<sup>59</sup>, que determina afastamento imediato de policiais que já respondam a processos na Justiça (Flávia Vilella, autora da matéria. Publicada no Portal EBC - Agência Brasil. 19 de maio de 2017).

A pauta das reivindicações contidas na carta nos permite rememorar os problemas identificados nas narrativas aqui já descritas, tanto das mulheres vitimadas, quanto das interlocutoras integrantes de movimentos sociais: adoecimentos, sofrimento psíquico, impunidade dos responsáveis pelos crimes, obstruções às investigações, são fatores que caracterizam a caminhada que mulheres/mães iniciam juntamente com o luto. Ao denunciarem tais fatos, por meio de um instrumento de diálogo com representantes políticos e com a própria sociedade através de matérias jornalísticas, as mulheres experimentam, em determinado grau, um processo de empoderamento e alteram lugares anteriormente estabelecidos nas relações de gênero. São os diálogos insubmissos que produzem as alterações de lugares. A autora reproduz, na íntegra, alguns pronunciamentos feitos por Débora Silva, fundadora do Movimento Mães de Maio: “Estamos criando vários núcleos em luta pela desmilitarização das Américas. Não parimos filhos para que eles sejam mortos

---

<sup>59</sup> Assembleia Legislativa do Estado do Rio de Janeiro

pelo Estado”. As notícias publicadas nos portais eletrônicos inscrevem narrativas e informações sobre a militância das mulheres na esfera de produção discursiva sobre gênero e contribuem nos processos de descolonização do olhar exibindo um posicionamento político que se contrapõe à “máscara de ferro”.

#### 4.5 MUROS OU PONTES? O CENÁRIO DA LUTA DAS MULHERES MÃES DE SALVADOR

Com o objetivo de compreender o cenário em que a luta das mulheres está inserida e identificar possíveis redes de proteção, solidariedade e apoio, a existência de redes de enfrentamentos foi tema de conversas com as interlocutoras da pesquisa, representantes de movimentos sociais de Salvador. Questionada sobre a sua percepção da participação da sociedade civil no apoio aos movimentos das mães, Nzinga, integrante do CEDECA, discorre:

Hoje eu vejo poucos movimentos neste processo. Na verdade, eu não vejo poucos o que eu vejo é cada um no seu quadrado. Se a gente for perguntar: Tem quantos grupos do movimento negro? Todo mundo luta contra o genocídio. Tem um monte de lutas, só que elas estão, cada uma no seu coletivo, cada uma no seu espaço. Então eu acho que está tendo até umas brigas de espaço, de instituições. Eu digo isso na minha compreensão: quando você faz uma reunião onde você convida uma instituição, ou é ela não comparece, não se torna presente naquele momento, então eu pergunto: por que isso acontece de fato. Aí eu acredito que a questão política está muito envolvida. É essa a leitura que eu faço: que cada um está querendo exatamente, não a luta por crianças assassinadas, mas estão pensando: o que o meu grupo está fazendo em prol disso, mas não em prol da criança, mas em prol de si mesmo. Isso é o que eu vejo, é a minha percepção. Falo isso também em relação ao CEDECA, à relação entre CEDECA e outras instituições: será que nós também estamos apoiando as outras instituições? Será que essas instituições vão também nos apoiar, a partir do momento em que a gente não apoia eles? Será que Nzinga, enquanto assistente social do CEDECA, ela vai em outros movimentos? O Odara é ali. Quantas vezes eu já fui lá? Fui uma vez quando chamada, o pessoal veio aqui. Será que é isso também? Será que eu quero entrar no quadrado delas? Então, ou você pensa realmente numa ação que pense no coletivo por completo, ou então não vão haver avanços. Por outro lado, também, a gente precisa entender que isso também é intencional, isso não é só uma questão individualista: tem todo o sistema aí que faz com que nós não consigamos nos integrar, assim como os escravos eram transportados falando diferentes línguas e nacionalidades, para que não pudessem se integrar, se conhecer. Só que agora de uma forma muito mais sutil. Mas tem todo um processo que não quer que a negrada, que os movimentos se integrem, porque imagine todo mundo junto?? Todo mundo pensando junto? Como é que seria? Imagine o movimento Odara. O CEDECA, o Consolação, tantos outros? Essa gama toda junta, todo mundo junto numa ação só? Como seria? Nós não precisaríamos de mais nada. Como é que eu enquanto CEDECA vou estar sozinha ali, por exemplo, em novembro tem tantas ações, quantas ações tem no novembro negro? Muitas. O 26 de agosto que é

o dia que foi criado contra a impunidade, data criada pelo CEDECA, porque vamos fazer isso isolados? Eu acho interessante frisar isso: porque todos os movimentos não se cruzam e não se interligam? Não travam uma luta só? O que está por detrás disso? (Diário de campo, CEDECA, Salvador. 19 de outubro de 2017).

De que fala o depoimento de Nzinga? Fala da novidade que representa este campo de luta, a luta instituída contra um discurso hegemônico que se sustenta na negação da humanidade do outro, transformado em inimigo. Os movimentos vêm se estruturando historicamente de forma isolada, moldados na forma como cada marcador social afetava diferentes grupos, gerando o que Nzinga nomeia como “quadrados”. Os processos de resistência, traduzidos nas práticas sociais coletivas, parecem ter exigido um fortalecimento de trincheiras. Nzinga identifica neste isolamento o resultado do processo colonizador que tentou inviabilizar a integração entre os povos escravizados. Alianças entre movimentos têm sido um tema presente nos debates atuais sobre feminismo, movimento negro, etc. O movimento de mulheres/mães negras vitimadas pela violência contra os filhos representa uma intersecção de diferentes fatores sociais e naturalmente exige, além de articulação entre pautas de diferentes movimentos, a construção de uma rede de solidariedade.

Ao ser indagada sobre a existência de uma rede de enfrentamento à violência na cidade de Salvador, ouvi de Nzinga a seguinte resposta

:

Não, eu acho que não. Nem mesmo em momentos pontuais. Tudo bem que esses movimentos não vão estar estampados na TV e nem nos principais jornais. Mas eu não vejo isso, não vejo essa expressão muito maior, não vejo. Percebo que há grupos que se identificam, se nomeiam, por exemplo nas redes sociais, ou no novembro negro. Mas isso não é uma ação integrada. Não excludo o CEDECA deste processo de isolamentos. Há uma questão que acredito que é intencional como já falei. A Secretaria da Justiça é quem apoia esse projeto do CEDECA, então talvez isso tenha interferência já que é difícil contabilizar determinadas ações como a participação em uma ação ou visita a uma comunidade (Diário de campo, CEDECA, Salvador. 19 de outubro de 2017).

A análise da resposta da entrevistada não deve prescindir da retomada do seu lugar de fala. O CEDECA foi o proponente do Grupo pela Vida e tem sido, até aqui o único apoiador. As tentativas de manutenção do ato público do grupo nas escadarias da Basílica do Terreiro de Jesus, como uma manifestação de frequência regular não obtiveram sucesso. O nível de mobilização necessário a esta regularidade parece ser além das possibilidades, tanto das mães, quanto do CEDECA. Vários são os limites: problemas de saúde física e emocional das

mães, escassez de recursos financeiros, somados à falta de adesão de outras instituições. Neste sentido Nzinga aponta um novo elemento: a relação com apoiadores das organizações sociais e a definição de metas e prioridades.

Situar este debate nas reflexões feitas por Valdecir Nascimento, citadas no início deste capítulo, nas quais ela afirma que “a questão luta das mães é recente” e mais adiante, “que não é uma seara de fácil trânsito”, permite não nos afastarmos da questão da produção discursiva sobre marginalização que cerca essa luta. A “máscara de ferro” é constituída das diversas subjetividades que compõem as representações sociais sobre os povos pobres e negros. A articulação com organizações sociais e com diferentes setores da sociedade parece ser ainda uma estratégia necessária ao exercício de poder dos sujeitos mulheres/mães. A perspectiva de Valdecir Nascimento que trago abaixo oferece elementos que alimentam estas reflexões:

A luta não pode ser uma luta minha nem sua, ela tem que ser uma luta de uma sociedade que quer transformar aquela sociedade. A ideia era que a gente pudesse fortalecer o movimento com essas práticas, porque a fala de uma mãe que perdeu o filho. E uma fala minha é totalmente diferente, ela traz na fala, mensagens e códigos que a outra mãe sabe o que ela está falando. Na minha fala não tem nenhum código, não ser dizer a ela o seguinte: olha, nós não acreditamos que tem céu não acreditamos que tem Deus, nossa atuação nesse projeto é uma atuação política, para deixar transparentes quais são os nossos interesses. E digo todos os dias aos grupos que estão com a gente: nós não queremos fazer campanha eleitoral pra nenhum candidato que até hoje nunca abriu a boca sobre a situação dos meninos. Nosso trabalho não vai reverter em votos, porque para as mães gente diz todo dia: ninguém veio na sua direção dar socorro. Não dá pra usar a questão do genocídio pra campanha dessa turma que silenciou na conveniência. (A) quantidade de mães que está com câncer, problemas neurológicos [...] (Diário de campo, Instituto Odara, Salvador. 18 de outubro de 2017).

A reflexão de Valdecir Nascimento apresenta, com muita objetividade, vertentes que caracterizam as permanentes tensões presentes nos debates sobre a luta das mães, apontando caminhos coerentes: práticas sociais de organizações e demais movimentos são necessárias ao fortalecimento da luta. Contudo, não há o risco de que elas substituam a “voz” das mães. Essa “voz” é inconfundível e insubstituível. Ela traz os códigos da linguagem produzida no luto, a linguagem tecida pela dor. Valdecir Nascimento exemplifica um modelo de prática social: O projeto da campanha “Minha Mãe não dorme enquanto eu não chegar” desenvolvido pelo Instituto Odara.

Quando nós pensamos o Projeto “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, nós pensamos como uma estratégia, uma campanha estratégica para a mobilização da sociedade civil. Perguntar à sociedade civil: o que você tem a ver com isso? Era a ideia de desconstruir o imaginário de que menino preto já nasceu por si só pra ser marginal. A luta só estava nas mãos das mães e de uma ou outra pessoa que elas conseguiam acionar para socorrê-las. Não estava para além disso. E o “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar” era pra revelar a situação que essas mães vivenciam e chamar outras pessoas pra perto. Esse é o objetivo do Projeto: como é que você usa a figura da mãe como instrumento de sensibilização da sociedade, que é uma mãe falando, é ela humanizando o indivíduo que foi desumanizado pela sociedade. A mídia criminaliza, o Estado vem e mata. Quando a gente traz a mãe a gente traz a volta desse indivíduo. Quem humaniza aquele corpo, quem humaniza aquela vítima. Quem dá essa característica de vítima e tria do lugar marginal? É a mãe. Por que ela vai falar de quem é esse menino, qual era o sonho desse menino? O que esse menino desejava ser? É ela quem vai dizer. É uma contra-narrativa. Quando você é mãe você sabe do que ela está falando. Quando uma mãe ouve uma outra mãe, ela sabe o que a outra está falando. O “Minha mãe não dorme” também surge nesta perspectiva, de que trazer você, empoderar as mães dos jovens negros, para denunciar o Estado, para cobrar do Estado a responsabilidade dele sobre as vidas dos filhos delas. Em todos os aspectos. Porque, se você tiver a percepção de que quando você traz uma mãe para o terreno político, o que ela vai reivindicar? Ela não vai reivindicar só a justiça para o crime. Ela vai reivindicar porque não tinha escola, porque não tinha creche. Ela reivindica um conjunto de ausências, que o Estado nega e depois mata. Então você tem um movimento potente. E quando a gente pensou na campanha, a gente pensou nisso, na potência que é o movimento de mães. O Odara nunca reivindicou falar pelas mães. Nós não queremos falar pelas mães. Nós não somos as mães dos jovens assassinados. Mesmo que a gente seja mãe indireta deles. Quando eu falo mães indiretas é porque a gente sofre quando qualquer um jovem negro é assassinado. A gente morre quando qualquer menino negro é assassinado. Mas nunca poderemos falar pelas mães. Nós somos apenas uma organização que tem uma visão política e que essa visão política que nós temos pressupõe que o fortalecimento dessas mulheres vai provocar um rebuliço, uma revolução nesse país, nunca visto. Isso é uma potência de levante. Essa é a potência de botar você na rua. E colado a isso a nossa insistência em insistir para o Estado pagar pela morte de cada menino. O estado tem que pagar pela morte de cada menino, porque talvez essa seja a única forma do Estado repensar a sua polícia. Repensar o seu sistema de segurança pública. Porque ele tem que garantir a vida daquelas pessoas, com isso ele não vai poder matar, ele não pode tirar a vida de quem ele tem que garantir. Nosso projeto vem com essa vontade, de fazer um rebuliço, um redemoinho, pautando o protagonismo de baixo pra cima. O papel do projeto é dar a fala a elas. Mas é muito problemático porque, você perdeu o filho, tira alguma coisa de você. Então, daqui que você recupere esse processo. Como você diz que a sua pesquisa se reorientou, o nosso projeto também se reorienta todo dia. Nós temos dois anos de trabalho, de projeto. A gente pensou que ele tava na rua e pensar o que é o contato, o que é a relação direta, com as mães, e a vivência direta. O que é que significa a perda desses meninos é muito complexo. E você manter essas mulheres vivas, fortalecidas pra elas darem um depoimento solidário, Não é um trabalho pra dois anos, não é um trabalho pra cinco anos. Por isso eu digo que, querendo ou não, esse campo é recente, porque a gente pensa que dez anos é tempo suficiente. Mas numa sociedade totalmente contrária, sem disponibilidade pra prestar atenção nesse assunto, dez anos não é nada, tem que ser meio século, no mínimo meio século pra a gente conseguir dar conta desse trabalho. A discussão contra o genocídio do povo negro vem acontecendo ao longo

do século. Não dá pra se pensar em resolver isso rápido, a curto prazo, a médio prazo (Diário de campo, Instituto Odara, Salvador. 18 de outubro de 2017).

Como resposta às recorrentes perguntas sobre “lugar de fala”, perguntas relacionadas a dilemas sobre a organização das lutas, sobre os diferentes papéis de sujeitos que entram em cena no movimento contra a violência, Valdecir Nascimento discorre sobre o que seria uma ferramenta estratégica para motivar as mães a levantarem a sua voz, a romperem o silêncio, denunciarem a violência praticada pelo Estado, exigirem reparação, mantendo-se na centralidade da luta. O projeto “Minha mãe não dorme enquanto eu não chegar”, que é resultado do engajamento da equipe do Instituto Odara com as diferentes formas de violência contra a mulher, integra o planejamento organizacional e demanda, como os demais projetos, de apoio financeiro para a garantia dos recursos. As estratégias são planejadas buscando garantir o lugar de fala das mães. A prática possibilita o encontro com limitações de outra ordem: as subjetividades das mães, as variações no estado emocional, físico, os diferentes sentimentos que se alternam. Na partilha de sentimentos entre mães e não mães, entre mães diretas e indiretas, há um patrimônio que só as mães diretas têm posse: as memórias de sua história, memórias corporais, físicas, mentais, afetivas. Valdecir Nascimento conclui trazendo um importantíssimo elemento, ao descrever o que seria o papel da sociedade: prestar atenção. Isso significa querer escutar e mover meios para escutar. Apoiar a militância das mães passa necessariamente por desejar escutá-las, oferecer ouvidos, olhos, presença, apoio material para que o movimento da fala aconteça e não seja interrompido ou abortado pela ausência de apoio.

Para onde marcham as mães? Busquei apresentar neste capítulo, ainda de que forma modesta e resumida, exemplos de práticas que se inscrevem no cenário de lutas e de movimentos sociais nos últimos anos, no Brasil, e que têm como protagonistas as mulheres/mães vitimadas pela violência contra adolescentes e jovens. Para além de um projeto de justiça social dedicado assegurar às mulheres militantes o seu devido lugar nos registros sobre histórias de luta, penso que o registro destas lutas oferece aos estudos de gênero valiosas contribuições sobre as ultrapassagens, os deslocamentos e transformações a que essas mulheres se permitem experimentar.

As pistas deixadas por Coulouris (2004) nos permitem analisar a experiência das mulheres como um lócus de produção que se realimenta das



ferramentas construídos no próprio processo da militância. Como vimos, é possível localizar, tanto nos estudos sobre mulheres, como nos estudos de gênero, os fundamentos teóricos para estratégias adotadas pelas mulheres/mães vitimadas na sua militância. Os recursos dramáticos, linguagens, performances, jogos corporais foram tomados por Juliana Farias e Adriana Vianna (2011) como forma de legitimar as manifestações, acionando o feminino, conforme definido pela sociedade, ou, de forma mais específica, a maternidade. Neste contexto, vozes empoderadas de mulheres, discursos que trazem elementos pertencentes ao âmbito jurídico, denúncias e reivindicações bem fundamentadas, são indícios que nos falam sobre transformações, alterações de lugares, deslocamentos e ultrapassagens. Parecem apontar para a potência da relação entre consciência e diálogo entre pares, da relação dialógica, na produção do ativismo.

Este campo de estudos, entretanto, o ativismo das mulheres/mães vitimadas, parece conduzir o nosso olhar muito mais para desafios, para as dores provocadas pelo caminhar sobre pedras, do que para as conquistas e avanços. A luta começa primeiramente com a angústia cotidiana produzida pela perda. As formas de organização e gestão da militância oferecem enormes desafios. O movimento das mulheres/mães nos convida a olhar para fenômenos significativos: o enfrentamento do discurso hegemônico por meio de contra narrativas, as articulações com algumas organizações e segmentos do jornalismo, o alinhamento de metodologias, são evidências de avanços e das potencialidades dessa luta, lamentavelmente necessária. Convida-nos a prestar atenção, a construir um olhar epistêmico que promova a produção de conhecimentos com potencial de alterar a realidade.

## 5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

A memória, essa construção dinâmica que retroalimenta a história da humanidade, é um lugar de disputas. Acessar memórias é adentrar à psique coletiva, sujeitando-se a reencontros com experiências e com fatos que, até então enterrados, podem alterar posicionamentos. A permanência, nas memórias inconscientes, de fatos remotos, fatos que desonram a humanidade, produzem efeitos negativos, ainda que não sejam nomeados. A alienação histórica, seja ela individual ou coletiva, permite que elementos fiquem depositados na memória, pondo-se como obstáculos ou produzindo sombras que podem se constituir em lugares de sofrimento, de adoecimentos, de traumas.

A instituição da Comissão da Verdade, que julgou os crimes cometidos durante a ditadura militar do Brasil, reconhecidos como crimes contra a humanidade, cumpriu um papel singular: romper o silêncio institucionalizado no país, criando um espaço legítimo de narrativas para os familiares das vítimas e ex-presos. Deste modo, puderam os familiares das vítimas trazer à dimensão do público o sofrimento decorrente dos métodos repressivos aplicados a entes queridos: pais/mães, filhos/filhas, irmãos/irmãs, companheiros/companheiras, etc, sofrimento que, por décadas, estava na ordem do privado. Atentemos para os registros sobre a atuação dos familiares das vítimas:

Ainda em 1979, os familiares de mortos e desaparecidos políticos organizaram a primeira sistematização de informações sobre os assassinatos e desaparecimentos perpetrados pela ditadura, a ser apresentada durante o II Congresso pela Anistia, realizado em Salvador. Publicou-se em 1995 o "Dossiê dos mortos e desaparecidos políticos a partir de 1964", oportunidade em que o documento de 1979 foi revisto e ampliado pela Comissão dos Familiares de Mortos e Desaparecidos Políticos. A publicação analisou 339 casos, resultado de pesquisas realizadas no Projeto Brasil Nunca Mais, nos arquivos do IML em São Paulo, Rio de Janeiro e Pernambuco, assim como nos arquivos do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS) de Pernambuco, Paraná, Paraíba, São Paulo e Rio de Janeiro. A iniciativa foi atualizada em 2009, na publicação "Dossiê Ditadura: Mortos e Desaparecidos Políticos no Brasil (1964-1985)", com o acréscimo de 69 casos (Wikipédia, Comissão Nacional da Verdade).

À “verdade”, tomada como direito, aplicável a todas as graves violações aos direitos humanos, credita-se o poder e o compromisso de alterar percepções e relações sociais. Autora do livro “Escrachos aos Torturadores da Ditadura”, lançado em 2017, Ana Paula Brito postula o pressuposto de que “a memória da

Ditadura não é individual, ela pertence a todos” e afirma ser o livro a expressão de um movimento prol da memória fertilizado pelas políticas de memória.

Então, eu faço um caminho histórico por todas essas políticas públicas de memória, que foram feitas, sobretudo, a partir da reivindicação de famílias de vítimas e de ex-presos políticos, que nunca silenciaram, nunca esqueceram e que continuaram a sua luta pelo respeito aos direitos humanos. (Ana Paula Brito, em entrevista ao Portal Revista Fórum, 12 de agosto de 2017)

Para Amanda Brandão Ribeiro (2015), a abertura para a recuperação das memórias da ditadura foi resultado da inconformação de familiares e de um movimento de combate ao impedimento das memórias sobre violência e sobre o conhecimento da verdade. A pretensa democracia começa a ser anunciada, segundo a autora, no final da década de 1970, quando “o regime começa a apresentar sinais de enfraquecimento. O presidente Geisel propôs ao povo brasileiro realizar em seu mandato uma abertura lenta, gradual e segura, a democracia” (RIBEIRO, 2015, p. 35).

É mister pinçar das memórias do projeto de democracia, sobretudo no território da cidade de Salvador, a racialidade, enquanto dispositivo de poder, como propôs Sueli Carneiro (2005), que operou distribuindo de forma desigual, os lugares sociais. O coronelismo pesou o seu braço sobre a população negra, mantendo vivo o projeto eugenista de limpeza étnica. As mulheres negras sempre foram vítimas preferenciais: a expulsão de famílias do centro histórico de Salvador, a esterilização das mulheres, a precarização no atendimento à saúde das mulheres, são expressões históricas de como o sistema repressivo continuou a atuar sobre o povo negro. A criminalização da juventude negra, fantasiada do discurso de “guerra às drogas” avançou de forma vertiginosa. Contemplada pelos sentimentos e sensações produzidos pelo anúncio de “abertura política”, a sociedade fecha os olhos para as políticas racistas e para os sofrimentos e punições a que permanece submetido o povo negro. Retomando a afirmação de Valdecir Nascimento em entrevista concedida, o Movimento Negro assume, de forma solitária, a disputa de discursos produzindo uma contra-narrativa que vai de encontro ao poder hegemônico que criminaliza os jovens negros.

Posto isso, busco nas considerações finais, situar as reflexões aqui propostas no pressuposto de que, portadoras de uma memória que é ao mesmo tempo individual e coletiva, as mulheres negras, abandonadas e esquecidas pela

elite, reivindicam a verdade. As memórias que guardam reminiscências de um longo período de escravização são memórias insubmissas, que se negam a naturalizar a máscara de ferro. A despeito das dores, são também memórias de resistências, de afetos, de construção de sentidos sobre maternagem, sobre cuidados, sobre colo, sobre aleitamento de filhos e de não filhos, sobre os sabores da culinária, sobre cheiros e perfumes que construíram a identidade da cidade de Salvador. Memórias sobre trabalho e empreendedorismo, memórias de ganhadeiras que transitavam pela cidade carregando mercadorias para assegurar a renda familiar. Contrariamente são também memórias sobre como o sistema repressivo molda as relações na cidade, atuando sob a lógica do racismo, criminalizando homens e mulheres negras.

Busquei visibilizar questões que estão postas na agenda do povo negro, a respeito de como a “máscara de ferro” se performatiza na atualidade através das versões modernas de castigo. Os métodos adotados durante a ditadura militar brasileira, que variaram entre detenção, tortura, execução sumária e ocultação de cadáver, assemelhavam-se aos métodos adotados hoje, especialmente com jovens e adolescentes de comunidades periféricas. Enterrados nas memórias das mulheres mães, jovens e adolescentes torturados e executados deixam registros na história da enganosa democracia de uma insistente presença do projeto colonizador.

A “pedrinhagem”, caminho percorrido na pesquisa, em busca de “verdades”, me conduziu a encontros com as diferentes formas de manifestação de inconformação. Seja o lidar com a memória e a dor no espaço privado ou à insurgência da voz que grita em praça pública, que reúne forças para fazer enfrentamentos, todas as performances falam da urgência de um projeto descolonizador, que conte a história a partir de categorias outras. Respeitar o silêncio em que vivem algumas mulheres/mães, longe de ser uma ação passiva, deve se traduzir na formulação de propostas de investigações sobre os elementos que atuam no imaginário social que cerca as mulheres vitimadas pela violência.

O exercício que se segue nos próximos tópicos representa uma tentativa de descrever e atentar para alguns dos processos que vivem as mulheres na experiência que sucede à violência cometida pelo Estado: silenciamentos, deslocamentos e enfrentamentos. Tais processos não devem ser, contudo, compreendidos como experiências estanques ou lineares.

## 5.1 PROCESSOS DE SILENCIAMENTO

Uma das vertentes que surge na tentativa de esboçar o que seriam alguns comportamentos assumidos pelas mães vitimadas, após a experiência de perda, relaciona-se com a metodologia escolhida pelo Projeto Consolação, que se destaca em Salvador como iniciativa de atendimento específico para essas mães. Recolocar o modelo de atuação deste projeto, ao discorrer sobre processos de silenciamento, abarca interrogações sobre os sentidos de lutar ou sobre os sentidos de tentar potencializar os impulsos de viver por meio de outras linguagens. Implica pensar sobre a arte que convoca apenas as mãos e sobre o papel da boca enquanto canal, enquanto órgão que dá vasão ao ponto de vista da mulher que porta diariamente as memórias de experiências particulares. “A máscara, portanto, levanta muitas questões: por que deve a boca do sujeito Negro ser amarrada? Por que ela ou ele tem que ficar calado(a)? O que poderia o sujeito Negro dizer se ela ou ele não tivesse sua boca selada?” (KILOMBA, 2010, p. 177). Pensar nos processos de silenciamento de parte das mulheres vitimadas exige pensar sobre as tensões produzidas quando sujeitos se insurgem às imposições colonialistas de selar a boca.

Já sabemos que a distância entre as mulheres e as instâncias jurídicas são longas, enquanto que o caminho que as separa dos agentes policiais são muito curtos. Continuar viva nunca será uma tarefa fácil. Manter-se em vida representa por si só uma luta travada diariamente.

Um conjunto de questões levantadas por Grada Kilomba, a partir da metáfora da máscara de ferro, nos conduz ao exame da lógica de sentimentos produzidos no contexto da colonização. A revisão histórica da produção das subjetividades recoloca sujeitos nos lugares e altera a compreensão de subalternidade:

E o que o sujeito *branco* teria que ouvir? Existe um medo apreensivo de que, se o(a) colonizado(a) falar, o(a) colonizador(a) terá que ouvir e seria forçado(a) a entrar em uma confrontação desconfortável com as verdades do ‘Outro’. Verdades que têm sido negadas, reprimidas e mantidas guardadas, como segredos. Eu realmente gosto desta frase “quieto como é mantido. Esta é uma expressão oriunda da diáspora africana que anuncia o momento em que alguém está prestes a revelar o que se presume ser um segredo. Segredos como a escravidão. Segredos como o colonialismo. Segredos como o racismo (KILOMBA, 2010, p. 177).

A autora nos oferece uma perspectiva que possibilita a descolonização de análises sobre dominação e subalternidade: o medo surge, não como um sentimento unilateral, mas como uma categoria relacional na qual “branco” e “negro” estão implicados. Denúncias, revelações, castigos, penalidades, morte, estão no bojo das situações de apreensão que se organizam de forma assimétrica, desfavorecendo o povo negro.

Há que se considerar que o sofrimento esteve presente ao longo da história das mulheres negras. Ampliar a compreensão sobre os silêncios, seja aquele localizado na linha metodológica do Projeto Consolação ou o de algumas outras mulheres vitimadas, que embora atuantes na luta, optaram por não conceder entrevista à pesquisa, exige revisitar o feminismo negro atentando para as condições específicas de opressão das mulheres negras. Proponho que tal exercício se faça numa retomada à crítica tecida pela autora bell hooks (2015) à obra de Betty Friedan, *A Mística Feminista*, publicada em 1963<sup>60</sup>.

Para bell hooks (2015, p. 193-194), Friedan tratou das questões relatadas pelas mulheres brancas americanas como se fossem estes os problemas universais que afetam a todas as mulheres do mundo. O lugar de onde falou Friedan, ainda que represente a denúncia sobre relatos de angústia e depressão, era um lugar de privilégios, tendo em vista que foi resultado de escolhas. bell hooks mostra-se interessada em resgatar o termo opressão, evitando o risco de uma perigosa ressignificação que viesse a fortalecer a cegueira em relação às questões de grupos de mulheres mais invisibilizadas. A autora chama a atenção para o paralelo adotado por Friedan: para descrever os efeitos psicológicos do isolamento de mulheres brancas que preferiam estar no trabalho em vez de estarem em casa cuidando dos filhos ela usa o exemplo do sofrimento de prisioneiros confinados nos campos de concentração. (hooks, 2015, p. 195). Contrariando as ideias de Friedan, hooks defende que há de se ter parâmetros históricos e políticos para o uso do termo sofrimento. A perspectiva unidimensional presente nas obras de feministas clássicas, a exemplo de Betty Friedan, que tiveram grande influência no pensamento feminista, constituiu-se como obstrução às conexões entre fronteiras de raça e classe, segundo hooks. Já sabemos o quanto estas obstruções foram responsáveis pela grande ausência de conhecimentos sobre a condição das mulheres negras e pobres e pelo aparente silêncio que cerca as suas experiências.

---

<sup>60</sup> Todos os comentários sobre a obra *A Mística Feminina* de Betty Friedan foram baseados na leitura do texto de bell hooks citado nas referências

O sofrimento psíquico oriundo de perdas, da imposição de condição de vida e de isolamento, entretanto, é, historicamente, muito mais presente na história das mulheres negras. O potencial pra acionar a consternação e solidariedade social, por se tornar visível, tem sido um privilégio das mulheres brancas, de classe social privilegiada. Deixamos de assistir diariamente nas grandes mídias cenas ou eventos que tragam a mulher/mãe, pobre, negra, vitimada, para a centralidade de discursos capazes de mobilizar comoção social, respeito e solidariedade. Na mesma linha, não temos oportunidade de participar de debates que tragam à pauta a saúde das mulheres vitimadas pela violência contra seus filhos. Posto que tiveram destaque, nas narrativas das entrevistadas, manifestações de sintomas e doenças consequentes das perdas, é imperativo retomar, tratando como uma das questões centrais a esta análise, a relação entre violência e saúde, problematizando o descaso e a ausência de atendimento especial às mulheres vitimadas. Não é demais retomarmos os exemplos de doenças que apareceram, tanto nos depoimentos de entrevistadas, quanto nos discursos de mulheres ativistas: diabetes, hipertensão arterial, doença reumática, câncer, depressão, pânico, são respostas que os corpos das mulheres manifestam à agressão praticada pelo Estado. Os rompimentos das redes de relações sociais, bem como a ausência de políticas públicas que lhes garantam uma rede de proteção, agravam a situação de vulnerabilidade, muitas vezes reforçando a prática da automedicação e aumentando o risco de morte.

Os adoecimentos do corpo, bem como a dor psíquica das mulheres vitimadas, precisam ser politizados. É mister compreender cada síndrome, cada sintoma que grita no corpo das mulheres, como efeito do sistema autoritário, racista, que atua contra o povo negro por meio de necropolíticas de poder. Urge problematizar o grave crime que o Estado comete ao virar as costas para a dor das mulheres mães e para todas as manifestações de adoecimento físico, através da precariedade de atendimentos nas unidades de saúde, da ausência de atendimentos especializados, da ausência de políticas de medicação, fatos que geram o agravamento dos problemas e induzem a outras distorções como a automedicação. Contudo, é preciso, antes de tudo, fazer coro ao clamor que, de forma tão objetiva e direta, aparece na centralidade da pauta da Rede de Mulheres Negras: “parem de nos matar”.<sup>61</sup>

---

<sup>61</sup> “Parem de nos matar” é a chamada para uma campanha contra a violência às mulheres lançada pela Rede de Mulheres Negras, em Salvador, no ano de 2016.

### 5.1.1 PROCESSOS DE DESLOCAMENTOS

Foi intenção deste trabalho que as construções teóricas sobre as práticas discursivas como práticas de poder oferecessem ferramentas para a ampliação da reflexão sobre as mulheres/mães vitimadas pela violência policial e, conseqüentemente, pelo sistema judiciário. Buscando aportar tais reflexões principalmente nas ideias de Foucault (1979), Sueli Carneiro (2005) e Coulouris (2004), venho tentando sustentar que as construções de gênero dos sujeitos da pesquisa são forjadas nos discursos hegemônicos que instrumentalizam o sistema. Estudos de gênero despontam como recurso metodológico para investigações sobre relações de poder, entretanto, as teorias atentas às produções discursivas, captam as formas como gênero, raça, classe, atravessam a produção de discursos sobre homens e mulheres, de diferentes raças ou classes.

A interseccionalidade se apresenta como categoria que tem a potência de nos colocar frente à invisibilidade e ao silenciamento, ambos resultados de um cruzamento perverso que atravessa a vida de mulheres, no qual entram em ação sexo, raça, classe, e a violência policial que vitimou as suas famílias. A interseccionalidade atua quase no sentido de privar dessas mulheres a liberdade de continuarem a transitar, de se expressar, agregando à dor e à tristeza, uma penalidade que é quase uma privação.

Já sabemos que para Coulouris (2004, p. 112) a ideologia de gênero molda o sistema jurídico organizando e classificando os comportamentos sociais a partir de conceitos e estereótipos. A reprodução das práticas jurídicas de dominação, por meio da discriminação de gênero, dificulta as mudanças, alterações e deslocamentos de lugares.

Entretanto, contrariando às ideias de Bourdieu sobre “sistemas de estruturas duradouramente inscritas nos corpos”<sup>62</sup> que se associa a uma ideia de oposição rígida entre masculino e feminino, Coulouris (2004, p. 114) sugere pensar a dinâmica que classifica e organiza homens e mulheres de diferentes classes sociais e raças, normalizando comportamentos, no interior de um saber jurídico que é construído a partir de embates e conflitos. A lógica por ela apontada, amplia a compreensão sobre as relações hierárquicas historicamente organizadas, reconhecendo os lugares estabelecidos como sujeitos a

---

<sup>62</sup> No texto de Bourdieu (1999) tomado como referência pela autora, ele afirma que os gêneros, longe de serem simples papéis, estão inscritos nos corpos.



deslocamentos. Tensões produzidas no exercício da tomada de consciência também fazem parte da história das mulheres, de negros, dos grupos pertencentes às classes inferiores.

A cuidadosa análise de Coulouris (2004, p. 124), acerca dos discursos produzidos no interior das práticas jurídicas, sobre casos de estupro, lhe permitiram identificar descontinuidades no ciclo de produção de valores sexistas, o que ela atribui ao contra discurso pautado pelas feministas. “Conceber o poder como práticas discursivas, estratégicas, descontinuas e heterogenias permitem que possamos captar as alterações, os embates e a descontinuidades de conceitos como estupro e estuprador” (COULOURIS, 2004, p. 124). É preciso não esquecer que, para além da grande contribuição histórica dos clássicos debates feministas, os processos são tensionados também por contra-narrativas de vítimas, que, mesmo quando “silenciadas”, causam constrangimento e desconforto à atmosfera do sistema jurídico.

A relação que, grande parte das mulheres/mães vitimadas trava com o sistema judiciário, são mediadas por narrativas atravessadas por percepções sobre gênero, classe, raça e sexo. Constituem-se em contínuos exercícios de deslocamentos dos lugares a elas designados, de alterações no ciclo de práticas discursivas. É nesta guerra de discursos que as mulheres/mães buscam se afirmar como sujeitos. A produção de estudos científicos sobre os grupos de mulheres/mães vitimadas, representa uma estratégia para a produção de mudanças e descontinuidades nos discursos jurídicos acerca desses grupos.

### **5.1.2 PROCESSOS DE ENFRENTAMENTOS**

Proponho, ao me encaminhar para a finalização deste exercício de reflexão, uma retomada ao pensamento de Jurema Werneck a respeito das estratégias adotadas pelas mulheres negras que viveram ou vivem na diáspora, o enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Ao definir a mulher negra como resultado de uma articulação de heterogeneidades inseridas em temporalidades diversas, que abarca diferentes experiências, visões de mundo, formas de representação, etc, a autora atribui às lutas desenvolvidas pelas mulheres negras o importante papel de “dar sentido a cenários e contextos em rápida e violenta transformação” (WERNECK, 2010, p. 10). Para a autora, a diáspora guarda, em algum nível, uma continuidade que nos define como “nós” a despeito de transformações nos contextos ou nos cenários.

Werneck propõe pensarmos em “ultrapassagem”, uma maneira de superarmos as diferenças de identidades e processos de singularização atribuídas às mulheres negras em nome de um projeto político de enfrentamento ao racismo e ao sexismo. Neste sentido, a autora enfatiza que os movimentos das mulheres são constituídos de diferentes repertórios e têm em cena diferentes agentes históricos. Muito embora destaque a diversidade que constitui os grupos de mulheres negras, a autora recorre aos mitos sagrados que constituem a tradição religiosa do povo negro (WERNECK, 2010, p. 11), que compõem as matrizes africanas, como recursos para localizar formas de feminilidade negra que se traduzem também em formas de atuação, de luta e de insubordinação às manifestações de poder e autoritarismo. Werneck discorre sobre formas organizativas de caráter religioso, protagonizadas por mulheres negras, como as sociedades secretas e as irmandades femininas negras, identificando nessas formas de associação importante atuação nas ações de resistência à escravidão. Nesta esteira, Werneck torna visível uma importante questão negligenciada pelas clássicas produções sobre o feminismo: “O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado” (WERNECK, p. 14).

Nos últimos anos os movimentos de mulheres negras de diferentes faixas etárias vêm se destacando no cenário dos movimentos sociais no Brasil. Assistimos a uma emergência de movimentos que mostram, na diversidade de pautas, um ponto de convergência: o combate ao racismo e ao sexismo. No leque das agendas pautadas por mulheres negras gritam denúncias às várias formas de violências que, estreitamente relacionadas como o genocídio e o epistemicídio do povo negro, atingem as mulheres de diferentes formas. Se compreendemos as tentativas de organização e de associação das mães vitimadas pela violência policial contra jovens e adolescentes como uma estratégia de luta por um objetivo maior, o enfrentamento ao extermínio da população negra, devemos com urgência dedicar um olhar atencioso aos processos de transformação e de deslocamentos nas relações de gênero, que se constituem a partir deste lugar.

Tomar o conceito de *outsider within* cunhado por Patricia Hill Collins (2016)<sup>63</sup>, na tentativa de visualizar soluções de articulação entre as lutas das mulheres e a produção de conhecimentos sobre gênero e sobre feminismos, nos permite formular um pensamento mais estratégico sobre a condição da luta das mulheres/mães vitimadas. Busco partir da hipótese de que mulheres que testemunham mais de perto as violências, por estarem inseridas nos bairros populares e que trazem, ao mesmo tempo, um repertório, de experiências e conhecimentos sobre o agenciamento de mulheres, sobre movimentos sociais, são *outsiders within* no campo de produção de conhecimentos sobre violências. Isso nos permite avançar no sentido de identificar as principais portadoras de ferramentas na produção deste conhecimento específico. O compartilhamento de conhecimentos das mulheres *outsiders within*, produzidos a partir de um ponto de vista ou um ângulo de visão “privilegiado” foi essencial tanto às lutas feministas, quanto à construção da teoria crítica do pensamento feminista negro.

Para Collins (2012) o pensamento feminista negro tem bases nas diversas vozes e nos saberes constituídos coletivamente pelas mulheres negras. Essas vozes e saberes não vieram necessariamente do meio acadêmico. Tais saberes foram produzidos historicamente pelas lutas enfrentadas por ativistas, muitas delas mulheres simples e pobres, conduzidas pela consciência da opressão. A luta das mulheres/mães não necessariamente terá que ser uma luta isolada, ainda que protagonizada pelas vítimas diretas da violência, assegurando-lhes o lugar de fala. A luta deve avançar para uma articulação entre diferentes sujeitos, diferentes atores sociais, capazes de agregar saberes e conhecimentos sobre o projeto de justiça social, com base no respeito e na solidariedade.

### **5.1.3 Últimas conversas do caminho**

Para trilhar o caminho da “pedrinhagem” é obrigatório fazer a iniciação. É necessário estar de pés descalços, despir-se das sandálias tecidas com linhas do pressuposto privilégio da visão acadêmica. É mister andar devagar, às vezes em silêncio, se opor à pressão do tempo e entender os tempos, o momento dos chamados. O caminho da “pedrinhagem” exige desfazer-se de velhas lentes,

---

<sup>63</sup> Artigo *aprendendo com a outsider within\**: a significação sociológica do pensamento feminista negro, Revista Sociedade e Estado – Volume 31 Número 1 Janeiro/Abril 2016.

aceitar novas ferramentas que capacitarão o olhar para formular a perspectiva, o ângulo de visão capaz de perceber o reverso. Somente tomando posse de novas ferramentas teóricas é possível à andarilha deslocar-se dos lugares de onde não se consegue enxergar ventos opostos, as contra-forças, os contra-poderes, e escutar o contra-discurso, acessar os outros lugares, onde mulheres negras, mães, se negam a aceitar as diversas formas de violação.

Avançar na trilha da “pedrinhagem” é ter o privilégio de caminhar com “ialodês”, mulheres que se tornam referência na luta. Jurema Werneck (2010, p. 13) utiliza o termo ialodê como ilustrativo das lutas das mulheres, destacando que este termo indicava, nas cidades iorubás pré-coloniais, “a representante das mulheres nos organismos de decisão pública coletiva”, e, ao mesmo tempo, referia-se à “associação pública à que diferentes mulheres se vinculavam.” Ela conta que, com o processo de colonização, essa figura foi preservada, no território brasileiro, passando a habitar a esfera do sagrado. Trazer à memória a dimensão política das mulheres negras, desde o período pré-colonial e por toda a diáspora africana, pode contribuir para a ampliação das lentes que tomam o feminismo como um fenômeno da modernidade.

Chamar atenção para ialodê, para as divindades aqui assinaladas e para as diferentes associações de mulheres é um modo de destacar exemplos das formas políticas e organizacionais cuja origem precedeu a invasão escravista e colonial. Essas reafirmavam e reafirmam a política como um atributo feminino desde a época anterior ao encontro com o Ocidente. Diga-se de passagem, ao contrário do que afirmam muitas e muitos, a ação política das mulheres negras nas diferentes regiões não foi novidade inaugurada pela invasão europeia e a instauração da hegemonia cristã. O que torna fácil compreender que tais ações precederam a criação do feminismo. No entanto, seu grau de influência sobre a criação deste ainda permanece invisível e pouco considerado (WERNECK, 2010, p. 14).

Fui chamada a caminhar alguns trechos com mulheres que, dentro das suas diferenças de perfis e dos variados processos que marcam a sua experiência, são portadoras de memórias muito específicas, de histórias de violação de direitos. Em cada trecho do caminho me desfiz de velhas ferramentas para incluir, na bagagem, novas ferramentas. De posse delas, sigo em frente, buscando inquietar saberes cristalizados que tentam se impor como barreiras à “pedrinhagem”.

*As mães da minha comunidade não conseguem dormir, não conseguem trabalhar, porque elas não sabem quem vai ser a próxima vítima.*

Antonia Elita, mulher negra, ativista, mãe de adolescente assassinado, moradora de Sussuarana, em debate Resistência Criativa contra o Genocídio da Juventude Negra, em 18 de dezembro de 2017.

O debate citado contou com a participação de Acotirene, que durante o caminho, vem assumindo crescentemente a militância, participando, como convidada, de mesas de debate.

## **Angélica**

Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse estribilho?  
Só queria embalar meu filho  
Que mora na escuridão do mar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre esse lamento?  
Só queria lembrar o tormento  
Que fez o meu filho suspirar  
Quem é essa mulher  
Que canta sempre o mesmo arranjo?  
Só queria agasalhar meu anjo  
E deixar seu corpo descansar  
Quem é essa mulher  
Que canta como dobra um sino?  
Queria cantar por meu menino  
Que ele já não pode mais cantar

**Chico Buarque**

## REFERÊNCIAS

- ARAÚJO, Fábio Alves. Do Luto à Luta: **A experiência das Mães de Acari**. Dissertação. Programa de Pós-Graduação em Sociologia e Antropologia. Uerj. Julho. Rio de Janeiro. 2007.
- BAHRI, Deepika. **Feminismo e/no Pós Colonialismo**. Rev. Estud. Fem, vol.21, nº. 2, Florianópolis, Mai/Ago. 2013.
- BAIROS, Luiza. Nossos Feminismos Revisitados. **Estudos Feministas**, Vol. 3, n.2, 1995, PP.:458-463.
- BARTRA, Eli. Acerca de la investigación y la metodología feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.), **Investigación Feminista**. p. 67-78, UNAM México. 2012.
- BLAZQUEZ GRAF, Norma. Epistemología feminista: temas centrales. IN: **Investigación Feminista**, p.21-38 UNAM. México. 2012.
- BRAH, Avtar. Diferença, diversidade, diferenciação. **Cadernos Pagu** (26), Campinas-SP, Núcleo de Estudos de Gênero Pagu/Unicamp, 2006, pp.329-376.
- BRASIL, Fundo de Direitos Humanos. Rede de Comunidades e Movimentos contra Violência. <<http://www.fundodireitoshumanos.org.br/projeto/rede-de-comunidades-e-movimentos-contraviolencia-rio-de-janeiro/>> Acesso em 15 de nov. 2017.
- BRISOLA, E. **Estado penal, criminalização da pobreza e Serviço Social SER Social**, Brasília, v. 14, n. 30, p. 127-154, jan./jun. 2012.
- BRITO, Gisele. Mães de Maio: a reação contra a violência do Estado. 13 de maio de 2016. <<https://www.brasildefato.com.br/2016/05/13/surgido-da-dor-maes-de-maio-se-tornam-referencia-no-combate-a-violencia-do-estado/>> Acesso em 30 de novembro de 2016.
- BUSSINGER, Rebeca Valadão. **Nem que a Morte os Separe: Trajetórias de Mães de Filhos Assassinados e Representação Social de Justiça**. Juruá Editora. Curitiba. 2010
- CALDWELL, Kia Lilly. **Fronteiras da diferença: raça e mulher no Brasil**. 2000.
- CARNEIRO, S. **Construção do outro como não-ser como fundante do ser**. Tese (Doutorado). USP, São Paulo, 2005.
- CASTAÑEDA S. Martha Patricia. Etnografia Feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.), **Investigación Feminista**. p.217-238, UNAM. México. 2012.
- CARAMANTE, André. **Mães em Luta: dez anos dos crimes de maio de 2006**. Ponte Jornalismo. São Paulo. 2016.

COLLINS, P. H. Rasgos distintivos del pensamiento feminista negro. In: JABARDO, Mercedes (Org.). **Feminismos Negros: una antología**. Madrid: Traficante de Sueños, 2012.

\_\_\_\_\_ **Black feminist thought: knowledge, consciousness and the politics of empowerment**. 2nd ed. New York: Routledge. – Review of Black Feminist Thought in the Matrix of Domination. 2000.

\_\_\_\_\_ **Aprendendo com a outsider within: a significação sociológica do pensamento feminista negro**. Revista Sociedade e Estado, Volume 31, Número 1, Janeiro/Abril 2016.

COULOURIS, Daniella Georges. **Ideologia, dominação e discurso de gênero: reflexões possíveis sobre a discriminação da vítima em processos judiciais de estupro**. Revista de Humanidades, V. 05. N. 11, jul./set. – Semestral, Caicó, RGN. 2004.

CRENSHAW, K. W. Mapping the margins: Intersectionality, Identity Politics and Violence Against Women of Color. **Stanford Law Review**, 43, 1991.

\_\_\_\_\_ Documento Para o Encontro de Especialistas em Aspectos da Discriminação Racial Relativas ao Gênero. **Estudos Feministas**, 1/2002.

CURIEL, Ochy. **Descolonizando el feminismo: una perspectiva desde America Latina y el Caribe**. Presentada en el Primer Coloquio Latinoamericano sobre Praxis y Pensamiento Feminista realizado en Buenos Aires en junio de 2009.

DALAPOLA, Kaique. Ponte Jornalismo. <<https://ponte.org/maes-de-vitimas-de-chacinas-exigem-justica-em-mogi-na-grande-sp/>> Acesso em 04 de out. 2017.

DAVIS, Angela. **Mulher, raça e classe**. (Tradução Livre. Plataforma Gueto). Disponível em: <<https://plataformagueto.files.wordpress.com/2013/06/mulheres-rac3a7a-e-classe.pdf>>. Acesso em: 08 set. 2014. Original publicado em inglês: DAVIS, Angela. Women, Race and Class. Nova Iorque: Random House. 1981.

DINIZ, F. R. A. OLIVEIRA, A. A. de. Foucault, do Poder Disciplinar ao Biopoder SCIENTIA vol. 2, nº 3, p. 01 - 217, nov. 2013/jun.2014.

DOVE, N. Mulherisma Africana, Uma Teoria Afrocêntrica. JORNAL DE ESTUDOS NEGROS, Vol. 28, Nº 5, 515-539 Maio de 1998.

EISENSTEIN, Zillah R. Hacia el desarrollo de una teoria de patriarcado capitalista y el feminismo socialista. IN:\_\_\_\_\_ (org.), **Patriarcado Capitalista y Feminismo Socialista**, Mexico, D.F: Siglo XXI, pp.15-47, 1980.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. Juiz de Fora. Ed. UFJF, 2005.



FOUCAULT, M. Em defesa da sociedade. Trad. Mana Ermantina Galvão – São Paulo: Martins fontes, 1999.

\_\_\_\_\_. Microfísica do poder. Trad. Roberto Machado. Rio de Janeiro: edições Graal, 1979.

\_\_\_\_\_. Em defesa da sociedade: curso no Collège de France. São Paulo, Martins Fontes, 2002.

GONZALEZ, Lélia. Por um feminismo afrolatinoamericano. In: **Mujeres, crisis e movimiento**: américa latina e caribe. Isis International, v. IX, jun, Santiago, Chile. p 133-141. 1988.

HARAWAY, Donna. Saberes Localizados: a questão da ciência para o feminismo e o privilégio da perspectiva parcial. **Cadernos Pagu** v. 5: pp. 07-41. 1995.

HARDING, Sandra. Uma filosofia de la ciencia socialmente relevante? Argumentos em torno a la controversia sobre el Punto de vista Feminista. IN: BLANQUEZ GRAF, N. et ali (orgs.), **Investigación Feminista**. México: UNAM, p.39-66. 2012.

\_\_\_\_\_. Existe um método feminista? In: BARTRA, Eli (org.). **Debates em torno a uma metodología feminista**. México, D.F.: UNAM, 1998, pp.:09-34.

HOOKS, bell. Mujeres negras, moldando a teoria feminista. . **Revista Brasileira de Ciência Política**, nº16. Brasília, janeiro - abril de 2015, pp. 193-210.

\_\_\_\_\_. Intelectuais negras. **Estudos Feministas**, Vol. 3, No.2, 1995, p. 465-477.

IPEA – Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada e FBS- Fórum Brasileiro de Segurança Pública. **Atlas da Violência 2016**. Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, Governo Federal. 2016.

KILOMBA, Grada. A Máscara - The Mask. In: **Plantation Memories**: episodes of everyday racism. Münster: Unrast Verlag, 2. Edição. Tradução Jéssica Oliveira de Jesus, 2010.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica**. Em Traversées Diasporas Modernités. **Raison politiques**, n 21, pp 26-90. 2006. Editorial Melusina, s.l. 2011.

MICHAUD, Yves. **A Violência**. São Paulo: Ática,1989.

MITCHELL, Juliet. **GÊNERO**. v. 6, n. 2 - v. 7, n. 1, p. 203-232, 1. - 2. sem. Niterói. 2006.

MUNANGA, Kabengele. Educação e diversidade cultural. **CADERNOS PENESB: discussões sobre o negro na contemporaneidade e suas demandas**. Niterói n. 10 p. 1- 200. janeiro/junho 2008/2010.

OLIVEIRA, Queiti B. Moreira. **MOVIMENTO MOLEQUE: Re-existências na luta pelos Direitos Humanos** no DEGASE/RJ Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Políticas Públicas e Formação Humana da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, 2008.

PEREIRA, Potyara Amazoneida. Utopias desenvolvimentistas e Políticas Sociais no Brasil, **Serv. Soc. Soc.**, n. 116, p. 636-651, out./dez. São Paulo. 2013.

\_\_\_\_\_. **Serv. Soc. Soc.**, São Paulo, n. 112, p. 729-753, out./dez. 2012.

PINHEIRO, Paulo Sérgio. Violência, crime e sistemas policiais em países de novas democracias. **Tempo Social**, Rev. Sociol. USP, **9**(1): 43-52, maio. São Paulo. 1997.

PINHO, Osmundo. Um enigma masculino: Interrogando a masculinidade da desigualdade racial no Brasil. **Universitas Humanística** 77 pp: 227-250, enero-junio Bogotá - Colombia 2014.

\_\_\_\_\_. Etnografias do Brau: corpo, masculinidade e raça na reafrikanização em Salvador. **Estudos Feministas**, 13(1): 216, janeiro-abril. Florianópolis. 2005.

RIBEIRO, Amanda Brandão. **Relampejos do Passado: Inscrição da morte no espaço público através da exumação de corpos de desaparecidos políticos da ditadura militar brasileira.** Dissertação (Mestrado). Programa de Pós Graduação em Antropologia Social. USP. São Paulo. 2015.

SAFFIOTI, Heleieth. **Gênero, patriarcado, violência.** Editora Fundação Perseu Abramo, 2004.

\_\_\_\_\_. Rearticulando Gênero e Classe. In: COSTA, A.; BRUSCHINI, C. (orgs.). **Uma questão de gênero.** RJ: Rosa dos Tempos; SP: Fund. Carlos Chagas, p.183-215. 1992

SANTOS, Boaventura de Sousa; MENESES, Maria Paula. (Orgs.) **Epistemologias do sul.** São Paulo: Editora Cortez, 2010.

SCOTT, Jon Wallach. Gênero: uma categoria útil de análise histórica. **Educação & Realidade**, n. 20, v.2, p. 71-100, jul./dez. Porto Alegre. 1995.

SILVEIRA, Renato da. Os selvagens e a massa papel do racismo científico na montagem da hegemonia ocidental. In: **Afro-Ásia**, 23, 87-144 89. 1999.

SPIVAK, Gayatri Chakravorty. **Pode o subalterno falar?** Ed. UFMG, 133 p. 2010.

\_\_\_\_\_. **The Spivak Reader.** Edited by Donna Landry & Gerald MacLean. New York: Routledge, 1996.

VASQUES, Lucas. 12 de agosto de 2017. <<https://www.revistaforum.com.br/2017/08/12/memoria-da-ditadura-nao-e-individual-pertence-todos-nos/>> Acesso em 5 de out. de 2017.

VIANNA, Adriana e FARIAS, Juliana. **Cadernos pagu**, v. 37, 79-116, julho-dezembro, Rio de Janeiro. 2011.

VILLELA, FLÁVIA. 19 de maio de 2017. <<http://agenciabrasil.ebc.com.br/direitos-humanos/noticia/2017-05/maes-de-vitimas-da-violencia-institucional-entregam-carta-deputados>> Acesso em 04 de out. 2017.

WASELFISZ, Júlio Jacobo. Mapa da Violência 2016: Homicídios por armas de fogo no Brasil. Flacso Brasil. 2016.

\_\_\_\_\_. Júlio Jacobo. Mortes matadas por armas de fogo: 1979/2003. Brasília, UNESCO, 2005.

\_\_\_\_\_. Mapa da Violência III / Julio Jacobo Waiselfisz. Brasília : UNESCO, Instituto Ayrton Senna, Ministério da Justiça/SEDH, 2002.

WERNECK, Jurema. Nossos passos vêm de longe! Movimento de mulheres negras e estratégias políticas contra o sexismo e o racismo. **Revista da ABPN**, v. 1, n. 1, p. 1-11, mar./jun. 2010.

WACQUANT, Loïc. Punir os pobres: A nova gestão da miséria nos Estados Unidos. **Coleção Pensamento Criminológico**. Editora Revan. Rio de Janeiro. 2003.

WIKIPÉDIA, BRASIL. Comissão Nacional da Verdade - <[https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o\\_Nacional\\_da\\_Verdade](https://pt.wikipedia.org/wiki/Comiss%C3%A3o_Nacional_da_Verdade)> Acesso 30 de novembro de 2017.

ZARANZA, Karina. Diário do Nordeste. 13 de maio de 2017. <<http://diariodonordeste.verdesmares.com.br/cadernos/cidade/a-luta-e-o-luto-das-maes-da-chacina-da-grande-messejana-1.1751570>>. Acesso em 05 de outubro de 2017.